

HISTÓRIA E PARCERIA

Antropologia
Arqueologia
Arquitetura
Cartografia
Ciência da Saúde
Ciência Política
Cinema
Direito
Economia
Educação
Filosofia
Geografia
Literatura
Museologia
Música
Relações Internacionais
Sociologia

APRESENTAÇÃO

As discussões sobre as relações com outrem e as parcerias entre pessoas, instituições e mesmo campos de conhecimento perdem-se nas poeiras do tempo. As uniões em suas múltiplas facetas sempre suscitaram um misto de curiosidade e inveja. Todos nós sabemos o quanto é difícil sair de nossa zona de conforto, romper barreiras e ir em busca de desafios, às vezes personificado num estranho saber, às vezes em um ainda tão impenetrável.

O livro que agora apresentamos ao leitor tem um quê de inquietação. Ele a rigor não resolve os problemas suscitados pelos esforços de colaboração entre as Ciências Humanas. A obra também não resolve as questões que envolvem a chamada interdisciplinaridade. Já escreveram tanto sobre isso que nem vale a pena perscrutar esse universo. Estamos longe de querer solucionar o problema. Os gestores dos órgãos de avaliação sabem o quanto é difícil romper barreiras congeladas pela academia e pelos núcleos de pesquisa. Não é mesmo fácil, mas também é muito desafiador.

Talvez seja essa a palavra que define este livro: desafio. Com ele, convidamos o leitor a acompanhar o percurso realizado por cada autor dos textos aqui reunidos. Cada um de nossos colegas foi convidado a refletir sobre um campo de conhecimento com o qual tem familiaridade, revelando-nos as possibilidades de parceira da História para além de nossas “caixinhas de saber”.

Começemos por *História e Antropologia*, discutido por um dos maiores especialistas na relação entre os dois campos de conhecimento, Mário Grynszpan, professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Nesse belo texto, Grynszpan deslinda as questões-chave que envolveram e envolvem aquela parceria, e nos convida a seguir esse recurso interdisciplinar, assumindo — antes de mais

nada — o esforço a ser realizado para dar a conhecer a perspectiva de parceria que se quer abraçar.

Em *História e Arqueologia*, Marcos Caldas traça um histórico dos campos disciplinares. Sua análise engloba dos séculos XVIII ao XX, passando pelo afastamento entre as duas no século XIX, quando o fetichismo documental marcou a prática historiográfica, afastando qualquer interesse pelas contribuições do estudo arqueológico por um longo período. A ênfase nos aspectos culturais nas Ciências Humanas se mostrou presente também nos dois campos disciplinares pós-1990, trazendo novas questões e aproximações entre as duas disciplinas. Entretanto, ainda há estranhamentos e um longo caminho de parceria a ser trilhado entre ambas.

Julio Cesar Ribeiro Sampaio é o autor do texto *História e Arquitetura*, no qual nos convida a refletir sobre os usos do passado e, portanto, da reflexão sobre ele, para a inspiração e composições arquitetônicas. Da interação entre o conhecimento histórico e o arquitetônico estabeleceu-se ao longo do tempo a parceria entre ambas, que se consubstancia, inclusive, em perspectivas arquitetônica e planos diretores de cidades.

Em *História e Cartografia* a interface entre os dois campos é objeto de análise da professora titular em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Júnia Furtado. Em um texto de rara beleza, a autora nos mostra como o estudo da cartografia histórica engendra uma série de outros elementos: as técnicas de medição do espaço vigentes, as noções de forma e de área, e muito mais. Por conseguinte, é preciso sair do senso comum, compreendendo que os mapas não são o retrato fiel da realidade, mas são fontes históricas e, por conta disso, merecem um olhar mais cuidadoso, onde o que está registrado, mas também o que não está, fazem toda a diferença.

Em um texto sobre uma aproximação inquietante, *História e Saúde*, Gisele Sanglard, pesquisadora e docente do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da COC/Fiocruz reflete sobre as disciplinas. A partir de uma densa reflexão sobre as fontes produzidas pela área de saúde, Sanglard desnuda as saudáveis perguntas a serem feitas naqueles documentos, quase sempre ignorados pelos historiadores.

História e Ciência Política é um texto produzido em parceria. Monica Piccolo e Ana Livia Bomfim, ambas professoras do departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, sendo a primeira coordenadora do mestrado da Instituição e Pesquisadora e Coordenadora regional do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia: História Social das Propriedades e direitos de acesso. Nesse trabalho, as autoras reconstruíram o fértil embate entre a relação da História com a Ciência Política, em especial as contribuições da última em analisar os sistemas políticos e as dimensões do poder.

Jovens pesquisadores assumiram o desafio de escrever *História e Cinema* a partir das referências ligadas à modernidade e ao desenvolvimento tecnológico que permitiu a criação que mesclou ciência e arte em um só invento. Flávia Miguel de Souza e William Nunes Martins reconstroem o percurso de aproximação da História com o Cinema, destacando os usos políticos da sétima arte e as possibilidades abertas pela diversidade da obra cinematográfica e as novas metodologias utilizadas que permitem uma parceria profícua entre os dois campos onde o cinema torna-se também fonte histórica.

Em *História e Direito*, Márcia Motta, coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia *Proprietas* e professora titular em História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal Fluminense, analisa os debates que envolvem a aproximação entre estes dois campos de conhecimento. Sua análise se faz a partir de dois casos emblemáticos: a discussão sobre o sistema escravista e as distintas interpretações sobre o Direito nas obras de Jacob Gorender e de Silvia Lara. A autora destrincha ainda os embates de perspectivas sobre o Direito na colônia, tendo como base as reflexões de Antonio Manoel Hespânia e Laura de Mello e Souza.

A parceria entre *História e Economia* é analisada refletindo-se sobre as mútuas contribuições das duas disciplinas para a consolidação também de uma área, a História Econômica. Segundo um percurso de análise sobre a parceria construída entre os dois campos de conhecimento ao longo do século XX, Marina Machado e Mônica Martins nos trazem um convite à reflexão sobre os conceitos de capitalismo, mercado e propriedade, fundamentalmente a partir das contribuições de três autores: Ellen Wood, Karl Polanyi e Rosa Congost.

Em *História e Educação*, Daniel Cavalcanti Lemos e Mauro Amoroso propõem uma “reflexão sobre os tempos sombrios”, passeando por questões analíticas que se colocam entre os dois campos de conhecimento, redefinindo-se a partir da prática escolar. Os autores optam pela própria História da Educação no Brasil para apresentar uma discussão viva na historiografia, no campo que se define como História da Educação, através de um percurso pela contribuição de Michel de Certeau, a partir de sua larga pesquisa sobre cotidianos para pensar a prática educacional.

História e Filosofia: em busca das afinidades esquecidas. Assim se mostra o caminho da parceria traçado por Beatriz Olinto e Bruna Silva e os desencontros dessas duas disciplinas no século XIX, analisando os aspectos gerais que levaram a uma dificuldade no estabelecimento do diálogo entre ambas e seu conseqüente afastamento. O passeio das autoras por vários pensadores do século XX vai nos mostrando como essas distâncias e aproximações foram sendo construídas de acordo com as novas reflexões no campo da História, donde se chega à “amizade e convivência” entre ambas, e se constrói com o outro diferente aquilo que pode torná-los próximos.

História e Geografia nos traz uma reflexão sobre a Geografia Histórica e a Geo-História, escrito por Ronaldo Duarte e Marcos Dezemone. O texto evidencia as ricas contribuições de Fernand Braudel à construção da ação conjunta entre os dois campos disciplinares ao longo do século XX, consolidando com bases empíricas e teóricas a análise sobre tempo e espaço, ainda que epistemologicamente vários entraves tenham sido encontrados no estabelecimento dessa parceria. Os autores traçam uma interessante reflexão também ancorada no pensamento brasileiro para delinear a construção dessa parceria a partir da segunda metade do século XX.

História e Literatura discute o percurso da parceria a partir da construção de um projeto nacional no Brasil. Apresentada por Alexandre Lazzari, destaca como essa parceria foi posta em prática através de textos de escritores brasileiros oitocentistas, refletindo sobre o nacionalismo literário brasileiro e o papel que a História e a Literatura desempenharam na formação do pensamento político e social no país.

No texto *História e Museologia*, Nívea Pombo nos leva à morada das musas, o *mouseion*. É dessa palavra que se origina “museu”, que assume uma diversidade de significados, sempre atuando sobre os sentidos ao longo do tempo e das suas várias acepções. Especialmente nos oitocentos, o museu assume a função de representação da vida nacional. A autora preocupa-se com a reflexão sobre a mudança na perspectiva museológica e suas relações com a História, a partir dos anos 1970, quando a reflexão crítica e a busca da interdisciplinaridade se traduzem em contribuições como a dos *Analles* e os campos de estudo da memória individual e coletiva.

José de Assumpção Barros nos presenteia mostrando alguns tipos de interação possíveis no texto *História e Música*. O conhecimento do campo da Música torna-se imprescindível para uma História da Música, além da música agir como fonte histórica rica para entender aspectos histórico-sociais mais amplos. Da mesma forma o autor percorre o campo aberto para interdisciplinaridade, inclusive a partir do campo conceitual em contribuição mútua. O autor apresenta a ideia de como a teoria musical pode realmente contribuir para a teoria da História.

Em *História e Relações Internacionais*, Pedro Campos optou pela ênfase na análise da política externa, fazendo inicialmente um percurso pelo crescimento da área de Relações Internacionais nas universidades brasileiras e a interface com a História. A crítica à História diplomática abriu caminhos para um diálogo mais amplo com vários campos de conhecimento e a História assume aí um papel importante na perspectiva teórica e conceitual e contribuindo para uma visão ampliada em relação à História da política externa.

Por fim, Maria Letícia Correa apresenta o enlace histórico em *História e sociologia*, no qual analisa as contribuições epistemológicas de historiadores que enfatizaram a importância do diálogo com as Ciências Sociais, em perspectivas que incidem no olhar sobre o papel da História como Ciência, o lugar das fontes e a análise do discurso. Com ênfase nos estudos de Pierre Bourdieu, a autora retoma aspectos sobre a desnaturalização do discurso acadêmico ou científico como passo para a desconstrução da perspectiva da classe dominante, bem como os limites analíticos dos historiadores com relação às

classificações sociais, apontadas como elemento fundamental para a reflexão sobre a importância das contribuições mútuas entre as duas áreas.

Em suma, aqui estão propostas de percursos inquietantes e até mesmo incompletos. Os autores assumiram o desafio, e a organização dessa obra deve muito à curiosidade e ao saber de nossos queridos colegas. Obrigada!

Aos leitores, aqui vai mais uma obra que vale a pena ser lida.

HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

Mario Grynspan^{1*}

Uma das características mais decantadas da História a partir do século XX é a progressiva ruptura do isolamento que a havia marcado até então e a aproximação com outras disciplinas, especialmente as das ciências humanas e sociais. Esse movimento foi atribuído, em larga medida, à afirmação na França, e também em escala internacional, do paradigma dos *Annales*.² Desde a sua criação, em 1929, a revista buscou se afirmar como um espaço de convívio e diálogo interdisciplinar, tendo a História como fio articulador. Esse era o programa apresentado já na nota aos leitores do primeiro número, escrita por Marc Bloch e Lucien Febvre, seus dois diretores. Nela defendiam a realização de trocas intelectuais entre os praticantes de diferentes disciplinas, e de distintas especializações no interior dessas, ultrapassando as barreiras que os encerravam em nichos (BLOCH; FEBVRE, 1929, pp. 1–2).

1 *Professor do Instituto de História da UFF.

2 Tomo a expressão paradigma dos *Annales* de Traian Stoianovich (1976). O autor se apoiou nas ideias de Thomas S. Kuhn (cf. especialmente 1994), para quem a História das ciências, em vez de contínua e cumulativa, é um processo descontínuo, caracterizado por rupturas, revoluções que marcam a afirmação de novos paradigmas. Os *Annales*, portanto, na visão de Stoianovich, impuseram uma forma radicalmente nova de pensar e conhecer a História, que tinha na aproximação com as Ciências Humanas e Sociais uma de suas principais marcas. Próxima a essa é a análise de Peter Burke (1990), que define os *Annales* como uma revolução histórica, também enfatizando a aproximação com as Ciências Humanas e Sociais. Ver igualmente Georg Iggers, Edward Wang e SupriyaMukherjee (2013).

Onde ocorreram, essas trocas assumiram variadas configurações, seguindo distintas cronologias. Diferentes disciplinas se sucederam na posição de parceiras privilegiadas da História em um diálogo que, cabe destacar, nem sempre foi amistoso ou colaborativo. A Antropologia, uma delas, foi importante referência para a produção historiográfica a partir da segunda metade do século XX. Para alguns, como o medievalista Jean-Claude Schmitt, sucessor de Jacques Le Goff na direção do Grupo de Antropologia Histórica do Ocidente Medieval (GAHOM) da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), ela foi a principal interlocutora da História naquele momento. Desse encontro, segundo Schmitt (2008, 2010), resultou a Antropologia Histórica, definida como uma nova categoria de saber e de efetiva interdisciplinaridade.³ A ela se pode acrescentar, também como frutos do encontro, a chamada nova História Cultural, a Micro-história e a *Alltagsgeschichte*, História do Cotidiano, todas coetâneas.

No centro dessas inovações, estava a noção de cultura, que passou a nortear grande parte da pesquisa histórica, avançando sobre abordagens sociais e econômicas, até então hegemônicas. Observou-se uma virada cultural na historiografia, como foi chamada por alguns (BONNELL; HUNT, 1999). No seu sentido mais estrito e corrente, que se confunde em linhas gerais com manifestações artísticas e a literatura, a cultura era um objeto antigo da História. O que se tratava agora, porém, era da incorporação à historiografia da noção antropológica de cultura, como mapa cognitivo, estrutura de significados, sentidos, que intermedia as relações dos indivíduos com o mundo, do natural ao social, orientando e se expressando em suas representações e práticas, desde as físicas e mais mezinhas até as mais complexas, individuais e coletivas, incluindo, portanto, as sociais e econômicas.⁴ Ao incorporar um

3 Ver também Le Goff (2013).

4 Como observa William H. Sewell Jr. (1999; 2005, pp. 152–153), embora não houvesse uma definição única de cultura, formou-se entre os historiadores um certo consenso, sem adentrar efetivamente no debate, em torno de elementos presentes nas concepções de alguns autores, Clifford Geertz em especial. Para um estudo extenso da questão conceitual, ver também Kuper (1999).

olhar antropológico, estranhamento e alteridade⁵ tornaram-se palavras-chave para o historiador, que passou a abordar de modo regular temas como parentesco, família, identidade, rituais, liturgias, mitos, gestos, corpo, linguagem, sensibilidades e tempo, para citar alguns. Antropólogos como Clifford Geertz, Marshall Sahlins, Fredrik Barth, Jack Goody, Victor Turner, Mary Douglas, Marcel Mauss, entre outros, com variações de intensidade e de momento, passaram a ser citados com frequência em textos, cursos e falas dos historiadores.

Mas as mudanças foram ainda mais profundas, impactando não apenas o que os historiadores estudavam, seus objetos e suas referências obrigatórias, mas também a forma como estudavam e entendiam. Elas foram, portanto, igualmente de ordem epistemológica, com perspectivas do conhecimento histórico de base interpretativista ganhando espaço, fundadas em uma visão da realidade como texto, fortemente apoiadas em Geertz, sobretudo nos ensaios contidos no seu *A interpretação das culturas* (1973).⁶ A lastrear as mudanças encontrava-se uma crítica à ontologia objetivista que havia prevalecido até então, abalando a crença em uma precedência, e uma autonomia, do social e do econômico sobre o cultural.

Assim, abordar as relações com a Antropologia tornou-se incontornável para qualquer obra que se volte para as parcerias da História ao longo da sua existência como disciplina. Tal é o objetivo deste artigo. Como dito anteriormente, as relações entre a História e a Antropologia assumiram distintas configurações em diferentes países e momentos, de tal modo que seria inviável qualquer pretensão de exaustividade no seu tratamento, ainda mais no espaço limitado de um artigo. O que aqui se fará, portanto, é um recorte

5 Em um texto sobre as relações entre Antropologia e História, o antropólogo Bernard S. Cohn (1980, p. 198) ressalta que as duas se aproximam no nível epistemológico e têm um objeto comum: a alteridade. Enquanto a Antropologia estuda a alteridade no espaço, a História o faz no tempo.

6 Não por acaso, a virada cultural na História foi associada à virada linguística, identificada como uma postura pós-moderna. Ver, entre outros, Victoria E. Bonnell e Lynn Hunt (1999) e Geoff Eley (2005).

bem restrito, centrado no caso francês dos *Annales* que, pela importância que assumiu, exerceu forte influência nas historiografias de outros países, inclusive na nossa. Até por isso, ao falar da historiografia francesa, ou mais precisamente das suas linhas de força que são pertinentes ao tema do artigo, outras historiografias serão também referidas, mas de forma pontual.

MARC BLOCH, OS REIS TAUMATURGOS E A ANTROPOLOGIA

Em 1924, o primeiro trabalho de maior fôlego de Marc Bloch, *Os reis taumaturgos* (1993), tinha no antropólogo James George Frazer uma de suas importantes referências. Dois livros do autor com os quais dialogava eram *The Golden Bough*, publicado pela primeira vez em 1890 em dois volumes, mas chegando a 12 em sua terceira edição, entre 1906 e 1915, e *Lectures on the Early History of Kingship*, de 1905.⁷ Bloch fazia citações elogiosas aos dois, ressaltava a sua importância por fornecer um quadro geral explicativo das representações coletivas que estavam na base da crença no poder de cura do toque dos reis nas escrófulas, do caráter sobrenatural da realeza. Destacava, entretanto, que recorrer a Frazer era insuficiente para dar conta da manifestação concreta do fenômeno na França e Inglaterra medievais, seu surgimento, especificidades, complexidades, o que demonstrava a relevância, a pertinência de sua própria pesquisa (cf. BLOCH, 1993, pp. 68–70). Outro nome referido era o de Lucien Lévy-Bruhl, mas de modo menos evidente e incisivo, em notas de rodapé. Seu livro citado era *La mentalité primitive*, de 1922. O que se tratava aqui era de indicar, apoiando-se em Lévy-Bruhl, a presença de elementos análogos na mentalidade dos chamados povos primitivos e na crença no poder de cura dos reis (cf. BLOCH, 1993, pp. 326 e 415).⁸

7 Os dois haviam já aparecido em francês quando da redação de *Os reis taumaturgos*. O primeiro como *Le rameau d'or*, em três volumes, em 1903, 1908 e 1911, e o segundo como *Les origines magiques de la royauté*, em 1920.

8 Sobre Frazer e Lévy-Bruhl ver George W. Stocking Jr. (1984), Henrika Kulick (2008) e, para um estudo específico do segundo, Marcio Goldman (1994).

Já quando surgiu, *Os reis taumaturgos* chegou a ser considerado próximo da Antropologia, como se observa em uma resenha de 1925 do historiador das religiões Paul Alphandéry. Para ele, o livro, que definia como um estudo de História das religiões, se enquadrava no que chamava de escola antropológica (ALPHANDÉRY, 1925, p. 114). Essa associação, porém, só se tornou recorrente mais tarde, assim como a menção ao livro como obra seminal de Bloch.⁹ Até fins da década de 1970, Bloch era conhecido principalmente como o autor de *La société féodale*, publicado em dois volumes em 1939 e 1940, e de seu livro póstumo *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, surgido em 1949. Até então, *Os reis* tinha tido duas edições francesas: a primeira, de 1924, e outra, de 1961. Em 1983, houve uma terceira, com prefácio do principal nome da Antropologia Histórica, Jacques Le Goff, somando-se outras nove até 2010.¹⁰

Em 1978, André Burguière qualificou *Os reis* como um trabalho exemplar em seu verbete sobre Antropologia Histórica na enciclopédia *La nouvelle histoire* (BURGUIÈRE, 1978, p. 43). Na mesma linha, Jacques Le Goff, no prefácio à edição de 1983 do livro, atribuiu-lhe um papel fundador na Antropologia Histórica (LE GOFF, 1993, p. 9). Também nesse ano, em uma conferência em homenagem a Bloch, as Conferências Marc Bloch, realizadas anualmente pela EHESS desde 1979, Claude Lévi-Strauss (1983, p. 1217), destacando que as relações estreitas entre Etnologia e História eram um dos traços mais originais da evolução das Ciências Humanas na França, citava *Os reis* como prova. Finalmente, em 2010, nas mesmas Conferências Marc Bloch, Carlo Ginzburg (2010, p. 1) vinculou igualmente o livro à Antropologia, para estranhar nele uma ausência, a de Marcel Mauss, contemporâneo do historiador, que teve papel fundamental na afirmação daquela disciplina na

9 Segundo Jacques Berlioz, Jacques Le Goff e Anita Guerreau-Jalabert (1989, p. 288), *Os reis* não teve grande repercussão quando de sua publicação. Seu sucesso maior se deu posteriormente, já nos anos 1980, em um quadro de aproximação efetiva da História com a Antropologia e de afirmação da noção de Antropologia Histórica.

10 Cf. <<http://www.worldcat.org/title/rois-thaumaturges-etude-sur-le-caractere-sur-naturel-attribue-a-la-puissance-royale-particulierement-en-france-et-en-angleterre/oclc/3146363/editions?referer=di&editionsView=true>>, acessado em: 17 mar 2017.

França.¹¹ Mauss, aliás, leu *Os reis*, além de *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*, de 1931, e, em um balanço sobre a Sociologia na França entre 1914 e 1933, enfatizou a importância da História para ela e afirmou que os livros de Bloch confirmavam importantes conclusões sociológicas (MAUSS, 1969, p. 445).

Chama atenção, diante da sua recepção como um livro próximo da Antropologia, ou mesmo, mais tarde, como precursor de uma Antropologia Histórica, o fato de que *Os reis taumaturgos* não menciona a palavra Antropologia. Apenas a palavra “antropológica” aparece no livro, em uma nota de rodapé, unicamente com o sentido de citar a Sociedade Antropológica de Bordeaux e do Sudoeste, responsável pela publicação de um trabalho utilizado por Bloch, “Recherches ethnographiques sur la salive et le crachat”, (BLOCH, 1993, pp. 413–414). Etnografia, ou Etnografia comparada, são referidas no corpo do texto, associadas à noção de “primitivo”, designando o estudo de sociedades não alcançadas pela História (idem, pp. 44, 72).¹² Mas é o termo Sociologia comparada que Bloch utiliza quando se refere a Frazer, e o faz, como já se disse, para justificar o seu próprio trabalho, discutindo as relações, na pesquisa, entre o particular e o geral, e os limites do comparatismo (idem, pp. 68–70).¹³

Não seria mesmo de se esperar qualquer referência à Antropologia Histórica no livro de Bloch, uma vez que foi bem mais adiante que a noção surgiu e passou a circular (cf. BERLIOZ; LE GOFF; GUERREAU-JALABERT, 1989). O próprio termo Antropologia ganhou espaço no debate francês ape-

11 Le Goff (1993, p. 34) já havia chamado atenção para a ausência de Mauss, assim como a do folclorista Arnold Van Gennep, cujo livro *Les rites de passage* havia sido publicado em 1909, e a de Émile Durkheim.

12 O próprio Bloch empregava aspas ao utilizar o termo primitivo.

13 O comparatismo será também, é importante lembrar, tema da conhecida fala de Bloch no VI Congresso Internacional de Ciências Históricas realizado em Oslo em 1928, portanto pouco tempo após a publicação de *Os reis taumaturgos*, “Pour une histoire comparée des sociétés européennes” (BLOCH, 1928). Nas Ciências Sociais, na Sociologia durkheimiana e na Antropologia, o comparatismo tinha igualmente um lugar central, sendo o procedimento de base para a formulação de teorias e de afirmações gerais sobre as sociedades humanas.

nas a partir de meados do século XX, em grande medida com a produção de Lévi-Strauss. Ele coexistiu com o de Etnologia que, até então, era como se referiam à disciplina, como observou Lévi-Strauss em um texto de 1954 (LÉVI-STRAUSS, 1958). Atendendo a uma demanda da Unesco, o autor fez um balanço da disciplina antropológica até então, suas questões institucionais, de pesquisa e de ensino. Definiu Etnografia, Etnologia e Antropologia não como sinônimos, termos intercambiáveis, mas etapas, ou níveis, de um mesmo processo, cada uma pressupondo as demais. A primeira consistia na observação, na descrição, no trabalho de campo, a segunda em um estágio inicial de síntese do observado, podendo ser geográfica, histórica ou sistemática, e a terceira, em um próximo estágio, mais profundo e mais amplo, ultrapassando singularidades, referências localizadas espacial e temporalmente, visando elaborar questões válidas para todas as sociedades humanas.¹⁴ Embora, de acordo com Lévi-Strauss, as três devessem ser vistas como partes de um todo, elas não necessariamente coexistiram em todos os tempos, lugares ou instituições, podendo alguma ter predominado. Assim foi na França até os anos 1950, onde prevaleceu a noção de Etnologia, limitando-se o emprego do termo Antropologia ao estudo do homem em sua dimensão física. Já em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, era predominantemente de Antropologia que se tratava, nas suas variantes social e cultural.

Ao se referir à França, Lévi-Strauss (1958, p. 388) destacou que, ali, o estágio ulterior de síntese dos dados da Etnografia e das conexões da Etnologia foi delegado a outras disciplinas, como a Sociologia, a Geografia humana, a História e até a Filosofia. Essa observação é, parcialmente, convergente com uma outra feita por Marcel Mauss, duas décadas antes, em seu já referido balanço sobre a Sociologia na França entre 1914 e 1933. Para ele, era uma

¹⁴ Como se vê, faz diferença se nos referimos à Etnografia, Etnologia ou Antropologia. Para os objetivos deste artigo, porém, a não ser quando forem explicitadas as diferenças, os termos serão tomados como sinônimos de Antropologia, social ou cultural. Um trabalho de análise dos diferentes sentidos das associações e dos acionamentos dos diversos termos será feito em outra ocasião. Para uma problematização inicial da questão, ver Jean-Pierre Albert (2010).

tarefa necessária, naquele momento, o desenvolvimento do lado puramente descritivo das Ciências Sociais, base de acúmulo de informações para o progresso teórico. Desenvolvendo esse lado descritivo estavam a Etnologia e a História, o que as tornava fundamentais para o caminhar da Sociologia (MAUSS, 1969, p. 445). Para Mauss, portanto, era à Sociologia que cabia elaborar, teorizar os dados produzidos pela Etnologia, além dos resultantes da pesquisa histórica. Visão difundida, base da convergência entre textos afastados por duas décadas, ela ajuda a compreender o uso por Bloch, em *Os reis taumaturgos*, do termo Sociologia comparada, ao referir-se aos trabalhos de James George Frazer.

De fato, a Sociologia buscou se afirmar na França, a partir de Émile Durkheim, como uma ciência englobante, abarcando dados oriundos de pesquisas etnográficas e históricas, entre outros, para produzir sínteses, extrair conclusões aplicáveis às sociedades em geral. Foi dela, sobretudo, que a Etnologia teve que se autonomizar em seu processo de institucionalização, de constituição de um campo e de fronteiras próprios.¹⁵ Essa era uma questão ainda em aberto quando da redação de *Os reis taumaturgos*, tendo assim prosseguido mesmo por anos depois, o que transparecia na dose de indefinição quanto à nomeação precisa dos estudos aos quais competia o objeto do livro.¹⁶ Apesar disso, Bloch foi levado, ao tratar da temática da crença e dos usos do milagre real, a reconhecer que se tratava de algo que havia ficado fora do raio de atenção dos historiadores, que demandava recurso a noções como as de representações coletivas e mentalidade, afeitas ao debate da Sociologia sim, mas igualmente da Etnografia e da Etnologia. E era a autores mais identificados a essas duas, Frazer e Lévy-Bruhl, que se referia, mesmo

15 Nos anos 1940, Lévi-Strauss (1949, p. 363) referia-se à Etnografia e à Etnologia como ramos da Sociologia.

16 Marcel Fournier (2006, pp. 233–234), em sua biografia de Marcel Mauss, observa também a ocorrência de uma dificuldade terminológica na nomeação da disciplina, ao historiar a criação, em meados dos anos 1920, do Institut d’Ethnologie, na qual teve Mauss um papel importante.

que para se diferenciar, ao adentrar questões de ordem conceitual. Por isso mesmo o livro foi reconhecido, já em parte no momento da sua publicação e, principalmente, mais tarde, uma vez consolidada a Antropologia, como exemplo de um diálogo entre essa e a História e, adiante, como precursor de uma Antropologia Histórica.

ANTROPOLOGIA HISTÓRICA E CRISE DA HISTÓRIA

Bloch não foi um caso isolado. Outros historiadores seus contemporâneos, e posteriores, dialogaram com a Antropologia. Lucien Febvre foi um deles, em *O problema da incredulidade no século XVI*, de 1942. Ele cita Lévy-Bruhl na busca de analogias com a mentalidade primitiva, base para a tese de que, em diferentes momentos e configurações, os homens pensam, raciocinam de modos distintos (Febvre, 1947, pp. 33 e 439).¹⁷ Foi também o diálogo com a Antropologia um dos móveis fundamentais da análise de Fernand Braudel (1958) sobre a longa duração e a importância das estruturas na História nos anos 1950. O que se tratava aqui, entretanto, era, em grande medida, de uma disputa de fronteira entre a História, disciplina estabelecida, consolidada, com uma Antropologia que se afirmava, que ganhava espaço e forte reconhecimento intelectual, pela sua vertente estruturalista, tendo à frente Claude Lévi-Strauss.¹⁸

17 Lévi-Strauss (1949, pp. 389–390) se referiu a *O problema da incredulidade no século XVI* como um grande livro de História, impregnado de Etnologia. Segundo o antropólogo Stanley Tambiah (1990, pp. 88–89), uma das teses de Lévy-Bruhl era a de que as representações coletivas conectavam-se às estruturas sociais, de tal modo que, alterando-se essas, aquelas também se modificavam. Para Tambiah, Lévy-Bruhl não explorou sistematicamente essa tese, mas Bloch, com *Os reis taumaturgos*, e especialmente Febvre, com *O problema da incredulidade no século XVI*, o fizeram.

18 Há uma considerável literatura sobre o tema e as visões de Lévi-Strauss a respeito da História. Remeto, portanto, entre outros, a Marcio Goldman (1999), Lília Katri Moritz Schwarcz (1999), Fernando Teixeira da Silva (2005), François Hartog (2006), José Carlos Reis (2008), Henrique Estrada Rodrigues (2009), Richard Marin (2011) e, para um estu-

A interlocução entre História e Antropologia passou a ser defendida de modo mais enfático, na França e em países de língua inglesa, a partir dos anos 1960, e sobretudo 1970. No início dos anos 1960, o historiador inglês Keith Thomas (1963) publicou um artigo em que defendia a aproximação entre as disciplinas. O texto destacava os pontos de contato entre as duas e o que tinham os historiadores a ganhar no que dizia respeito ao alargamento do espectro de seus objetos de pesquisa e às modalidades do seu tratamento, familiarizando-se com a produção dos antropólogos.¹⁹ Pouco tempo depois, em 1966, a revista *Times Literary Supplement* convidou vários historiadores a que discorressem sobre novos caminhos e modalidades da História, Thomas entre eles. Na avaliação deste, a maioria dos historiadores havia perdido o rumo na primeira metade do século XX, não logrando êxito em explicar o funcionamento da sociedade. A solução, segundo ele, estava em aliar a tradição empírica da História, a inglesa em particular, a uma aproximação efetiva das Ciências Sociais, entre elas a Psicologia Social, a Sociologia e a Antropologia Social (THOMAS, 2007, p. 23).²⁰

Na França, o interesse dos historiadores pela Antropologia vinha se tornando mais evidente nos anos 1960, de acordo com Georges Duby que, já em sua tese de doutorado *La société aux XI^e et XII^e siècles dans la région mâconnaise*, publicada em 1953, havia se apropriado de *As estruturas elementares do*

do mais extenso, Francine Iegelski (2016).

19 Em que pesem os discursos favoráveis, as relações entre os profissionais das duas disciplinas no início dos anos 1960, nos países de língua inglesa, eram de distanciamento. Ao menos é o que se pode depreender de um artigo então escrito pelo antropólogo norte-americano Bernard S. Cohn (2001). Nele, com base na técnica do trabalho de campo, se faz uma Etnografia, nos termos do autor, da sociedade e da cultura dos historiadores, tecendo comparações com as dos antropólogos para, assim, trazer elementos de compreensão das dificuldades de colaboração entre eles, apesar das recorrentes defesas de uma aproximação.

20 Em um breve balanço, quarenta anos depois, dos acertos e erros das previsões e prescrições de 1966, Keith Thomas (2007, pp. 24–25) avaliou que, embora não tivesse se tornado uma ciência social, a História havia se aproximado de disciplinas adjacentes, como a Antropologia, que se tornou referência habitual para os historiadores.

parentesco, de Lévi-Strauss (BURGUIÈRE, 1999, p. 4; MARIN, 2011, p. 8). Segundo ele, desde a década de 1960 os historiadores, a começar pelos medievalistas, vinham se tornando leitores cada vez mais assíduos dos antropólogos, com efeitos evidentes sobre seus objetos, questões, e recortes temporais (BERLIOZ; LE GOFF; GUERREAU-JALABERT, 1989, p. 269).²¹ Apesar dos contatos prévios, há um certo consenso em apontar para os anos 1970 como um momento de mudança na relação, antes mais distante, sugerindo uma aproximação efetiva, culminando no surgimento da noção de Antropologia Histórica (idem; SCHMITT, 2008, 2010). Foi em 1972 que Jacques Le Goff publicou pela primeira vez seu conhecido artigo “O historiador e o homem cotidiano”. Nele, procurou refletir sobre os efeitos, na pesquisa histórica, do diálogo com a Antropologia, da incorporação de um olhar antropológico, depois de um longo afastamento.²² Dois anos depois, os *Annales*, de cuja direção Le Goff era membro, publicaram um número dedicado a uma História antropológica. A introdução do volume destacava que História e Etnologia, dois domínios distintos, dicotômicos, caminhavam para uma aproximação, com desdobramentos claros nos objetos trabalhados pelos historiadores. O texto chegava a indagar se isso poderia resultar no fim da dicotomia ou mesmo em uma fusão das duas, mas destacava serem grandes as dificuldades.²³ Em 1975, Emmanuel Le Roy Ladurie publicou *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324*, livro identificado como uma Etnografia Histórica, que teve uma grande repercussão (MANDROU, 1977; STUARD, 1981).²⁴No ano seguinte, Le

21 De acordo com Berlioz, Le Goff e Guerreau-Jalabert (1989, p. 269), também na Itália, na Alemanha e nos Estados Unidos, os historiadores medievalistas se viram inspirados pelas pesquisas dos antropólogos.

22 O artigo foi publicado em um volume intitulado *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*.

23 Ver *Annales*, Introduction, 1974, p. 1309. O número foi resultado de um seminário ocorrido em 1972 e 1973, reunindo historiadores e antropólogos em torno do tema da reciprocidade, com base na obra de Karl Polanyi.

24 O livro propiciava essa identificação ao fazer referência aos trabalhos de vários antropólogos, como Alfred Radcliffe-Brown, Ernest Gellner, Jack Goody e Julian Pitt-Rivers

Goff mudou o nome de seu seminário na EHESS de “História e Sociociologia do Ocidente Medieval” para “Antropologia Histórica do Ocidente Medieval”. E, dois anos depois, o GAHOM foi criado e Burguière (1978) publicou seu verbete sobre Antropologia Histórica em *La nouvelle histoire*.

A aproximação da História da Antropologia se deu, na França dos anos 1970, sobretudo no âmbito da chamada História das mentalidades, base da autointitulada nova História. Esse foi um momento de forte crescimento da História como disciplina, de consolidação da sua profissionalização, de inovação, abertura a territórios, temas, objetos, metodologias e fontes, até então inusitados. Externamente, ela alcançou grande projeção e visibilidade, com expressiva presença no mercado editorial. Exemplo disso foi o sucesso alcançado por *Montaillou* que, apenas na França, vendeu cerca de 250 mil exemplares (LADURIE, 2014). Predominava uma visão otimista nos vários balanços historiográficos publicados até o início dos anos 1980, ressaltando o caráter dinâmico e inovador da disciplina. Um marco importante nesse sentido foi a coletânea *Faire de l'histoire*, sob a direção de Jacques Le Goff e de Pierre Nora (1974). Outro foi *La nouvelle histoire* (LE GOFF, CHARTIER e REVEL, 1978). Historiadores reconhecidos lançaram obras apresentando o estado da arte e indicando perspectivas do ofício e da historiografia, informados, de modo geral, por essa mesma visão. Entre eles podemos lembrar Emmanuel Le Roy Ladurie, com *Le territoire de l'historien* (1973) e *Parmi les historiens* (1983), Pierre Chaunu com *Pour l'histoire* (1984) e François Furet com *L'atelier de l'histoire* (1982).

O entusiasmo com o crescimento da História, porém, foi, para alguns, a marca de um fim de ciclo. O quadro que se passou a traçar da disciplina na França, a partir de meados dos anos 1980, foi de uma crise profunda. De início, o diagnóstico teve o seu foco na dimensão mais propriamente profissional. Falava-se de um estrangulamento na carreira de historiador, sobretudo nos seus níveis mais altos, minando as perspectivas de ascensão. Com isso, futuras opções pela carreira poderiam se ver comprometidas, e estudantes mais talentosos dirigiram-se para outras áreas. Falava-se, igualmente, em uma

(LADURIE, 1984).

perda de espaço do ensino de História no nível secundário. Aos poucos, entretanto, o diagnóstico da crise foi abrangendo outras dimensões, assumindo outros sentidos. Passou a se referir não tanto às condições objetivas de exercício da profissão, mas principalmente ao fazer histórico em si. Argumentava-se que os historiadores, com a nova História em particular, haviam se afastado da proposta original dos Annales. Proposta essa que, de maneira geral, havia persistido até o momento em que Fernand Braudel esteve à frente do grupo, de uma História global, que abrangesse o conjunto de dimensões da vida social em sua totalidade. Mais, de uma História que não apenas dialogasse, mas federasse as Ciências Humanas em seu conjunto. Com isso, a História perdia seu papel focal no espectro das Ciências Humanas e se fragmentava, isolando os historiadores em seus objetos, dificultando as possibilidades de trocas e de diálogo entre eles (DOSSE, 1992). Mais do que isso, era o próprio estatuto de cientificidade da História que se via sob fogo, sobretudo a partir da influência de autores como Michel Foucault, Roland Barthes e Paul Ricoeur. O debate deslocava-se de seu eixo epistemológico para o da discursividade, da linguagem, da narrativa, da escrita da História.²⁵

Nem todos, é claro, concordavam com o diagnóstico da crise. Ainda assim, viram-se instados a tomar posição no debate, que se impôs de modo incontornável, estendendo-se pela década seguinte. Trabalhos foram publicados com referências ou diretamente envolvidos na discussão, com reflexos inclusive fora da França, nos Estados Unidos e mesmo no Brasil.²⁶ O que

25 Nos anos 1970, surgem trabalhos de historiadores franceses, como Michel de Certeau em 1975 (aqui em edição de 1982) e Paul Marie Veyne em 1971 (aqui em edição de 1982), sobre a escrita da História. Esse movimento não foi exclusivo da França, inserindo-se no que Lawrence Stone (1979) identificou como um retorno da narrativa na História. Importante referência do deslocamento foi a publicação, em 1973, de *Meta-história*, livro de Hayden White.

26 Não é objetivo do presente artigo analisar o debate sobre a crise. Para um estudo minucioso, com referências de trabalhos vinculados ao debate, dentro e fora da França, ver Gérard Noiriel (1996). Para dois livros elaborados no contexto do debate sobre a crise e por ele permeado, ver François Bédarida (1995) e Roger Chartier (1998). No Brasil, a crise

cabe aqui destacar é que a percepção da crise, os debates em torno e as reações a ela, produziram efeitos sobre a consolidação e a legitimação de uma História inspirada pela Antropologia.

INOVAÇÃO NA CRISE

Quando se afirmava, no debate sobre a crise, que os historiadores haviam abandonado o projeto original totalizante dos *Annales*, resultando em um estilhaçamento da História, um dos alvos era o *establishment* da historiografia, o grupo, justamente, que dirigia a revista. Era nele preferencialmente, à frente Jacques Le Goff, que, por exemplo, mirava François Dosse (1992), quando publicou o seu *A história em migalhas*.²⁷ Havia, portanto, uma disputa em torno do que deveria ser a História como disciplina naquele momento, e suas relações com as Ciências Humanas, reivindicando as posições concorrentes, como fundamento de sua legitimidade, a fidelidade ao que argumentavam ser a proposta e a herança de fato dos *Annales*. A disputa em torno do que deveria ser a História passava também, desse modo, pela verdadeira herança dos *Annales*. É o que, ainda que pela sua relativização, sugeriam em um dos editoriais da revista, redigido em meio aos debates da crise e respondendo, mesmo que não explicitamente, às críticas de que seus diretores eram alvo. Afirmavam, logo de início, que a herança dos *Annales* pertencia a todos, estando cada um livre para fazer a sua leitura particular (1989, p. 1317).

Cabe lembrar que essa é uma estratégia, não necessariamente, ou nem sempre, racional ou consciente, presente de modo recorrente nas disputas em diferentes campos, o da História entre eles, por reconhecimento, autoridade, legitimidade. Vincula-se de modo direto uma posição presente a uma outra no passado, tida como legítima, tornando aquela herdeira necessária desta,

foi abordada, entre outros, por Francisco J. C. Falcon (1996), Ciro Flamarion Cardoso (2005) e Carlos Alvarez Maia (2010).

27 Outros membros do Comitê de Direção de *Annales* nos anos 1980, após a morte de Braudel em 1985, foram Charles Morazé, André Burguière, Marc Ferro, Emmanuel Le Roy Ladurie, Jacques Revel e Lucette Valensi.

seu desdobramento inexorável, garantindo assim seu reconhecimento, sua legitimidade. Foi o que fez a Antropologia Histórica que, em sua afirmação, promoveu um recuo à década de 1920, buscando associar suas origens ao Marc Bloch de *Os reis taumaturgos*, tornando assim o trabalho seminal, como se fosse ele o seu precursor, como se nele já estivesse presente em germe, ou em projeto, sendo assim sua herdeira e, destarte, seu *telos*.

Ainda que questionasse a existência de uma crise específica da História naquele momento, mas reconhecendo haver um problema difuso nas Ciências Humanas, a direção de *Annales* abriu espaço para um debate sobre o tema. Em um editorial de 1988, “Histoire et sciences sociales. Un tournant critique?”, ela fazia um convite a historiadores e cientistas sociais para que se engajassem na discussão, apresentando não somente diagnósticos, mas também prognósticos. Algumas respostas foram publicadas no ano seguinte, no número relativo aos sessenta anos da revista. No editorial, “Tentons l’expérience” (1989), defendia-se uma refundação do ofício do historiador e do diálogo com as Ciências Sociais. Para tanto, argumentava-se ser preciso ir além da História social que havia sido predominante, de base quantitativa, voltada para a longa duração, fundamentada em aportes funcionalistas ou estruturalistas. Destacava-se a necessidade de repensar a interdisciplinaridade da História com as Ciências Humanas, mantendo as identidades das distintas disciplinas. Fazê-lo, ressalvavam os diretores, significava manter-se em linha de fidelidade ao projeto original de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, apenas reelaborando a noção de totalidade por eles perseguida e admitindo não ser a História enquanto disciplina, e sim o seu objeto, o eixo de convergência das Ciências Humanas. Deixava-se de lado, portanto, a ideia de que caberia à História federar o conjunto daquelas ciências.

Há duas menções no editorial de 1989 que são de interesse para a temática deste artigo. Uma é à Micro-história e aos ganhos heurísticos da redução da escala de análise, e outra ao que era importante reter da noção, fortemente associada à difusão da Antropologia interpretativa de Clifford Geertz, da visão da realidade social como um texto (ver *Annales*, 1989, pp. 1320–1321). Geertz foi, sem dúvida, já nos anos 1970, mas sobretudo a partir dos 1980, a principal referência para os historiadores no campo da Antropologia. Tornou-

-se citação obrigatória, fosse para com ele concordar, fosse para criticar. Sua noção de descrição densa, expressa em *A interpretação das culturas* (GEERTZ, 1973), foi largamente apropriada pelos historiadores, a princípio mais intensamente nos Estados Unidos, mas, em seguida, também em vários outros países, inclusive como suporte ao chamado retorno da narrativa na História.²⁸ Segundo Eric Hobsbawm (2002, pp. 541–543) em *Tempos interessantes*, a partir da década de 1970, a noção de estrutura perdeu para a de cultura a sua centralidade na produção historiográfica. Nesse movimento, se após 1945 os jovens historiadores se inspiravam em Braudel, os de 1968 o fizeram em Geertz e na sua noção de descrição densa. A análise cedeu lugar à descrição, a economia e a sociedade à cultura, o macro ao micro.

A Micro-história não foi indiferente à influência da Antropologia em geral, e de Geertz em particular, ainda que se pudesse criticar o relativismo decorrente de sua perspectiva interpretativista (LEVI, 1992; GINZBURG, 1993). Outra referência importante para ela foi a do antropólogo Fredrik Barth. Em 1978 ele coordenou a publicação *Scale and social organization* (BARTH, 1978), reunindo trabalhos apresentados em um simpósio de mesmo título, que foi uma das bases para a discussão dos ganhos heurísticos e das decorrências epistemológicas da redução da escala de análise promovida pela Micro-história.

Embora tivesse surgido na Itália, foi principalmente a partir da França que a Micro-história ganhou maior visibilidade. Mesmo nesse país, como lembra Jacques Revel (1998, pp. 7–10), um de seus importantes difusores, os trabalhos dos autores associados à Micro-história tiveram uma circulação restrita até fins dos anos 1980. Passaram a ser lidos com maior interesse a partir da publicação da tradução francesa de *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, de Giovanni Levi (1985). Contribuiu também para o seu reconhecimento a publicação, em 1996, do livro *Jogos de escalas*, organizado por Revel (aqui em edição de 1998), fruto de um seminário ocorrido na França em 1991, reunindo historiadores e antropólogos, para discutir, entre outros temas, Micro-história e microssocial. Mas se a

28 Cf. Lawrence Stone (1979).

Micro-história alcançou grande projeção naquele momento, tornando-se objeto de investimento dos historiadores, foi porque foi vista como alternativa historiográfica à propalada crise.

Há nesse episódio dois aspectos para os quais é interessante chamar atenção. Em primeiro lugar, o fato de que a Antropologia persistia como uma referência importante para os historiadores, em especial a interpretativa de Geertz. Em segundo, que a posição de prestígio e reconhecimento internacionais da historiografia francesa fazia dela um *locus* estratégico para a difusão de padrões de trabalho e de inovações na área. O que se observa, porém, é que, até então, as inovações que se difundiam eram principalmente as produzidas pela própria historiografia francesa. No contexto da chamada crise, e da concorrência entre os historiadores franceses em torno do que seria a herança dos *Annales* e, por meio desta, da imposição de um padrão legítimo de produção na área, outras historiografias ganharam visibilidade, foram reconhecidas como alternativas, como evidencia o caso da Micro-história. E não foi apenas ela. Textos de autores vinculados à *Alltagsgeschichte*, como Hans Medick e Alf Lüdtke, ainda que não tenham repercutido com o mesmo vigor, passaram a circular no meio francês nos anos 1990.²⁹ Edward Palmer Thompson, grande nome da História social inglesa, marxista que também incorporava a Antropologia nas suas análises, só teve o seu *A formação da classe operária inglesa*, livro de 1963, traduzido para o francês em 1988. Embora Thompson, à diferença das duas perspectivas anteriores, não dependesse do reconhecimento francês para a sua difusão, a demora deste é significativa de como o contexto da crise propiciou uma abertura antes mais difícil de ocorrer. Nesse movimento ganhou espaço, igualmente, a nova História cultural norte-americana.

É preciso ressaltar que as inovações historiográficas que se observaram não vieram apenas de fora da França. Elas podiam ser identificadas também no país, mas de fora, em parte, dos eixos tradicionais anteriores. O GAHOM continuou a existir, mas foi perdendo sua posição de um dos principais pro-

29 Sobre a *Alltagsgeschichte*, igualmente lastreada pela Antropologia, Geertz em especial, ver Alf Lüdtke (1995), Geoff Eley (1995), Hans Medick (1995) e Sandrine Kott (1995).

pulsores de novidades historiográficas francesas.³⁰ Assim também a História medieval, que nos anos 1960, 1970 e parte dos 1980, foi uma das responsáveis por um forte arejamento da pesquisa histórica, com nomes como os de Duby e Le Goff, viu crescer a importância de focos cronológicos mais recentes.

Um dos campos temáticos onde se assistiu uma forte renovação foi o da História política. Ela foi um importante centro dinâmico da historiografia francesa a partir da década de 1980. Mas a impulsioná-la estavam historiadores não vinculados prioritariamente ao núcleo dos *Annales* e à EHESS, que o abrigava, mas à Sciences Po. Tal era o caso de René Rémond, de Jean-François Sirinelli, de François Bédarida. Associado à renovação da História política, por ela estimulado, estava o investimento na História do tempo presente, inclusive com a criação, em 1978, de um Instituto de História do Tempo Presente. Uma das suas marcas foi, para o desenvolvimento de estudos sobre a Segunda Guerra Mundial e o regime de Vichy, o emprego de uma metodologia até então vista com desconfiança pelos historiadores, a História oral. Por isso dele resultaram, igualmente, reflexões importantes sobre memória e sua associação com a questão da identidade, como as do sociólogo Michael Pollak (1992). Mais do que isso, as pesquisas sobre o período ultrapassaram os muros das universidades, repercutindo fortemente no debate público, com a participação de historiadores, gerando intervenções, tomadas de posição e

30 Em 2008, por ocasião dos 30 anos de existência do GAHOM e da publicação de *La nouvelle histoire*, realizou-se na EHESS um colóquio de avaliação do estado da arte da pesquisa em Antropologia histórica da idade média. O objetivo do encontro era não o de festejar, mas de produzir um balanço efetivo da produção na área. Observava-se que, ao mesmo tempo em que ela crescia em número e importância, perdia um eixo de sentido, senso de unidade, diluía-se diante de uma absoluta variabilidade de abordagens. Questionava-se, ainda, se a interdisciplinaridade, que havia se tornado um lugar comum nas Ciências Humanas, era ali algo mais do que uma etiqueta, uma declaração de intenções. E mais, se a Antropologia histórica mantinha alguma singularidade (BRILLI, DITTMAR E DUFAL, 2010).

mesmo a produção de instrumentos legais, em torno do que ficou conhecido como dever de memória (cf. HEYMANN, 2007).

Outra linha de trabalho que se afirmou como inovação, esta vinculada aos *Annales* e à EHESS, foi a História cultural, à qual se associou, entre outros, o nome de Roger Chartier, com seu interesse pela História do livro, das práticas de escrita e de leitura. Tanto ela quanto as historiografias que vinham de fora ocuparam o lugar deixado pelo esgotamento da História das mentalidades, de definição imprecisa e demasiadamente atenta à permanência, ao homogêneo, com sua marca quantitativa, serial em algumas de suas vertentes, e a percepção do seu objeto como um terceiro nível da realidade, após o social e o econômico (LUSTOSA, 2004; HULAK, 2008; ORY, 2010). À diferença do que ocorreu nos Estados Unidos, a História cultural francesa, embora dialogasse com a Antropologia, também manteve vínculos significativos com a Sociologia.³¹ Era forte, por exemplo, a proximidade de Roger Chartier com a Sociologia de Pierre Bourdieu. Ele foi, também, um importante difusor da obra de Norbert Elias na França, escrevendo o prefácio da edição francesa de *A sociedade de corte*, em 1985 (CHARTIER, 2002, 1998). Outro traço a se destacar da História cultural francesa foi sua proximidade com a História política, particularmente no estudo de culturas políticas, de políticas culturais e de intelectuais (RIOUX; SIRINELLI, 1998; PROCHASSON, 2003; CHARTIER, 2003).

A História cultural norte-americana, enfeixada no termo nova História cultural, se afirmou e se expandiu justamente sobre as bases de uma insatisfação com a História social e a Sociologia, tomando como fundamento a Antropologia, em grande parte, mas também a teoria e a crítica literárias (APPLEBY; HUNT; JACOB, 2011; SEWELL JR., 1997). A denominação

31 Em um texto de meados dos anos 1980, o antropólogo Gérard Lenclud (1987) observava que então, na França, as relações entre História e Antropologia assumiam um caráter paradoxal, de distância e proximidade ao mesmo tempo. A estrutura institucional da distribuição dos saberes as localizava em domínios acadêmicos distintos. Cada uma tinha suas próprias linguagens, cadeiras, currículos, carreiras, instâncias de consagração, consensos internos e capelas. Disputavam espaço, reconhecimento e autoridade.

nova História cultural ganhou visibilidade graças, em boa medida, a uma coletânea de mesmo título organizada pela historiadora Lynn Hunt, publicada em 1989. Ela nomeou, assim, a tendência historiográfica resultante do que se chamou de virada cultural na disciplina, tendo a noção antropológica de cultura como centro, a analogia do texto como base para a interpretação do mundo social, a descrição densa como método proclamado privilegiado e Geertz e o seu *A interpretação das culturas* como referências obrigatórias (STONE, 1979; WALTERS, 1980; HUNT, 1989, pp. 11–12; SPIEGEL, 1990; SEWELL JR., 1997, 2005; BURKE, 2005, p. 87; RUBIN, 2010; CLARK, 2011).³²

Os historiadores que conviveram com Geertz na Universidade de Princeton, de cujo Instituto de Estudos Avançados ele se tornou professor na década de 1970, reconheceram em geral a sua grande influência e a de *A interpretação das culturas*. Assim o fez Lawrence Stone (STONE; SPIEGEL, 1992). O mesmo fez Natalie Zemon Davis (2008), que lembrou que o livro que teve mais importância para ela, na década de 1970, foi *A interpretação das culturas*. No caso de Robert Darnton o que houve, mais do que influência, foi uma parceria efetiva. Ele e Geertz ministraram juntamente, durante vários anos, um seminário de graduação sobre História e Antropologia, que Darnton havia iniciado em 1974. *O grande massacre de gatos* foi, sem dúvida, marcado por essa relação estreita (DARNTON, 2009, 2011).

Na opinião de André Burguière (1999, p. 4), Darnton representou um dos exemplos mais exitosos de trocas com a Antropologia. Para o historiador, essas trocas assumiram a forma de empréstimos que se deram segundo três padrões. Em um primeiro, no qual se inscrevia Georges Duby, conceitos antropológicos eram tomados para a composição de uma pesquisa, um livro, sendo seu uso, em seguida, descontinuado. O segundo, exemplificado por Emmanuel Le Roy Ladurie, era eclético, enciclopédico, sendo várias noções e autores incorporados a um só tempo. No terceiro, ao qual Burguière se referia como mimético, o de Darnton, o historiador se apropriava não somente de

32 Geertz foi, ainda, uma forte influência para o novo historicismo de Stephen Greenblatt (GALLAGHER; GREENBLAT, 2000).

conceitos, mas de métodos e modos de exposição da Antropologia. Na verdade, o êxito, concordando-se com Burguière, de Darnton nas suas trocas com a Antropologia geertziana, foi também a razão principal de algumas das críticas recebidas por *O grande massacre de gatos* de historiadores como Chartier. Elas incidiram, entre outros pontos, no emprego do conceito de cultura como sistema, o que resultou em uma percepção homogeneizante da cultura francesa do período estudado, presente na noção de *frenchness*, na tomada da descrição do massacre sem uma crítica mais sistemática, como se fosse o relato de um informante, e na censura de Darnton ao que seria um objetivismo presente na historiografia francesa.³³

A crítica de parte desta a Darnton, e à nova História cultural norte-americana de modo mais amplo, por mais que esta possa ter atribuído aos franceses, à História das mentalidades em particular, um papel fundamental, juntamente com a Antropologia de Geertz, no seu surgimento,³⁴ talvez possa ser lida por um outro viés. Trata-se também de uma reação à leitura americana da História francesa, objeto de estudo de Darnton, mas também de Zemon Davis e de Lynn Hunt, entre outros. A França dos *Annales*, que havia se elevado à condição de paradigma historiográfico mundial, via sua posição ser erodida por questionamentos, crises e disputas internas, e pela ascensão de outras historiografias nacionais, como a norte-americana, a inglesa, a italiana, a alemã ou mesmo de países considerados periféricos, como a Índia de Dipesh Chakrabarty e Ranajit Guha. Certamente, isso é um elemento de compreensão importante para o sentimento de deslocamento e de crise dos historiadores franceses a partir de fins dos anos 1980. Em um pequeno livro de 2011, Jean-François Sirinelli se pergunta se a História ainda é francesa. Na

33 Ver, para uma crítica francesa à nova História cultural e a *O grande massacre de gatos*, (CHARTIER, 1985, 2003; BOURDIEU; CHARTIER; DARNTON, 2009; CARVALHO, 2002; LUSTOSA, 2004).

34 Ver Lynn Hunt (1989, pp. 11-12). Chartier é um dos autores da coletânea sobre a nova História cultural. O tema original do seminário de Darnton em Princeton era o de História das mentalidades, e era também a esta que ele associava *O grande massacre de gatos* (DARNTON, 2009, p. 16).

sua avaliação, tinha havido uma redução do interesse pelo que os historiadores franceses tinham a dizer, assim como uma mudança no eixo da produção historiográfica internacional. Há que se perceber, porém, que a perda do monopólio historiográfico internacional pela França, ainda que a sua posição no campo da História continuasse sendo importantíssima, permitiu que outras perspectivas aflorassem, buscando visibilidade, reconhecimento.³⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Antropologia continua sendo uma referência importante para a História, enriquecendo seu campo de estudos, inclusive na França. Questões relevantes, como a dos regimes de historicidade (HARTOG, 2003), surgiram dessa relação. Internalizada como constitutiva do fazer historiográfico em algumas de suas áreas e perspectivas, e naturalizada, a relação entre as duas não tem mais sido objeto de surpresa, estranhamento, questionamento, ao menos de modo sistemático (MINARD, 2002). Há que se reconhecer, contudo, que, durante muito tempo, essa relação foi, predominantemente, uma via de mão única, com os historiadores se apropriando, em seus trabalhos, de teorias, conceitos, métodos, produzidos por antropólogos. E uma apropriação muitas vezes problemática, como reconhecem inclusive historiadores, como Robert Darnton e Stuart Clark. Ambos chamaram atenção para o modo em grande parte literal com que foi compreendida e adotada a descrição densa de Geertz pelos historiadores, como simplesmente mais descrição e abun-

35 Segundo os sociólogos Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant (1998), em um texto de fins dos anos 1990, o que caracteriza o imperialismo cultural é o poder de universalizar, generalizar, elementos particulares, específicos de uma tradição histórica singular, apagando os rastros dessa operação. Procuravam mostrar como vários particularismos da sociedade e das universidades americanas se impunham então como planetários, como pontos de vista universais. Mas imperialismos não se impõem com a ausência de contestações. Estas podem vir, por vezes, da parte de outras tradições nacionais, também com pretensões imperiais. Isso pode ajudar a entender disputas entre as historiografias francesa e norte-americana, ambas com pretensões imperialistas.

dância de detalhes (CARVALHO, 2002; CLARK, 2011). Antropólogos, por sua vez, nem sempre receberam com entusiasmo trabalhos de historiadores aclamados como exemplares de uma abordagem antropológica (DAKHLIA, 2002), como foi o caso de *Montaillou*, de Emmanuel Le Roy Ladurie (1984). Para o antropólogo Renato Rosaldo (1986), o livro de Ladurie era clássico no estilo, mas pouco inovador ou, melhor, mais ultrapassado. Além disso, ao não se questionar sobre os modos de produção dos discursos com os quais trabalhou, tomando-os como testemunhos diretos de camponeses, quando se tratava de falas mediadas, relatadas por um inquisidor, terminou, na opinião de Rosaldo, por ser vítima de anacronismo.

A Antropologia, mais voltada para a sincronia, interessou-se também pela diacronia, a História, o que fez ao tempo em que iniciou uma crítica à noção de cultura por trazer, muitas vezes, um sentido de hierarquia, assimetria, por enfatizar a sincronia e a homogeneidade, obscurecendo conflitos (ABU-LUGHOD, 1991; REDDY, 2002; SCHWARCZ, 2005; SEWELL, 2005). Mas o interesse da Antropologia pelo objeto História, sua preocupação com a historicidade, não acarretaram, necessariamente, uma incorporação da História disciplina, do ofício do historiador. De forma geral, ao se voltarem para a História, e para os trabalhos de História, os antropólogos não se apropriaram, de modo extenso e sistemático, dos conceitos e dos métodos dos historiadores. Quando foram aos arquivos, não o fizeram como os historiadores. Para a historiadora Jocelyne Dakhliá (2002, pp. 85–86), o encontro da História com a Antropologia foi menos simbiótico e profundo do que se esperava, e suas trocas assimétricas. A Antropologia dos historiadores não era a dos antropólogos e a História destes não era a daqueles.

Mas o problema maior talvez não esteja na incompletude da simbiose ou na desigualdade das trocas, e sim na expectativa. A interdisciplinaridade não demanda a fusão das disciplinas parceiras, nem supõe, como condição *sine qua non*, que suas posições sejam simétricas. Além disso, até por questões de ordem institucional e organizacional, as disciplinas são levadas a se diferenciar e a competir. A estrutura grandemente segmentada da vida acadêmica, e do seu financiamento, reforça a concorrência entre disciplinas por espaços, postos, recursos, reconhecimento, visibilidade pública e, assim também, novos

pretendentes à carreira. Outrossim, tradições disciplinares distintas formam seus quadros em linguagens, esquemas cognitivos, padrões de pensamento e discursividade que lhes são próprios, dando base a disputas pela autoridade no trato de determinados temas, e de como devem ser estudados.

Espaços de troca externos aos tradicionais departamentos, como foi o caso do Instituto de Estudos Avançados de Princeton, fornecem um contexto institucional propício à interlocução entre quadros de diferentes disciplinas. Na Universidade de Estrasburgo, berço dos *Annales*, onde Bloch e Febvre foram professores, eram frequentes os seminários reunindo historiadores, sociólogos, filósofos e linguistas. Mas aquele era um momento, é claro, em que as disciplinas se institucionalizavam, com fronteiras e identidades ainda pouco definidas, e algumas sem mesmo contar com cadeiras próprias. Hoje algumas áreas já surgem sob a marca da interdisciplinaridade, reunindo profissionais de diferentes disciplinas em torno de temas específicos. A Etno-história é uma delas. Embora conte com a presença crescente de historiadores, ela se faz, no Brasil, como formação, principalmente dentro da Antropologia, sob a égide desta.³⁶

Como se vê, discutir relações entre disciplinas envolve um alto grau de complexidade, com um espectro de questões que vai desde as de ordem epistemológica até as institucionais e mesmo políticas. Elas também assumem distintas configurações em diferentes países, por mais que a internacionalização crescente do trabalho intelectual, inclusive induzida por órgãos de fomento, promova a interrelação e a circulação de pesquisadores, textos, ideias, teorias, metodologias, tecnologias, modas, modelos institucionais. Optar, portanto, por um caminho de discussão, significa deixar de lado uma infinidade de outros igualmente ou até mais relevantes. Diferente de esgotar, pretensão impossível, ou mesmo de produzir uma impressão de exaustividade, o que aqui se buscou foi, tomando por foco o eixo francês dos *Annales*, traçar um painel

36 Sobre a Etno-história no Brasil, ver, entre outros, Maria Regina Celestino Almeida (2013). Conferir também, para uma visão a partir deste viés sobre o diálogo entre História e Antropologia, da mesma autora, “História e Antropologia” (ALMEIDA, 2012).

restrito das relações entre História e Antropologia, levantando questões que podem ser objeto de estudos e de aprofundamentos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-LUGHOD, Lila. “Writing Against Culture”. In: FOX, Richard G. (ed.). *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. Santa Fe: School of American Research Press, 1991. pp. 137–162.
- ALBERT, Jean-Pierre. “L’histoire et l’anthropologie: convergences et spécificités”. *L’Atelier du Centre de Recherches Historiques*. Revue électronique du CRH, n. 6, Faire l’anthropologie historique du Moyen Âge, 2010. 10 p. Disponível em: <<http://acrh.revues.org/1944>>. Acesso em: 18 jul 2016.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “História e Antropologia”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. pp. 151–168.
- _____. “Os índios na história: avanços e desafios das abordagens interdisciplinares – a contribuição de John Monteiro”. *História Social*, n. 25, pp. 19–42, segundo semestre 2013.
- ALPHANDÉRY, Paul. “Marc Bloch – Les rois thaumaturges. Étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royal particulièrement en France et en Angleterre”. (Publications de la Faculté des Lettres de l’Université de Strasbourg, fasc. 19). 1 v. Gd 8º de VII–542 p. *Revue de l’Histoire des Religions*, Strasbourg, Paris, 1924. v. 91, pp. 114–118, 1925.
- APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn; JACOB, Margaret. *Telling the Truth about History*. New York: W. W. Norton & Company, 2011. Publicação original: 1994.
- BARTH, Fredrik. (ed.). *Scale and Social Organization*. Oslo: Universitetsforlaget, 1978.
- BÉDARIDA, François (dir.). *L’histoire et le métier d’historien en France 1945–1995*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1995.
- BERLIOZ, Jacques; LE GOFF, Jacques; GUERREAU-JALABERT, Anita. “Anthropologie et histoire”. In: *ACTES des Congrès de la Société des Histo-*

riens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public. 20 Congrès, L'histoire médiévale en France. Bilan et perspectives: Paris, 1989. pp. 269–304.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Publicação original: 1924.

_____. “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”. *Revue de Synthèse Historique*, n. 46, pp. 15–50, 1967. Publicação original: 1928.

BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien. “A nos lecteurs”. *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, v. 1, n. 1, pp. 1–2, jan 1929.

BONNELL, Victoria E.; HUNT, Lynn. “Introduction”. In: BONNELL, Victoria E.; HUNT, Lynn. (eds.). *Beyond the Cultural Turn: New Directions in the Study of Society and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1999. pp 1–32.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert. “Dialogues à propos de l'histoire culturelle”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 59, pp. 86–93, set 1985.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. “Sur les ruses de la raison imperi-aliste”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 121, pp. 109–118, mar 1998.

BRAUDEL, Fernand. “Histoire et Sciences sociales: la longue durée”. *Annales Économies, Sociétés, Civilisations*, n. 4, pp. 725–753, 1958.

BRILLI, Elisa; DITTMAR, Pierre-Olivier; DUFAL, Blaise. “Avant-propos”. *L'Atelier du Centre de Recherches Historiques*. *Revue électronique du CRH*, n. 6, Faire l'anthropologie historique du Moyen Âge, 2010. 4 p. Disponível em: <<http://acrh.revues.org/2811>>. Acesso em: 18 jul 2016.

BURGUIÈRE, André. “L'anthropologie historique”. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. (dir.). *La nouvelle histoire*. Paris: Retz – CEPL, 1978. pp. 37–61.

_____. “Bloch, Marc, 1886–1944”. In: BURGUIÈRE, André. (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. pp. 104–108. Publicação original: 1986.

- _____. “L’anthropologie historique et l’école des Annales”. *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n. 22, 1999. Disponível em: <<http://ccrh.revues.org/2362>>. Acesso em: 10 nov 2016.
- BURKE, Peter. *French Historical Revolution: The Annales School, 1929–1989*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- _____. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Publicação original: 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. “História na virada do milênio: fim das certezas, crise dos paradigmas? Que história convirá ao século XXI?”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru: Edusc, 2005. pp. 151–168.
- CARVALHO, José Murilo de. “Entrevista com Robert Darnton”. *Topoi*, pp. 389–397, set 2002.
- CHARTIER, Roger. “Text, symbols, and frenchness”. *Journal of Modern History*, v. 57, pp. 682–695, dez 1985.
- _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Algés: Difel, 2002. Publicação original: 1988.
- _____. *Au bord de la falaise: l’histoire entre certitudes et inquietude*. Paris: Albin Michel, 1998.
- _____. “La nouvelle histoire culturel le existe-t-elle?”. *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n. 31, 12 p., 2003. Disponível em: <<http://ccrh.revues.org/291>>. Acesso em: 1 out 2016.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Publicação original: 1975.
- CLARK, Stuart. “Thick Description, Thin History: Did Historians Always Understand Clifford Geertz?”. In: ALEXANDER, Jeffrey C.; SMITH, Phillip; NORTON, Matthew. (eds.). *Interpreting Clifford Geertz: Cultural Investigation in the Social Sciences*. New York: Palgrave Macmillan, 2011. pp. 105–119.
- COHN, Bernard S. “Un antropólogo entre los historiadores. Un informe de campo”. *Desacatos*, n. 7, pp. 23–35, outono 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13900702>>. Acesso em: 08 nov 2016. Publicação original: 1962.

- _____. “History and Anthropology: the State of the Play”. *Comparative Studies in Society and History*, v. 22, n. 2, pp. 198–221, abr 1980.
- DAKHLIA, Jocelyne. “Pour l’anthropologie historique”. In: MINARD, Philippe et al. “Histoire et anthropologie nouvelles convergences?”. *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, n. 49–4 bis, pp. 85–89, 2002.
- DARNTON, Robert. *The Great Cat Massacre and Other Episodes in French Cultural History*. New York: Basic Books, 2009. Publicação original: 1984.
- _____. “On Clifford Geertz: Field Notes from the Classroom”. In: ALEXANDER, Jeffrey C.; SMITH, Phillip; NORTON, Matthew (eds.). *Interpreting Clifford Geertz: Cultural Investigation in the Social Sciences*. New York: Palgrave Macmillan, 2011. pp. 197–201.
- DAVIS, Natalie Zemon. “A Reminiscence: Remembering Clifford Geertz”. *History Workshop Journal*, n. 65, 7 p, 2008. Disponível em: <<http://hwj.oxfordjournals.org/>>. Acesso em: 5 jul 2016.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos ‘Annales’ à ‘Nova História’*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- ELEY, Geoff. “Foreword”. In: LUDTKE, Alf. (ed.). *The History of Everyday Life: Reconstructing Historical Experiences and Ways of Life*. Princeton: Princeton University Press, 1995. pp. vii–xiii.
- _____. *A Crooked Line: From Cultural History to the History of Society*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2005.
- FALCON, Francisco J. C. “A identidade do historiador”. *Estudos Históricos*, n. 17, pp. 6–32, 1996.
- FEBVRE, Lucien. *Le problème de l’incroyance au XVIe siècle: la religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, 1947. 549 p. Publicação original: 1942.
- FOURNIER, Marcel. *Marcel Mauss: A Biography*. Princeton: Princeton University Press, 2006. Publicação original: 1994.
- GALLAGHER, Catherine; GREENBLATT, Stephen. *Practicing New Historicism*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*. New York: Basic Books, 1973.
- GINZBURG, Carlo. “Microhistory: Two or Three Things That I Know About It”. *Critical Inquiry*, v. 20, n. 1, pp. 10–35, outono 1993.

_____. “Lectures de Mauss. L’Essai sur le don”. XXXIIe Conférence Marc Bloch, 12 p., jun 2010. Disponível em: <https://www.ehess.fr/sites/default/files/pagedebase/fichiers/2010_conference_marc_bloch.pdf>. Acesso em: 8 out 2016. Também disponível como “Écouter la leçon de l’anthropologie”. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/idees/article/2010/06/12/ecouter-la-lecon-de-l-anthropologie_1370312_3232.html>. Acesso em: 29 jul 2015.

GOLDMAN, Marcio. Razão e diferença: afetividade, racionalidade e relativismo no pensamento de Lévy-Bruhl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Grypho, 1994.

_____. “Lévi-Strauss e os sentidos da História”. Revista de Antropologia, v. 42, n. 1–2, 8 p, 1999.

HARTOG, François. Régimes d’historicité. Présentisme et expérience du temps. Paris: Seuil, 2003.

_____. “O olhar distanciado: Lévi-Strauss e a história”. Topoi, v. 7, n. 12, pp. 9–24, 2006.

HEYMANN, Luciana Quillet. “O ‘devoir de mémoire’ na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”. In: GOMES, Ângela de Castro. (org.). Direitos e cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 15–43.

HOBSBAWM, Eric. “Among the Historians”. In: HOBSBAWM, Eric. Interesting Times. A Twentieth-Century Life. New York: Pantheon Books, 2002. pp. 507–548.

HULAK, Florence. “En avons-nous fini avec l’histoire des mentalités?”. Philonsorbonne, n. 2, 18 p., 2008. Disponível em: <<https://philonsorbonne.revues.org/173>>. Acesso em: 6 mar 2017.

HUNT, Lynn. “Introduction”. In: _____ (ed.). The New Cultural History. Berkeley: University of California Press, 1989. pp. 1–22.

IEGELSKI, Francine. A astronomia das constelações humanas: reflexões sobre o pensamento de Claude Lévi-Strauss e a história. São Paulo: Humanitas, 2016.

IGGERS, Georg G.; WANG, Q. Edward; MUKHERJEE, Supriya. *A Global History of Modern Historiography*. New York: Routledge, 2013. Publicação original: 2008.

INTRODUCTION. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, ano 29, n. 6, pp. 1309–1310, 1974.

KOTT, Sandrine. “L’histoire en Allemagne: la fin d’une voie particulière?”. *Espaces Temps*, n. 59–61, pp. 194–201, 1995.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1994. Publicação original: 1962.

KULICK, Henrika. (ed.). *A New History of Anthropology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

KUPER, Adam. *Culture: the Anthropologists’ Account*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Le territoire de l’historien*. Paris, Gallimard, 1973.

_____. *Montaillou, Cathars and Catholics in a French village 1294–1324*. Harmondsworth: Penguin Books, 1984. Publicação original: 1975.

_____. *Parmi les historiens*. Paris, Gallimard, 1983.

_____. “Emmanuel Le Roy Ladurie, une vie avec l’histoire”. *La Nouvelle Revue d’Histoire*, n. 74, set-out 2014. Disponível em: <<http://www.la-nrh.fr/2014/09/emmanuel-le-roy-ladurie-une-vie-avec-lhistoire/>>. Acesso em: 6 mar 2017.

LE GOFF, Jacques. “Prefácio”. In: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 9–37. Publicação original: 1924, prefácio da edição de 1983.

_____. *Pour un autre moyen âge: temps, culture et travail en Occident: 18 essays*. Paris: Gallimard, 2013. Publicação original: 1977.

LE GOFF, Jacques; Nora, Pierre. (dir.). *Faire de l’histoire*. T. I. *Nouveaux problèmes*. T. II. *Nouvelles approches*. T. III. *Nouveaux objets*. Paris: Gallimard, 1974.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. (dir.). *La nouvelle histoire*. Paris: Retz – CEPL, 1978.

LENCLUD, Gérard. “Anthropologie et histoire, hier et aujourd’hui, en France”. In: CHIVA, Isac; JEGGLE, Utz (dir.). *Ethnologies en miroir : La France et les pays de langue allemande*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1987. Disponível em: <<http://books.openedition.org/editionsmsh/2341>>. Acesso em: 16 out 2016.

LES ANNALES. “Histoire et sciences sociales. Un tournant critique?”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n. 2, pp. 291–293, 1988.

_____. “Tentons l’expérience”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n. 6, pp. 1317–1323, 1989.

LEVI, Giovanni. *L’eredità immateriali. Carriera di un esorcista nel Piemonte del seicento*. Turim: Einaudi, 1985.

_____. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. pp. 133–161. Publicação original: 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Histoire et ethnologie”. *Revue de Métaphysique et de Morale*, n. 3/4, pp. 363–391, jul–out 1949.

_____. “Place de l’anthropologie dans les sciences sociales et problèmes posés par son enseignement”. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958. pp. 377–418. Publicação original: 1954.

_____. “Histoire et ethnologie”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 38, n. 6, pp. 1217–1231, 1983.

LÜDTKE, Alf. “Introduction: What Is the History of Everyday Life and Who Are Its Practitioners?”. In: LÜDTKE, Alf. (ed.). *The History of Everyday Life: Reconstructing Historical Experiences and Ways of Life*. Princeton: Princeton University Press, 1995. pp. 3–40.

LUSTOSA, Isabel. “Conversa com Roger Chartier”. *Trópico*. 2004. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2479,1.shl>>. Acesso em: 28 jan 2017.

MAIA, Carlos Alvarez. “Crise da história ou crise dos historiadores no linguistic turn, o caso brasileiro”. *Projeto História*, n. 41, pp. 351–382, dez 2010.

- MANDROU, Robert. 1977. “Emmanuel LE ROY LADURIE”. Montailou, village occitan de 1294 à 1324. Paris, Gallimard (Bibliothèque des Histoires), 1975, 642 p.”. *L'Année Sociologique*, Troisième Série, v. 28, pp. 273–274.
- MARIN, Richard. “La nouvelle histoire et Lévi-Strauss”. *Caravelle, Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien*, n. 96, pp. 165–178, 2011. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/974504/filename/La_nouvelle_histoire_et_Levi_Strauss-Caravelle.pdf>. Acesso em: 10 nov 2016.
- MAUSS, Marcel. “La sociologie en France depuis 1914”. In: MAUSS, Marcel. *Oeuvres*, v. 3, *Cohésion sociale et divisions de la sociologie*. Paris: Éditions de Minuit, 1969. pp. 336–459. Publicação original: 1933.
- MEDICK, Hans. “Missionaires in the Rowboat? Ethnological Ways of Knowing as a Challenge to Social History”. In: LUDTKE, Alf. (ed.). *The History of Everyday Life: Reconstructing Historical Experiences and Ways of Life*. Princeton: Princeton University Press, 1995. pp. 41–71.
- MINARD, Philippe. “Introduction”. In: MINARD, Philippe et al. “Histoire et anthropologie nouvelles convergences?”. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, n. 49–4 bis, pp. 81–5, 2002.
- NOIRIEL, Gérard. *Sur la “crise” de l’histoire*. Paris; Berlim, 1996.
- ORY, Pascal. “A história cultural tem uma história”. *Revista de História Regional*, v. 15, n. 1, pp. 9–37, verão de 2010.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, pp. 200–212, 1992.
- PROCHASSON, Christophe. “Introduction: autor de l’histoire culturelle”. *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n. 31, 6p, 2003. Disponível em: <<http://ccrh.revues.org/305>>. Acesso em: 30 set 2016.
- REDDY, William M. “Anthropology and the History of Culture”. In: KRAMER, Lloyd; MAZA, Sarah. (eds.). *A Companion to Western Historical Thought*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 2002. pp. 277–296.
- REIS, José Carlos. “História da história (1950/60). História e estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss”. *História da Historiografia*, n. 1, pp. 08–18, ago 2008.

- REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. Publicação original: 1996.
- RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (dirs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Publicação original: 1997.
- RODRIGUES, Henrique Estrada. “Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores”. *Revista Brasileira de História*, v. 29, n. 57, pp. 165–186, 2009.
- ROSALDO, Renato. “From the Door of his Tent: the Fieldworker and the Inquisitor”. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (eds.). *Writing Culture: the Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. pp. 77–97.
- RUBIN, Miri. “What Is Cultural History Now?”. In: CANNADINE, David (ed.). *What Is History Now?* New York: Palgrave Macmillan, 2002. pp. 80–94.
- SCHMITT, Jean-Claude. “Anthropologie historique”. *Bulletin du Centre d’Études Médiévales d’Auxerre | BUCEMA*, hors-série n. 2, 8 p., 2008. Disponível em: <<http://cem.revues.org/8862>>. Acesso em: 13 jul 2016.
- _____. “L’anthropologie historique de l’Occident medieval”. *L’Atelier du Centre de Recherches Historiques. Revue électronique du CRH*, n. 6, Faire l’anthropologie historique du Moyen Âge. 24 p., 2010. Disponível em: <<http://acrh.revues.org/1926>>. Acesso em: 18 jul 2016.
- SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. “História e etnologia: Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira”. *Revista de Antropologia*, v. 42, n.1, 11 p, 1999.
- _____. “Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 72, pp. 119–135, julho 2005.
- SEWELL JR., William H. “Geertz, Cultural Systems, and History: From Synchrony to Transformation”. *Representations*, n. 59, pp. 35–55, verão 1997.
- _____. “The Concept(s) of Culture”. In: BONNELL, Victoria E.; HUNT, Lynn. (eds.). *Beyond the Cultural Turn: New Directions in the Study of Society and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1999. pp 35–61.
- _____. *Logics of History: Social Theory and Social Transformation*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

SILVA, Fernando Teixeira da. “História e ciências sociais: zonas de fronteira”. *História*, v. 24, n. 1, pp. 127–166, 2005.

SIRINELLI, Jean-François. *L’histoire est-elle encore française?* Paris: CNRS Éditions, 2011

SPIEGEL, Gabrielle M. “History, Historicism, and the Social Logic of the Text in the Middle Ages”. *Speculum*, v. 65, n. 1, pp. 59–86, jan 1990.

STOCKING JR., George W. (ed.). *Functionalism Historicized: Essays on British Social Anthropology*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1984. (History of Anthropology, v. 2).

STOIANOVICH, Traian. *French Historical Method: the Annales Paradigm*. Ithaca: Cornell University Press, 1976.

STONE, Lawrence. “The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History”. *Past & Present*, n. 85, pp. 3–24, nov 1979.

STONE, Lawrence; SPIEGEL, Gabrielle M. “History and Post-modernism”. *Past & Present*, n. 135, pp. 189–208, mai 1992.

STUARD, Susan. “An Unfortunate Construct: a Comment on Emmanuel Le Roy Ladurie’s ‘Montaillou’”. *Journal of Social History*, v. 15, n. 1, pp. 152–155, 1981.

TAMBIAH, Stanley Jeyaraja. *Magic, Science, Religion, and the Scope of Rationality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THOMAS, Keith. “History and Anthropology”. *Past & Present*, n. 24, pp. 3–24, abr 1963.

_____. “La historia revisitada”. *Pasajes*, n. 24, pp. 22–29, outono 2007.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora UnB, 1982. Publicação original: 1971.

WALTERS, Ronald G. “Signs of the Times: Clifford Geertz and Historians”. *Social Research*, v. 47, n. 3, pp. 537–556, outono 1980.

WHITE, Hayden. *Metahistory: the Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA

Marcos Caldas

A Ciro Flamarion Santana Cardoso (1942-2013),
quien, creo, estaría de acuerdo al menos a medias.

Não posso encontrar fim para minha admiração
de como em Aristarco e em Copérnico a razão
pudera, usando até de violências contra os senti-
dos, e mesmo apesar deles, constituir-se senhora
de sua credulidade¹

– *Galileo Galilei*

Nunca é demais reconhecer² que nenhum pesquisador está, nos dias atuais, totalmente habilitado para tratar de temas em qualquer área da Ciência de um modo sintético e, ao mesmo tempo, abrangente. Em grande parte, isso se deve ao fato, por um lado, de que a especialização das diversas áreas levou a uma abundante produção bibliográfica impossível de se ter em conta e, por outro, à especialização em campos cada vez mais fragmentados do conhe-

1 No original: “nequeam [...] admirationi meae finem invenire, quomodo in Aristarcho et in Copernico ratio sensui violentas adeo manus inferre potuerit, ut adversus illum victricem sese credulitatis dominamque constitueret”. In: *Dialogus III, Systema Cosmicum*, 316.

2 Esta pequena advertência já apareceu em Caldas, 2016. pp. 141–56.

cimento.³ Como resultado e remédio à fragmentação e à dispersão do conhecimento acumulado, aprofunda-se a especialização, e com ela a produção bibliográfica. Cria-se, portanto, um círculo vicioso, no qual, a pretexto do apuro do conhecimento em tela, perde-se a possibilidade de síntese em que estariam reunidos o conhecimento de dado tema e a tentativa de solução dos impasses teóricos e metodológicos inerentes à pesquisa. Na contracorrente desse processo, para dado tema de pesquisa, qualquer objeto submetido ao rigor científico depara-se com uma profusão de relações objetivas e subjetivas que posicionam nosso conhecimento diante de uma pluralidade disciplinar, requisitando não o especialista, mas antes o generalista munido da panóplia teórico-metodológica com a qual ele precisa enfrentar o desafio da pesquisa. O tema que nos traz aqui sofre destes males e, por honestidade intelectual, confidenciamos a superficialidade com que o trataremos, seja por conseguir apenas minimamente abraçar a bibliografia exigida, seja pela ligeireza com a qual discorreremos sobre o assunto.

Se o primado da tarefa do historiador na “construção da História” é o questionamento dos fatos históricos, não é de menor importância a historicidade das questões históricas,⁴ isto é, as contingências sociais que determinaram a formulação de tais questões e o *lugar* de quem as formulou. Pesam nessa avaliação tanto problemas de caráter científico (métodos e técnicas disponíveis naquele momento, acessibilidade das fontes no período em questão etc.) quanto problemas de ordem pessoal (personalidade do autor, vínculos político-ideológicos etc.).⁵ Dito isso é necessário, portanto, ainda esclarecer que o *lugar de fala* do pesquisador tem peso no resultado da pesquisa. Não apenas

3 Há várias sínteses atuais nas quais é possível encontrar uma imensa bibliografia sobre o tema. Por exemplo, Trigger, 2004 e Halsall, 2006, pp. 788–810.

4 Prost, 2012. Pp. 75; 84–86

5 “Portanto, para que qualquer ato mental, em particular, se torne assunto para a história, é preciso que seja não só um ato de pensamento, mas também um ato de pensamento reflexivo, isto é, um ato executado com a consciência de que está a ser executado, sendo essa consciência que faz dele o que é.” Collingwood, s/d, pp. 456–457.

pela formação do investigador, como também pelo acesso aos livros, textos e também às práticas no campo em que fomos formados, de modo que, em se tratando de Brasil, necessariamente estamos lidando com paradigmas e práticas científicas fundamentalmente ocidentais. A Arqueologia brasileira e a História do Brasil, em nível universitário, ainda possuem um forte apelo *nacional* como, aliás, é comum ocorrer com estas Ciências em outros países. Ademais, talvez mesmo por causa do reconhecimento dos limites desse ensaio e da natureza dos temas envolvidos — História e Arqueologia — ambas modernas Ciências do passado, cujas matérias primas são tempo-espacialmente determinadas, devemos começar não com definições conceituais e opções teóricas explícitas, mas com perguntas. Essas, longe de serem demonstrações retóricas, fatalmente serão feitas: De qual(is) *passado(s)* falamos? A quem *pertence(m)* o(s) passado(s) no sentido de indagar *quem* tem autoridade para argui-lo(s) e interpretá-lo(s)? Como essas interpretações do(s) passado(s) podem nos ajudar a entender o(s) presente(s) e o que elas nos dizem sobre nosso(s) futuro(s)? Como estas Ciências foram atingidas pelos novos paradigmas científicos da pós-modernidade?⁶ Essas e outras questões são gerais o suficiente para anteciparmos, em parte, nossa conclusiva resposta: nós não o sabemos. No entanto, o quadro presente não é tão frustrante ou melancólico quanto nossa parcial resposta deixa transparecer, se compararmos os dois últimos decênios com o desenvolvimento dessas Ciências até pelo menos a metade do século XX. Foi nessa época que novas epistemologias, em especial em Ciências Sociais e Humanas, substituíram gradualmente ou, ao menos, contribuíram para substituir, um tipo de teoria do conhecimento predominantemente *positiva*, à procura de leis gerais que a igualassem às chamadas Ciências Exatas,⁷ por outra *reflexiva*, reorganizando internamente cada uma dessas Ciências e reordenando-as em seu potencial heurístico.⁸

6 Para um balanço das Ciências Humanas neste início de século XXI, veja: Gauger; Rütger, 2007.

7 Hempel, 1942, pp. 35–48.

8 Kuhn, 1970; Gruner, 2007, pp. 66–134.

Sabemos que o relacionamento entre essas Ciências $\frac{3}{4}$ História e Arqueologia $\frac{3}{4}$, na condição de disciplinas acadêmicas, é quase bicentenário, embora já há muito tempo constituam processos autônomos científicos, com as respectivas áreas de pesquisa consolidadas. Do mesmo modo, é conhecido o fato de que ambas as Ciências ganharam muitas definições ao longo tempo e, portanto, seus métodos estão submetidos às mesmas leis e regras a que submetem aos seus objetos de investigação.⁹ Por isso, grosseiramente falan-

9 Clark, 1980, pp 13–14: “A arqueologia pode simplesmente ser definida como o estudo sistemático das antiguidades, com a finalidade de reconstruir o passado. [...] Grande parte do fascínio pela arqueologia reside em sua multiplicidade. [...] O arqueólogo completo, se tal ser existisse, necessitaria ter um dom especial para as viagens, exploração e reconhecimento; ser especialista em negócios e em administração, hábil em conseguir fundos e em obter todo tipo de permissão das autoridades e de proprietários [...] combinar o dom da descrição minuciosa e da análise com o poder de síntese [...] e ter o dom especial para línguas ou, ao menos, capacidade de assimilar os informes de seus colegas estrangeiros [...]” (tradução nossa); Trigger, 2004, pp. 18–19: “A arqueologia é uma ciência social no sentido de que ela procura explicar o que aconteceu a um grupo específico de seres humanos no passado e fazer generalizações a respeito do processo de mudança cultural. Porém, os arqueólogos não podem observar o comportamento da população que eles estudam. [...] A arqueologia infere o comportamento humano, e também idéias, a partir de materiais remanescentes do que pessoas fizeram e usaram, e do impacto físico de sua presença no meio ambiente”; Funari, 1988, p. 8, 16 e 22: “Do meu ponto de vista a Arqueologia estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo, a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade. [...] A arqueologia, enquanto estudo da porção da cultura material, possui uma práxis e uma reflexão metodológicas próprias, ambas em construção, e cujas características, ainda embrionárias, justificam sua qualificação como um projeto de ciência da cultura material. [...] A Arqueologia nada mais é que uma leitura, um tipo particular de leitura, na medida em que seu texto não é composto de palavras mas de objetos concretos, em geral mutilados e deslocados do seu local de utilização original.”;

do, é possível traçar o desenvolvimento das duas disciplinas em pelo menos quatro fases, a saber: uma primeira que vai desde o final do século XVIII e até o início do século XIX; uma segunda que percorre um arco temporal do século XIX até a Primeira Guerra Mundial; uma terceira fase que começa após a Segunda Guerra e termina por volta dos anos 1980 e uma quarta a partir do fim dos anos 1980 e principalmente depois dos anos 1990 até o momento presente. Então, do ponto de vista acadêmico, mesmo que complementares, as duas disciplinas só começaram a tomar corpo no século XIX, ao menos para o tipo de ciência que praticamos hoje.

No caso da História, no sentido moderno do termo, trata-se de uma disciplina científica relativamente jovem.¹⁰ Ainda que suas raízes possam ser

Spaulding apud Funari, op.cit., p. 13: “A arqueologia em si é simplesmente uma técnica (essencialmente a abertura de buracos no solo ou abaixar-se para recolher objetos) que pode ser empregada em benefício da Antropologia, da História ou do divertimento.”; Renfrew; Bahn, 1991, p. 9: “A Arqueologia é, em parte, a descoberta dos tesouros do passado, é, em parte, um trabalho meticuloso de análise científica, e é, em parte, o exercício da imaginação criativa” (tradução nossa); Souto Maior, 1983, p. 43–49: “Quero começar advertindo aos presentes que não sou historiadora, sou apenas arqueóloga e não digo isto com complexo de superioridade, pelo contrário, com grande humildade. Acho que o arqueólogo não passa, se me permitem a expressão, do pedreiro do historiador, enquanto o historiador seria o arquiteto da História. Se o arqueólogo tem a capacidade de se liberar desse complexo a que o prof. Ulpiano Bezerra de Menezes chamou de ‘objetologia’, do amor pelo artefato, do valor do próprio artefato e não do que ele significa, se o arqueólogo é capaz de achar o homem que fez o artefato, então ele se transforma num historiador, se ele não faz simplesmente um trabalho inútil ou pelo menos incompleto, fato que é obvio entre numerosos arqueólogos. [...] Que é a Arqueologia? O prof. Ulpiano disse agora que se poderia considerar uma ciência social. Acho generosa demais a sua definição. Acho que a Arqueologia é um método, uma técnica a serviço da História.” Willey; Phillips, 1958, p. 2: “A Arqueologia Americana é Antropologia ou então ela não é nada”.

10 Gehrke; Schneider, 2000. Introdução.

encontradas em Heródoto, Tucídides, Xenofonte ou Luciano,¹¹ devemos voltar nosso olhar fundamentalmente para trabalho de pesquisa dos humanistas na Europa do século XV, quando se começou a observar de modo crítico a transmissão literária advinda da Idade Média e, simultaneamente, a se debruçar, pela primeira vez de maneira séria, sobre o Mundo Antigo. Mas o interesse dos humanistas na Renascença não se reduzia apenas à transmissão de textos antigos, antes também se voltava para as obras de arte, bem como para as ruínas greco-romanas.¹² Colecionadores privados eram responsáveis pela confecção de catálogos sistemáticos, os quais, em razão de suas perspectivas artísticas, indicavam também o desenvolvimento da arte antiga. Durante o período iluminista, e também ao longo do século XVIII, filólogos e eruditos de uma maneira geral se interessavam sempre mais intensivamente pelo desdobramento político da arte na história greco-romana, e com isso a História, em especial a História Antiga, alcançou o ‘status’ de área temática própria, à qual foram dedicadas algumas monografias científicas. Grécia e Roma serviam então como modelos para as nações nascentes, nem sempre a serem cegamente seguidos¹³, principalmente no âmbito cultural europeu

11 Além das famosas definições sobre a História, de Aristóteles e Cícero — Aristóteles, 1993, IX, 50 [1451b]: “[...] Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa [...], diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder [...]”; Cícero, 2013, pp. 87–88: “[...] E quanto à história, a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida de memória, a mestra da vida, a mensageira do passado, com que voz, a não ser a do orador, será confiada à imortalidade?” —, só para citar alguns, e de outros autores mencionados, em especial de Heródoto e Tucídides, a ciência histórica têm ganhado ao longo do tempo novas definições, como: “Ciência [...] dos homens, no tempo”, Bloch, 2001, p. 55. Algumas, no entanto, não são nada edificantes, como Ford *apud* Olszewski; Wenke, 2007, p. 1: “A História é uma balela”.

12 Momigliano, 1995.

13 Justiniano José da Rocha (1812–1862) que, em pleno classicismo do século XIX da História *sine ira et studio*, não poupa críticas aos exemplos greco-romanos por conta do *modus operandi* dos tribunais europeus, cuja concepção e funcionamento baseava-se em tribunais da Antiguidade. Rocha, 1835.

e americano. É fato que desde o século XVIII, o interesse pelos materiais remanescentes greco-romanos levou a uma compreensão do passado que não havia antes. Johann Joachim Wickelmann (1717–1768) e Giambattista Vico (1668–1744) serão as estrelas de uma constelação de intelectuais que ousaram se debruçar sobre o passado defendendo uma nova ciência que o visse de outra maneira. Mas uma scienza que ousasse ser nuova, como escrevia Vico, deveria por princípio apartar-se das Ciências Naturais. Para Vico, inaugurava-se então uma ‘Metafísica’ com objetivos um tanto diversos da investigação do passado promovida pelos Clássicos. Não dizia respeito ao exame do ser, mas antes, grosso modo, tratava-se da percepção que os homens — do passado e do presente — possuíam sobre a sua própria História. A aproximação ontológica entre *verum* e *certum*¹⁴ era um meio operacional de articular o seu discurso sobre o tempo. Vico postulava que uma diferença sutil, mas essencial, entre as noções de tempo que os homens realizavam poderia fazer a

14 Vico, 2005. §350. Na passagem talvez mais citada de a *Scienza Nuova* de Vico, §331, Croce (1922, p. 29 ss) – subtraiu à obra *Scienza Nuova* sua interpretação mais corrente, conhecido como princípio *verum-factum*. Segundo Croce, Vico assenta parte de sua gnosiologia na possibilidade de compreender a historicidade dos fatos no mundo a partir da noção de que o mundo (mais exatamente o mundo civil) é feito pelos homens, e só por eles os princípios que fundamentam o mundo podem ser desvendados. Para conferir ao *factum* a certeza necessária a sua verificabilidade Vico postula que [§148] “as propriedades inseparáveis dos sujeitos devem ser produzidas pela modificação ou circunstâncias em que as coisas nasceram; pelo que elas nos podem certificar que é tal e não outra a natureza ou nascimento dessas coisas”, e conclui: [§163] “[...] os fundamentos do *certo*, *aplicar-se-ão* a ver, de facto, este mundo de nações tal como *meditamos* em *idéia* [...]” (grifos meus). Portanto, a noção *verum-factum convertuntur* fica subsumida em relação àquela do *verum-certum*. Daí Croce tratar o princípio *verum-certum* no capítulo intitulado *prima forma della gnoseologia* (primeira forma da gnoseologia) e no capítulo subsequente o princípio *verum-factum* como *seconda forma della gnoseologia* (segunda forma da gnoseologia).

diferença para a compreensão de sua própria História¹⁵. A religião, a língua, a poesia são os meios pelos quais os homens fazem conhecer suas ideias e são expressões de uma dupla temporalidade: por um lado, a experiência de alguns homens (povos) no mundo leva-os a conceber a realidade tal qual ela é vivida, em um nível em que a natureza e a realidade se confundem, sem que isso faça vir à tona a consciência de si. Trata-se de uma experiência puramente sensorial; por outro lado, temos também a percepção do tempo como algo diverso do que é sensorialmente vivido, isto é, de uma experiência subjetiva, sentida, distinta dos fenômenos que o cercam, mas encarada como algo acidental, que não abala as convicções do que lhe é essencial e, portanto, tampouco lhe trazem uma consciência de sua realidade histórica, por isso ideal. As circunstâncias em que são produzidas essa dicotomia, ou seja, entre o sentido e o vivido na História, podem levar o homem a um terceiro momento: o de reflexão.¹⁶ “Este mundo civil foi criado certamente pelos homens, o que quer dizer que seus princípios devem e podem ser encontrados dentro das modificações da própria mente humana” (*Scienza Nuova*, §331, p. 172). Com isto também Vico propõe uma terceira noção de tempo, ou melhor, de temporalidade, o da reflexão, a partir da qual os homens avançarão rumo à Verdade. A obra de Vico foi solenemente ignorada em sua época, mas no século XIX voltou à baila e abriu novos horizontes para a pesquisa histórica¹⁷.

Do mesmo modo, em linhas gerais, Johann Joachim Winckelmann (1717–1768) foi para a Arqueologia, e em particular para a Arqueologia Clássica, o que Vico representou para a Ciência Histórica Moderna. Seu trabalho seminal *Gedanken über die Nachahmung der griechischen Werke in der Malerei und Bildhauerkunst*, de 1755,¹⁸ passou igualmente despercebido pelos críticos de seu tempo, mas logo no início do século XIX já era uma fonte de

15 “Os homens primeiro sentem sem advertir, depois advertem com ânimo perturbado e comovido, finalmente reflectem com mente pura” [§218] *Scienza Nuova* p. 135.

16 “Os homens primeiro sentem sem advertir, depois advertem com ânimo perturbado e comovido, finalmente reflectem com mente pura” *Scienza Nuova*, §218, p. 134.

17 Berlin, 1996.

18 Winckelmann, 1755.

inspiração entre os principais intelectuais da época, como Goethe e Humboldt. Nele Winckelmann preconizava essencialmente duas noções ainda hoje presentes nos estudos de Arqueologia Clássica: de um lado as ideias sobre desenvolvimento estilístico a partir da arte greco-romana. Segundo o que se apreende desse trabalho, depois de separar obras de artistas gregos, em especial as estatuárias, de acordo com critérios estilísticos, Winckelmann separava-as em períodos que coincidiriam com a formação, o apogeu e queda do mundo greco-romano. A segunda noção é que, por outro lado, Winckelmann propunha que a interpretação dessas obras e objetos de arte do mundo antigo tivessem por base o conhecimento das línguas antigas e o entendimento dos mitos.

A Arqueologia Clássica em especial e o Classicismo em geral impulsionaram admiravelmente o interesse pelos vestígios arqueológicos que culminaram entre outros fatores com a fundação em Roma do Istituto di Correspondenza Archaeologica em 1829 sob os auspícios do príncipe hereditário da Prússia, Frederico Guilherme IV e a respectiva edição do *Bulletino dell’Istituto* (sic) di *Corrispondenza Archaeologica*, que, aliás, tinha entre seus membros Leopold von Ranke (1795–1886)¹⁹. Grandes catálogos contendo detalhadas descrições de vasos, moedas, relevos e objetos de toda sorte foram publicados a partir de então, estimulando de um lado a divulgação do material e de outro, o caráter empírico da ciência que ali se gestava.

Já como atividade científica reconhecida, é possível retroceder até o ano de 1848, quando a Real Academia de Ciências da Dinamarca instituiu uma comissão com o propósito de estudar mudanças geológicas em formações que até três anos antes eram consideradas naturais. Tratavam-se de montes de concha próximos à costa, onde haviam sido encontrados objetos de fabricação humana. O interesse por essas formações singulares denominadas originalmente ‘montes de marisco’ (Skaldinger) ou montes de lixo (Affaldsdynger) já tinha longa data.²⁰ Por volta de 1742, Carl von Linné, ou Carolus Linnaeus (1707–1778), conhecido como o ‘pai da Taxonomia’, e um de seus estudan-

19 1829, p. XIV.

20 É relevante, nesse sentido, a leitura de Huxley, 1868.

tes, o finlandês Pehr Kalm (1716–1779) observaram formações geológicas atípicas em Uddevalla, na costa oriental da Suécia, que lhes chamaram atenção, identificando-as como produtos da ação humana.²¹ Eram montes de conchas de diversos tipos de moluscos, misturadas a restos de outros animais (mamíferos, pássaros e peixes),²² algumas reunidas em áreas de considerável distância do litoral.²³ Já nessa época, e até mesmo bem antes,²⁴ a cal extraída desses ‘entulhos’ era usada como matéria-prima à guisa de argamassa para construções, principalmente fortificações²⁵ que serviram, ao longo dos séculos, como edificações de proteção costeira ou igrejas. Na Antiguidade, sabemos que as culturas fenícias e greco-romanas fizeram outros usos desse material, especialmente extraindo deles grandes quantidades de tinta púrpura empregada na tingidura de tecidos caros aos povos indo-europeus.²⁶ Por volta de 1779, J. A. Urtusástegui, um navegante espanhol, posteriormente nomeado “governador de armas” na ilha de El Hierro fez anotações em seu diário a respeito dessas elevações no arquipélago das Canárias. Em 1833, o naturalista inglês Charles Darwin (1809–1882), observou e descreveu a bordo de seu navio, Beagle, os habitantes da Terra do Fogo, no extremo sul da América do Sul e observou a dieta local feita à base de moluscos, os quais eram empilhados depois de consumidos.

Foi apenas em 1843, na Real Academia de Copenhagen, tendo a frente então o arqueólogo Jens J. A. Worsaae (1821–1895), o geologista J. G. Forchhammer (1794–1865) e o zoologista J. Japetus S. Steenstrup (1813–1897), em que se demonstrou a decisiva intromissão humana na construção desses

21 Ver: <<http://www.bohuslansmuseum.se/en/the-shell-bank-museum-in-uddevalla/>>.

22 Lyell, 1863. Lyell retorna aos sítios de Steenstrup na Dinamarca, tecendo comparações com os tipos de fauna marinha ao redor do globo (cap. 2).

23 A distância da faixa litorânea na zona costeira variou consideravelmente já em períodos recentes. Veja por exemplo, Breen; Lane, 2005, pp. 469–489.

24 Pausanias, 1967, livro 1, capítulo 44, §6; Plínio, 1897, livro 36, seção 134.

25 Prous, 1992, p. 210.

26 Sagona, 1999. pp. 23–60.

concheiros.²⁷ Em especial, Japetus Steenstrup considerava tais depósitos resquícios de antigas culturas, abandonados após a ocupação.²⁸ Steenstrup chamou-os de ‘montes de cozinha’ (Kjoekken moedding em dinamarquês), uma vez que pareciam ser depósitos casuais de restos alimentares,²⁹ como espinhas de peixe, caracóis e toda espécie de moluscos, identificando simultaneamente cinzas de carvão, fragmentos de cerâmica, instrumentos de sílex e de osso.³⁰ A partir dali essas formações ganharam relevo acadêmico e passaram definitivamente a ser objeto de pesquisa, sustentando que o mais remoto do homem poderia ser escrutinado com base em vestígios remanescentes.³¹ Na medida em que foram descobertos em vários redutos do planeta, a nomenclatura daqueles tornou-se diversa: shell middens (ou shellmounds, ou ainda kitchen middens) em inglês, kaizuka no Japão, amas coquilliers na língua francesa, concheros ou conchales em espanhol e Muschelhaufen em alemão, só para citar alguns.³² O conhecimento sobre essas populações de pescadores-caçadores-coletores pré-históricas se popularizou, ao menos entre nossos cientistas.³³

Enquanto nos países nórdicos rasgava-se o solo fazendo do passado remoto do homem um assunto de primeira grandeza do Estado, na França, mesmo durante a Revolução Francesa (1789–1799), mas principalmente ao longo de todo o período da Restauração até a Segunda República (c. 1804–1848), o estudo do passado ganhava outros contornos.³⁴ Não era exatamente

27 Hirst, 2017.

28 Bricka, pp. 1887–1905. Tomo XVI.

29 Veja o interessante artigo de Guimarães, 2003, pp. 1–23.

30 Consoante Bicho, et al., 2003, pp. 75–86, a presença de cerâmica em concheiros na região do Algarve em Portugal poderia sugerir o início de uma cultura ‘forrageira’ com vistas a armazenar alimentos, sem que a atividade pesqueira ou marisqueira fosse abandonada.

31 Hoemes; Behn, 1939. pp. 67–72.

32 Veja algumas referências em KNEIP, 1985, p. 77.

33 Cf., por exemplo, TENÓRIO, 2000. *Passim*.

34 Podemos dizer que houve, no entanto, honrosas exceções para a primeira

pelo passado primitivo que se interessavam inúmeros intelectuais e os homens de Estado da época, mas antes pelo passado presente “historial e histórico”, em que documentos e objetos, mesmo edifícios e complexos arquitetônicos eram interpretados à luz das visões históricas correntes conformando-lhes um sentido.³⁵ Nesse período constata-se uma tendência crescente em “transformar” bens de todo tipo, móveis e imóveis, entre eles, edifícios com distintos estilos arquitetônicos, objetos da antiguidade e do medievo, esculturas, pinturas etc., em bens nacionais, tornando-os monumentos históricos nacionais.

O efeito desta prática patrocinada pelo Estado acompanhou definitivamente o caráter da exploração arqueológica a partir de então, pois a exploração e/ou recuperação de bens imóveis e de objetos, bem como sua consequentemente interpretação, teve muitas vezes como fim último as exposições em museus que, por sua vez, serviam frequentemente como ponto de partida para ulteriores investigações arqueológicas. Por outro lado, o interesse de historiadores pelos problemas que envolviam as questões patrimoniológicas e arqueológicas ocupavam cada vez menos espaço nos anais dedicados à História, chegando a serem ignoradas nos anos subsequentes: a História voltava-se determinadamente ao documento.³⁶

Ainda no início do século XIX, publicaram-se, sempre em crescente número, trabalhos dedicados à História em formato acadêmico, e, gradualmente, os resultados da pesquisa científica não permitiam mais tomar o mundo progressivamente apenas como um exemplum para o presente. Era então o início da especialização e da formação de uma compreensão de ciência da História. Igualmente houve uma popularização profissional dos diferentes ramos da História, em particular do Mundo Antigo, (Arqueologia Clássica, Filologia Clássica etc.), que contribuía para um autoentendimento e uma definição social mais precisa para os profissionais que tinham essas ciências

metade do século XIX. É o caso de J. Boucher de Perthes (1788–1868) que produziu seus três volumes intitulados *Antiquités celtiques et antédiluviennes. Mémoire sur l'industrie primitive et les arts à leur origine* entre 1847 e 1864.

35 Choay, 2006, p. 184.

36 Le Goff, 2003, pp. 525–541.

como áreas de pesquisa. Desde pelo menos o início do século XIX,³⁷ a pesquisa histórica acadêmica baseava-se essencialmente na interpretação e crítica às fontes (leia-se fontes escritas), sobre as quais assomavam questões ligadas à autenticidade e validade dos textos transmitidos, bem como sobre o papel desempenhado na historiografia e o tipo de vínculo ideológico de seus autores.³⁸ As universidades que adotavam em suas grades curriculares essas disciplinas alcançaram rapidamente um lugar modelar na Europa e foram mais tarde consideradas, em comparação com resto do mundo, desde a segunda metade do século XIX, exemplos de instituições a serem seguidos.³⁹ Contudo, se a História a partir da segunda metade do século XIX mirava um passado que privilegiava os testemunhos gravados em forma de escrita, as Ciências Naturais voltaram seu olhar para outro passado, remoto, chamado por vezes de ante-histórico ou antediluviano, e onde a escrita não tinha lugar ou era rara, passado esse em que sobejavam testemunhos materiais de povos há muito desaparecidos: um passado chamado de Pré-histórico⁴⁰. O desenvolvimento da Pré-história como área de pesquisa cujo foco era o desenvolvimento da espécie humana até o aparecimento da escrita conferiu um novo horizonte

37 Niebuhr é considerado, a partir de sua *História romana* (3 volumes, de 1811 a 1832), elaborada em seu tempo em Bonn, como o fundador da Ciência Histórica empírica. O caráter pioneiro da crítica filológica humanista aos documentos tem seu lastro desde pelo menos o Renascimento, com Lorenzo Valla. Ver Grafton, 2001, p. 41.

38 Fontana, 2004. Le Goff, *op. cit. Passim*.

39 Von den Driesch; Esterhues, 1964.

40 Eggers, 1958; Hoika, 1998, pp. 51–86. Segundo o autor, Leopold von Ranke teria empregado o termo *Urgechichte* (História Primeva) em 1831 para designar os tempos sem escrita. O coroamento acadêmico dos estudos do passado sem escrita — a Pré-história — se dá, no entanto, por ocasião da Exposição Universal, em 1867, com a realização do primeiro congresso em Paris dedicado ao tema. Cf. Kaeser, 2010, pp. 17-31. No ano anterior, em 1866, sob o patrocínio da Società Italiana di Scienze Naturali, já havia tido lugar o congresso internacional de paleoetnologia que “convidava a todos que se ocupassem de estudos antehistoricos” (Congrès, 1866, p. 108).

para a Arqueologia e para a História. Por um lado, a pesquisa arqueológica em Pré-história se libertava definitivamente dos limites temporais da Arqueologia Clássica e bíblica, mantendo-se até a atualidade como uma área de pesquisa com moto próprio; por outro, do lado da História, a reconstituição do passado não dependeu mais exclusivamente dos registros escritos, circunscrevendo a área de História, como acontece até hoje, às sociedades com escrita, embora hodiernamente a oralidade também faça parte de nosso trabalho.

A “NEW ARCHAEOLOGY” E O PROBLEMA DA CULTURA MATERIAL.

Até o início do século XX, pouco se verificou, se compararmos com os decênios pós-1930, no que diz respeito a mudanças significativas no modo como se fazia a História e a Arqueologia, salvo pelo aprimoramento de técnicas que de uma parte e de outra aprofundaram e multiplicaram a disciplinarização das Ciências Sociais e Humanas.⁴¹ Contudo os acontecimentos políticos e as revoluções socioeconômicas das décadas de 1920 e 30 produziram um efeito catalisador de várias tendências científicas que se encontravam dispersas e/ou marginalizadas. Após a Segunda Guerra Mundial, mas mais especialmente nas décadas de 1950 a 70, a Arqueologia e a História passaram por mudanças significativas em todos os níveis, teóricos ou práticos. De um lado, no caso da Arqueologia, agora não mais apenas Clássica ou Bíblica, mas principalmente aquela voltada para a Pré-história, viu introduzir novas técnicas de análise advindas das Ciências Naturais e Biomédicas (Medicina, Química, Biologia, Física etc.), com especial relevância para a descoberta da datação de objetos por Carbono 14 em 1950, além de uma renovação profunda nos estudos sobre o meio-ambiente, clima e solo, mesmo em ambientes subaquáticos.⁴² A quantidade de dados aumentou visivelmente e várias pesquisas

41 Osthhammer, 2010, pp. 1140–71.

42 Brothwell; Higgs, 1963. Em 1960, realiza-se a primeira escavação — sob o mar — de destroços de um navio naufragado na costa sul da Turquia, cf. Renfrew; Bahn, PAUL, 1991, p. 31, 34–5.

publicadas passaram a revisar trabalhos produzidos anteriormente.⁴³ Paralelamente, viu-se um distanciamento cada vez maior da Arqueologia Histórica e principalmente Pré-histórica, em relação à Filologia e a outras ciências que a acompanhavam desde o século XIX, embora no caso da Arqueologia Clássica o papel da análise estilística e artística ainda mantivesse grande peso.⁴⁴ Do ponto de vista espaço-temporal, principalmente no que tange à Pré-história após o envolvimento crescente das Ciências Naturais, ficou evidente que a noção de Tempo ganhou uma forte conotação *cronométrica*, marcada por eventos naturais e, por sua vez, simultaneamente, o Espaço adquiriu um forte conteúdo topográfico e geológico, com as respectivas contribuições teóricas que as áreas naturais forneciam. Nesse ponto, a cena arqueológica era dominada pelos trabalhos do arqueólogo e filólogo australiano Gordon Vere Childe (1892–1957), de afiliação marxista.⁴⁵ Childe propunha, desde a década de 1920, entre outras ideias, o estudo de sociedades pré-históricas a partir da interação do materialismo marxista ao idealismo dialético hegeliano, mas com forte atenção à imanência das relações sociais, afastando-se assim do transcendentalismo que parte da escola hegeliana advogava, sem, no entanto, recusar-se à especulação filosófica. Childe se debruçava sobre os vestígios arqueológicos na busca pelo modelo social que os engendrara e postulava que a realidade, presente ou passada, estivesse em constante mudança assim como seus observadores: “realidade é uma atividade, um processo que não é a repetição, ela própria, indefinidamente, nem a aproximação a um predeterminado objetivo ou a realização de um plano pré-concebido. É, ao contrário, um processo genuinamente criativo, tendo constantemente levando a diante o que nunca foi produzido antes, novidades genuínas”.⁴⁶

43 Halsall, 2006, pp; 788–810.

44 Lima, 1989, pp. 87-99, esp. 88. Segundo a autora, a expressão “Historical Archaeology” era empregada desde a década de 1930. No entanto, como campo de pesquisa autônomo, a “Arqueologia História” parece ter se constituído a partir da segunda metade da década de 1960.

45 Desde, pelo menos, 1935. Trigger, 2004, p. 246.

46 Childe, 1956, p. 123.

Em relação à História, intelectuais de vários matizes e matrizes ideológicas se reuniam ao redor da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, inaugurada em 29 sob a batuta de Marc Bloch (1886–1944) e Lucien Febvre (1878–1956), que visava a um gradual afastamento, no plano científico, do Historicismo, e no plano político, do ideário do pensamento explicitamente de direita, cuja configuração se apresentava igualmente como “nova” e “moderna”. Bloch e Febvre demonstraram um crescente interesse pelos estudos do que se convencionou chamar mentalidades coletivas a partir da produção material dessas mesmas sociedades e, no caso de civilizações ágrafas, punham seu acento nas relações etnográficas, evocando modelos socioeconômicos explicitados por meio de rituais e celebrações diversas.⁴⁷ Ambos buscavam romper com a noção de origens para o estudo das sociedades, como comumente se fazia associando História à etiologia das sociedades, defendendo que “todo fenômeno histórico tem que ser explicado em termos de seu tempo e não em função de tempos anteriores”.⁴⁸ As gerações posteriores dos *Annales*, bem como outras escolas surgidas nesses anos, como a *New Economic History*, mais afeitas a cliometria e o marxismo franco-anglo-saxônico, e fizeram da História Econômica o principal campo de seus desenvolvimentos teóricos. Em muitos casos, o trabalho com dados apoiados em séries estatísticas se aproximava homologamente ao que se fazia em Arqueologia com as séries tipológicas de objetos escavados.

Do ponto de vista das Ciências Sociais e Humanas, principalmente depois de 1960, em plena guerra fria, e ao longo de toda a década de 1970 a Arqueologia e a História passaram por uma verdadeira guinada sobre o modo como percebiam o mundo e, simultaneamente, a si próprias.⁴⁹ O momento de mudança foi definitivamente a assunção de que a relação entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível correspondente era, em grande medida, *arbitrária e dialética*, isto é, que essa relação não é natural ou tampouco *essencialmente* necessária, mas poderia ser socialmente determinada, respeitan-

47 Febvre, 1938, pp. 248–55.

48 Burke, 1991, p. 39.

49 Schnapp, 1988, pp. 1–20, esp. 2 ss.

do métodos e teorias explícitas. Do mesmo modo, reconhecia-se, ainda que timidamente, a produção de conteúdo — tais como ideologias — a partir de referenciais externos ao sujeito cognoscente por parte de objetos e bens históricos de um modo geral. Parecia que as lições de Saussure (1857—1913) e da linguística estruturalista sobre o caráter arbitrário do signo e da língua como um sistema não-caótico e não-natural haviam finalmente invadido as Ciências de uma maneira geral e as Ciências Sociais e Humanas de modo particular.⁵⁰

As Ciências Humanas e Sociais abriam-se irreversivelmente para a interdisciplinaridade, reformulando suas respectivas noções temporais e espaciais com forte conotação ao presente e ao cotidiano. Na Arqueologia uma “nova”⁵¹ corrente surgia — a *New Archaeology* —, tendo como principal expoente o arqueólogo americano Lewis Binford (1931–2011) que preconizava programaticamente uma série de mudanças teórico-metodológicas para a área.⁵² De acordo com Binford, a Arqueologia precisa resolver algumas dicotomias de modo a tornar seu método e sua prática mais claros. Eis, de modo esquemático e sucinto, o que propunha Binford:

- a) Natureza da Arqueologia: Explicação x Descrição — O uso de teorias explícitas em lugar de impressões autoexplicativas;
- b) Explicação: Processo Cultural x História Cultural — A arqueologia tradicional assentava-se sobre a explicação histórica. A “Nova Arqueologia” busca na Filosofia da ciência o processo cultural. Como ocorreram as mudanças dos sistemas econômicos e sociais, o que implica generalizações;

50 Saussure, 1972. Funari, 2007, p.. 2.

51 De Laet, 2000, p. 62. É digno de nota que a versão em português deste volume, organizado por J. Ki-Zerbo não possui os mesmos capítulos e temas da versão francesa editada pela própria UNESCO.

52 Binford, 1972.

c) Lógica: Indutiva versus Dedutiva — A arqueologia tradicional fazia-se pela procura de uma peça no quebra-cabeças; a “Nova Arqueologia” faz-se formulando hipóteses, construindo modelos e deduzindo consequências;

d) Validação: Autoridade versus Verificabilidade — Hipóteses devem ser testadas e conclusões não devem ser aceitas a partir do ‘argumentum ad verecundiam’; e,

e) Foco na pesquisa: Acumulação de dados versus formulação de projetos — boa parte da pesquisa deveria responder a perguntas específicas, contando com isso o gasto a ser feito;⁵³

Por outro lado, da parte da História, o interesse pela frequência e generalização dos comportamentos sociais levaram a formular leis ou, pelo menos, a propor certo conjunto de variáveis quopossibilitassem o entendimento de *como* a vida social se processava, tendo em vista um nível irreduzível do fenômeno social.⁵⁴ Como se vê, mais do que hipóteses historicamente determinadas, a procura de leis gerais ou tópicos mínimos que regulassem o funcionamento destas Ciências e, concomitantemente, pudessem explicar os processos adaptativos do comportamento humano em diferentes ambientes e épocas parecem ter sido parte da tônica a que essas ciências se submeteram. Essas novas tendências, entre os anos 1970 e 80, não evitaram as idiossincrasias com as quais tanto a História quanto a Arqueologia tinham que lidar; ao contrário, a aproximação de ambas as ciências à Antropologia, especialmente por meio de analogias etnográficas, fizeram com que teses revisionistas fossem ressuscitadas e generalizações nomotéticas excessivas fossem propostas.⁵⁵

53 Renfrew, C. *op.cit.* p. 35.

54 Piaget, 1976, pp. 30–4. Piaget, mesmo apontando as distinções entre Ciências nomotéticas (Psicologia científica, Sociologia, Etnologia, Linguística, Economia e Demografia) e Ciências históricas, desprovidas de sua dimensão dialética, reconhece que alguns ramos da História indicam um caminho semelhante aquele das Ciências nomotéticas.

55 Trigger, *op.cit.* pp. 360 ss; CARDOSO, 2005, capítulos. 9, 10 e 12.

A ARQUEOLOGIA DOS ANOS 90 E A “NOUVELLE HISTOIRE”

Uma das marcas mais visíveis da passagem da historiografia dos anos 1970 e 80 para os anos 1990 foi o lento abandono dos estudos em História Socioeconômica em prol de análises cujos focos são o que genericamente podemos chamar de *cultura*. Essa mudança não permaneceu restrita à área de História, mas foi também sentida na área de Arqueologia, principalmente na Arqueologia americana, a qual, aliás, desde a década de 1960, vinha buscando essa aproximação. O relevo dado ao horizonte cultural na formulação de problemas teóricos em ambas as áreas trouxe três consequências para prática da pesquisa: de um lado os estudos passaram a se voltar com muita frequência à integração social e não ao conflito; por outro, o foco passava a ser o indivíduo em detrimento dos sujeitos sociais coletivos; por fim, a visão fragmentada dos fenômenos sociais em detrimento do estudo das totalidades.

Um dos efeitos dessa mudança foi o comportamento da pesquisa perante a noção de *propriedade*, tão cara aos estudos socioeconômicos. Do lado da História surge o conceito de propriedade cultural, que por vezes ganha ares tão subjetivos que chegam a ser simbólicos, apoiados em temas como *nacionalismo*, *identidade* etc.; por outro, na Arqueologia, os estudos sobre a propriedade limitam-se a discuti-la em termos de sua materialidade física, com poucas implicações tiradas da relação entres sujeitos sociais e objetos produzidos.⁵⁶

Esse, pois, foi o caso da Historiografia que se debruçou sobre os movimentos sociais na História, como, por exemplo, os que aconteceram na Revolução Francesa. Após 1989, é nítida a mudança dessa Historiografia que pôs sua ênfase não na insurreição popular e nas conquistas dessa advindas, mas no recuo da esfera do privado, na sujeição do ‘espírito individual’, diante do Terror revolucionário totalitário etc.⁵⁷ Conforme essa mesma Historiografia, isto implicou, no que diz respeito à propriedade privada, um movimento duplo, antinômico e complementar: a desapropriação de *bens*, em seu sentido *lato*,

56 Renfrew, p. 39 e 121.

57 Vovelle, 1988, pp. 113–26.

em especial de origem eclesiástica, e a sua conseguinte apropriação pelo Estado.⁵⁸ Essa mesma Historiografia preferia ignorar ao invés de pôr o foco sobre os *bens* que ficaram “à disposição da Nação”, conforme a legislação aprovada em 2 de novembro de 1789,⁵⁹ em particular os *bens* da Igreja. Assim, abriu-se caminho para a desapropriação de bens de toda sorte, criou-se imediatamente um gigantesco mercado de transferência de propriedades, cujos beneficiados — em grande parte a alta burguesia — rivalizavam com o próprio Estado na disputa por saber qual setor da sociedade era *de iure* e *de facto* o possuidor e mantenedor majoritário dos ‘Bens Nacionais’.

Não é possível aqui desenvolver nosso argumento sobre as múltiplas consequências desse processo no período subsequente, mas se vivemos hoje um processo de *desnacionalização* e *desterritorialização*, como tantas outras desregulamentações em favor da livre circulação do capital,⁶⁰ sabemos que parte de seus fundamentos encontram-se ancorados naquele período e em tempos subsequentes. Ora, ao se criar um conjunto de propriedades do Estado — os Bens Nacionais — com uma legislação específica, que permitia tanto sua conservação quanto sua dissipação, modificava-se conjuntamente a própria natureza da noção de *propriedade*. Se ao tempo de William Blackstone (1723–1780), por exemplo, a noção de propriedade ainda era *fisicamente* considerada, tal qual a “coisa em si”, isto é, externa às relações sociais humanas:

58 Bergeron, 1989, pp. 456-464.

59 Breuil, 1829, p. 228. Por 568 votos a favor e 346 contra, sendo quarenta nulos, a Assembleia Nacional Constituinte, no dia 2 de novembro de 1789, aprovou a moção de Mirabeau (1749–1791), então presidente da Assembleia: “A Assembleia decretou: “1º Que todos os bens eclesiásticos estejam à disposição da Nação, sob a condição de poder [prover] de uma maneira adequada recursos para as despesas do culto, da manutenção de seus ministros e do alívio dos pobres”.

60 Bourdieu, 2002, p. 28.

Não existe nada que mobiliza mais a imaginação e aprisiona as paixões humanas do que o direito à propriedade; ou que é dominação exclusiva e despótica que um indivíduo reclama [a si] e que exerce sobre as coisas exteriores deste mundo – em total exclusão do direito de qualquer outro indivíduo desse universo. E ainda existem muito poucos que dar-se-ão o trabalho de considerar a origem e a fundação deste direito (Blackstone, 1794, p. 2).

Cerca de uma década depois, na época de Jeremy Bentham (1748–1832), a noção de propriedade já possuía claramente um fundamento abstrato e metafísico,⁶¹ ou seja, não se tratava mais de compreender o objeto em si ou a relação pessoa-objeto, conforme o Direito Natural há séculos defendia, mas antes entendermos a relação pessoa-pessoa mediada por objetos ou, para voltarmos ao tema em tela, por *bens*. O impacto dessa e de outras mudanças mentais no que entendemos genericamente por *cultura* foi incalculável. Para nossos fins, bem mais modestos, o que deve se levar em conta nessa exposição é o fato que, a partir de então, o modo como sociedades e grupos selecionaram e se apropriaram de objetos, mais especialmente *bens*, produzidos ou não por esses mesmos grupos, modificou nosso modo de interpretá-los, permitindo que descortinásemos as possibilidades de compreensão das relações sociais, tendo como ponto de partida os produtos gerados por esses grupos ou sociedades e seu modo de produção material — ideias e técnicas —, elevando assim a um

61 A primeira edição do livro de Bentham foi publicada em francês em 1802 com o nome de “*Traité de Législation Civile et Pénale, Précédés de Principes Généraux de Législation, et d’une Vue d’un Corps complet de Droit : terminés par un Essai sur l’Influence des Temps et des Lieux relativement aux Lois*”. A edição dos *tratados* a que tive acesso é de 1829, compilados sob o título de *Ouvres*, de 1829. Posteriormente o livro ficou conhecido como *Theory of Legislation being Principes de Législation and Traité de Législation, Civile et Pénale* (sic), de 1914. Obviamente não queremos com isso fazer parecer que o direito de propriedade, bem como a propriedade ela própria, não tivesse já passado por profundas reflexões, ainda que pontuais, mesmo no século XVIII. Cf. Beccaria, 2004.

outro patamar nosso entendimento dos diversos fenômenos historicamente determinados, sejam eles de um passado recente ou distante.

Em diversos campos do saber humano, perceberam-se, ao longo do tempo, tentativas de definições de conceitos, de classificações, procedimentos metodológicos, analíticos, entre outras demarcações que buscavam o aperfeiçoamento da forma de se pensar e de se agir nos momentos em que acadêmicos e/ou técnicos são requisitados para dar conta de algum tipo de demanda. Inicialmente tendeu-se por opções categóricas, compartimentadas e rígidas. Ao longo do tempo, porém, muitos desses procedimentos foram revistos. Alguns foram abandonados, outros criados e vários aprimorados.

Em um mundo em turbulência, quando o fim do bloco soviético encetava, entre outras “mortes”, à arrogância de se proclamar o fim da História, nada mais previsível do que isso afetasse decisivamente os olhares sobre o passado. A “Nouvelle Histoire” chamava para si essa responsabilidade, ao menos no campo da História, decretando o fim dos estudos socioeconômicos e impondo a si própria, de maneira programática, uma *revisão* teórico-metodológica paradigmática.⁶² Em primeiro lugar, tratava-se da construção de um discurso histórico sobre o recorte histórico que avalizaria o valor da questão histórica posta pelo historiador. Essa “meta-história” é o ponto de partida para a análise científica sem se afastar do apreço pelo repertório documental e a metodologia aplicada, os quais darão o suporte necessário para as delimitações da pesquisa. Uma vez considerado esses pontos, aparece o problema da legitimidade da questão histórica, que no limite alcança sua plenitude, quando esclarece e amplia uma dada *teoria* sem nunca exauri-la (a questão em si). Essa não se inscreve apenas no campo da ciência enquanto tal, mas nas contingências da sociedade, e nas exigências e desafios da profissão (as “modas” e os círculos de poder, por exemplo). As questões históricas podem responder, portanto, a “demandas sociais” (datas, fatos, celebrações), à curiosidade popular ou, ainda, ao acaso. De todo modo, as questões históricas estariam “impregnadas sempre dos problemas de seu tempo”.⁶³ Por outro lado, no in-

62 Ariès, 1990, pp. 153–76.

63 Prost, 2012, p. 84.

terior da Arqueologia, ao longo das últimas décadas, tem igualmente crescido a tendência à construção de um discurso que dê conta simultaneamente do objeto pesquisado e da interpretação feita sobre esse mesmo objeto, isto é, de metanarrativas, produzindo explicações alternativas sobre comportamentos de grupos sociais e suas respectivas mudanças históricas.

Contribuíram para essa perspectiva não apenas os *Annales*, mas também a História Política e a Nova História de um lado, e a Nova Arqueologia e a Arqueologia Pós-Processual⁶⁴ de outro, trazendo um novo vigor para a cena acadêmica, não apenas indicando a necessidade de se entender corretamente como e em que momento se deu a produção de ideias/conceitos, mas também o sentido que esses mesmos conceitos — articulados (leia-se discursos) — ganham em suas respectivas épocas. Além disso, há a constatação das singularidades dos sistemas culturais, o reconhecimento de que os seres humanos produzem a sua própria História sem que haja determinadamente a consciência e/ou a vontade de indivíduos ou grupos para fazê-la e, por fim, a verificação de que certos aspectos ou elementos de dada sociedade comparáveis a outras sociedades não são necessariamente mais importantes para o entendimento de organizações sócio-econômicas históricas ou pré-históricas do que o estudo, com métodos e hipóteses explícitas sobre o contexto histórico que as produziu.⁶⁵ A produção de objetos e vestimentas, a construção e manutenção de edifícios e espaços próprios (cemitérios, por exemplo), implicaria, por definição, levarmos em conta as diferentes práticas rituais e culturais que os acompanham. Aqui *parece* que o desafio primeiro não é aprofundamento os elementos de *identidade social*, ou seja, as condições de produção e apropriação social que determinado objeto, edifício ou prática social permite, mas

64 Bernbeck, 1997, pp. 270 ss.

65 Se, no entanto, essas noções adquirem relevo para os estudos dos contextos históricos, não deixa de ser digno de nota que há certa banalização na utilização conceitos e ideias-chave dos fenômenos históricos. Para uma breve reflexão sobre, por exemplo, o conceito de Evolucionismo, de modo comparativo, em História, Arqueologia e Antropologia veja: Cardoso, 2001, pp. 93–7. O autor avalia questões como vínculos ideológicos-políticos existentes no uso da noção de Evolucionismo Social.

antes reconhecermos nesses elementos, elementos de *identificação*: o que pode ser dito/identificado, isto é, detalhado e descrito do próprio objeto ou saber. Contudo, ao verificarmos e entendermos o vínculo inconsútil entre um dado objeto, uma dada prática, um dado edifício, um dado espaço e os grupos sociais envolvidos necessariamente precisamos estabelecer a interdependência dos elementos para chegarmos àquela *identificação*, que por sua vez depende da *identidade social*, e vice-versa. Um autor como, por exemplo, E. Panofsky recorre a categoria de *similitudo* para dar uma resposta, ainda que provisória, a esse problema, isto é, por meio de analogias seria possível estabelecer as relações, embora sem caráter probatório, entre ideias, objetos e sociedade, ou no limite, entre valores e a realidade concreta.⁶⁶ Há grandes desafios no porvir.

CONCLUSÃO

Um antigo conto folclórico europeu, compilado pelos irmãos Grimm no início do século XIX, narra a história de João e Maria (Hänsel e Grettel), filhos de um lenhador que vivia com sua mulher, a qual, por sua vez, era a madrasta de ambas as crianças, perto de uma densa floresta. Uma grande fome se abateu sobre a casa do lenhador e a madrasta convenceu seu esposo a abandonar as crianças no interior da floresta, poupando-as, segundo ela, de morrerem de inanição. Na primeira vez, o pequeno João, sabendo dos planos da madrasta, deixa uma trilha de pedras cintilantes, de modo que pudessem mais tarde voltar para casa; na segunda tentativa do casal, eles adentraram mais fundo na floresta de modo a não permitir que João e Maria encontrassem o caminho de volta. João, por sua vez, ciente do que haveria de lhes acontecer, deixa um rastro de pequeninos pedaços de pão. No entanto, o ardil desta vez não havia funcionado porque os pássaros trataram de comer as migalhas e as crianças acabaram se perdendo na floresta.

Passados quase duzentos anos de relacionamento entre História e Arqueologia, as fronteiras entre estas duas áreas do saber encontram-se mal divididas, com várias manchas ou nichos comuns, em especial naquilo a que se refere à

66 Panofsky, 2001, pg. 20.

produção e à composição de textos acadêmicos. A *prática* de Historiadores e Arqueólogos é, no entanto, ainda a fronteira que, como acontece com outras áreas do saber aderentes, poderá se tornar *ponte* ou *barreira*. Está em nossas mãos decidir. Tal qual no conto dos Grimm, somos nós que construímos nosso caminho em direção ao passado, a partir de dados e fatos colhidos, interpretados e reorganizados por nós mesmos. Algumas vezes o caminho que traçamos resiste ao tempo e devemos prestar a atenção se em nossa prática cotidiana muitas vezes não repisamos a trilha feita por cientistas de outrora; outras vezes, os dados e fatos, fontes de nosso saber, são frágeis e a trilha feita desaparece. Para a Arqueologia, a crítica às fontes escritas — que envolve organização e sistematização de dados — permanece no âmbito externo à sua prática; para a História a interação com as Ciências da Natureza é ainda estranha e superficial. Será preciso transformar a interdisciplinaridade em transdisciplinaridade, isto é, investir e insistir na transferência de saberes entre as áreas, o que exigirá não apenas um corpo mais robusto de profissionais, mas também modificação nas grades curriculares e instituições bem mais aparelhadas para esse fim. É preciso que Arqueologia e História reconheçam que partilham problemas e interesses, cujas soluções só são possíveis por meio de um trabalho integrado e mutuamente cooperativo. Quem sabe assim, num futuro próximo, possamos percorrer uma trilha comum em direção ao passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. “A História das mentalidades”. In: Le GOFF, Jacques (dir.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Edição bilíngue grego-português. São Paulo: Ars Poetica, 1993.
- BECCARIA, C. *Dos delitos e das penas*. 16^a ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. Primeira edição: 1764.
- BENTHAM, Jeremy. *Ouvres. Tome Premier. Traités de Législation Civile et Pé-nale. Tactique des Assemblées Politiques Délibérantes*. Bruxelas: Louis Hauman et Compagnie Libraries, 1829.

- _____. *Theory of Legislation being Principes de Législation and Traités de Législation, Civile et Pénale. v. 1. Principes of Legislation. Principles of the Civil Code.* Oxford: Oxford University Press, Humphrey Milford, 1914.
- BERGERON, Louis. “Bens Nacionais”. In: FURET, François; OZOUF, Mona. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. pp. 456–464.
- BERLIN, Isaiah. *Le idee filosofiche di Giambattista Vico.* Roma: Armando, 1996.
- BERNBECK, Reinhard. *Theorien in der Archäologie.* Tübingen, Basel: Francke, 1997.
- BICHO, Nuno F. et al. “Mesolithic to Neolithic transitions: New Results from shell-middens in Western Algarve, Portugal”. *Antiquity.* v. 77, pp. 75–86, mar 2003.
- BINFORD, LEWIS R. *An Archaeological Perspective. With a contribution by George I. Quimby.* Nova York, Londres: Seminar Press, 1972.
- BLACKSTONE, WILLIAM. *Commentaries on Laws of England. Livro II. Of the Rights of Things.* 12ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1979. Publicação original: 1794.
- BLOCH, M. *Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador.* Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOUCHER DE PERTHES, J. *Antiquités celtiques et antédiluviennes. Mémoire sur l'industrie primitive et les arts à leur origine, t. 1.* Paris: Treuttel et Wurtz, XII, 1847.
- _____. *Antiquités celtiques et antédiluviennes. Mémoire sur l'industrie primitive et les arts à leur origine, t. 2.* Paris: Treuttel et Wurtz, XVI, 1857.
- _____. *Antiquités celtiques et antédiluviennes. Mémoire sur l'industrie primitive et les arts à leur origine, t. 3.* Paris: Treuttel et Wurtz, XXIV, 1864.
- BOURDIEU, Pierre. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- BREEN, C.; LANE, P. J. “Archaeological Approaches to East Africa’s changing seascapes”. *World Archaeology.* v. 35, n. 3, 2005. pp. 469–489.

- BREUIL, Charles François Marchand du. *Journées mémorables de la Révolution Française*, 19 de fevereiro de 1790. 2ª ed. v. 1. Paris: Madame Vergne, 1829.
- BRICKA, C. F. (org.) “Skarpenberg – Sveistrup”. *Dansk Biografisk Lexikon*. Copenhagen: Gyldendaske Boghandels (F. Hegel e Søn), 1887–1905.
- BROTHWELL, Don; HIGGS, Eric (ed.). *Science in Archaeology*. Nova York: Basic Books, 1963.
- BULLETTINO dell’Istituto di Corrispondenza Archeologica*. Roma: Salvincci, 1829. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=gri.ark:/13960/t6sx6cc8h;view=1up;seq=15>>.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Univ. Estadual Paulista, 1991.
- CALDAS, M. J. de A. “Patrimônio e cultura material”. In: ANGELO, E.R.B.; SIQUEIRA, E. D. de. (orgs.). *Concepções, memórias e patrimônio cultural. História, Sociedade e Educação em foco*. Curitiba: Editora Prismas, 2016. pp. 141–56.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. “Historia, prehistoria y arqueologia. La cuestión del evolucionismo social”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Ensayos*. San Jose: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2001. pp. 93–7.
- _____. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.
- CHILDE, Vere Gordon. *Society and Knowledge*. Londres: George Allen e Unwin, 1956.
- CHOAY, François. *A alegoria do patrimônio*. 3ª ed. São Paulo: Unesp/Estação Liberdade, 2006.
- CÍCERO. “de Oratore II, 34-6”. In: ESTEVES, Anderson de Araújo Martins. *Cícero e a narrativa da História*. Rio de Janeiro: Phoenix, 2013. pp. 87–88.
- CLARK, Grahame. *Arqueologia y sociedad (Reconstruyendo el pasado histórico)*. Madri: Akal, 1980.
- COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Editorial Presença, s/d. Congrès international paléontologique. In: Le Globe. Revue genevoise de géographie, tome 5, 1866. Pp. 108-109.

CONGRÈS International Paléontologique. *Le Globe. Revue genevoise de géographie*, t. 5, pp. 108–9, 1866. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/globe_0398-3412_1866_num_5_1_6883>.

CROCE, Benedetto. *Filosofia di Giambattista Vico*. 2ª ed. Bari: Laterzi & Figli, 1922.

DARWIN, Charles. *The Voyage of the Beagle*. Projeto e-Gutenberg, s/d. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/etext/944>>.

DE LAET, Sigfried J. “Aperçu des principales sciences préhistoriques et de leurs disciplines d’appui”. In: JULIEN, Corinne; TOURÉ, Khadija (edits.). *Histoire de L’Humanité. De la préhistoire aux débuts de la civilisation*. v. 1. Paris: Éditions UNESCO, 2000.

EGGERS, Hans Jürgen. *Einführung in die Vorgeschichte*. Munique, Zurique: Piper, 1958.

FEBVRE, Lucien. “Quelques aspects d’une ethnographie en plein travail”. *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, n. 51, pp. 248–55, 1938.

FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

_____. “Archaeology, History, and Historical Archaeology in South America”. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 1, n. 3, pp. 189–206, 2007.

GAUGER, Jörg-Dieter; RÜTHER, Günther. (org.). *Warum die Geisteswissenschaften Zukunft haben! Ein Beitrag zum Wissenschaftsjahr*. Organizado a pedido de Konrad-Adenauer Stiftung e.V. Freiburg; Basileia; Viena: Herder, 2007.

GEHRKE, H.-J.; SCHNEIDER, H. *Geschichte der Antike. Ein Studienbuch*. 2. Auf. Stuttgart; Weimar: J. B. Metzler, 2000.

GRAFTON, Anthony. *Falsarios y críticos. Creatividad e impostura en la tradición occidental*. Barcelona: Editorial Critica, 2001.

GRUNER, W. D. “Krise der Geisteswissenschaften? Ihre Stellung und Rolle, insbesondere die Geschichtswissenschaft in Deutschland im Vergleich mit Frankreich, Grossbritannien und den USA”. In: GAUGER, Jörg-Dieter; RÜTHER, Günther. (org.). *Warum die Geisteswissenschaften Zukunft haben!*

- Ein Beitrag zum Wissenschaftsjahr*. Organizado a pedido de Konrad-Adenauer Stiftung e.V. Freiburg, Basileia, Viena: Herder, 2007. pp. 66–134.
- GUIMARÃES, M. S. B. C. “Do lixo ao luxo: As premissas teórico-metodológicas e a noção de sambaqui”. *Boletim do Museu Nacional. Nova Série: Antropologia*. n. 63, pp. 1–23, 2003.
- HALSALL, Guy. “Archaeology and Historiography”. In: BENTLEY, M. *Companion to Historiography*. Londres, Nova York: Routledge, 2006.
- HEMPEL, Carl G. “The Function of General Laws in History”. *The Journal of Philosophy*, v. 39, n. 2, pp. 35–48, 15 jan 1942.
- HIRST, K. K. *The Archaeological Study of Shell Middens*. 8 mar 2017. Disponível em: <<http://archaeology.about.com/od/boneandivory/a/shellmiddens.htm>>.
- HOEMES, M. e BEHN, F. *Prehistoria I: La Edad de la Piedra*. 3ª ed.. Madri: Labor, 1939.
- HOIKA, Jürgen. “Archäologie, Vorgeschichte, Urgeschichte, Frühgeschichte, Geschichte. Ein Beitrag zu Begriffsgeschichte und Zeitgeist”. *Archäologische Informationen*, v. 21, n. 1, pp. 51–86, 1998.
- HUXLEY, Thomas H. *On a Piece of Chalk*. 1868. Disponível em: <<http://human-nature.com/darwin/huxley/chap3.html>>.
- KAESER, Marc-Antoine. “Une science universelle, ou ‘éminemment nationale’? Les congrès internationaux de préhistoire (1865-1912)”. *Revue Germanique Internationale*, v. 12, pp. 17-31, 2010.
- KI-ZERBO, J. (ed.) *História geral da África*. Metodologia e pré-história da África. 2ª ed. v. 1. Brasília: UNESCO, 2010.
- KNEIP, L. M. (org.) *Coletores e Pescadores Pré-Históricos de Guaratiba, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/EDUFF, 1985.
- KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolution*. 2ª ed. Chicago: University of Chicago, 1970.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- LIMA, Tânia Andrade. “Arqueologia Histórica: Algumas Considerações Teóricas”. *Clio, Série Arqueológica*, v.5, 1989.

- LYELL, Charles. *The Antiquity of the Man*. Londres: John Murray, 1863. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/dirs/etext04/ntqtm10.txt>>.
- MOMIGLIANO, A. *Alte Geschichte und antiquarische Forschung*. In: _____. *Wege in die Alte Welt*. Frankfurt: Fischer Taschenbuch, 1995.
- NIEBUHR, Barthold Georg. *Römische Geschichte*. Berlim: Realschulbuchhandlung, 1811–1832.
- OLSEWSKI, Deborah I.; WENKE, Robert J. *Patterns in Prehistory. Humankind's First Three Million Years*. Nova York, Oxford: Oxford University Press, 2007.
- OSTHAMMER, Jürgen. *Die Verwandlung der Welt. Eine Geschichte des 19. Jahrhunderts*. 5ª ed. Munique: C.H.BECK, 2010.
- PAUSANIAS. *Periegesis (Beschreibung Griechenlands)*. 2ª edição. Zurique, Stuttgart: Artemis Editora, 1967.
- PANOFKY, Erwin. *Arquitetura e Escolástica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PIAGET, Jean. “As Ciências ‘Nomotéticas’ e as Ciências Históricas do Homem”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- PLÍNIO. *C. Plini Secundi Naturalis Historiae Libri XXXVII. v. 1-5*. Leipzig: ed. C. Mayhoff, 1892-1909.
- PROST, A. *Doze lições sobre a história*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UnB, 1992.
- RENFREW, Colin; BAHN, Paul. *Archaeology – Theories, Methods and Practice*. Nova York: Thames and Hudson, 1991.
- ROCHA, Justiniano José da. *Considerações sobre a administração da justiça criminal no Brasil, e especialmente sobre o jury, onde se mostram os defeitos radicais dessa tão gabada instituição, seguidas de hum appendice contendo a analyse circunstanciada do processo de La Ronciere, acusado de estupro e tentativas de assassinato, julgado no tribunal dos assises de Paris em julho de 1835*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Emile Seignot-Plancher & Cia, 1835.

- SAGONA, C. “Silo or Vat? Observations on the Ancient Textile Industry in Malta and in early Phoenician interests in the Island”. *Oxford Journal of Archaeology*, v. 18, n. 1, 1999. pp. 23–60.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot, 1972.
- SCHNAPP, Alain. “A Arqueologia”. In: Le GOFF, J.; NORA, P. (dir.). *História: Novas Abordagens*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- SOUTO MAIOR, Gabriela Martin. “A experiência Arqueológica e sua Importância para o Estudo da História Antiga”. In: *I Simpósio Nacional de História Antiga*. Pernambuco, 1983. pp. 43–49.
- TENÓRIO, Maria Cristina (org.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000. *Passim*.
- TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odiysseus Editora, 2004.
- URTUSÁUSTEGUI, JUAN ANTONIO de. *Diario de viaje a la isla de El Hierro en 1779*. In: GONZÁLEZ, VICTORIA ISABEL JIMÉNEZ e GÓMEZ, MARÍA DE LA CRUZ JIMÉNEZ. “Dataciones Radiocarbónicas del Asentamiento Aborigen de Guinea (Frontera)”. *Veleia*, n. 24–25, esp. 1236, pp. 1235–44, 2007–2008. Disponível em: <<http://www.ehu.es/ojs/index.php/Veleia/article/viewFile/2113/1741>>.
- VICO, Giambattista. *Ciência Nova*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- VON DEN DRIESCH, J.; ESTERHUES, J. *Geschichte der Erziehung und Bildung. Von der Humanität bis zur Gegenwart*. 6ª ed, v. 2. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 1964.
- VOVELLE, Michel. “L’historiographie de la Révolution Française à la veille du bicentenaire”. *Annales historiques de la Révolution française*. v. 272, n. 1, pp. 113–26, 1988.
- WILLEY, Gordon, R.; PHILLIPS, Philip. *Method and Theory in American Archaeology*. 3ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1958.
- WINCKELMANN, Johann Joachim. *Gedanken über die Nachahmung der griechischen Werk in der Malerei und Bildhauerkunst*. 1ª ed. Stuttgart: G.J. Göschen’sche Verlagshandlung, 1755.

HISTÓRIA E ARQUITETURA

Julio Cesar Ribeiro Sampaio

A HISTÓRIA E O SEU PAPEL FUNDAMENTAL PARA DIVERSOS CAMPOS DO SABER

A compreensão do passado e suas correlações com a atualidade são investigações típicas do campo de saber da História que estão presentes em diversas áreas do conhecimento humano. Todas as áreas que se interessam por esses processos adotam, de certa forma e abrangência, os conjuntos de ideias e de procedimentos metodológicos utilizados por historiadores nos seus trabalhos. Essas referências, por sua vez, orientam arquitetos, urbanistas e paisagistas, por exemplo, nas tentativas de compreensão da trajetória da produção arquitetônica, da formação das cidades ao longo do tempo, de um período específico e/ou de como hoje se pode entender a totalidade desse legado e as novas produções em curso.

De um modo específico, a compreensão sistematizada de manifestações de arquiteturas, de edificações, de conjuntos arquitetônicos, antigos e/ou contemporâneos, protegidos ou não, desenvolve-se, necessariamente, por meio de artifícios objetivos. Tais artifícios são observados na busca por informações concretas e autênticas das coletas de dados, de organização e análises de determinadas investigações dos profissionais da História, que possuem grande tradição no estudo e na manipulação de evidências para dar conta de complexas problematizações. Como, por exemplo, nas localizações de subsídios contidos em documentos (escritos e iconográficos), vestígios arqueológicos (fragmentos de ornamentações), em arquivos, bibliotecas, repartições públicas e privadas, sob diversas camadas de tintas, nos solos, e assim por

diante. Ambos se interessam por divergências, contradições, estabelecimentos de confrontos, confirmações, consensos etc. que possam dar algum tipo de veracidade aos seus estudos.

Em vários momentos dos percursos da Arquitetura ao longo da história da humanidade, os arquitetos se interessaram por fatos, processos e contextos que estruturaram momentos de tais caminhos, para fazerem novas edificações, protegê-las e conservá-las, conforme será abordado adiante. Começaram da mesma forma que os historiadores: detendo-se em acontecimentos pontuais (singulares) e excepcionais. Em seguida, historiadores e arquitetos avançaram na contextualização desses fatos e processos, alocando-os em estruturas globais dos diversos níveis sociais abrangidos.

Em um determinado momento, as partes, o todo e a globalidade dos contextos nas pesquisas históricas romperam o isolamento entre passado e presente. Arquitetos, inspirados nessa atitude, puderam também compreender a atual produção arquitetônica como fruto de etapas sucessivas não lineares de acertos e erros originados em consensos e divergências ao longo de diversos momentos específicos, de temporalidades múltiplas, que se entrelaçam e chegam até o momento em questão.

A História compreende que seus campos teóricos e metodológicos estão em constante aperfeiçoamento, e que a construção do conhecimento é permanente. Assim também vêm fazendo os estudiosos da Arquitetura, reconhecendo a contribuição de outras disciplinas, como a Arqueologia, Antropologia, Economia, Sociologia, entre outras. O caráter utilitário específico da Arquitetura incorpora, da mesma forma, subsídios de campos do saber de disciplinas ligadas à tecnologia. Historiadores e Arquitetos ainda desconfiam sistematicamente de verdades absolutas, de processos e explicações fundamentados em causas únicas. Possuem, na realidade, uma visão multicausal que se vincula à já mencionada estrutura social, econômica, política e cultural de fases específicas, intercaladas, que desaguam no aqui e agora. Inquietam-se perante a solução provisória de novos problemas contidos nas suas respectivas literaturas especializadas cujos resultados aprimoram os conhecimentos dos dois campos do saber. Os entrelaçamentos de reflexões e de práticas aqui

resumidamente apresentados demonstram a imensa colaboração da História para conhecimento da Arquitetura de ontem e de hoje.

COMPONDO E CONSERVANDO ARQUITETURAS ATRAVÉS DE REFERÊNCIAS HISTÓRICAS

Em um determinado momento da História da Arquitetura, pela primeira vez, optou-se pelo uso sistematizado de contribuições do passado na busca de inspiração para se produzir edificações e cidades. No Renascimento, entre os séculos XV e XVI decidiu-se adotar os parâmetros da Linguagem Clássica da Arquitetura da Antiguidade, sobretudo a romana, rompendo-se em grande parte a trajetória da produção arquitetônica que vinha sendo utilizada na Idade Média nos Períodos Carolíngio, Românico e Gótico, apesar de Julio Roberto Katinsky (2002, pp. 10–1) afirmar que “...estudos recentes indicam intenso uso do Tratado de Vitrúvio,¹ durante todo o período medieval pelos profissionais envolvidos com todos os aspectos da construção”.

Para esta tarefa, foram necessárias seleções e interpretações de referências que seriam transformadas em diretrizes para as composições arquitetônicas. Era preciso identificar fontes que dissessem como os romanos (os gregos, estrategicamente, foram em parte desconsiderados nessa empreitada)² produziram seus paradigmas arquitetônicos.

A recodificação do Classicismo Romano produziu os Tratados Renascentistas, dos arquitetos Leon Battista Alberti (*De Re Aedificatoria*, 1452) Sebastiano Serlio (os seis livros de arquitetura, 1566), Giacomo Vignola (*Regola delli Cinque Ordini*, 1562), entre outros (Fig. 1). Todos fundamentaram-se especialmente em Vitrúvio, porém acrescentaram investigações *in loco* das

1 Marco Vitrúvio Polião (Marcus Vitruvius Pollio), c. Século I a.C., arquiteto romano, autor da publicação *De Architectura*, distribuída em dez livros que constituem o único tratado sobre arquitetura remanescente da Antiguidade Clássica Greco Romana. Cf. Lagonegro, 2002.

2 Por interesses locais e também pela ocupação da Grécia pelos mulçumanos, o que dificultava acessibilidade às fontes locais de informações.

edificações remanescentes do Império Romano. Esses tratados também foram escritos em outras localidades, como França (por Philibert de L'orme), Alemanha (Hans Blum), Inglaterra (John Shute), e se tornaram verdadeiras referências para produção arquitetônica da época. Para alguns (Summerson, 1982) foram os precursores da Teoria da Arquitetura.³ Contudo, não foram capazes de reestruturar a totalidade do ambiente construído europeu ficando suas obras restritas a intervenções pontuais dentro dessa estrutura urbana.

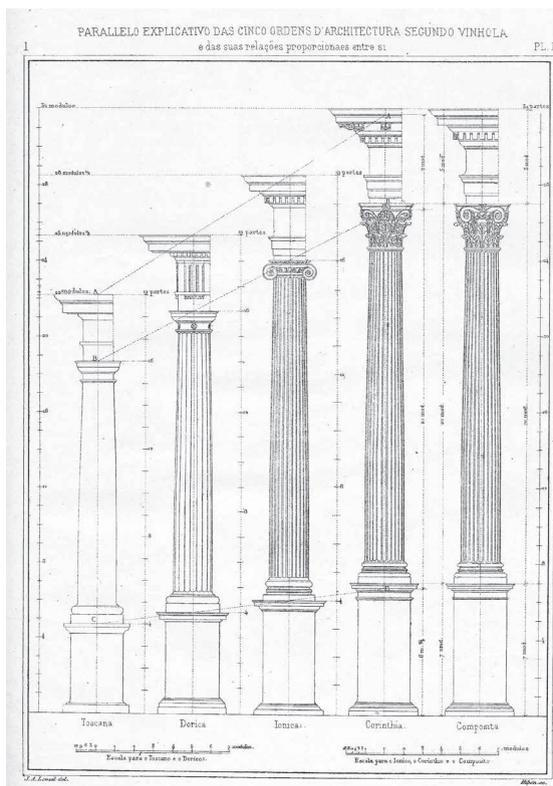


Fig. 1: As Cinco Ordens Clássicas segundo Vignola. Fonte: Vignola, s.d.

A consolidação da Linguagem Clássica da Arquitetura, abordada no trabalho paradigmático de John Summerson (1982), seguiu em frente. Poste-

³ John Summerson (1982, p. 139) considera especialmente o trabalho de Alberti como o “primeiro tratado moderno da Teoria da Arquitetura”.

riormente, a obediência categórica à codificação renascentista foi contestada por Michelangelo (1475–1564) e, especialmente, pelos arquitetos do Barroco com destaque para, segundo Summerson (1982, p. 82), seus dois grandes mestres, Bernini (1598–1680) e Borromini (1599–1667). O Classicismo não foi negado por eles, mas revisto a partir de estudos profundos, rigorosos e criteriosos, respaldados em um denso conhecimento dos cânones clássicos a partir de documentações escritas, iconográficas e de informações empíricas identificadas, baseadas nos remanescentes do legado arquitetônico romano.

A crítica às liberdades formais do Classicismo produzidas no Maneirismo e no Barroco ocorreu no Século das Luzes (XVIII) a partir da contribuição especial das obras de Laugier (*Essai sur l'Architecture*, 1753) e de Cordemoy (*Nouveau Traité de Toute l'Architecture*, 1706) (Fig.2). Para esses autores — curiosamente não arquitetos, na realidade dois abades —, o Barroco era uma “Arquitetura de Relevo” que deturpava a integridade do Classicismo original da Antiguidade. Nesse contexto, denominado Neoclássico na literatura especializada, a referência grega assume um papel de destaque por conta da valorização extrema da autenticidade do Clássico dito legítimo, fundamentado especialmente na aplicação dos parâmetros objetivos das Ordens Clássicas. A interpretação do Classicismo nessa ótica é categoricamente objetiva e passa a contar com a colaboração valiosa da Arqueologia, cujas sistematização e consolidação são atribuídas por unanimidade a Johann Joachim Winckelmann (1717–1768), especialmente na obra *Reflexões sobre a imitação das obras gregas na pintura e na escultura*, de 1755.



Fig. 2: Frontispício do Essai sur l'Architecture, de Laugier. Segunda edição. A "casa rústica" do homem primitivo. Fonte: Laugier, 1755.

Para alguns autores (Benévolo, 1972), o Neoclassicismo é o ponto de partida do Movimento Romântico no final do século XVIII, também voltado para referências do passado, que vai se estender ao longo de todo o século XIX com contribuições notáveis da Literatura, sobretudo de Goethe (1749–1832), Sir Walter Scott (1771–1832), Victor Hugo (1802–1885), entre outros.

O Romantismo (crítico em relação às obediências categóricas tratadistas) e os movimentos nacionalistas dos séculos XVIII e XIX, de forte cunho saudosista, alargaram os horizontes para além das referências classicizantes. Provocaram, sobretudo, segundo Benévolo (1976), crises sucessivas no ensino da *École des Beaux Arts*, principal instituição formadora de arquitetos da Europa nesse período (Summerson, 1982). O auge dessa instabilidade concentrou-se na reforma acadêmica de 1863, que tolerou o ensino e prática de tipologias arquitetônicas de outras fases históricas. A partir daí, as referências arquitetônicas da Idade Média, especialmente do Românico e do Gótico, integraram-se aos planos de ensino das disciplinas de composição arquitetônica.

As relações comerciais da Europa, com centros consumidores espalhados pelo mundo, nesse momento, estimulou o interesse por manifestações arquitetônicas milenares e seculares, especialmente do Egito, da Índia, do universo mulçumano, Japão, China etc., as quais também foram incluídas nas ementas dos ensinos de História, Teoria e Composições Arquitetônicas. Essas correntes, denominadas por unanimidade como “Historicistas”, fundamentaram os diversos “Neos” (Românico, Gótico, Renascimento etc.). Um dos principais codificadores dessa tendência é Viollet-Le-Duc (1814–1879), cujo *Dictionnaire Raisonné de L'Architecture Française du XI au XVI Siècle*, (1854–1868) constitui um verdadeiro tratado arquitetônico da Arquitetura Medieval, notadamente a francesa, celebrado sobretudo pela sua objetividade e consistência acadêmica (Fig.3).

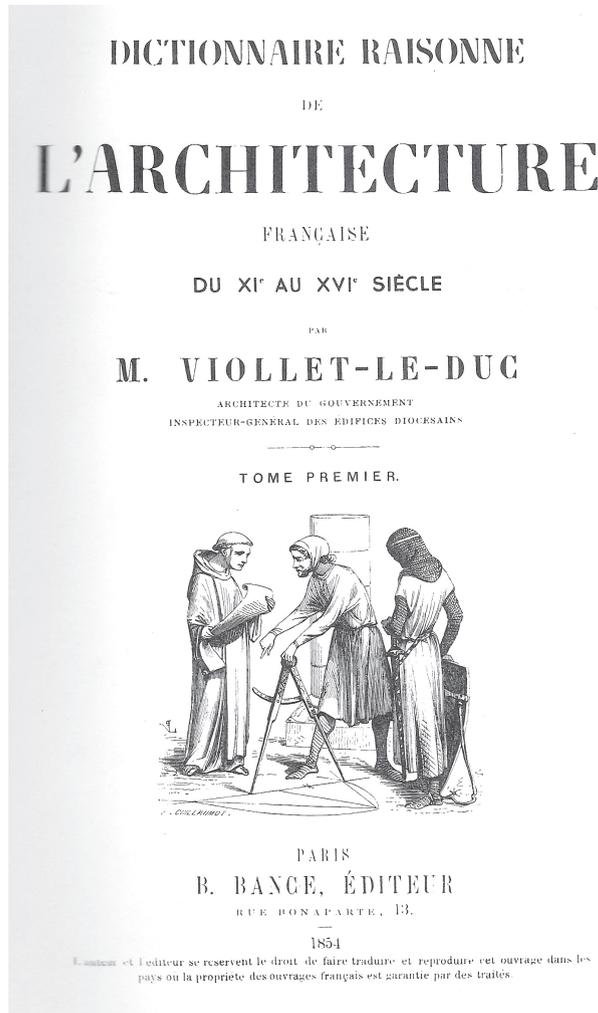


Fig. 3. Dictionnaire Raisonné de L'Architecture Française du XI au XVI Siècle, Viollet-Le-Duc. Fonte: Viollet-le-Duc, Eugène-Emmanuel, 1875.

A obra de Le Duc contribuiu significativamente para a estruturação da produção dos “Neos”, dentro do contexto conhecido como Período Eclético, que se estende até a Primeira Guerra Mundial (1914). Colaborou ainda para a sistematização da conservação de edificações que se integraram ao universo do patrimônio cultural francês, a partir da criação de legislações de proteção no

final do século XVIII — momento em que edificações e posteriormente áreas urbanas em geral também passaram a ser consideradas documentos relevantes para o conhecimento do passado e do presente de todas as nações conforme os moldes atuais.⁴ É importante ainda salientar a relevância de Jean-Nicolas-Louis Durand (1760–1834) na estruturação teórica e metodológica do ensino de composição arquitetônica vigente neste período, na École Polytechnique, também de Paris, especialmente a obra *Précis des leçons d'architecture données à l'École royale polytechnique* (1802–1805) (Fig. 4).

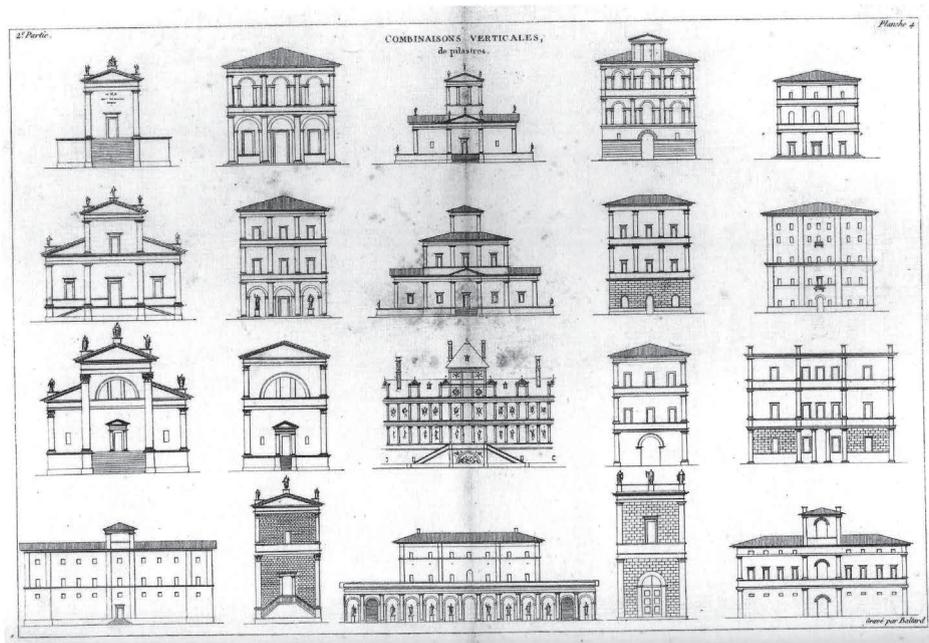


Fig. 4. *Précis des leçons d'architecture données*, Durand, 1809. Combinações verticais de pilastras. Fonte: Durand, 1802.

4 Convém destacar que Cevat Eder (1986) e Jukka Jokilehto (1999) citam iniciativas anteriores de proteção, porém descontínuas.

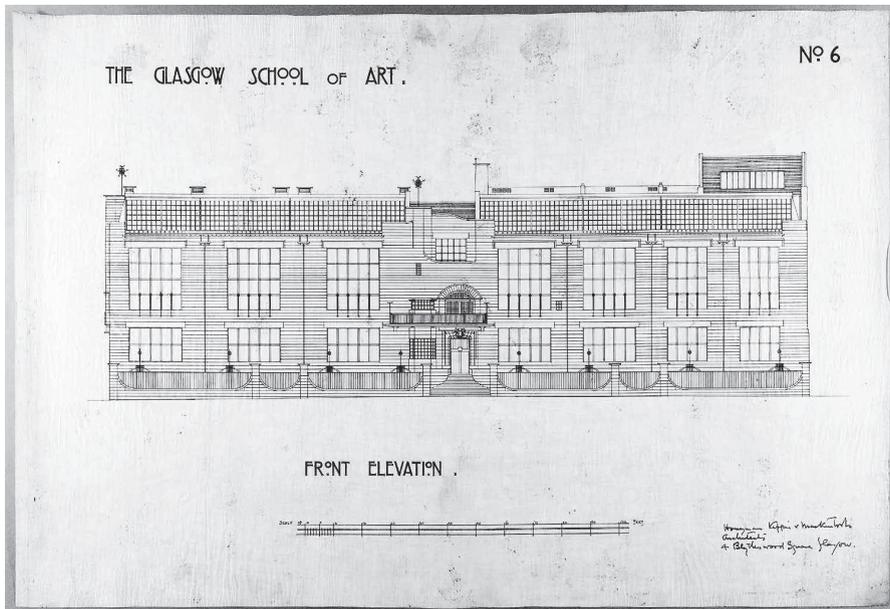


Fig. 5. The Glasgow School of Art, Charles Rennie Mackintosh, 1897-1909. Fachada principal. A ruptura com os parâmetros Historicistas.
 Fonte: *The Glasgow School of Art Archive, c. 1910.*

Ao longo da segunda metade do século XIX, porém, as correntes historicistas foram gradativamente reavaliadas por aqueles que se interessavam por produzir algo identificado com o momento em que viviam. Esse discurso surge dentro da própria academia e tem início com o questionamento do papel da ornamentação na composição arquitetônica. Arquitetos como Otto Wagner (1841–1918) e Adolf Loss (1870–1933) rejeitam veementemente o emprego do ornamento pelo ornamento, lembrando a abordagem racionalista de Cordemoy e Laugier. A lógica da estandardização da industrialização e o recém-surgido desenho industrial⁵ também influenciaram obras descoladas do Historicismo. O movimento Arts & Crafts e o Art Nouveau buscaram, da

⁵ Pevsner (1981) ressalta o papel fundamental de Peter Behrens (1868–1940) nessa questão.

mesma forma, outras fontes de inspiração desconectadas do passado (*Fig. 5*). Todos esses movimentos, que caminharam paralelamente ao Historicismo dentro do Período Eclético, são considerados por Pevsner (1980, 1981) como precursores do Modernismo, o qual radicalizou, ao longo da primeira metade do século XX, a rejeição a citações e referências de períodos arquitetônicos anteriores. Os Modernistas ressaltavam o caráter utilitário e contemporâneo da arquitetura e propunham o restabelecimento das relações intrínsecas entre forma e função. Do mesmo modo como fizeram os arquitetos gregos no Período Clássico (especialmente do Século V a.C.), do Renascimento e os citados teóricos do Neoclassicismo.

Para não cair num vale tudo compositivo, o Modernismo estruturou-se filosófica e metodologicamente a partir de diretrizes herméticas capitaneadas por Walter Gropius (1883–1969) e Le Corbusier (1887–1965) através de, entre outros fatores, discursos, contundentes, em relação ao Historicismo que, na opinião deles, comprometia a autenticidade das composições arquitetônicas e urbanísticas. A aplicação categórica desse pensamento, especialmente contido nas diretrizes da Carta de Atenas (1933) redigida por Le Corbusier, provocou danos irreversíveis a diversos ambientes construídos tradicionais, muitos deles com potencial de proteção. Esses paradigmas foram revistos ao longo dos anos 1960, apoiados por movimentos sociais, nomeadamente das associações de moradores de bairros semidestruídos pelas citadas renovações urbanas.⁶

Autores como Jane Jacobs (1916–2006) e Aldo Rossi (1931–1997), nas paradigmáticas referências *Morte e vida de grandes cidades* (1961) e *Arquitetura da Cidade* (1966), respectivamente, propuseram a reconsideração do papel da arquitetura tradicional (independente da significação ambiental, de notáveis méritos e/ou modestas) nas definições das políticas e práticas urbanas. Nesse contexto, surgem as legislações de proteção de áreas urbanas. As *Secteurs Sauvegardés* da *Loi Malraux* da França (1962) e as *Conservations Areas* do Reino Unido (1967), por exemplo, que se tornaram referenciais mundiais

6 O fenômeno se repete no Brasil, no início da década de 1980.

(Fig. 6).⁷ Esses discursos e ações resgataram a relevância de referências históricas na produção do ambiente construído contemporâneo de forma diferente das situações Historicistas Pré-Modernistas comentadas acima. Nesse caso, fizeram claras distinções entre as citações originais (das edificações históricas) e das interpretações delas (das novas edificações). A tendência aprimorou-se ao longo das décadas seguintes e atualmente insere-se nos interdisciplinares Planos Diretores de cidades onde o debate encontra-se mais avançado. Restabeleceu-se, portanto, a parceria entre História e Arquitetura, conforme apresentado no início deste trabalho.

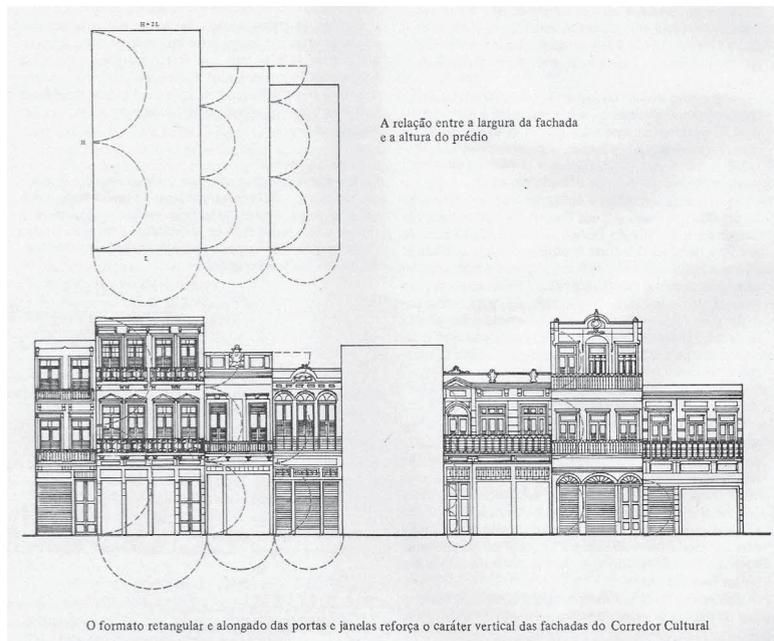


Fig. 6. A reconsideração do papel da arquitetura tradicional. Projeto Corredor Cultural, Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Rioarte, 1985.

⁷ A primeira experiência semelhante no Brasil ocorreu nos Setores Históricos Tradicionais de Curitiba (1971), seguidos dos casos dos Sítios Históricos de Recife (1979) e do Corredor Cultural do Rio de Janeiro (1979).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVOLO, Leonardo. *Introdução à Arquitetura*. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1972.
- _____. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.
- DURAND, Jean-Nicolas-Louis. *Précis of the Lectures on Architecture*. Paris: L'École Polytechnique, 1802. Disponível em: <<http://www.e-rara.ch/zut/content/titleinfo/365543>>. Acesso: 9 fev 2018.
- ERDER, Cevat. *Our Architectural Heritage: From Consciousness to Conservation (Museums and Monuments XX)*. Paris: UNESCO, 1986.
- JOKILEHTO, Jukka. *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2002.
- JONES, Anthony. *Charles Rennie Mackintosh*. Londres: Studio Editions, 1990.
- KATINSKY, Julio Roberto. “Preliminares a um estudo futuro de Vitruvius”. In: LAGONEGRO, Aurélio. *Vitruvius, da Arquitetura*. São Paulo: Annablume, 2002. pp. 9–47.
- LAGONEGRO, Aurélio. *Vitruvius, da Arquitetura*. São Paulo: Annablume, 2002.
- LAUGIER, Marc-Antoine. *Essai sur l'architecture* Paris: Duchesne, 1755. Disponível em: <<http://www.e-rara.ch/doi/10.3931/e-rara-128>>. Acesso em: 9 fev 2018.
- PEVSNER, Nikolaus. *Os pioneiros do desenho moderno: de William Morris a Walter Gropius*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- _____. *Origens da arquitetura moderna e do design*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- RIOARTE. *Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985.
- SUMMERSON, John. *A Linguagem Clássica da Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- VINHOLA. *Tradado Prático Elementar de Architectura ou Estudo das Cinco Ordens*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, s.d.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. Dictionnaire Raisoné de L'Architecture Française du XI au XVI Siécle. Paris: A. Morel, 1875. Disponível em: <<https://archive.org/details/raisonnedelarchi01viol>>. Acesso em: 9 fev 2018.

HISTÓRIA E CARTOGRAFIA DO MAPA DO METRÔ DE LONDRES AO MAPA DO SÃO FRANCISCO^{1*}

Júnia Ferreira Furtado^{2**}

A ARTE DE MAPEAR

Vamos começar com uma pequena história: um usuário do metrô de Londres, embarcado na estação de Oxford Circus, examina atentamente um mapa afixado em uma das paredes da estação. Ao procurar o seu caminho até Wimbledon, desloca seu dedo por uma encruzilhada de traços contínuos azuis, verdes, vermelhos, amarelos, entre tantas outras cores de linhas de trens que se cruzam no mapa. Em poucos segundos, elabora sua rota: tomar a linha azul clara (Victoria) em direção a Brixton, descer na estação de Victoria, e ali pegar a linha verde (District) até Wimbledon. Sem dúvida nosso cidadão será bem sucedido e, em poucos minutos, estará desembarcando na estação

1 * Uma primeira versão deste artigo foi redigido como parte do projeto de pesquisa *Os oráculos da geografia iluminista: dom Luís da Cunha e D'Anville na construção da cartografia sobre o Brasil* enquanto bolsista residente do IEAT/UFMG (2007/2008). O projeto resultou em dois livros, um de mesmo nome do projeto (EdUFMG, 2012) e no *Mapa que inventou o Brasil* (Versal, 2013). Agradeço os financiamentos: CNPq/Bolsa de Produtividade em Pesquisa, CAPES/ Bolsa de Pós-doutorado no Exterior, FAPEMIG/ Programa Pesquisador Mineiro e FAPERJ/ Pesquisador Visitante UFF.

2 ** Professora Titular de História Moderna da UFMG, pesquisadora 1A do CNPq e pesquisadora visitante da UFF 2016–2017.

desejada, mas sua atitude, encarada com naturalidade por qualquer habitante de uma megalópole moderna, nos permite interessantes considerações.

Não há dúvida que um habitante do século XVII da antiga cidade de Londres, localizada em uma pequena parte do que hoje é a gigantesca megalópole londrina, que observasse aquela representação, não veria naquela sucessão de linhas coloridas o menor significado, nem seria capaz de atentar que se trata de uma representação futura do mesmo espaço urbano onde ele então residia. Não podemos também deixar de perceber que o fato de nosso habitante anônimo não ter gasto mais do que alguns poucos instantes para encontrar o caminho a ser trilhado não faz dele um profundo conhecedor da cidade de Londres. Na verdade, o mapa mental por ele elaborado, percorrendo as linhas coloridas do mapa metrô, possui apenas algumas correspondências com a cidade que se estende no solo muitos metros acima de sua cabeça. As estações estão dispostas na mesma ordem, como sucessivamente se apresentam na superfície, mas as distâncias e as linhas que as conectam no mapa não correspondem exatamente ao percurso que desenham no subsolo da cidade, nem se ajustam perfeitamente ao real traçado urbano da cidade. Se por acaso, o incauto morador tentar colocar dois mapas — o do metrô e o da cidade — um sobre o outro, logo perceberá que ambos não se encaixam com perfeição, e nenhum dos dois representa todos os aspectos existentes na cidade. Escolhas foram realizadas na hora do desenho e muitos elementos foram suprimidos ou deslocados de sua posição real. No do metrô, as linhas dos trens formam uma rede esquemática de traços coloridos retilíneos, verticais ou horizontais, cada um com inclinação máxima de 45 graus, todos harmonicamente geométricos. No da cidade, se tracejarmos linhas imaginárias entre as diversas estações do metrô, que pipocam por todos os lados, essas mesmas linhas apresentarão distorções, ondulações e angulações inusitadas em relação ao tracejado perfeitamente geométrico que adquirem no mapa do metrô londrino. Se fizermos uma reprodução mais realista e menos esquemática desse sistema de linhas de trens subterrâneos, a representação cartográfica resultante perderá exatamente esta conformação esquemática, que tornou o mapa metrô de Londres universalmente conhecido — um clássico do design

visual do século XX, cujo traçado é fácil de entender e altamente funcional.³ Esse mapa foi criado por um engenheiro da companhia, de nome Henry Charles Beck, em 1931, e, com vários acréscimos, inseridos à medida que o sistema se expandiu e se tornou mais complexo, continua vigente até hoje, mantendo seu diagrama básico intacto. No entanto, sua escolha foi marcada por polêmicas, desconfianças e percalços, exatamente por sua inexatidão em relação ao traçado real do sistema metroviário que representava. Ao contrário dele, desde a inauguração da primeira linha, em 1863, todos os mapas disponibilizados, até então para orientar os passageiros haviam se caracterizado por buscar tal correspondência, sem que, no entanto, tivessem tornado a vida dos usuários mais fácil.⁴ Diante da recusa em utilizar seu mapa, que parecia mais um diagrama de um circuito elétrico, “Beck argumentou que o fato de o mapa não representar fielmente a distância ou a localização geográfica das estações não tinha importância: o que os passageiros precisavam saber era como chegar de uma estação a outra da maneira mais eficiente possível e onde fazer baldeações”.⁵ De fato, distribuído pela primeira vez, no ano seguinte, o mapa revelou imediatamente a sua utilidade, sendo hoje, de forma lendária, reconhecido como um ícone da modernidade urbana.

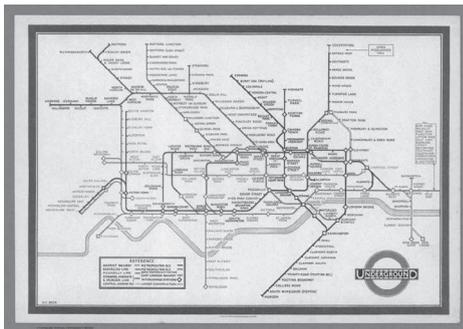


Fig. 1: Mapa do metrô de Londres, Henry Beck, 1931.

3 Harris, 2002, pp. 256–9.

4 Glancey, 2015.

5 Glancey, 2015.

Para tornar mais claro o desenho, o centro da cidade é apresentado na forma de uma garrafa e aparentemente muito maior do que realmente é, dando mais visibilidade à parte da cidade mais percorrida pelos viajantes. As estações localizadas na periferia são dispostas uma após as outras, tal como se sucedem na superfície, mas sem que a distância entre elas e o real traçado das linhas seja representado com exatidão, pois tais informações não são necessárias a quem se destinam. Mesmo no centro da cidade, muitas estações são aproximadas e outras distanciadas. Por exemplo, Picadilly é na verdade muito mais próxima de Leicester Square do que Dover Street (hoje Green Park), contrariamente ao que se observa no mapa. Linhas que, na verdade, são onduladas, apresentam-se como lineares e seu posicionamento real é deslocado para adquirirem sempre o sentido norte-sul ou leste-oeste. Tal é o caso da que se estende entre Earl's Court e St. James Park. Mostrar o traçado real aos usuários é irrelevante. Uma única concessão à geografia da cidade é feita com a inclusão do rio Tâmis, mesmo assim ele é desenhado de forma estilizada: o objetivo é facilitar a orientação dos passageiros em relação à cidade real, de forma a reconhecer a direção a tomar e agilizar seu deslocamento.⁶ Uma única e breve tentativa de retirar a representação do rio, em 2009, causou enorme confusão e protestos dos usuários e da imprensa. O rio retornou a seu lugar nos mapas impressos poucos meses depois para sossego e melhor orientação dos usuários.

O mapa do metrô de Londres, que serviu de referência para os demais cidades que implantaram esse meio de transporte, nos coloca algumas questões iniciais importantes no que se refere aos paradigmas teóricos-metodológicos que norteiam a História da Cartografia. Já sabemos que o mapa do metrô de Londres não é um retrato fiel da cidade, nem mesmo das linhas que se esparramam pelo subsolo, mas é sua característica esquemática, inexata, que o torna extremamente útil ao apressado usuário do sistema. Sabemos também que, de posse desse mapa, um morador não será capaz de encontrar o seu caminho se por ventura decidir percorrer a mesma distância de carro, a pé ou de ônibus. Neste caso, o complexo mapa da cidade, com sua intrincada

6 Harris, 2002, p. 257.

rede de ruas, avenidas, e praças, lhe será muito mais útil. Podemos concluir então, como outro dos nossos pontos, que os mapas são produzidos segundo diversos critérios, e um deles é a satisfação dos seus usuários, ou seja, levam muito mais em consideração os fins a que se destinam do que o território que representam. Isso impõe uma série de escolhas do que e de como o mesmo espaço pode ser desenhado e o que deve ser apagado, escolhas essas que resultam em distorções, acréscimos e omissões. Significa que, muitas vezes, um mapa também diz muito mais sobre o leitor a que se destina, do que sobre o espaço com o qual ele mantém correspondência.

Matthew Edney, por exemplo, discute essa questão acerca do mapa da América do Norte, de John Mitchell, de 1755, ressaltando que para compreendê-lo, como em vários outros casos, é necessário levar em consideração “as demandas do público e as formas de consumo dos mesmos”.⁷ Dessa forma podemos concluir que mapas diferentes podem representar o mesmo espaço sem que seja necessário eleger um como verdadeiro e outro falso, ainda que um deles não guarde uma correspondência geometricamente exata com o território que representa. Cabe aqui uma advertência aos que elegem os mapas como objeto de estudo: nem no seu todo, nem em suas partes, mapas nunca são errados! O que importa é descobrir o que eles querem dizer ou escondem de nós, o que pode se constituir em uma dupla fala.

Antes, porém, de irmos mais adiante, vejamos mais um exemplo, que nos permite discutir outros pressupostos teóricos que o historiador da cartografia deve atentar. Trata-se do *Roteiro Ilustrado de Terras Mineraias do Brasil*, mapa que Manuel Francisco dos Santos Soledade produziu em 1729 e que nos servirá de contraponto a algumas das questões levantadas pelo mapa do metrô de Londres.

7 Edney, 2007, pp. 30–50.

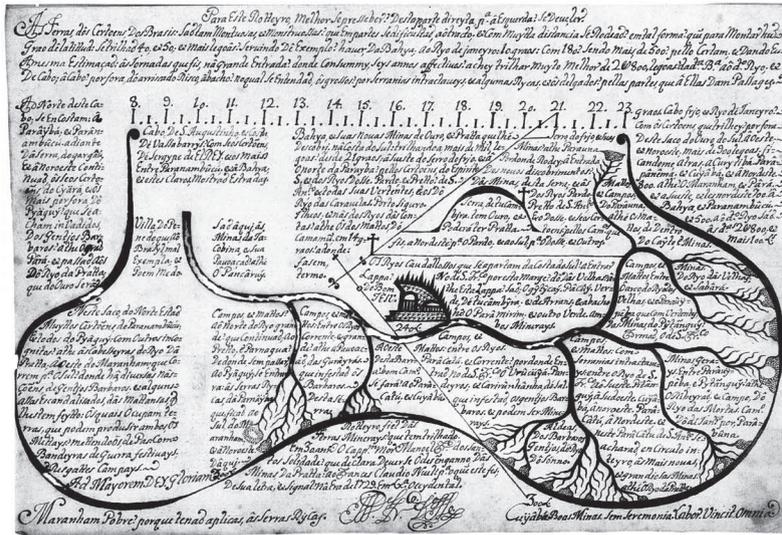


Fig. 2. Roteiro Ilustrado de Terras Mineraias do Brasil, Manuel Francisco dos Santos Soledade, 1729 (Istituto de Estudos Brasileiros/USP).

Ao contrário do que aconteceu com o mapa do metrô de Londres, facilmente compreendido por qualquer habitante das megalópoles modernas, a região que esse mapa representa não é mais autoevidente hoje em dia. Mas, espante-se você ou não, o desenho de Soledade retrata a região mineradora da América portuguesa, onde, grosso modo, hoje se estende o estado de Minas Gerais. Nada mais difícil para nós, humanos contemporâneos, reconhecermos o estado nesse conjunto de palavras e desenhos que o autor apresenta. No entanto, afirma seu autor que se tratava de um “Roteiro Fiel das terras mineraias” e que ele reuniu, nessa carta, todas as informações que dispunha sobre as terras que visitou nos sertões do Brasil, certo de que esta serviria de roteiro àqueles que se aventurassem em repetir sua jornada “na grande entrada, donde consumi seis anos”, percorrendo o total 2800 léguas no interior do Brasil, para tanto atravessando “serranias intratáveis, algumas ricas”. Ou seja, Soledade tinha certeza que as informações que dispôs na carta seriam suficientes, facilmente inteligíveis e serviriam de roteiro para aqueles que se aventu-

rassem pela região mineradora. Podemos, a partir dessa premissa e utilizando modernas tecnologias computacionais de georeferência, sermos tentados a submeter à prova o posicionamento das localidades representadas no mapa, comparando-as com as medidas de mapas atuais. Mas advirto: não só essa questão é irrelevante nos dias de hoje, como não irá responder ao significado e as leituras que seus contemporâneos dele fizeram. Vamos tentar ir além.

Chegamos, então, e vamos partir de uma outra questão, colocada pela aparente incapacidade de compreensão do mapa de Soledade, bem diferente da sensação de inteligibilidade que desperta a imagem do mapa do metrô londrino — o mesmo, vale lembrar, ocorreria com o morador de Londres do século XVII em relação a esse último. Para que um mapa possa ser utilizado e, dessa forma, ser compreendido em sua plenitude, seu produtor e seu consumidor devem partilhar um conjunto de signos comuns e, quanto maior for esse compartilhamento, maior será a capacidade de apreensão do conjunto de informações que um mapa contém, muitas autoevidentes, outras nem tanto. Poderíamos dizer, então, que o tempo que nos distancia do momento em que o mapa de Soledade foi produzido, assim como de tantos outros produzidos no passado, e o fato de não compartilharmos mais dos signos ou símbolos que nos permitiriam compreendê-lo impede que possamos desvendá-lo? Quer dizer que os mapas, como outros documentos, só podem ser decodificados pelos seus próprios contemporâneos?

Claro que não. Podemos compreender os mapas produzidos no passado, como fazemos da mesma forma com os documentos outrora escritos, a partir do conhecimento dos elementos que compunham a cultura na qual eles foram formulados, ainda que não tenhamos vivido na mesma época. É aí que reside o trabalho do historiador e é aí que a Cartografia e a História se tornam indissociavelmente ligadas, pois é a partir da História que podemos mergulhar na aventura de decodificar os signos que o cartógrafo utilizou no passado, alguns intencionalmente, outros nem tanto.

A exemplo da linguagem textual, onde a grafia das palavras e seus significados se transformam ao longo do tempo, sendo que não raro línguas inteiras chegam a desaparecer e outras a surgir, além dos diferentes suportes e técnicas empregados para transmitir a mensagem escrita, o estudo da Cartografia

histórica engendra uma série de outros elementos, tais quais o entendimento das técnicas de medição do espaço vigentes, das noções de forma e de área que expressam, dos espaços que o mapa cobre e dos que deixa em branco ou preenche com um desenho ou uma iluminura. Tudo isto compõe a forma como o homem entende e representa o mundo e exige do historiador da cartografia um esforço interdisciplinar.

Cabe aqui, então, chamar a atenção que a História da Cartografia⁸ se configura como uma área fulcral, capaz de articular diversos temas, campos teóricos e metodologias diversas, apresentando-se como uma ciência naturalmente inter e transdisciplinar, o que se configura em um enorme desafio. Devido a essa característica ela “toma a forma de um dicionário ou de uma enciclopédia”,⁹ pois mapas articulam várias ciências, saberes, técnicas e conceitos. Campo relativamente novo,¹⁰ a História e a Geografia foram e são duas ciências essenciais à construção de seu arcabouço teórico-metodológico, mas não as únicas ciências relacionadas a ele.

No caso do mapa de Soledade, ao lado de rios e cadeias de montanhas, signos ainda facilmente inteligíveis nos dias de hoje, além de uma grade de latitudes, que encima a representação, aparecem outros elementos, como dois traços que se cruzam a meio do território e um objeto estranho, desenhado nas proximidades desse cruzamento, cujos significados não são tão autoevidentes nos dias de hoje. Entre rios e montanhas, textos explicativos, dispostos aqui e ali, ajudam na tarefa de compreensão e dão inteligibilidade às mensagens que o mapa transmite ao seu consulente. A grade de latitudes revela que o espaço que Soledade representa se situa entre os paralelos 8° e 23° de latitude sul e, só para se ter uma ideia, grosso modo, o atual estado de Minas Gerais se estende entre as latitudes 15° e 22° sul, tratando-se, de fato, da mesma região onde os luso-brasileiros descobriram as grandes jazidas minerais, a partir de fins do século XVII. Logo no alto, o autor adverte como se deve proceder a

8 Especialmente: Blakemore; Harley, 1980; Woodward, 1974 e Robinson; Petchenick, 1976.

9 Jacob, 1992, p.20

10 Konvitz, 1987, p. XVII.

leitura de sua carta, aconselhando o leitor que, “para esse Roteiro melhor se perceber. Desta parte direita para a esquerda se deve ler”.

A principal questão que esse mapa nos coloca é que, muitas vezes, os signos dispostos num mapa são feitos de forma intencional, consciente, mas outros aparecem ali sem que o próprio autor perceba e só se pode apreender seu real significado, levando-se de volta o mapa para ser compreendido no tempo em que foi produzido. Nessa perspectiva, como já salientado, uma carta geográfica pode nos informar muito mais sobre o universo cultural do seu autor e da época em que viveu, como também sobre outros elementos existentes na área representada para além, apenas, do real posicionamento dos seus elementos geográficos. Portanto, é fundamental conhecer e analisar o contexto histórico de produção, de circulação e de consumo de um mapa e é aí que entra o trabalho do historiador. É só em uma perspectiva histórica que se compreende que a imagem que o mapa de Soledade revela das Minas Gerais possui relação direta com o imaginário que, por essa época, se formulava sobre essa região mineradora entre aqueles que se aventuravam a buscar sua riqueza, cujo controle sobre a área e os cargos administrativos vinham sendo arduamente disputados por portugueses e paulistas. Os últimos denominavam, jocosamente, os primeiros de emboabas, que na língua da terra, dominada por eles, era como se chamava um tipo de galinha calçuda, que “imitavam pelos calções que [os portugueses] usavam de rolos”.¹¹ Tal grupo venho denominando de emboabas ilustrados.¹²

Assim, as Minas Gerais se apresentam, no mapa, como um verdadeiro “saco de ouro do sul” — palavras do autor —, saco esse claramente visível no desenho e que se configura pela corrente montanhas que se conectam, delimitando e englobando o espaço minerador, cortado por vários rios. Segundo Soledade, seu terreno se espraia entre o Rio de Janeiro e a Bahia e essas “terras dos sertões do Brasil são tão monstruosas, e montanhosas, que, em parte, se

11 Figueiredo; Campos, 1999, p. 206. Significado um pouco diferente é referido noutro relato da época: “Emboabas chamavam aos do Reino, palavra que quer dizer galinha com calças”. p. 202.

12 Furtado, 2005, pp. 277–95.

dificultam ao trato, e com muita distância se rodeiam, em tal forma que, para montar um grau de latitude, se trilham 40 a 50 e mais léguas”. Claro que existe, nessa conformação, uma correspondência real com o espaço representado, sem o que o documento de nada serviria ao viajante, pois, de fato, o território minerador é marcado por uma geografia montanhosa, de onde vertem grande parte das maiores bacias hidrográficas do Brasil (a grande exceção é a amazônica), situando-se aproximadamente entre as latitudes indicadas. É nessa correspondência efetiva que se assenta a certeza de Soledade da utilidade de seu mapa para quem quisesse seguir seus passos.

Ainda que tal configuração mitológica seja difícil de ser visualizada hoje em dia, ela era inteligível a seus contemporâneos, pelo menos por parte deles, porque era compartilhada por outros que, como o autor, acreditavam que as Minas Gerais estavam destinadas aos portugueses em detrimento dos paulistas descobridores. Tal noção foi construída, já nas primeiras décadas do século XVIII, na própria região, primeiramente pelos próprios reinóis recém-imigrados e, a partir deles, foi encampada pelas autoridades locais (caso de Soledade, um militar a serviço da Coroa, com patente de capitão-mor) para, então, se generalizar no seio da elite administrativa portuguesa. É entre esses que, aos poucos, se configura com clareza a percepção da importância do ouro para o enriquecimento do império português e do deslocamento do seu eixo econômico do Índico para o Atlântico sul. Isto é: da Índia e da China para o Brasil.¹³

Esse mapa traz, então, à tona uma construção imaginária que os colonizadores iam compondo das Minas Gerais, em particular, e, por extensão, do Brasil. No século XVIII, o espaço minerador passou a ser compreendido como equivalente ao paraíso terrestre, difícil de ser encontrado — cercado por rios e montanhas —, mas cujas riquezas — ouro, prata e pedras preciosas —, concedidas por Deus, eram reveladas àqueles que a buscavam com grande esforço. Vários outros elementos do mapa, não tão evidentes, reforçam esse mito edenizador: o estranho desenho que aparece junto às linhas que se cruzam à meio do território — o texto esclarece tratar-se da Lapa do Bom Jesus,

13 Furtado, 2012, pp. 239–53.

importante devoção dos habitantes do norte de Portugal, de onde provinha a maioria dos lusitanos emigrados —, dois crucifixos — um acima de uma dessas duas linhas e o outro de uma serra, a de Itacambiruçu, que “tem ouro e poderá ter prata”, conforme era inerente ao paraíso terreal —, há ainda a inscrição “*ad maiorem Dei Gloria*”, ou seja “para maior Glória de Deus” — lema da Companhia de Jesus, para quem o território do Novo Mundo era espaço revelado por Deus para expansão da fé católica. Esses elementos imprimem e revelam o caráter mítico-religioso atribuído ao território pelo autor, compartilhado com os demais portugueses da época.

Se o paraíso bíblico havia sido maculado pela serpente, no mapa de Soledade coube aos índios ocupar esse papel. Descritos como estando reunidos em “nações de gentios bravos”, eles “ocupam terras que podem produzir ambos os metais”: ouro e prata. E, ainda, que se encontravam “alguns alas escandalizados com as matanças que lhes têm feito”, a ocupação de suas terras pelos colonizadores, a quem Deus as destinara, vinha sendo feita “metendo-os de paz, com bandeiras de guerra, festivais e resgates campais”. A referência ao esforço do luso-brasileiros em converter os índios ao catolicismo, dessa forma apoderando-se de suas terras, mais uma vez reforça o caráter paradisíaco do território: só com grande esforço o paraíso pode ser alcançado pelos verdadeiros fiéis. A expressão *Labor omnia vincit*, retirada das Geórgicas 144 e 145 de Virgílio, cuja tradução é “o trabalho tudo vence”, reforça ainda mais esse significado.

Tal construção edênica do espaço minerador era alimentada pelos mitos da antiguidade, relidos à luz da tradição católica, dos relatos dos que exploravam e abriam a região e das informações fornecidas pelas populações autóctones. Mas, apesar de em grande parte imaginado, esse mapa revela como os homens reinterpretavam e reconstruíam continuamente o espaço que lhes cercava. Essa criação só pode ser entendida, então, em seu aspecto simbólico, porque não representa uma imagem matemática e geometricamente fiel, espelhada, do espaço. Ao contrário, imprime e perpetua a ele novos significados, reflexos das experiências vividas por esses homens: algumas delas concretas, como as dificuldades de acesso ao território e suas riquezas minerais, e outras tantas sonhadas. O mapa se revela também como uma arma na disputa políti-

ca entre paulistas e emboabas, representando as minas segundo as concepções dos últimos, e entre esses dois grupos e os indígenas, buscando legitimar o seu domínio luso sobre as novas descobertas realizadas pelos e para os portugueses. Era um mapa que se constitui como um simulacro, pois, ao mesmo tempo que revela a terra que o colonizador português abria, infere a ela novas dimensões e significados, compondo um jogo infinito de espelhos ondulados.

Mas passemos a um outro mapa. Dessa feita, não apenas a forma como o espaço é descrito é fruto do imaginário da época, mas o próprio mapa em si também o é. É o que conta Jorge Luis Borges em um de seus saborosos contos:

Naquele Império, a Arte da Cartografia atingiu uma tal Perfeição que o Mapa duma só Província ocupava toda uma cidade, e o Mapa do Império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmedidos não satisfizeram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o tamanho do Império e coincidia ponto por ponto com ele. Menos Apegadas ao Estudo da Cartografia, as gerações Seguintes entenderam que esse extenso Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclmências do Sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste subsistem despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos. Em todo o País não resta outra relíquia das Disciplinas Geográficas. (1986, p. 71)

Ora, logo se percebem várias nítidas diferenças entre esse mapa e os dois anteriores. O fato dele nunca ter existido, pois se trata apenas de uma criação literária, não impede que sirva de fonte para a História da Cartografia. Como os historiadores fazem com contos, romances, poesias, pinturas etc., tudo que é representação cartográfica de um espaço, seja imagética ou textual, pode ser fonte de estudo e, muitas vezes, revelam mais sobre como os homens compreendiam e se relacionavam com o território ao seu redor do que os próprios mapas concretos produzidos na mesma época.

Além disso, no caso do mapa do metrô, como dito, a representação de Londres não é uma cópia fiel da cidade, mas se apresenta como extremamente útil e prática para aqueles que precisam se deslocar com rapidez e agilidade pelas linhas subterrâneas da cidade. O mesmo ocorre com o mapa

de Soledade, que também podia servir para alguém se deslocar no espaço que ele representa, ainda que seu aspecto mais instigante se revele na construção mitológica que o autor faz da região mineradora do Brasil. Já no conto de Borges, a arte da cartografia se tornou um objeto em si mesmo e o mapa do império abandonou a sua função primeira que é a de representar um espaço geográfico para, aos poucos, tomar a dimensão do próprio espaço e assim, transcorrido algum tempo, acabou sendo abandonado pelas gerações futuras, pois se revelou inútil ao ocupar o mesmo tamanho do império.

A partir desse contraste, se pode discutir outros pontos fundamentais sobre a arte da produção de mapas e seus diversos usos ao longo do tempo. Primeiramente, vamos esclarecer que um mapa é sempre representação, que evidentemente mantém uma íntima relação com o espaço que representa, mas não é e não deve ser ou ocupar o próprio espaço. Se ele perde esta característica de representação, como o mapa borgeano, ele deixa de ter sua função reconhecida e ser capaz de ser utilizado. Um mapa sempre deve ser, pois, uma representação miniaturizada do real, uma forma de saber espacial, e, ainda que mantenha uma íntima relação com o espaço que delimita, não é o próprio espaço, só podendo ser compreendido em sua dimensão simbólica. É o que José Aguillar denomina “a terra de papel”,¹⁴ e, ainda que nos dias atuais, as imagens de satélite sejam ferramentas essenciais para a arte cartográfica, aparentemente, e apenas aparentemente, são elas retratos fiéis do território, apenas reduzido à miniatura, pois que fotografadas à distância. Mesmo os mapas produzidos a partir das imagens de satélite são representações do espaço cartografado, onde, por exemplo, só as cores escolhidas ressaltam, ou apagam áreas inteiras, induzindo e conformando o olhar do seu leitor.

Podemos considerar então, a partir desse momento, que os mapas contêm uma linguagem, que é necessariamente simbólica e que deve ser decodificada para que se possa melhor compreendê-la. Todo mapa é, pois, um conjunto de signos ou símbolos historicamente construídos, ainda que, na produção cartográfica, se tenha buscado, nos tempos contemporâneos, o compartilhamento de signos cada vez mais esquemáticos e dotados de univer-

14 Aguillar, 1968.

salidade, capaz de ser reconhecido por qualquer um nos dias de hoje, sendo ele originário de qualquer lugar ou cultura.

É preciso, no entanto, deixar claro aqui uma advertência, a qual voltaremos mais adiante. Não existe uma linguagem cartográfica única, universal e imutável. Os mapas são como um texto e cada um tem uma linguagem, que são próprios do tempo e do espaço de sua produção. Segundo John Harley, mesmo sendo impossível fazer analogias com as estruturas próprias da linguagem humana, como metáfora, é válido partilhar do “conceito de uma linguagem gráfica — e do mapa como um texto gráfico” (Harley, 1987, p. 2). Eis porque todos mapas não podem ser lidos de uma única forma. Saliente-se que, ao contrário do que também usualmente se pensa, os mapas são menos objetivos do que inicialmente tendemos a acreditar. A “carta [é] um objeto opaco, que retém o olhar sobre ela mesma” (Jacob, 1992, p. 21) e desvendar seus significados a partir do entendimento da linguagem que cada uma encerra é um dos grandes desafios ao historiador. Por isso, a “História da Cartografia se preocupa [...] com o processo histórico no qual a linguagem gráfica dos mapas tem sido criados e usados” (Harley, 1987, p. 2) e o historiador é o mais apto para realizar o ato de desconstrução teórica, necessário para revelar os significados ocultos em cada um deles.

Em um mapa, nada está ali por acaso e a utilização, por exemplo, de cores distintas para representar divisões do território não se tratava, nem se trata de técnica casual, aleatória, ou mesmo neutra. Assim sendo, “as cores [são] tão comumente partes integrantes do mapa, que não podem ser desmerecidas como um ingrediente puramente decorativo” (Pedley, 2005, p. 67). Em especial, eram e continuam sendo empregadas, principalmente, para diferenciar divisões políticas ou administrativas, e, após a expansão marítima, do século XV, as possessões de uma ou outra nação europeia, expediente comum, com o intuito de evidenciar as intenções ou as reivindicações territoriais geopolíticas de potências rivais. Como exemplo, como destaca Carla Lois, a Patagônia recebe nos mapas argentinos a mesma cor empregada para colorir a Argentina, já, por sua vez, nos mapas chilenos, a cor escolhida é a mesma que colore o

Chile.¹⁵ E, no século XVIII, em um contexto de guerras, que permanente embaralhavam as fronteiras europeias e nas conquistas ultramarinas, posteriormente negociadas em tratados diplomáticos que, de Lisboa, o marquês de Abrantes pediu ao encarregado da embaixada portuguesa, em Paris, que lhe enviasse um mapa da Europa, sem as fronteiras demarcadas, para que pudesse assistir o teatro da guerra em curso e elaborar as estratégias portuguesas futuras. Assim que chegou-lhe às mãos, juntamente com outros membros da Corte, debruçou-se sobre essa “carta geográfica fazendo projetos”.¹⁶ Pode-se, então, dizer que a linguagem cartográfica, em todas as suas dimensões, seja na representação imagética dos acidentes geográficos, nos textos dispostos, inclusive nas cartelas, nas iluminuras que adornam, nas cores e símbolos escolhidos, é, antes de tudo, uma linguagem de poder e constitui em si mesmo um outro poder, que nunca é neutra e tem a capacidade de persuadir seu leitor.¹⁷

Vejam agora um pequeno mapa que se imiscui, quase discretamente, em meio a uma pintura muito famosa. Trata-se do quadro *Os Embaixadores*, de Hans Holbein, o jovem, de 1533.¹⁸ As discussões sobre as chaves de leitura possíveis desse quadro e dos objetos nele dispostos são muitas e acaloradas, mas muitas não serão aqui analisadas. Fica claro, no entanto, que os objetos dispostos na prateleira de cima, além do crucifixo que se insinua discretamente no alto esquerdo da tela, estão relacionados ao cosmos, à esfera divina, e os da prateleira de baixo, à esfera terrestre. Os instrumentos musicais e o crânio em perspectiva distorcida, esse último colocado em frente ao quadro, remontam à brevidade da vida e à *vanitas*. Todos esses elementos situam essa pintura no contexto das negociações diplomáticas estabelecidas na Inglaterra por volta de 1533 para pôr fim ao cisma religioso encetado por Henrique VIII e várias de suas alegorias, particularmente as religiosas, fazem referência a essa disputa.

15 Lois, 2014.

16 Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, 13 de setembro de 1728.

17 Leclerc, 2004, p.166.

18 Ver Furtado, 2012, pp. 19–20.



*Figs 3 e 4: Os Embaixadores,
Hans Holbein, o jovem, 1533
e detalhe (British Museum)*

Mas há uma das muitas alegorias inseridas pelo pintor, que interessa, particularmente, ao estudioso da cartografia. Ela se revela no globo terrestre, localizado no nível inferior da mesa, que é uma reprodução fiel do produzido pelo matemático de Nuremberg, Johann Schöner. O artista, provavelmente atendendo ao pedido do embaixador francês Jean de Dinteville, retratado à esquerda da tela, que fora quem lhe comissionara a obra, identificou na superfície desse globo terrestre não só a sua cidade de nascimento, Polisy, mas também os principais países onde ele servira como diplomata. Essa estratégia de transformação do sentido inicial da alegoria, que era revelar a importância da Geografia como um dos conhecimentos necessários à arte da diplomacia, para referenciar espaços geográficos específicos dentro do globo, aponta para os inúmeros significados que os mapas podem adquirir, dependendo de quem e como se lê. Nesse caso, “o globo não é simplesmente um instrumento geográfico, mas um memorial biográfico, onde os lugares escolhidos significam a glória do personagem representado” (Jacob, 1992, p. 381).

A leitura de outra das inúmeras camadas de significados dos objetos retratados no quadro de Hans Holbein, para além de suas várias mensagens alegóricas, aponta também para o caráter abrangente da atividade diplomática: livros religiosos e científicos, instrumentos musicais e geográficos, além objetos religiosos, como um crucifixo, faziam parte da formação humanista dos embaixadores e eram conhecimentos indispensáveis ao exercício cotidiano de suas funções. Nesse caso, interessam particularmente para o historiador da cartografia, os instrumentos geográficos e matemáticos, que revelam que mapas e diplomacia, a partir de então, estiveram intrinsecamente relacionados, os primeiros sendo utilizados para reivindicar e justificar a posse de territórios e, dessa forma, definir fronteiras em litígio, negociadas pelos embaixadores, segundo os interesses da potência a que serviam.

Não, por acaso, uma intensificação nunca antes vista da produção cartográfica tanto impressa, quanto manuscrita caracterizou o século XVIII. Esse século assistiu a “uma sucessão de congressos” (Bély, 1990, p.12), que, nos pós-guerras, negociaram, entre as tantas questões que rivalizavam as potências europeias, as que diziam respeito a suas fronteiras no Velho e no Novo Mundo, forjando uma “relação intrínseca entre cartografia e negócios públi-

cos”. Essa cartografia, de caráter geopolítico, engendrou nessa arte “normas e práticas inovadoras, bem como difundiu novas técnicas aos fatores culturais, técnicos e políticos externos à [própria] cartografia” (Konvitz, 1987, p. XVII).¹⁹ De um lado, tais inovações reforçaram a crença iluminista de que mapas podiam ser neutros e objetivos, cuja racionalidade seria alcançada por meio da correspondência precisa, matemática e geométrica, entre o espaço e sua representação. De outro, permitiram uma massificação sem igual da distribuição e do consumo dos objetos cartográficos, especialmente os impressos, cujos maiores centros foram a França e a Inglaterra, o que fez com que Mary Pedley afirmasse que os mapas estavam por toda a parte, desde as vitrines das lojas, passando pelas paredes das casas, chegando às estampas que adornavam as chávenas de chá da burguesia europeia.²⁰

Por essa relação intrínseca que se estabeleceu entre negócios de Estado, diplomacia e cartografia, já antecipada no quadro de Hans Holbein, o jovem, não se tratou de mero acaso que diplomatas e serviços estrangeiros das diferentes nações tenham se tornado grandes colecionadores e estudiosos de mapas. Foi por essa razão que um desses embaixadores, o português Manuel Francisco Carvalhosa, segundo visconde de Santarém, cunhou, a 8 de dezembro de 1839, pela primeira vez, a palavra cartografia, escrita numa carta dirigida ao historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen. O termo, por ele inventado, se referia à ciência e ao conjunto de conhecimentos específicos necessários ao estudo dos mapas.²¹

Vamos agora ao último mapa que, aqui, será analisado. Trata-se da carta “Amérique méridionale”, de autoria do geógrafo francês, Jean Baptiste Bourguignon D’Anville, impressa em Paris em 1748, tendo sido produzida sob encomenda do embaixador português dom Luís da Cunha, então em serviço na corte francesa.²²

19 Ver também Furtado, 2012, p. 20.

20 Pedley, 2007, pp.14–30.

21 Ver IBGE, s/d.

22 As questões aqui discutidas são melhor aprofundadas em Furtado, 2012 e Furtado,

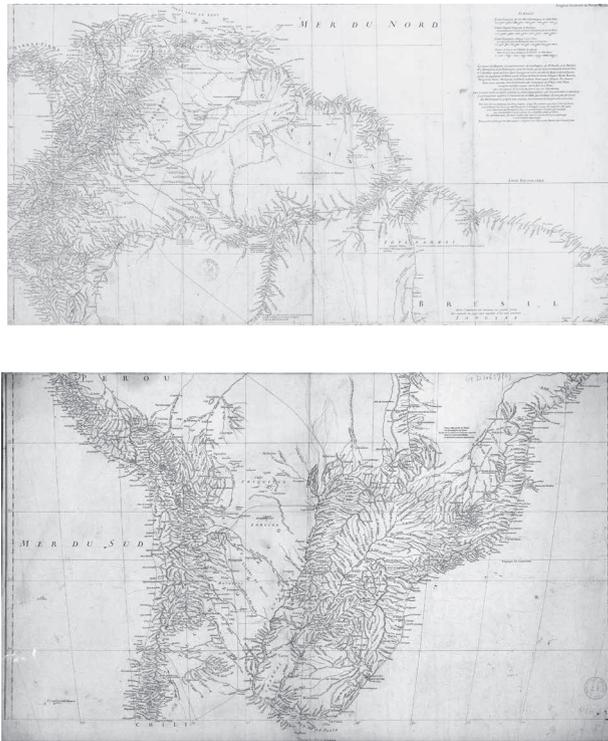


Fig. 5. Amérique méridionale, Jean Baptiste Bourguignon D'Anville, 1779. (Acervo Pessoal)

De um lado, essa carta buscou conferir aos territórios portugueses da América um desenho mais compatível com o real povoamento engendrado, até então, pelos luso-brasileiros, de outro, dava a ver as suas pretensões territoriais, tanto no Centro-Oeste, quanto na Amazônia e no extremo sul do Brasil.²³ Por essa razão, na “Amérique Méridionale”, a configuração do Brasil não era mero espelho do território real a que os portugueses tinham direito por essa época, pelo menos não oficialmente, sendo que sua conformação se espraia continentalmente, ocupando grande parte do planalto central e a

2013.

23 Cortesão, 1984, pp. 820 e 875.

planície amazônica do continente sul-americano, para muito além da linha imaginária estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas e que, até então, servia de limite negociado entre Espanha e Portugal. Essa invenção cartográfica, ainda que baseada em princípios racionais e científicos pelos quais a arte da cartografia primava por essa época, desnuda seu caráter geopolítico e intencional que, como muitos outros mapas, antecipa, inventa e não espelha fielmente o próprio terreno que representa. Nesse caso, torna-se uma poderosa arma política de negociação de fronteiras, dando a ver o espaço não como o mesmo se apresenta, mas como seus produtores consideravam que o mesmo deveria se constituir.

Que não se espante com isso o leitor, pois, muito mais corriqueiramente do que usualmente se pensa, eram e ainda são os mapas que costumam antecipar os territórios e não o inverso. “Mais do que o mapa ser um produto do território, [...] vindo apenas depois dele — tanto temporalmente quanto conceitualmente — e permanecendo uma resposta a ele, o que tem ocorrido é uma curiosa reversão” (King, 1996, pp. 1–2). Nessa perspectiva, “todo mapa é retórico. [...] [E] a retórica permeia todas as suas camadas. (...) Mapas nunca são neutros ou deixam de expressar um valor ou são completamente científicos” (Harley, 2001, p. 37).

A “*Amérique méridionale*”, de d’Anville, é exemplar nesse sentido, não sendo um simples espelho, em miniatura, das partes de domínio português, espanhol e francês, mas se apresenta plasmada por questões de natureza diplomática, política, econômica, cultural e mesmo religiosa. Os acidentes geográficos ali desenhados dizem mais a respeito dessas questões do que do território real que ela busca construir, pois elegeram várias das presenças e mesmo das ausências desenhadas na carta, que, inclusive, modificam-se nas várias versões posteriormente produzidas pelo autor. Tal é o caso do uso diplomático que dom Luís esperava que se fizesse dela, objetivo maior desse patrono da carta, fornecendo muitos dos documentos de natureza geográfica (mapas, textos e relatos de viagem) usados para detalhar o território brasileiro. Nesse caso, a “*Amérique méridionale*” não é, então, como acreditavam os iluministas à época (entre eles o geógrafo e o embaixador), um objeto neutro, descarnado, mesmo que buscasse estabelecer, a partir das novas metodologias de produção

cartográfica vigentes, uma correspondência matematicamente e geometricamente precisa com o território sul americano real.²⁴ Como todos os mapas, ela não era um objeto passivo, ou um mero reflexo desse espaço. E, ainda que oferecesse um retrato instantâneo, bastante fidedigno do continente, que busca parecer natural e objetivo, ela está carregada de intencionalidade e organiza esse espaço de acordo com os interesses dos portugueses,²⁵ contribuindo para o processo de definição desses territórios coloniais segundo a agenda lusitana.

De fato, o mapa alcançou seu objetivo primeiro, que era o de contribuir para o sucesso das posições portuguesas na negociação com a Espanha, conformando o território luso-brasileiro com os limites que dom Luís da Cunha acreditava serem os mais vantajosos para a corte portuguesa, ainda que o mesmo tenha sido apresentado nas negociações, apenas de forma indireta. A “*Amérique Méridionale*” inventou um Brasil que não existia e foi o primeiro que o fez. Doravante, o mapa iluminou, como um farol, constituindo-se como uma agenda para as futuras negociações que Portugal e, depois, o Brasil independente negociaram com seus vizinhos, guiando e servindo de base documental para construir o território tal qual a carta projetara em 1748.

Arriscando-se que não seja tarde demais, pois já se encaminha para o final, nunca é demais lembrar e ressaltar que, como se fez ao longo desse texto, para o historiador da cartografia, os mapas não são meras ilustrações que objetivam, em seus textos, dar a ver os locais onde se desenrola a ação histórica, mas constituem, em si mesmos, os próprios objetos de análise. Essa e as outras questões aqui discutidas são apenas algumas das proposições teóricas iniciais que se colocam àqueles que se aventuram a escolher as cartas geográficas como fonte documental de estudo e que serão extremamente úteis para se buscar o entendimento desses documentos históricos, que devem ser levados de volta ao passado para que possam ser compreendidos. Pois bem, a bola agora está com você, leitor. Portanto, mãos à obra!

24 Sobre essa tentativa de D’Anville e para desnudar seu método é revelador a análise da região amazônica Furtado; Cintra, 2011, pp. 273–316.

25 King, 1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILLAR, José. *Historia de la cartografía: la tierra de papel*. Buenos Aires: Codex, 1968.
- ARQUIVOS NACIONAIS DA TORRE DO TOMBO. *Cartas do Marquês do Abrantes para Francisco Mendes de Góis*. Ministério dos Negócios Estrangeiros, caixa 1, mar 5, doc. 66, Madrid, 13 set 1728.
- BÉLY, Lucien. *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*. Paris: Fayard, 1990.
- BLAKEMORE, M. J.; HARLEY, John B. “Concepts in the History of Cartography: A Review and Perspective”. *Cartographica* 17, monograph 26, pp.1–120, 1980.
- BORGES, Jorge Luis. “Do rigor da ciência”. In: BORGES, Jorge Luis. *História Universal da Infância*. Porto Alegre: Globo, 1986.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- EDNEY, Matthew H. “A história da publicação do mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755”. *Varia Historia*, v. 23, n. 37, pp. 30–50, jun 2007.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica. (orgs.) *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.
- FURTADO, Júnia F. “José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária emboaba da conquista do ouro”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (orgs.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português (séc. XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 277–295.
- _____. “Emboabas Ilustrados”. In: FURTADO, Júnia F. *Oráculos da Geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
- _____. *O mapa que inventou o Brasil*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2013.
- _____; CINTRA, Jorge Pimentel. “A *Carte de l’Amérique Méridionale* de Bourguignon D’Anville: eixo perspectivo de uma cartografia amazônica comparada”. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 62, pp. 273–316, 2011.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882011000200015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

GLANCEY, Jonathan. “Os mistérios do ‘mapa mais adorado do mundo’”. BBC. 17 ago 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150817_vert_cult_mapa_adorado_rm>. Acesso em: 27 mar 2017.

HARLEY, John Brian. “Mirror or text”. In: HARLEY, John Brian. *The New Nature Of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 2001.

HARLEY, John Brian. “The map and the development of the History of Cartography”. In: HARLEY, John B. e WOODWARD, David. (orgs.). *History of Cartography: Cartography in Pré-historic, Ancient, and Medieval Europe and Mediterranean*. Chicago: Chicago University Press, 1987.

HARRIS, Nathaniel. *Mapping the World: Maps and Their History*. San Diego: Thunder Bay Press, 2002.

IBGE. *Noções Básicas de Cartografia*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/introducao.html>. Acesso em: 29 abr 2017.

JACOB, Christian. *L'empire des cartes: approche théorique de la cartographie à travers l'histoire*. Paris : Albin Michel, 1992.

KING, Geoff. *Mapping Reality: An Exploration of Cultural Cartographies*. London: Macmillan, 1996.

KONVITZ, Josef. *Cartography in France, 1660-1848: Science, Engineering and Statecraft*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1987, p. XVII.

LECLERC, Éric; RETAILLÉ, Denis. “Autorité ou pouvoir des cartes”. In: BORD, Jean-Paul et BADUEL, Pierre Robert. *Les cartes de la connaissance*. Paris; Tours: Urbama, 2004, p.166.

LOIS, Carla. *Mapas para la Nación. Episodios en la historia de la cartografía argentina*. Buenos Aires: Biblios Ed., 2014.

PEDLEY, Mary Sponberg. “O comércio de mapas na França e na Grã Bretanha durante o século XVIII”. *Varia Historia*, v.23, n. 37, pp. 14–30, jan–jun 2007.

PEDLEY, Mary. *The Commerce of Cartography: Making and Marketing Maps in Eighteenth-Century France and England*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

ROBINSON, Arthur H.; PETCHENICK, Barbara Bartz. (eds.). *The Nature Of Maps: Essays Toward Understanding Maps and Mapping*. Chicago: Chicago University Press, 1976.

WOODWARD, David. "The Study of History of Cartography: A Suggested Framework". *American Cartographer*. v. 1, pp. 101–115, 1974.

HISTÓRIA E SAÚDE

UMA PARCERIA COM MUITOS FRUTOS¹

Gisele Sanglard²

As enfermas cujos filhos foram remetidos para os Expostos serão conservadas depois da alta e a título de convalescença por mais três dias, durante os quais, a administração reclamará a restituição das respectivas crianças, mandará entregá-las as suas mães que sairão com elas. Este ofício para a restituição será dirigido e aberto como fica desperto no artigo 1º e a Irmã Superiora no ato de entregar a criança ao portador *do mesmo ofício exigirá dele que escreva – Recebi – e assine seu nome, remetido logo o ofício ao irmão tesoureiro.*³

1 Este artigo apresenta os resultados preliminares do projeto de pesquisa que conta com financiamento PAPES VII (Fiocruz/CNPq). Agradeço aos alunos Beatriz Virgínia Gomes Belmiro (PROVOC/FIOCRUZ) e Bernardo Mariz Felberg (Unirio), que me ajudaram a sistematizar os dados das vestimentas das crianças aqui analisadas, e Daiane Rossi (PPGHCS), que me ajudou com os gráficos dos óbitos por mês e ano. Este artigo recupera, em parte, o artigo de Sanglard, 2016a, avançando algumas considerações lá apresentadas.

2 Doutora em História das Ciências. Pesquisadora em Saúde Pública/Fiocruz, professora do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, vem desenvolvendo pesquisa na área História, com ênfase em História da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: Rio de Janeiro, filantropia, assistência, Primeira República e saúde pública. sanglard@fiocruz.br.

3 Educandário Romão Duarte, Livro das crianças remetidas da Santa Casa da Misericórdia. fev 1873–mai 1884, folha 1.

Este artigo objetiva apresentar a parceria entre História e saúde, procurando ressaltar como fontes aparentemente inóspitas — os prontuários médicos e registros médico-hospitalares em geral — permitem ao historiador perceber mudanças sociais importantes. O espaço por excelência da assistência à saúde foi o hospital, que ao longo do tempo foi se transformando de lugar de acolhimento das mazelas sociais em lugar da terapêutica. Da mesma forma que os governos, antes restritos aos episódios de epidemias e dos grandes flagelos sociais, foram aos poucos legislando sobre as endemias (doenças constantes) e as chamadas *nosologias habituais*, comumente relegadas à caridade pública e privada. Estes dois movimentos — de transformação do hospital em espaço do doente e da ampliação da ação da saúde pública — foi um longo processo vivido de forma desigual pelos estados nacionais e nas diferentes regiões, no interior das nações.⁴

As mudanças pelas quais o hospital passou ao longo do tempo foram denominadas por Foucault (1995) de medicalização do hospital. Ou, como prefere o historiador da medicina canadense Othmar Keel, a medicalização do hospital deve ser entendida como

a transformação, muito parcial e muito desigual, que se produziu no século XVIII em diferentes países da Europa, de certas instituições de assistência ou de regulação social em instituições de terapêutica e médico-científicas [...]. O que não quer dizer que ela suplantou a função de assistência ou de regulação social no sistema hospitalar ou de assistência geral. Nesse sentido, mesmo no século XIX, a medicalização ficará muito desigual, e isso, particularmente na França (KEEL, 2001, pp. 29–30).

Outra forma de entendermos a medicalização pode ser percebida como a convicção por parte da elite, notadamente francesa, de seu papel de orquestradora da educação do pobre e, de um modo geral, da mudança de seus

⁴ Refiro-me particularmente à diferença entre um hospital na capital, com proximidade com uma faculdade de medicina, e outro localizado no interior. Os processos não são vividos na mesma intensidade.

costumes. Na visão dessa elite, o progresso do conhecimento devia acarretar o progresso social, e para o alcance de tais propósitos os médicos engajados na luta higienista iriam se reunir e divulgar suas ideias em periódicos como *Les Annales d'Hygiène Publique et de Médecine Légale* e procurar influenciar os políticos, além de participar das associações científicas. Tal mudança só pôde ser realizada a partir da transformação na percepção relativa ao entorno (lixo, sujeira etc.) — ou seja, na relação entre doença e meio ambiente — e ao corpo. Assim, a medicalização é definida como

o produto do encontro entre duas culturas do corpo, na aparência, radicalmente opostos. De um lado, a dos médicos, largamente compartilhada pelas elites do fim do século XVIII que se inspiraram em concepções mecanicistas da partilha das tarefas e dos recursos dos especialistas. De outro, uma concepção tradicional com uma multiplicidade de recursos (FAURE, 1993, p. 273).

O que ambos os autores problematizam, ao questionarem a definição proposta por Foucault (1995), é a noção de um longo processo que tem início no século XVIII, mas cujo fim será apenas no século XX. Keel aponta ainda que não só o hospital, mas todas as instituições de assistência e de regulação social vivenciaram esse processo. Isso obriga o historiador a entender a instituição dentro do conjunto de ações de assistência postas em práticas desde o período medieval. Com isso, o entendimento que considero o melhor para entender o hospital é aquele proposto, em 1989, por Roy Porter e Lindsay Granshaw quando trazem a lume uma coletânea intitulada *O hospital na história*. Na introdução à obra, os organizadores defendem o hospital como um microcosmo da sociedade e se opõe à tradicional historiografia que interpreta a filantropia, laica ou clerical, como motivadas pela necessidade do pobre doente; às interpretações que encaram o hospital como o espaço onde a medicina moderna poderia oferecer o que há de melhor — tecnologia, cuidados intensivos e cirurgia radical; e àquelas que interpretam o hospital como fruto da Revolução Francesa, totalmente desvinculado das experiências anteriores (GRANSHAW; PORTER, 1989).

É a partir dessa definição proposta por Porter e Granshaw, e entendendo a medicalização como um longo e desigual processo, que convido aos leitores a mergulharem no tema da assistência à saúde.

Antes, contudo, preciso pontuar o que se entende por hospital e assistência, que são indissociáveis; bem como a questão da pobreza.

O hospital é, desde a Idade Média, um lugar de assistência à população carente. No início, as inquietações com a salvação e a compaixão com o enfermo motivaram grande parte das doações às instituições hospitalares. Os períodos de epidemias marcavam um aumento das contribuições, que podiam ser feitas sob a forma de legados e doações ou pelo recolhimento de esmolas. Deve-se atentar que, naquela época, o pobre era revestido de um manto santificado, era o pobre de Deus, e um caráter sagrado era igualmente atribuído ao ato de abrigá-lo. Com o tempo, as questões ligadas ao mundo terreno passaram a predominar nas relações entre a sociedade e esses estabelecimentos, transformando-os aos poucos. E, a partir do século XVI, foi sobretudo um novo olhar sobre o pobre e a pobreza que alterou a feição dos hospitais. O manto santificado foi posto de lado, dando lugar à ideia de que uma aglomeração de pobres representava um perigo potencial.

A assistência foi, de forma geral, uma das formas de suavizar a pobreza. A princípio organizada através das irmandades devocionais e/ou confrarias profissionais, caracterizou-se por uma solidariedade horizontal (entre iguais) e por separar o bom pobre — aquele afeito ao trabalho — do mau pobre. A preocupação com o pobre pautou as ações das sociedades ocidentais ao longo dos séculos e foi se alterando, concomitante com a própria percepção da pobreza e sua transformação em *questão social*, fenômeno ligado à vida urbana e aos males da industrialização.

As mudanças político-sociais pelas quais as sociedades passaram obrigaram tanto os governos centrais, quanto a própria sociedade a buscarem resolver o problema de mendigos e vagabundos que perambulavam pelas cidades. A organização da assistência é um dos mecanismos postos em prática; bem como a manutenção de hospitais e instituições congêneres. As soluções encontradas refletem a sociedade e o período que estão sendo estudados, mas pode-se afirmar que a ideia da redenção pelo trabalho, que evitaria a transfor-

mação do pobre em miserável, foi uma preocupação constante; bem como a separação do pobre merecedor de auxílio do vagabundo, e a questão da mortalidade infantil, que acarretaria problemas demográficos às nações.

Se até o início do século XX a assistência significava uma gama variada de ações que passavam pela parturiente, pela criança, pelo idoso e pelo doente, o público do hospital também era formado por todo esse grupo. A profissionalização da atenção a cada um desses grupos também é um processo longo e que deve ser entendido em suas especificidades e temporalidades, tais como a criação de lugares para os alienados, maternidades, para a infância, entre outras instituições.

No Brasil, que viveu um longo período sobre a égide do escravismo, tais questões se colocam de forma diversa da vivenciada na Europa: o escravo, por ser propriedade privada de alguém, não era percebido como pobre, mas, se liberto, tinha acesso à assistência por ser considerado pobre. Igualmente, as populações consideradas em risco — mulheres, velhos, crianças, doentes e, posteriormente, os imigrantes — eram o alvo da assistência, cujo objetivo maior era evitar que o pobre se tornasse miserável.

Com o desenvolvimento da medicina, o hospital foi, aos poucos, se tornando o espaço do doente; e outras instituições foram sendo criadas para atender às necessidades de cada período histórico.

O Brasil, herdeiro da tradição portuguesa de assistência, teve na Irmandade da Misericórdia o espaço de assistência aos pobres desde a colonização. Instalada nas principais cidades da colônia, a Misericórdia, e sobretudo, seu hospital, se tornou sinônimo de assistência aos pobres. Criada a partir do hospital no final século XVI, a Irmandade viu, no século XVIII, sua gama de prestação de assistência ser ampliada com a abertura dos Recolhimentos de Órfãs, instituições voltadas para a educação de meninas visando a preparação para o casamento, incluindo aí a previsão e/ou administração dos dotes; e a Casa dos Expostos — voltada à criação dos enjeitados. Apesar de ser o cuidado das crianças abandonadas uma atribuição das Câmaras Municipais desde as Ordenações Manuelinas, o que se viu no Brasil foi a transferência dessa incumbência às Misericórdias nas cidades onde houvesse a presença da Irmandade.

A Casa dos Expostos, ou Casa da Roda, da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (SCMRJ) foi criada em 1738 graças à doação do irmão Romão de Mattos Duarte, que em seu testamento legou uma soma considerável para a abertura da instituição, que hoje guarda seu nome, Educandário Romão Duarte. A Casa dos Expostos não passou alheia às modificações da sociedade, sendo ela também percebida como microcosmo da sociedade. Neste artigo, estaremos nos concentrando no Rio de Janeiro entre 1870 e 1912. Ao longo desse período, a instituição passou a exercer a função de abrigo e hospital infantil, em paralelo ao cuidado com as crianças abandonadas, passando a exercer funções distintas daquelas de que fora inicialmente incumbida. Nessa perspectiva, a linha de continuidade se daria pela manutenção do nome, de sua vinculação à Misericórdia e ao simbolismo e ritualística da Irmandade. O período abarcado por este trabalho, a virada do século XIX para o século XX, é marcado por inúmeras transformações sociais no Brasil: a promulgação, em 1871, da chamada *lei do ventre livre*, a partir da qual a criança nascida de ventre escravo tornaria-se livre; a abolição da escravatura em 1888; a proclamação da República no ano seguinte; e, sobretudo, a formação de uma massa de trabalhadores urbanos pobres, quer imigrantes, quer egressos do cativeiro.

Assim, para responder às questões propostas, este artigo será dividido em três partes: a primeira busca apresentar as fontes e a Misericórdia carioca, enfatizando as transformações às quais a Casa dos Expostos, em particular, e a Irmandade, no geral, vão passando ao longo dos séculos; a segunda analisará os dados relativos às mães e seus filhos, levando em consideração questões sobre saúde e doença e cultura material, esta última evidenciada pela descrição das roupas que as crianças vestiam ao dar entrada na Casa dos Expostos; e encerrando a discussão com o debate historiográfico acerca da assistência à infância no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX.

SOBRE AS FONTES E SOBRE A MISERICÓRDIA CARIOCA

A epígrafe com a qual inicio este artigo faz parte do texto que abre o livro de crianças remetidas do Hospital Geral da SCMRJ para a Casa dos Expostos, e se refere aos anos de 1873 a 1884. Trata-se de uma nota explicativa acerca

da qualidade dos registros que encontraremos nas páginas subsequentes. A nota nos fala do controle do trânsito de crianças entre o Hospital Geral e a Casa dos Expostos e vice-versa. Expõe também a dinâmica desse processo, no qual o provedor pede autorização à mesa para encaminhar as crianças à Casa dos Expostos, ressalta que as mães poderiam recuperá-las no momento de alta do hospital e, sobretudo, revela o papel exercido pelo irmão tesoureiro dos Expostos, afinal era a ele que se endereçavam os ofícios do provedor.

Esse conjunto documental guardado no acervo do Educandário Romão Duarte (antiga Casa dos Expostos) é composto de dois livros em que se registravam as crianças encaminhadas para a Casa dos Expostos para serem aleitadas enquanto suas mães eram atendidas no Hospital Geral da Misericórdia do Rio de Janeiro. Essa documentação permite conhecermos o cotidiano da Irmandade na assistência à criança desamparada, categoria que começa a frequentar os corredores da Casa dos Expostos a partir da década de 1870; questões relativas à saúde e à doença dessas crianças e, em alguns casos, de suas mães; raça e cultura material; bem como expõe aspectos que representam o período no qual são ensaiadas as primeiras políticas públicas para a infância no Brasil e nos informa melhor sobre a pobreza na cidade do Rio de Janeiro.

A Irmandade da Misericórdia do Rio de Janeiro (ca. 1582) teve forte crescimento ao longo durante o século XVIII, muito devido ao papel que a cidade passou a exercer de capital, o que lhe deu características importantes: a presença de comerciantes entre os irmãos e a atribuição de novas funções, como o cuidado com os expostos (FRANCO, 2014).

O processo de independência, em 1822, marcou a expansão das Misericórdias no Brasil, muitas delas derivadas das “irmandades fundadas de forma modesta no século XVIII”. Como Renato Franco sublinhou, essas Misericórdias brasileiras oitocentistas assumiram estatutos bem mais permissivos do que as portuguesas (FRANCO, 2014, p. 19). Mas o que se percebe é que “o funcionamento das irmandades era decidido na prática diária” (TOMAS-CHEWSCHI, 2014, p. 130).

Outra característica da Misericórdia carioca é sua grande vinculação com o governo Imperial. As relações entre a Santa Casa e o Estado devem ser analisadas a partir das “inserções políticas dos indivíduos envolvidos”, muitos dos

quais eram próximos ao Imperador, quando não eram ministros de Estado, deputados ou senadores (PIMENTA; DELAMARQUE, 2015).

Essa proximidade fazia com que a interferência do Estado se fizesse sentir de diversas formas e não apenas na garantia dos privilégios. O episódio da criação no novo cemitério em 1850 é exemplar dessa situação, conforme se verá mais adiante.

No que tange a assistência à infância, a Santa Casa mantinha as seguintes instituições: a Casa dos Expostos (1738), o Recolhimento de Órfãos e Desvalidas (1740), o Asilo da Misericórdia (1890), o Asilo S. Cornélio (1900), a Policlínica das Crianças (1909) e o Hospital S. Zaccharias (1914);⁵ sem contar a enfermaria infantil no Hospital Geral. Sem dúvida, dessas todas, era a Casa dos Expostos a principal instituição voltada à infância desvalida: nela funcionava a roda, através da qual eram recolhidas as crianças abandonadas.

Uma advertência deve ser feita: a documentação da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro é bastante lacunar. No caso da documentação aqui trabalhada, trata-se de dois livros referentes às crianças remetidas pela Santa Casa da Misericórdia à Casa dos Expostos, cujas mães estavam internadas no Hospital Geral e não podiam amamentá-las. A motivação que gera o movimento entre as duas instituições baseia-se na necessidade de alimentar e cuidar do filho da enferma.

Esses dois livros trazem, no primeiro volume, registros entre fevereiro de 1873 e maio de 1884, perfazendo um total de 179 crianças; e, no segundo, datado de fevereiro de 1903 a abril de 1912, o registro de 461 crianças encaminhadas para a Casa dos Expostos. Há nessa série dois hiatos: no livro de 1873, o primeiro registro é de número 98; e nota-se a ausência clara dos registros entre junho de 1884 e janeiro de 1903. Com relação aos 97 registros anteriores, a anotação acerca da entrada dessas crianças a título provisório estava misturado ao registro das crianças deitadas na Roda dos Expostos; bem como

5 Os asilos mantidos pela Misericórdia tinham função educacional: ensinar ofício a meninos e meninas; enquanto a Policlínica das Crianças e o Hospital S. Zaccharias, tinham função médico-assistencial.

apontam que a constância e o aumento desta chegada obrigaram a direção da Casa dos Expostos a criar um registro separado para esse grupo de crianças.

O Hospital Geral da Misericórdia do Rio de Janeiro era o único hospital que atendia a população pobre da capital do Império. Além de ser o maior representante do que viria a ser conhecido como *assistência pública e privada*, a instituição também era hospital universitário. Era em suas enfermarias que, de 1808 até 1970, ocorriam as aulas práticas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dessa forma, para entender o cotidiano do hospital, é preciso levar em consideração o processo de institucionalização das especialidades médicas na Faculdade de Medicina e a tensão que pautou a relação de ambas as instituições. O primeiro livro a ser analisado é precedente à criação da cátedra de pediatria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1883 (SANGLARD; FERREIRA, 2010).

No caso das fontes aqui analisadas, estamos trabalhando com mulheres internadas nas enfermarias femininas — não só naquela de partos, uma vez que muitas crianças nasceram no próprio Hospital Geral, mas também nas outras, pelas mais diversas doenças, inclusive doenças infectocontagiosas. A primeira leitura permite-nos perceber a incapacidade de cuidar dos filhos das enfermas: de um lado, a falta de estrutura familiar ou de laços de solidariedade horizontal, responsável por levar ao internamento dessas mulheres no hospital, falta extensiva a seus filhos; de outro lado, a ausência de estrutura do Hospital Geral para cuidar das crianças, uma vez que até 1909 não havia uma instituição hospitalar voltada para a saúde da criança. A Casa dos Expostos se tornou, assim, o espaço de abrigo médico-assistencial para essas crianças.

Tal afirmativa é corroborada pela presença majoritária de crianças de um dia de vida a cinco meses, equivalendo a mais de 50% da amostragem; a menor parte é formada por crianças com mais de cinco meses a um ano e meio para o século XIX; e para o século XX percebe-se um alargamento maior da faixa etária: mais de 50% da amostra inclui crianças de um dia de vida a seis meses de idade; de outro lado, registra-se o recebimento de criança de até quatro anos de idade e uma presença considerável (15,4%) de crianças entre oito e doze meses. O que os números apontam é o fato de que, no século XIX, a necessidade do aleitamento nos primeiros anos de vida era preponde-

rante, enquanto para os anos iniciais da República, as questões vinculadas ao empobrecimento da população urbana e a ausência de laços de solidariedade primária é que faziam com que as crianças necessitassem ser abrigadas na Casa dos Expostos durante o processo de tratamento de suas mães. Mudança dos tempos. Mudanças na Misericórdia.

Com relação às mães, os registros apontam o fato de que o maior grupo é de brasileiras — apesar de tal informação estar apenas subentendida —, algumas das quais vindas das províncias/estados do Rio de Janeiro e de outras províncias. Dentre as estrangeiras, sobressaem as portuguesas, mas há ainda inglesas, francesas, alemãs, italianas, espanholas e paraguaias. Em alguns casos, há a indicação do estado de viuvez dessas mulheres, o que demonstra tratar-se de uma população que necessitava da caridade pública em casos de adoecimento. As doenças que as levavam às enfermarias da Misericórdia no século XIX, e muitas vezes ao óbito, eram: varíola, tuberculose, febre amarela, diarreia, albuminúria, além da febre puerperal. Na maior parte das anotações vinha a designação genérica de “muito doente”. Houve casos em que a mãe morreu na rua, e a criança deu entrada no Hospital Geral; ou a mãe era alienada e estava internada no Hospício de Pedro II, também da Misericórdia carioca. Há também o caso de uma mulher que levou uma facada já no século XX, e as poucas informações disponíveis referem-se ao seu falecimento, e essa situação faz com que seu filho seja encaminhado à Casa dos Expostos.

A presença de alienadas transferidas para o Hospital Geral a fim de parirem demonstra a mobilidade entre as instituições de assistência à saúde mantidas pela Irmandade. A criação do antigo Hospício, que começou a ser construído em 1841 e foi inaugurado apenas em 1852, buscou responder às necessidades de reformulação do espaço do antigo Hospital Geral, que nessa mesma época ganha um prédio novo (GONÇALVES, 2011). Afastados geograficamente — o Hospital Geral era localizado no centro da cidade, na praia de Santa Luzia, enquanto o Hospício localizava-se no subúrbio da cidade, na praia Vermelha —, a troca de pacientes aproximava os dois espaços e obrigava a Misericórdia a gerir o transporte.

A análise desses livros permite-nos perceber também a ampliação das instituições de saúde mantidas pela Misericórdia carioca. Ao ganhar a licita-

ção levada a cabo pelo governo Imperial para a instalação de um novo cemitério fora da cidade em 1850, a Irmandade da Misericórdia viu-se obrigada a montar enfermarias para atender os pestilentos em locais predeterminados pelo governo, os quais, no princípio, funcionavam de maneira intermitente — só em casos de epidemia. A partir de 1857, a antiga enfermaria da Saúde, já há muito ampliada, foi transformada no Hospício de Nossa Senhora da Saúde, e desligada do Hospital Geral. A enfermaria manteve, a princípio, seu atendimento voltado apenas para doenças contagiosas. É para lá que eram encaminhados os casos de varíola, cólera e febre amarela (CARVALHO, 1908) — como o exemplo da escrava Benedita, mãe de Oscar, de onze meses, removida em 30 de setembro de 1878 para o Hospício N. Sra. da Saúde por estar com princípio de varíola, enquanto seu filho foi remetido para a Casa dos Expostos para ser cuidado. Oscar deixa a Casa dos Expostos no dia 5 de outubro; da mãe, entretanto, não temos notícia.⁶

A abertura do Hospital São Sebastião, hospital de isolamento mantido pelos poderes públicos, nos últimos dias do Império, e o crescimento urbano e populacional da cidade do Rio de Janeiro em direção a seus arrabaldes, desde o final do século XIX, fizeram com que aos poucos o Hospício N. Sra. da Saúde se transformasse em um hospital geral, mantendo, ainda, enfermaria para partos, mas conservando a vocação para as doenças infectocontagiosas — sarampão, tuberculose, escarlatina, sarna, coqueluche —, e servindo como isolamento para o Hospital Geral (CARVALHO, 1908). Seu público era formado basicamente por marítimos e trabalhadores da estiva (CARVALHO, 1910). No início do século XX, começa-se a perceber crianças remetidas à Casa dos Expostos diretamente do Hospício N. Sra. da Saúde, tendo algumas também sido batizadas na capela da instituição. Como o caso da menina Benedita, que deu entrada na Casa dos Expostos em 13 de janeiro de 1908, tendo sido transferida ao Hospital N. Sra. da Saúde no dia 18 de janeiro, retornando aos Expostos no dia 25 do mesmo mês. No caso em questão, mãe

6 *Livro de crianças ...*, cit., 1873–1884, registro nº 158.

e filha voltaram a se encontrar em 28 de fevereiro, quando a menina saiu em definitivo da Casa dos Expostos.⁷

Outro ponto que a documentação permite perceber é a ampliação da rede de assistência pública. No Império, além da Misericórdia, vemos as instituições policiais (Asilo de Mendicidade e Depósito Geral) e o Juizado de Órfãos encaminhando doentes para o Hospital Geral. No início da República, vemos o Hospital São Sebastião, em 1904, encaminhar o menino Miguel, de 15 dias, à guarda da Casa dos Expostos por pouco mais de um mês, antes de retornar à sua mãe.

O início da República fez com que o Hospício de Pedro II fosse nacionalizado, em 1891, passando a se chamar Hospício Nacional de Alienado (HNA). A própria dinâmica que a instituição veio a desenvolver, com a ampliação de seus serviços médicos aos internos, faz com que registros de alienadas entre o HNA e a Casa dos Expostos desaparecessem. De outro lado, a Maternidade da Faculdade de Medicina (MFM) passou a enviar crianças para a Casa dos Expostos, enquanto suas mães estavam em tratamento em suas enfermarias.

Entretanto, o que mais salta aos olhos em uma comparação entre os dois livros é a quantidade de registros. Enquanto o livro oitocentista é mais completo, permitindo o conhecimento de cada caso — tanto da mãe quanto da criança —, o livro do século XX é marcado pela “economia da informação”, faltam dados que nos permitam saber mais acerca da mãe e de sua internação. As freiras, responsáveis pelos registros, preocupam-se mais em anotar os dados da criança — sem dúvida premidas pelo aumento na frequência de entrada de crianças, sintoma de maior procura pelos serviços do Hospital Geral — do que em registrar os dados das mães.

Outra mudança facilmente perceptível na comparação dos registros é com relação à devolução da criança. Enquanto no século XIX as crianças eram entregues a um intermediário, como o sr. Affonso, o responsável por buscar três crianças em 1877 — Thomazina (4 de janeiro), Manoel (16 de abril) e Luiza (5 de julho) —, no período seguinte, as crianças são majoritariamente

7 Idem, cit., 1903–1912, registro nº 1448.

entregues às suas respectivas mães e, em poucos casos, aos pais ou a um outro familiar, como o caso do menino Francisco, de 24 dias, entregue à sua tia materna em 1911. A supressão do intermediário facilitaria o trânsito das crianças entre as instituições, mas é outro dado que evidencia a transformação da Casa dos Expostos em uma instituição médico-assistencial, não mais apenas de acolhimento de crianças abandonadas. Tanto é que, a partir do ano de 1910, as crianças cujas mães faleceram e que não tinham de fato laços familiares passaram a ser matriculadas na Seção de *Desamparadas* da Casa dos Expostos, onde até então ganhavam um número de registro para distingui-las das abandonadas na Roda. A partir da segunda década do século XX, a Casa dos Expostos passa a trabalhar com três registros distintos de crianças: as abandonadas na Roda, as desamparadas e as temporárias.

Se, no que tange ao cotidiano da administração do trânsito dessas crianças na Misericórdia, podemos perceber mudanças profundas, o mesmo não podemos dizer das características gerais da pobreza atendida em suas dependências.

Se, de um lado, o que unifica esse público é a pobreza e o fato de precisarem da Misericórdia; de outro, a ausência de sobrenomes na maior parte das mulheres também permite refletirmos sobre quem elas eram. Como Hebe Mattos ressalta, a ausência de sobrenomes nas mães é um indício de estratificação social — a maior parte delas tinha por sobrenome “Jesus”, “Espírito Santo” ou “Conceição” (Mattos, 2011).

Por fim, vale chamar atenção para as questões familiares. Poucos são os registros que trazem o nome do pai. Hebe Mattos, no estudo que desenvolveu para a zona rural do norte fluminense, apontou a existência de filhos com paternidade não declarada, o que pode nos levar a presumir que seja esse o caso dessas crianças (Mattos, 2011). Contudo, o fato de encontrar informações de crianças retiradas pelos pais, sem que seus nomes estivessem anotados, nos leva a supor que a ausência de registro do nome paterno não significa, necessariamente, paternidade não declarada, apenas registro incompleto. Esse é o caso da menina Etelvina, recém-nascida, que entrou na Casa dos Expostos no

dia 27 de outubro de 1911, e foi entregue ao pai a 4 de dezembro do mesmo ano.⁸

De outro lado, as relações familiares são majoritariamente baseadas no concubinato. Dos poucos registros disponíveis com o nome dos pais, menos ainda são aqueles em que pais e mães portam o mesmo sobrenome, indicando o fato de que são em número reduzido os de fato casados. Ao mesmo tempo, entre os estrangeiros essa frequência aumenta consideravelmente. Pode-se perceber tal processo nos exemplos das crianças Sara Tender, de um ano e meio, filha de Barros e Anna Tender; e Armando, de treze meses, filho de Antônio dos Santos e Rosalina de Almeida. Em alguns registros há informação do casamento dos pais, como no de Florestano, de dois meses, filho de Francisca Santos, casada com Mario Ângelo Santos.

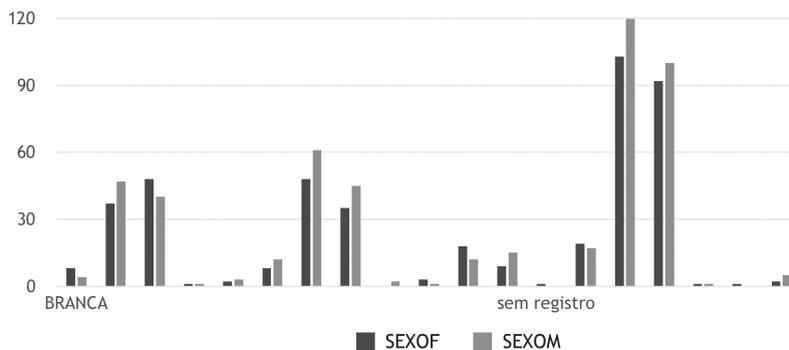
Dessa forma, o que tais livros nos informam diz respeito à pobreza feminina e sua incapacidade de cuidar de si e de seus filhos pequenos quando adoeciam. Pelo fato de muitas vezes não disporem de uma estrutura familiar, só lhes restava o amparo da Misericórdia. A situação familiar é mais um dado que reforça a situação de pobreza dessas mulheres.

O COTIDIANO NA CASA DOS EXPOSTOS: VIDA, MORTE E CULTURA MATERIAL

Muito se fala na historiografia brasileira, como ser verá mais adiante, acerca da alta mortalidade na Casa dos Expostos, principalmente se a análise estiver baseada no discurso médico, que via na ação caritativa um empecilho ao desenvolvimento da ciência. De fato, em números absolutos, a mortalidade é elevadíssima, como se pode verificar nos gráficos abaixo:

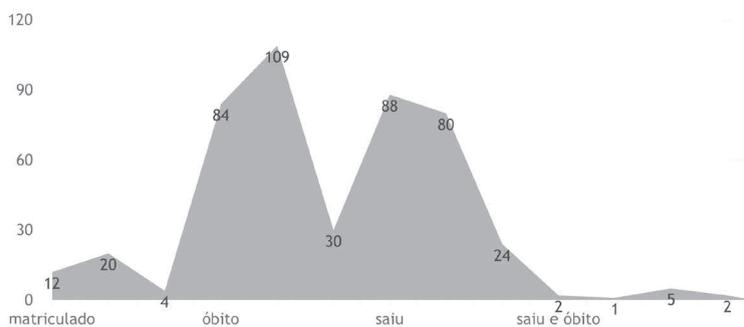
8 Idem, cit., 1903–1912, registro nº 1649.

Gráfico 1: Situação das crianças encaminhadas à Casa dos Expostos por sexo e raça (1873-1884)



Fonte: Livro de crianças..., 1873–1884. Acervo: Educandário Romão Duarte, SCMRJ.

Gráfico 2: situação das crianças encaminhadas à Casa dos Expostos por cor (1903-1912)



Fonte: Livro de crianças..., 1903–1912. Acervo: Educandário Romão Duarte, SCMRJ.

Contudo, precisamos levar em consideração ao menos duas variáveis: de um lado, as três formas de sobrevivência da criança: o retorno à família (saiu), a matrícula definitiva na Casa dos Expostos (matriculado), e a transferência para outra instituição, notadamente o Hospício N. Sra. Da Saúde (transferido); e de outro lado, o estado de saúde da criança ao entrar na Casa dos Expostos. Se somarmos os que saíram aos que foram matriculados e transferidos, a distância percentual entre aqueles que vieram a óbito e aqueles que sobreviveram, no âmbito daquele registro, se mostrará muito pequena.

Com relação à segunda variável, algumas crianças já chegavam em péssima situação de saúde. A maior parte das anotações indica uma classificação genérica da saúde da criança: muito fraca, moribunda, fraqueza congênita, debilidade congênita, muito doente, doente, miséria fisiológica, marasmo, fora do tempo e corpo inchado. Outras eram mais determinadas: sarna, oftalmia, gastroenterite, sabinho, afta, icterícia, bronquite, febre, coriza. Poucas foram aquelas crianças que tinham problemas congênitos: aleijada do pé esquerdo e cega. Outras ainda associavam designações genéricas e mais específicas, como o caso da menina Maria José, de dois dias, que entrou na Casa dos Expostos, a 26 de dezembro de 1879, moribunda e com fraqueza congênita, vindo a falecer poucos dias depois, no dia 31 de dezembro de 1879;⁹ ou o menino Alcides Miguel, de dois meses, que deu entrada na Casa dos Expostos no dia 12 de maio de 1907, muito doente, com gastroenterite, vindo a falecer no dia 18 do mesmo mês.¹⁰

Classificações como “moribunda”, “fraqueza congênita” e “debilidade congênita” eram indicativos de que o óbito era iminente. Dessas, algumas crianças sobreviviam poucas horas na Casa dos Expostos, como o menino Octavio de Almeida, de quarenta dias, que deu entrada a 22 de maio de 1909, muito doente, com miséria fisiológica, tendo falecido no mesmo dia em que lá chegou.

A partir de 1911, começa a aparecer nos registros a *causa mortis* das crianças e, apesar de se tratar de uma anotação inconstante, podemos ter uma

9 Idem, cit., 1873–1884, registro nº 179.

10 Idem, cit., 1903–1912, registro nº 1416.

ideia melhor das razões que as levaram ao óbito. Como o caso do menino Octacílio, de quatro dias, que entrou no dia 6 de maio 1911 e faleceu de debilidade congênita no dia 25 do mesmo mês;¹¹ e da menina Luiza, de 39 dias, que chegou no dia 22 de julho de 1911 e faleceu a 17 de setembro do mesmo ano de sífilis hereditária.¹²

Se a sarna, a gastroenterite e os problemas respiratórios (bronquite, febres, catarro e coriza) estão vinculados às más condições de vida e de habitação da população pobre da cidade do Rio de Janeiro (FIGUEIRA, 1913), além da má alimentação da primeira infância, a forte presença da sífilis congênita aponta um problema de saúde pública que caracterizaria as preocupações de médicos e filantropos na década de 1920 (Idem, 2008).

Ao compararmos os dados disponíveis do registro de óbitos na Casa dos Expostos para os meses de março e abril de 1918,¹³ temos o gráfico 3.

Os dados dos óbitos dos asilados na Casa dos Expostos referem-se às três categorias de crianças que lá existiam (abandonados, desamparados e temporários), e até o momento só foi encontrado esse livro. Um dado chama atenção em todo caso, a predominância de doenças gastrointestinais, seguidas daquelas vinculadas ao aparelho respiratório e à sífilis.¹⁴

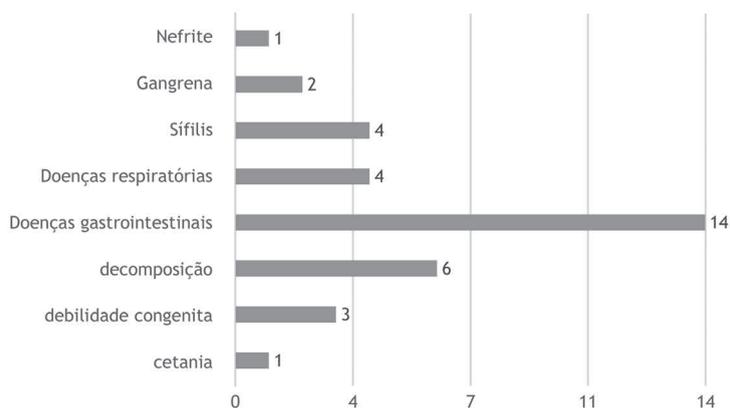
11 Idem, cit., 1903–1912, registro nº 1627.

12 Idem, cit., 1903–1912, registro nº 1635.

13 *Livro de óbitos da Casa dos Expostos*, 1918 a 1924. Acervo Educandário Romão Duarte, Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

14 Quadro muito parecido foi percebido por Venâncio para a Roda da Bahia. Segundo o autor, as doenças que mais levavam ao óbito naquela instituição eram as chamadas “*moléstias internas* (doenças do aparelho digestivo), a sarna, as convulsões, a dentição, as aftas, as doenças do aparelho respiratório, a fraqueza congênita e o tétano”. Com relação às aftas, Venâncio ressalta que elas têm causas diversas: desde decorrentes da sífilis ou de gastroenterites, a fungos (VENÂNCIO, 1999, p. 113).

Gráfico 3: óbitos de 1918 por grupos de doença

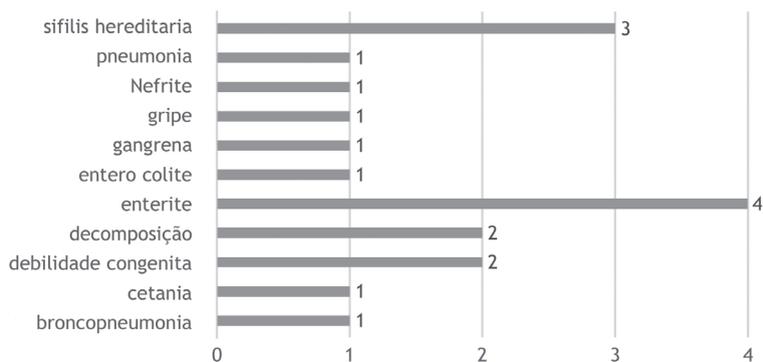


Fonte: Livro de óbitos..., 1918–1924. Acervo Educandário Romão Duarte, SCMRJ.

Se levarmos em consideração que a nefrite pode ser advinda de uma complicação da sífilis, e a debilidade congênita pode também esconder uma sífilis hereditária, temos os três principais conjuntos de doenças que levam ao óbito as crianças na Casa dos Expostos em geral, a partir dessa amostragem inicial.

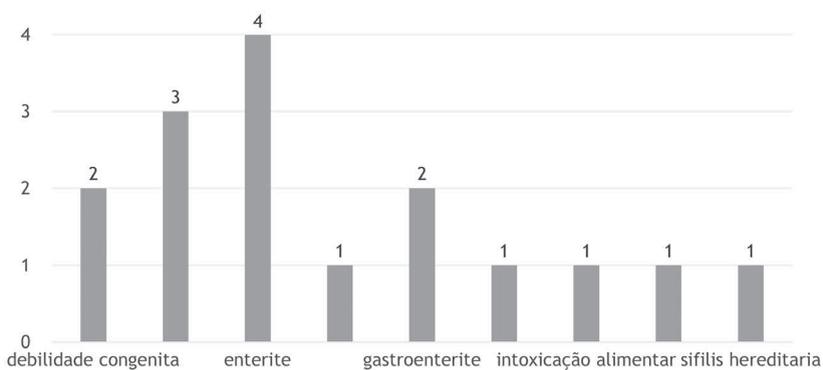
Ao analisarmos os dados referentes somente às crianças registradas nas seções de “desamparadas” e “temporárias”, temos um universo de doenças que levaram ao óbito bem distinto daquele das crianças “abandonadas” na Roda, conforme vemos nos gráficos 4 e 5.

Gráfico 4: Óbitos de desamparadas e temporárias (1918)



Fonte: Livro de óbitos..., 1918–1924. Acervo Educandário Romão Duarte, SCMRJ.

Gráfico 5: Óbitos de crianças deixadas na Roda (1918)



Fonte: Livro de óbitos..., 1918–1924. Acervo Educandário Romão Duarte, SCMRJ.

Entre as “temporárias” e “desamparadas”, a sífilis e suas consequências, somadas às doenças respiratórias, têm peso importante no óbito das crianças, enquanto as da Roda padecem prioritariamente de doenças do aparelho gastrointestinal — o que chama atenção para a questão da sua alimentação,

preocupação de Fernandes Figueira desde 1910 (FIGUEIRA, 1919; SANGLARD, 2015).

Com relação a *causa mortis* dessas crianças, é preciso uma última advertência: o livro de óbitos me obrigou a consultar o livro de registro da Roda para o ano de 1918, a fim de entender a numeração dos registros apresentados. Ao me debruçar sobre o universo da Roda dos Expostos, a questão da idade do abandono me chamou atenção: eram abandonadas crianças de treze dias a dezesseis meses, como o caso da menina Iracema, que faleceu de gangrena aos dezessete meses, tendo ficado no estabelecimento por um mês e 23 dias. A leitura dos bilhetes que acompanhavam algumas crianças aponta o estado de pobreza como razão do abandono, e informa também que as mães tinham a intenção de recuperá-las quando a situação financeira assim o permitisse.

Ao encerrar a discussão acerca da mortalidade das crianças encaminhadas à Casa dos Expostos, gostaria de fazer um comentário apenas acerca dos períodos de maior incidência de óbitos. Os gráficos abaixo apresentam uma tendência de maior óbito de crianças remetidas do Hospital Geral nos meses de verão, entre os anos de 1903 e 1906; a exceção é dada ao pico ocorrido entre os meses de maio e junho de 1903, que apresentou mortalidade maior do que os mesmos períodos dos outros anos. Certamente a eficácia das ações de Oswaldo Cruz no combate à febre amarela, entre os anos de 1902 e 1904, pode ter impactado na diminuição das mortes no período de verão, quando a doença se fazia mais presente. Não estou aqui afirmando que estas crianças morreram de febre amarela, mas levantando a hipótese de que suas mães tenham sido vítimas desta doença.

Outros períodos com picos de mortalidade são os meses de maio de 1907 e abril e julho–agosto de 1908. O ano de 1908 viu eclodir uma nova epidemia de varíola na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Tania Fernandes e Otto Santos Azevedo, desde os

primeiros meses do ano de 1908 a grande imprensa já anunciava um aumento de casos de varíola na cidade do Rio de Janeiro, afirmando seu início desde fins de 1907. Os altos níveis epidemiológicos com 9.900 casos

da doença e um registro de 6.467 óbitos caracterizavam uma epidemia de espectro significativo, maior, inclusive, do que a de 1904 (FERNANDES; AZEVEDO, 2015).

Essa é uma explicação que nos ajuda a entender a crescente elevação de óbitos desde finais de 1907, prolongando-se ao longo de todo o ano de 1908, para se estabilizar em 1909, com novo pico nos meses de verão de 1911 e 1912. Se a epidemia não é explicação para o óbito da criança, ao menos ajuda a entender o impacto na cidade e levanta a hipótese do adoecimento da mãe.

Se esses dados pouco falam da *causa mortis* dessas crianças, mas permitem perceber como foi breve a passagem delas pela Casa dos Expostos. Algumas sobreviveram por dez meses, como a menina Romana, deixada na Roda em 1918, que faleceu de sífilis hereditária aos onze meses e doze dias;¹⁵ ou o menino José, que chegou à Casa dos Expostos no dia 23 de julho de 1906 com fraqueza congênita, vindo a óbito quase seis meses depois, no dia 21 de dezembro do mesmo ano. Acerca de sua mãe, Gonzaga de Araújo, acredita-se que continuasse internada no Hospital Geral da Misericórdia.¹⁶

Mais uma vez os dados coligidos falam mais da vida dessas crianças fora da Casa dos Expostos do que em seu interior. Algumas doenças são congênicas, como a sífilis e suas diversas manifestações, outras estão diretamente vinculadas às más condições de vida e de habitação de suas famílias, como as doenças dos aparelhos respiratório e gastrointestinal. Formam um retrato da pobreza no Rio de Janeiro.

Ainda há outra forma de leitura da pobreza que frequentava as instituições mantidas pela Misericórdia carioca: as roupinhas e os acessórios com os quais as crianças chegavam à Casa dos Expostos. Se no século XIX esses itens eram anotados nos mínimos detalhes (cor, se estava desbotada ou rota), no século XX, tais detalhes foram deixados de lado.

De modo geral, podemos afirmar que o vestuário básico de uma criança pobre consistia em camisa de morim, fralda de algodão, cueiro de flanela e

15 *Livro de óbitos...*, cit., registro nº 44985.

16 *Livro de crianças...*, cit., 1903–1912, registro nº 1393.

touca de fustão, independentemente do século. O detalhamento das roupinhas apresentados no livro de 1873 a 1884 ajudam a qualificar e diferenciar os pobres entre si. Encontram-se assim descrições como ‘a roupa está gasta’, ‘o tecido está desbotado’, distinções entre trama aberta ou fechada; bem como a presença de cores — azul, rosa, verde, branca e encarnado — que também são distintivas, sobretudo o encarnado, uma vez que o pigmento vermelho é o mais caro. Um detalhe: não havia diferenciação de gênero nas cores. Um menino podia ter roupas com detalhes em rosa. Outro detalhe importante é a presença de rendas, trancelins e afins.

Uma diferença clara de um período para o outro é o uso dos cintos, ou cinteiros, usados para evitar que o umbigo ficasse proeminente, peças que quase desaparecem no século XX.

Algumas crianças traziam um enxoval. Era anotado junto a seu registro que a parte tinha, por exemplo: cinco fraldas, duas camisolas, uma camisa e um cueiro; além de acessórios como uma medalha de N. Sra. da Glória ao pescoço, brinco de metal e quatro contas de vidro. O que isso pode significar: a mãe levava junto todas as roupinhas de seu filho?

Para os dados estudados por Renato Venâncio, a presença de mais de uma roupinha aponta para uma “sutil diferenciação social”: quanto mais peças, melhor a situação da criança (VENÂNCIO, 1999). Tal afirmativa pode ajudar a explicar a presença dos enxovais no século XIX, como nos exemplos a seguir: Julia, de dois meses, deu entrada na Casa dos Expostos no dia 24 de junho de 1876, “trouxe ao pescoço três moedas estrangeiras enfiadas num cordão preto” e “estava vestida de camisa de morim, fralda de morim, cueiro de flanela encarnada com listas pretas, cinteiro de seda com listas cor de rape com pintas roxas e estrelinhas brancas, jaque de musselina branca com pintinhas verdes e azuis”. Sua mãe era a paraguaia Maria Eulália Dias, por isso as moedas “estrangeiras”.¹⁷ Ou Thomazina, com oito dias de vida, que entrou no dia 05 de janeiro de 1877, e “vestia de camisa de morim, fralda de algodão, cueiro de lã de listas verdes desbotadas e brancas, cinteiro de riscado

17 Idem, cit., 1873–1884, registro nº 127.

azul, jaque de chita amarela com pintinhas de cor escura, touca de fustão com trancelim na roda”.¹⁸

No século XX, marca a diferença a economia dos detalhes: cores e outros detalhes desaparecem, como no caso da menina Aída, de 45 dias, que chegou vestida com camisa de morim, fralda de algodão e touca de fustão.¹⁹ Ou a menina Marianna, também de 45 dias, que trajava camisa de morim, fralda de morim, cueiro de flanela e camisola de chita.²⁰ Esses dois exemplos ilustram bem o quão diverso pode ser o vestuário de uma criança pobre.

Poucas são as crianças que traziam babador, como o menino José, de dois meses, que chegou à Casa dos Expostos, no dia 07 de junho de 1907, vestido de camisa de morim, fralda de algodão, camisola de chita, babador de fustão.²¹ Ou trazem sapatos, como o menino Cypriano, de dezesseis dias, que chegou a 12 de julho de 1904 vestido com camisa de morim, fralda de morim, touca de lã encarnada, sapatos de lã encarnada e branca.²²

O que os dados coligidos apontam é que a diferenciação entre os pobres, no que diz respeito à indumentária das crianças, relaciona-se mais à totalização das vestimentas do que aos detalhes. Ressalte-se que muitas crianças chegavam só de camisola e sem fralda ou calção; os cueiros eram mais raros, havia caso de criança que chegou com cueiro e sem fralda; as toucas também eram poucas, e havia várias feitas de meia — se a maioria era de fustão, um tecido de melhor qualidade, não podemos ignorar as fabricadas a partir de meias. A presença de babadores e outros complementos ajuda a entender o cotidiano das famílias pobres e sua capacidade econômica — presença da peça de vestuário *vis-à-vis* tecido. Assim, considero que quanto menos roupas a criança portava, mais perto da indigência ou miserabilidade aquela família estava, como o caso da menina Julieta, de seis meses, que chegou no dia 27 de junho de 1907, em pleno inverno, vestida apenas com camisola de chita e

18 Idem, cit., 1873–1884, registro nº 132.

19 Idem, cit., 1903–1912, registro nº 1411.

20 Idem, cit., 1903–1912, registro nº 1418.

21 Idem, cit., 1903–1912, registro nº 1422.

22 Idem, cit., 1903–1912, registro nº 1295.

fralda de algodão. No polo oposto, temos o menino Vitorino, de dois meses, que também chegou durante o inverno (1 de agosto de 1877) vestindo camisa de morim com renda na gola e nas mangas; como fralda, uma camisa de morim; cueiro de flanela branca; camisola de cassa com renda, entremeio de renda e fofos; na cabeça um lenço de cambrinha; como agasalho, um xale de algodão muito velho e desbotado.²³

O que os dados demonstram é que o cotidiano da Casa dos Expostos foi sendo alterado com a chegada desse grupo de crianças consideradas “temporárias”, das quais algumas acabaram entrando lá como desamparadas. Como os registros começam a ser feitos de forma mais apressada, omitindo informações que existiam anteriormente, até mesmo a questão do batismo, tão cara àquela sociedade, passou a ser negligenciada.

Se no século XIX a referência ao local de batismo acompanhava cada registro, não é raro no século XX encontrar a anotação na margem esquerda do registro “não se sabe se está batizada”. Os batismos por “perigo de vida” continuavam e normalmente as crianças vinham a óbito pouco tempo depois, como o caso do menino Caetano, que entrou no dia 14 de outubro de 1878, às 14h, moribundo, com convulsões, e faleceu no mesmo dia às 23h;²⁴ ou o menino Antônio, nascido na Maternidade da Faculdade de Medicina (MFM), que chegou com 27 dias no dia 08 de novembro de 1903, vindo a falecer no dia 22 do mesmo mês.

Os batismos passaram a ser realizados não quando a criança entrava na instituição, como ocorria anteriormente nos casos em que não havia notícia do sacramento, mas quando havia a perspectiva de alguma alteração: fosse uma morte iminente, fosse sua saída de lá, como o menino Edgardo, também nascido na MFM, que entrou com 27 dias e moribundo, a 10 de dezembro de 1903, tendo sido batizado apenas no dia 26 de dezembro do mesmo ano, dia de seu óbito.²⁵ Ou as crianças que chegaram no dia 4 de outubro de 1904 e só foram batizadas quatro dias depois. Como na maioria dos casos o padrinho

23 Idem, cit., 1873–1884, registro nº 128.

24 Idem, cit., 1873–1884, registro nº 156.

25 Idem, cit., 1903–1912, registro nº 1264.

era o irmão tesoureiro e, em poucos registros havia a figura da madrinha, fica a pergunta: aguardava-se a passagem do irmão tesoureiro para que o sacramento fosse realizado?

A assistência à infância no Rio de Janeiro à luz desta documentação: à guisa de considerações finais

A historiografia brasileira (MARCÍLIO, 1998; VENÂNCIO, 1999; VENÂNCIO, 2010; FRANCO, 2011; RIZZINI, 2008; etc.) costuma centrar sua análise na assistência à infância na questão do abandono — tema mais visível, notadamente, onde havia Roda dos Expostos. Scott e Bacelar ressaltam que a “documentação produzida por estas instituições fornece aos estudiosos elementos importantes para recuperar o drama dos recém-nascidos deixados sem os cuidados de suas famílias biológicas” (SCOTT, 2010). Outras duas vertentes têm se desenvolvido bastante nos últimos anos: de um lado, os estudos voltados para a educação (CAMARA, 2010), e de outro, as questões atinentes à saúde da criança (FREIRE, 2009; SANGLARD, 2015; SANGLARD; FERREIRA, 2010; 2014).

No Portugal moderno, a criação dos enjeitados ficava a cargo das Câmaras; contudo, desde o século XVII percebe-se o movimento de algumas Câmaras no sentido de pagarem para que as Misericórdias locais cuidassem dessas crianças. É esse modelo que ganha o ultramar e permite explicar a abertura das Casas dos Expostos de Salvador (1726) e do Rio de Janeiro (1738). Foi durante a gestão de Pina Manique como intendente de Polícia em Lisboa que, em 1783, as Rodas surgiram oficialmente em Portugal (SÁ, 2011; ABREU, 2014), e sua função era garantir o batismo ao inocente e o anonimato do expositor. Isabel dos Guimarães Sá afirma que, a despeito de os historiadores terem “sublinhado como motivos do abandono ou a fome ou a ilegitimidade”, ambas “as razões não se excluíam mutuamente” (SÁ, 2011, p. 90). No Brasil, foram poucas as cidades que dispuseram de Rodas nos períodos colonial e imperial, ficando o cuidado com os enjeitados a cargo das municipalidades.

Há uma tendência de se analisar as Misericórdias brasileiras à luz da tradição portuguesa. Renato Franco já chamou atenção para a fragilidade das

Misericórdias coloniais brasileiras (2011). Contudo, o que os estudos atuais²⁶ apontam é uma grande expansão desse modelo assistencial ao longo do século XIX, sobretudo no segundo Reinado. Não cabe nos limites desse artigo discutir tal questão, mas um ponto gostaria de reforçar: a partir do século XIX, devemos entender as ações de assistência das Misericórdias, sejam elas coloniais ou oitocentistas, não como uma continuidade das congêneres portuguesas, mas como instituições eminentemente brasileiras, que guardam da matriz o simbolismo e o fato de serem sinônimo da assistência aos pobres e desvalidos.

Um bom exemplo desse afastamento pode ser percebido na Casa dos Expostos. As rodas foram instituídas em Portugal no início do século XVIII e no Rio de Janeiro, em 1738. Algumas diferenças na organização interna são percebidas logo de início: enquanto a criação externa preponderou em Portugal, no Rio de Janeiro, ao que parece, a maior parte das crianças foram aleitadas na própria instituição — certamente o fato de sermos uma sociedade escravista pode explicar tal diferença. Mas o ponto não é esse.

Segundo Maria Antonia Lopes, o Código Penal português de 1852 criminalizou o abandono e instituiu os registros livres. E, vinte anos depois, em 1872, a Roda dos Expostos de Coimbra seria fechada. Substituindo-a foi criado o Hospício de Abandonados que dela se diferenciou pela ligação intrínseca com a Faculdade de Medicina, mas manteve as características originais — como o uso da criação externa (LOPES, 2016).

No caso brasileiro, tais questões só irão aparecer na década de 1920, mas desde o final do século XIX já se percebem mudanças nesse cenário, como observado anteriormente. Maria Luiza Marcílio chama atenção para o fato de que as “velhas instituições coloniais [...] além de insuficientes, já não respondiam às demandas e às exigências da nova sociedade colonial”. A maior crítica voltava-se ao alto índice de mortalidade infantil nessas instituições. A autora

26 Refiro-me ao projeto liderado por Luiz Otávio Ferreira, “A interiorização da assistência: um estudo sobre a expansão e a diversificação da assistência à saúde no Brasil (1850–1945)”, na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, que pretende entender o processo de expansão das Misericórdias no Brasil oitocentista. Ainda não foram publicados resultados parciais dessa pesquisa, o que trago aqui são as impressões iniciais do movimento.

afirma que, “a partir dos anos de 1870 já se notam mudanças no caráter das Rodas” (1998, p. 32), e em função dessas transformações as Rodas no Brasil ganharam um “caráter mais de creche do que de asilo. Além disso, as crianças deixadas nessas instituições eram agora predominantemente legítimas, filhas de mães trabalhadoras” (1998, p. 32). Como vimos a partir da análise das fontes, de fato a Casa dos Expostos foi se modificando a partir de 1870, contudo, não se transformou em creche, mais sim como asilo/hospício ou instituição médico-assistencial e mantém-se vinculada à Misericórdia carioca até os dias atuais.

Renato Pinto Venâncio ressalta o fato de que uma das formas de ingresso das crianças na Casa dos Expostos era o falecimento da mãe nas enfermarias do Hospital Geral da Misericórdia, mas este ingresso se incluía na categoria “enjeitado” (1999, p. 51) — contudo, o que essas fontes apresentam é que há outras formas de “entrada” na Casa dos Expostos, mesmo no século XIX, mesmo que de forma *temporária*.²⁷ Outro ponto destacado pelo autor se refere à questão de o abandono se dar antes de tudo no meio de pobres, talvez melhor dizendo de miseráveis, onde a morte do parente mais próximo, notadamente a mãe, encaminha a criança para o asilo.

Marcílio advoga que as descobertas de Pasteur, notadamente o processo de fermentação do leite, trouxeram ganhos às Casas dos Expostos, na medida em que contribuíram para a diminuição das mortes dos expostos por doenças infectocontagiosas ainda no século XIX. Nesse aspecto, o higienismo alterava a situação das crianças abandonadas. A industrialização, na perspectiva traçada pela autora, teve seu papel no processo de pasteurização do leite, na sua conservação e na difusão do uso das mamadeiras, diminuindo o papel das amas de leite na alimentação infantil (1998).

27 O fato da criança ser admitida como “enjeitada” no período anterior a 1873, indica apenas que esse grupo de crianças encaminhadas pelo Hospital Geral ainda não preocupava a administração da Misericórdia carioca. É o aumento e a constância da chegada destes “temporários” que justifica a abertura das fontes aqui trabalhadas; bem como a criação da categoria “temporário”, conforme procuro demonstrar ao longo do capítulo.

A massificação da ideologia higienista foi, assim, a responsável pela ação pública dirigida por médicos e engenheiros (CHALHOUB, 2004), permitindo que essas noções fossem absorvidas pela sociedade civil e transformadas em apoio e manutenção de diversas instituições de assistência à infância abertas na cidade, a partir de 1899. O Rio de Janeiro da virada do século XIX para o século XX reunia os ingredientes necessários para a criação e manutenção de instituições de assistência à infância, tais como a presença do movimento operário mais organizado, uma elite formada por um capital novo que buscava recriar um ambiente aristocrático ao redor de si, e um saber médico que buscava sua institucionalização, como a puericultura e a pediatria.

Contudo, como demonstraram Sanglard e Ferreira (2010), o processo de institucionalização da pediatria e da puericultura não foi tranquilo; um grupo de médicos que se formaram ao redor de Arthur Moncorvo de Figueiredo (1846–1901) e seu curso livre de Pediatria na Policlínica Geral do Rio de Janeiro, divergiu entre si em relação a alguns pontos. Eram eles: Arthur Moncorvo Filho (1871–1944), Antonio Fernandes Figueira (1868–1928) e Luiz Barbosa (1869–1949), considerados a primeira geração de pediatras brasileiros. Dentre as questões controversas temos: a condenação do uso da ama de leite, a defesa das creches, a criação de consultórios de lactantes e câmaras de amamentação nas fábricas, por Fernandes Figueira; os serviços de fiscalização de amas e distribuição de leite, de Moncorvo Filho. De todos os três, Fernandes Figueira foi aquele que esteve mais próximo dos poderes públicos e do poder médico — foi o que desfrutou de mais prestígio profissional (SANGGLARD, 2016b).

Em 1909, Fernandes Figueira assumiu a direção da primeira instituição da Misericórdia carioca voltada para a saúde da criança, a Policlínica das Crianças Pobres; foi também médico do Hospício Nacional de Alienados e, em 1921, foi o responsável por traçar as primeiras políticas públicas de Higiene Infantil, ao dirigir a Inspeção de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde Pública, a partir de 1920.

A atuação desse médico está vinculada ao que Isabel dos Guimarães Sá designou como “passagem gradual da esfera familiar para a esfera pública”, ou uma crescente “intromissão” tanto da Coroa quanto da Igreja, no caso

aqui estudado o Estado, na relação entre pais e filhos. A autora aponta como indícios dessa passagem o registro de nascimento e óbito, o sepultamento e a segregação da ilegitimidade para o período Moderno; bem como a criminalização do abandono e a proibição das Rodas de Expostos no século XIX português (SÁ, 2011). No caso brasileiro, esse processo de controle da esfera pública sobre a infância se intensifica na segunda metade do século XIX, com o surgimento das especialidades médicas voltadas para a infância e, sobretudo, na virada para o século XX com a associação à questão social. São duas as questões que animam as discussões de médicos, higienistas, filantropos e poderes públicos: de um lado, a delinquência infantil; e de outro, a mortalidade infantil — duas faces da mesma moeda, o problema da infância. A primeira a cargo dos juristas; a segunda, dos médicos.

Ressalte-se ainda que, diferentemente de seus contemporâneos, Fernandes Figueira não advogava uma ruptura com a Misericórdia, mas procurava sensibilizar seu provedor para que separasse as crianças dos adultos. Para o médico, o mais importante era introduzir reformas “nas casas santas, a que vão ter os doentes sem recursos”; além de separar crianças de adultos e contar com isolamentos mais definidos a fim de não misturar variliosos com tuberculosos e pestilentos. Essa seria a maior obra que o Provedor da Santa Casa poderia realizar (Figueira, 1902: 311-12).

Nesse sentido, os anos de 1909 e 1910 são fundamentais para a políticas públicas que serão postas em prática por Fernandes Figueira a partir de 1920, quando ele assume a direção da Inspetoria de Higiene Infantil. De um lado, vê-se, em 1909, a abertura da Policlínica das Crianças, o primeiro hospital infantil mantido pela Misericórdia carioca (SANGLARD, 2015); e de outro, a mudança da Casa dos Expostos para aquele que seria seu endereço definitivo.

Contudo, desde 1908, Fernandes Figueira já havia traçado as linhas mestras daquelas que seriam as bases da assistência pública à infância, no relatório final da seção “Assistência pública: assistência à infância e particularmente o que se refere às medidas a adotar contra a mortalidade infantil. Educação das crianças deficientes”, da qual foi relator, no âmbito do 1º Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada organizado pela prefeitura do Distrito Federal e do qual foi um dos organizadores (FIGUEIRA, 1908a; 1908b).

No que tange à questão da mortalidade infantil, o relatório assinado por Fernandes Figueira previa as seguintes medidas: organização, por parte do poder público, de um corpo de inspetores-médicos para a fiscalização das lactantes; obrigação de as instituições de assistência aceitarem como fundamento a amamentação de crianças até os seis meses de vida; extinção das “rodas”, substituídas pelos “registros livres”; urgência na fundação de sociedades de assistência em domicílio às puérperas e de proteção à amamentação materna; criação do maior número possível de “consultórios de lactantes” nas cidades e no interior; fiscalização, por parte do poder público, do leite destinado ao consumo das crianças (idem, *ibidem*).

Fernandes Figueira fez do aleitamento materno sua bandeira. Opôs-se à prática da distribuição do leite pelas instituições filantrópicas, e advogou a criação dos consultórios de lactantes e creches. Delimitava, assim, o espaço de atuação da filantropia, tal qual Robert Castel propôs: ao Estado, caberiam as ações maiores, as diretrizes e a manutenção dos hospitais; à filantropia, as ações mais pontuais e complementares (2010).

Faltava-lhe apenas colocar as ideias em prática. E isto aconteceu em duas frentes distintas: a partir de 1909, quando assumiu a Policlínica das Crianças da Santa Casa da Misericórdia e começou a colocar algumas dessas diretrizes em prática, como o acompanhamento do lactante e a assistência domiciliar. E, a partir de 1911, quando um dos seus assistentes na Policlínica se torna médico (adjunto) da Casa dos Expostos, A.A. Santos Moreira.²⁸

O ano de 1910 abriu uma nova fase na Casa dos Expostos. É quando as novas instalações na rua Marquês de Abrantes são inauguradas e é efetivada sua transferência para a sede definitiva que as maiores transformações serão sentidas: a criação da seção de *desamparados* onde eram registradas as crianças cujas mães faleciam nas dependências do Hospital e Hospícios mantidos pela Misericórdia carioca e que não tinham família para serem encaminhados ou mesmo aquelas encaminhadas pela chefatura de Polícia. A partir desse mo-

28 O médico dos Expostos era Antonio Satanimi, chefe da enfermaria infantil do Hospital Geral da Misericórdia carioca (CARVALHO, 1912).

mento, as crianças eram anotadas em três categorias distintas: abandonadas, desamparadas e temporárias.

Em 1911, são inauguradas, no terreno da Casa dos Expostos, as oficinas de sapataria (Oficina de S. Miguel) e de alfaiataria (S. Luiz Gonzaga); e, no ano seguinte, a banda de música. Todo o maquinário de ambas as oficinas foi importado dos Estados Unidos, assim como os instrumentos foram adquiridos graças a benemerência do irmão escrivão Dr. Américo F. de Moraes. Ressalte-se que já estavam programadas mais duas oficinas, encadernação e impressão, todas voltadas para a educação profissional dos meninos, maiores de 13 anos (ASSISTÊNCIA, 1922, p. 461). Já as meninas aprendiam trabalhos manuais (floricultura, bordados, tapeçaria etc.). Foi também instituída premiação aos meninos que se destacavam nas oficinas (medalhas) e as meninas que sobressaíam na cozinha, lavanderia, copa e limpeza (pecuniário). A Casa dos Expostos passou a oferecer também ensino primário e secundário aos internos (idem, p. 459).

Estas alterações traduzem as mudanças do tempo, permitindo-nos pensar que o tradicional destino dos meninos (Armada, Seminário S. José e Colégio Salesiano em Niterói) já não era mais suficiente para formá-los; bem como falam da necessidade de um ofício prático. Por outro lado, não são menores as transformações na assistência à saúde dos internos.

Um indício da influência das ideias, ou da escola, de Fernandes Figueira na Casa dos Expostos pode ser percebido através do relatório publicado no verbete dedicado à instituição no livro *Assistência Pública e Privada*, tendo como subtítulo *história e estatística*, o livro organizado por Ataulfo de Paiva para a Prefeitura do Distrito Federal entre 1912 e 1915, publicado em 1922 no âmbito das comemorações do Centenário da Independência, traz na parte das estatísticas fragmentos e gráficos feitos por Santos Moreira para a Irmandade apenas para a seção *creche* da Casa dos Expostos. Ressalte-se que, quem prepara o texto do histórico da instituição, explica que o termo *creche* é inadequado para a seção e que seria mais correto denominá-lo de “sala dos lactantes”, destinada às crianças de até dois anos de idade. É para esse o grupo de crianças que Fernandes Figueira irá voltar suas preocupações como médico e para as quais irá traçar as primeiras políticas públicas para a infância.

A correção do nome da seção é dada justamente a partir do ingresso de Santos Moreira como médico adjunto da instituição e o responsável pela seção. O relatório apresentado por ele faz um balanço dos anos compromissais de 1911–1912 e 1912–1913.

O médico aponta para uma diminuição de 15% da mortalidade infantil na Casa dos Expostos no período em questão, que, apesar de continuar elevada, deve ser comemorada uma vez que coloca a instituição *par et passu* com suas congêneres internacionais. E aponta quais seriam as cinco razões para alta mortalidade neste tipo de instituição:

1) A tenra idade das crianças; 2) o atraso de desenvolvimento em que já vem uma grande parte das crianças no momento de admissão; a falta de aleitamento materno, que só se pode substituir em parte pelo aleitamento mercenário e com desvantagem para o aleitamento artificial; 4) as condições climáticas de nossa cidade e 5) a aglomeração hospitalar, que cria condições especiais de insalubridade, difíceis de vencer (ASSISTÊNCIA, 1922, p. 460).

Nessas razões já percebemos a defesa intransigente do aleitamento materno que caracterizará as ações de Fernandes Figueira: a preocupação com o ambiente. A questão das condições em que as crianças chegavam à Casa dos Expostos, como visto ao longo do artigo, é uma das causas que ajuda a explicar a alta mortalidade nesse estabelecimento.

Outro ponto no relatório do médico o aproxima de Fernandes Figueira: a preocupação com as estatísticas nosográficas, como instrumento fundamental para alicerçar as políticas públicas de saúde. Segundo Santos Moreira, 71% da mortalidade é devida a três fatores: problemas digestivos (37,73%), debilidade congênita (22,2%) e sífilis congênita (11, 36%).

Para tentar diminuir os problemas gástricos, optou o médico por utilizar a alimentação artificial através do Malto-Nutral. A segunda edição do *Livro das Mães* de Fernandes Figueira, de 1919, traz uma nota de pé de página ao falar da sopa Keller, reduzida à consistência de um mingau adoçado com ex-

trato de malte, afirma que vinha obtendo sucesso na Casa dos Expostos por Santos Moreira (FIGUEIRA, 1919, p. 288).

Se o uso do Malto-Nutral ou da sopa Keller estavam ajudando a melhorar a mortalidade na Casa dos Expostos no que tange às afecções digestivas; muito ainda tinha que ser feito acerca dos outros itens, tendo sido proposta a “desinfecção sistemática e frequente de tudo que cerca as crianças e isolamento celular de cada uma delas” (ASSISTÊNCIA, 1922, p. 460) — sem que o efeito destas medidas possa ser analisado.

A conclusão do relatório de Santos Moreira expõe as dificuldades de se construir novas práticas de assistência, sobretudo com a primeira infância — quer a institucionalizada, quer a doméstica; da mesma forma que evidencia as transformações em curso na Casa dos Expostos. Para ele:

não sendo possível modificar as condições com que são recebidas as crianças (nos primeiros meses de vida, débeis com antecedentes familiares de sífilis, tuberculose e alcoolismo, que sobre elas pesam, traduzindo-se em grande número de atraso manifesto de desenvolvimento, que, outras vezes é resultante de desvios anteriores de alimentação); não lhes podendo dar o leite materno (que elas mais que quaisquer outros necessitam) e que só em parte pode se substituir pelo aleitamento mercenário (que muito deixa a desejar pela dificuldade, senão impossibilidade de se ter boas amas) e pelo aleitamento artificial (cujos perigos já fizemos sentir); não havendo possibilidade de subtraí-las às condições climatéricas da cidade (sendo no verão mais elevada a mortalidade por gastroenterites) — nestas condições todo o nosso esforço deve convergir para um só ponto: melhorar, quando possível, as condições de salubridade do meio, diminuindo *ipso facto* as causas do contágio (ASSISTÊNCIA, 1922, p. 460).

As observações colhidas por Fernandes Figueira, seus assistentes e alunos nos serviços da Policlínica das Crianças e da Casas dos Expostos foram capitais para as políticas públicas que ele colocaria em prática a partir de 1920.

Nesse contexto de institucionalização da pediatria e da puericultura e da transformação da assistência à infância, no qual a preocupação com o corpo

da criança (e sua saúde) sobrepuja a preocupação com a sua alma, e sobretudo os problemas advindos da questão social na cidade — más condições de trabalho e moradia, surtos epidêmicos constantes (varíola e febre amarela) — vão modificar aos poucos o público da Casa dos Expostos, como consequência não do abandono, mas da cada vez maior frequência de internação de mulheres no Hospital Geral.

O que os dados aqui analisados demonstram é a forma pela qual a rede de assistência à saúde vai se transformando ao longo do tempo, com o surgimento de novas instituições voltadas ao atendimento dos pobres da cidade — quer mantidas pela Misericórdia, quer pelos cofres públicos — e seu impacto no cotidiano da Casa dos Expostos, que vai se adequando aos novos tempos.

Cada vez mais o caráter médico-assistencial da Casa dos Expostos, ou sua transformação em hospício infantil, vai preponderando sobre sua função de abrigo de enjeitados. Discordo de Marcílio quanto à ideia de que a Casa dos Expostos estivesse ganhando feição de creche (1998), uma vez que as creches tinham função bem definida — recebiam crianças pequenas e deveriam permitir que as mães trabalhadoras amamentassem seus filhos em horários determinados (FIGUEIRA, 1919, p. 156). É sua feição de hospedaria de crianças pobres que começa a sobrepujar a função de asilo dos indesejáveis. Se, como Venâncio propôs para os séculos XVIII a XIX, a questão do abandono não está diretamente vinculada à pobreza, para o início do XX é a pobreza que gera o abandono, mesmo com a expectativa de recuperar a criança quando a situação assim o permitisse; e são os problemas advindos da questão social que cada vez mais levam mulheres às enfermarias da Misericórdia, e seus filhos, à Casa dos Expostos.

A extinção da Roda do Rio de Janeiro se dá de forma gradativa, como os bilhetes para o ano de 1918 demonstram. E o abandono não será resolvido com o fim dessa instituição, como demonstra o caso de Maria, com um mês, filha de Rosalina Angélica da Mota, abandonada em uma enfermaria do Hospital Geral, a 15 de abril de 1908.²⁹

29 *Livro de crianças ...*, cit., 1903–1912, registro nº 1458.

Como microcosmo da sociedade brasileira da virada do século XIX para o século XX, a necessidade de se abrir um livro para as ditas “temporárias” nos ajuda a refletir sobre as transformações que a cidade do Rio de Janeiro passou no período com a chegada cada vez maior de imigrantes, com a abolição da escravidão, e a transformação gradativa da Casa dos Expostos de asilo de enjeitados à instituição médico-assistencial voltada para a infância pobre e desamparada, que procura dar-lhe uma formação profissional que lhe permita se sustentar quando for a hora. Contudo, não resta dúvida que a medicalização da Casa dos Expostos — aqui traduzida pela presença da escola de pediatria de Fernandes Figueira — exerceu um papel fundamental na sobrevivência dos menores sob a guarda da SCMRJ.

FONTES

Livro das crianças remetidas da Santa Casa da Misericórdia. fev 1873–mai 1884. Acervo Educandário Romão Duarte, Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

Livro das crianças remetidas da Santa Casa da Misericórdia. 1903–1912. Acervo Educandário Romão Duarte, Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

Livro de óbitos da Casa dos Expostos. 1918–1924. Acervo Educandário Romão Duarte, Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Laurinda. *Pina Manique – um reformador no Portugal das Luzes.* Lisboa: Gradiva, 2014.

Assistência pública e privada no Rio de Janeiro: história e estatística. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1922.

CAMARA, Sônia. *Sob a Guarda da República: a infância memorizada no Rio de Janeiro da década de 1920.* Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CARVALHO, Miguel de (org.). *Notícias dos diversos estabelecimentos mantidos pela Santa Casa da Misericórdia da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1908.

_____. *Relatório apresentado à mesa da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro na sessão de posse de 14 de agosto de 1910 pelo provedor Miguel de Carvalho*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1910.

_____. *Relatório Apresentado à Mesa da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Co., 1912.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FERNANDES, Tania Maria; AZEVEDO, Otto Santos. “Varíola em 1908: Marcas de uma epidemia no Rio de Janeiro”. In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C.; BERTOLI FILHO, Cláudio (orgs.). *As enfermidades e suas metáforas: epidemias, vacinação e produção de conhecimento*. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina/UFABC/CD.G Casa de Soluções e Editora, 2015, p. 177.

FAURE, Olivier. *Les Français et leur médecine aux XIXè siècle*. Paris; Belin: 1993.

FIGUEIRA, Antonio Fernandes. “Reforma dos Hospitais”. *Brasil Médico*. 15 ago 1902, pp. 311–2.

FIGUEIRA, Antônio Fernandes. *Assistência pública: assistência à infância e particularmente o que se refere às medidas a adotar contra a mortalidade infantil. Educação das crianças deficientes*. Relatório apresentado ao Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada. *Brazil-Médico*, Rio de Janeiro, 1 nov 1908a, pp. 401–5,.

_____. *Assistência pública: assistência à infância e particularmente o que se refere às medidas a adotar contra a mortalidade infantil. Educação das crianças deficientes*. Relatório apresentado ao Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada. *Brazil-Médico*, Rio de Janeiro, 8 nov 1908b, p. 411–5, 419–20.

_____. “Febres não infecciosas da primeira infância”. *O Policlínico*, n. 4, set 1913.

_____. *O Livro das Mães: consultas práticas de higiene infantil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Murilo Editores, 1919.

FOUCAULT, M. “La politique de la santé au XVIIIe siècle”. In: FOUCAULT, M. *et al. Les machines à guérir (aux origines de l'Hôpital moderne)*. Bruxelas, Liège: Pierre Mardaga Editeur, 1995.

FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga – As Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa* (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2011.

_____. “O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa”. *Estudos Históricos*, v. 27, n. 53, pp. 5–25, jan–jun 2014.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos – discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/EDur/Anpuh-Rio, 2009.

GONÇALVES, Monique de Siqueira. *Mente sã, corpo são: disputas, debates e discursos médicos na busca pela cura das “nevroses” e da loucura na Corte Imperial (1850-1880)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011. 244 p.

GRANSHAW, Lindsay; PORTER, Roy. *The Hospital in History*. Londres, Nova York: Routledge, 1989.

KEEL, Othmar. *L'avenement de la médecine clinique moderne en Europe: 1750–1815*. Montreal, Genebra: Presses Universitaires de Montréal/Georg Ed., 2001.

LOPES, Maria Antonia. “Assistência pública à infância após a extinção da Roda dos Expostos: Hospício dos Abandonados e crianças maiores de sete anos (distrito de Coimbra, 1872-1890)”. In: José Viriato Capela *et al.* (orgs.). *Da caridade à solidariedade: políticas públicas e práticas particulares no mundo ibérico*. Braga: Universidade do Minho/Lab2PT. 2016, pp. 173–191.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudoeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª ed. (rev.). Campinas: Ed. Unicamp, 2013

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

PIMENTA, Tania Salgado; DELAMARQUE, Elisabete Vianna. “O estado da Misericórdia: assistência à saúde no Rio de Janeiro, século XIX”. In: FER-

- REIRA, Luiz Otavio *et al.* *Filantropos da Nação – sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. pp. 39–54.
- RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. “As crianças e as idades da vida”. In: José Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal, vol. A idade moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. pp. 72–95.
- SANGLARD, Gisele. *Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a ciência e a saúde no Rio de Janeiro (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2008.
- _____. “Filantropia e política pública: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República”. In: FERREIRA, Luiz Otavio *et al.* *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/FAPERJ. 2015. pp. 133–48.
- _____. “Entre o Hospital Geral e a Casa dos Expostos: assistência à infância e transformação dos espaços da Misericórdia carioca (Rio de Janeiro, 1870-1920)”. *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, pp. 337–58, 2016a.
- _____. *Amamentação e políticas para a infância no Brasil a atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2016b.
- _____; FERREIRA, Luiz Otávio. “Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República”. *Varia História*, v. 26, n. 44, p. 437–59, dez 2010.
- _____. “Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920)”. *Estudos Históricos*, v. 27, n. 53, p. 71-91, jun 2014.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, “Crianças abandonadas em áreas sem assistência institucional”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (org). *Uma história social do abandono de crianças de Portugal ao Brasil – séculos XVIII-XX*. São Paulo, Belo Horizonte: Ed. Alameda, Ed. PUC-Minas, 2010.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas – assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.
- _____ (org). *Uma história social do abandono de crianças de Portugal ao Brasil – séculos XVIII-XX*. São Paulo, Belo Horizonte: Ed. Alameda, Ed. PUC-Minas, 2010.

TOMASCHEWSCHI, Claudia. Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 – c. 1891. Tese de doutorado, PUC-RS; 2014, p. 130.

HISTÓRIA E CIÊNCIA POLÍTICA UMA RELAÇÃO AINDA EM CONSTRUÇÃO

Monica Piccolo¹ & Ana Lúvia Bomfim²

A parceria entre História e Ciência Política não é um assunto simples de ser abordado, embora pareça, dada a proximidade de muitos dos seus objetos, conceitos e temáticas. O processo de construção dessa ligação não foi harmonioso e passa fundamentalmente pelo processo de consolidação das Ciências Sociais. Dessa forma, as páginas que se seguem têm como objetivo mapear criticamente a relação entre a História e a Ciência Política, notadamente marcada por aproximações e rupturas, não pode se eximir de começar seu trajeto recuando no tempo, mais especificamente ao final do século XIX, e recuperando as questões iniciais que envolveram os embates entre a História e as Ciências Sociais como um todo. Assim, só depois desse momento inicial é que o foco da discussão recairá sobre as relações propriamente ditas entre a História e a Ciência Política.

1 Professora do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro da Rede INCT Proprietas. Bolsista Produtividade UEMA. E-mail: monica.piccolo@uol.com.br.

2 Professora do Departamento de História e Geografia da UEMA. Coordenadora do Mnemosyne — Laboratório de História Antiga e Medieval da UEMA e colaboradora do NEREIDA da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: analiviabv@gmail.com.

EM PAUTA: OS EMBATES PELA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Pensar as relações entre a História e as Ciências Sociais, ainda como um primeiro momento para se chegar, especificamente, às relações entre a História e a Ciência Política, nos remete ao intenso debate/embate iniciado com a publicação da Revista *L'Anné Sociologique*, em 1896, sob a liderança de Émile Durkheim. Contando também com a participação de Marcel Mauss, Maurice Halbwachs, Célestin Bouglé, François Simiand e Paul Fauconnet, a corrente francesa dos estudos sociológicos, fundada por Auguste Comte no final dos anos 1830, sofreu grande impulso (VENÂNCIO, 1994, p. 94). Foi colocada em discussão, a partir de então, a reconfiguração do papel desempenhado pela Sociologia no meio acadêmico, já marcado pela consolidação da História como disciplina.

As trajetórias da História e das Ciências Sociais ao longo do século XX foram profundamente marcadas pela agenda desse debate inicial cuja pauta promoveu o movimento pendular entre as duas disciplinas, fazendo-as oscilar entre aproximação e distanciamento, confronto e reciprocidade, que tinham como núcleo definidor conceitos que fundamentaram epistemologicamente suas relações, tais como evento e estrutura, sincronia e diacronia, ruptura e continuidade, narrativa e interpretação (SILVA, 2005, p. 127).

No final do século XIX, a História, nas palavras de Lucien Febvre, tinha jogado e ganhou a partida. “Estava nos liceus povoados de agregados de História, nas Universidades providas de cadeiras de História, nas escolas especiais reservadas ao seu culto. Transbordava daí para as direções de ensino, as reitorias, todos os grandes polos da Instrução Pública” (FEBVRE, 1989, p. 16). Essa História triunfante, pautada pela rígida relação com a escrita, definida pelo estabelecimento e tratamento dos fatos — classificados cronologicamente — e com profunda aversão a qualquer tipo de construção de hipótese, era a maior das afrontas à ciência. A História, não era, então, uma disciplina particular com conteúdo perfeitamente definido, mas um “método” em condições de se tornar, no domínio das Ciências Humanas, universal (FEBVRE, 1989, p. 21).

Reconfigurar o lugar da Sociologia, assim, passava obrigatoriamente pelo confronto direto à chamada “história metódica”, conferindo aos historiadores um caráter auxiliar e, principalmente, passava pela transformação do conceito de “causalidade social”, um eixo estruturante das Ciências Sociais, com centralidade da Sociologia.

No prefácio ao primeiro volume do periódico do *L'Année Sociologique*, em 1898, Durkheim publicou aquele que é considerado o texto fundador desses “combates pela Sociologia”. Para além de postular o objetivo central da publicação, ou seja, ser um espaço público visando à construção das Ciências Sociais, há um intenso diálogo com a História e com os historiadores, como podemos identificar no trecho a seguir,

São raros, mesmo hoje, os historiadores que se interessam pelas pesquisas dos sociólogos e sentem que elas lhes concernem. O caráter por demais geral de nossas teorias, sua documentação insuficiente faz com que elas sejam consideradas negligenciáveis. Reconhece-se nelas apenas uma importância filosófica. E, no entanto, a história só pode ser uma ciência na medida que explica, e não pode explicar senão comparando. Mesmo a simples descrição é impraticável de outra maneira: não se descreve bem um fato único ou do qual se possuem raros exemplos porque ele não é bem observado (...) Quando se observar que a sociologia não implica de nenhuma maneira o interior dos fatos, que ela não recua mesmo diante do detalhe, mas que os fatos só possuem inteligibilidade quando estiverem agrupados em tipos e leis, sentir-se-á melhor, sem dúvida, a possibilidade e a necessidade de uma concepção nova na qual o sentido da realidade histórica, no que ela tem de mais concreta, não excluirá a pesquisa metódica das similitudes, condição de toda ciência (DURKHEIM, 1898, p. 8–9).³

O enfrentamento aberto diante da História não passou em branco. A resposta veio nas páginas do *Méthode Historique Appliquée aux Sciences So-*

3 A tradução do Prefácio foi realizada por Rafael Faraco Benthien e publicada na *Revista Teoria e Pesquisa*, n. 50, v. XVI, n 01, jan–jun 2007.

ciales, em 1901, no qual Seignobos busca imputar à História a caracterização de uma “ciência positiva” e conferir à Sociologia o estatuto de subseção da História. Muitos historiadores, como Boudé e Martin (1992) localizam nos escritos de Leopold Van Ranke os pressupostos da História Metódica, principalmente aqueles que se referem à busca pela objetividade e pela verdade histórica “tal como efetivamente sucedeu” (*wie es eigentlich gewesen*), à neutralidade nos estudos históricos, à isenção e imparcialidade do historiador e, por fim, à perspectiva de que a tarefa do historiador consiste na sistematização passiva dos fatos históricos, depositados nos documentos escritos. Segundo as regras da crítica erudita, tal orientação metodológica tem como tarefa primordial o estabelecimento dos fatos, afirmando que se tratam de dados cujo sentido já é conhecido de antemão (RAVEL, 1989, p. 20). Em outras palavras: a chamada “História de cola e tesoura”, nas palavras de Collingwood (1946), mas que, todavia, garantiu à História o estatuto científico e o fortalecimento institucional diante da ofensiva da Sociologia.

O papel central desempenhado pelos escritos de Ranke na conformação da cientificidade da História é destacado por Sérgio Buarque de Holanda quando se propôs a analisar o atual e o inatual em Ranke:

Sua fórmula tão mal interpretada muitas vezes tem ainda outro alvo: forçar a eliminação, tanto quanto possível, de pontos de vista pessoais que desfiguram o verdadeiro conteúdo. Prende-se tudo isso ao seu empenho maior, que é o de fundar os estudos de sua especialidade sobre métodos rigorosamente científicos. A tal ponto que suas salas de aula se viram convertidas em autênticos laboratórios, que lhes deram cedo renome universal (HOLANDA, 1979, p. 16).

Sérgio Buarque ainda destaca que, em busca da garantia dos métodos científicos na produção histórica, Ranke desenvolveu recursos de pesquisa voltados para a crítica das fontes, fazendo uso, assim, de recursos já utilizados por filólogos e exegetas da Bíblia.

O embate aqui apresentado foi potencializado com a publicação de François Simiand, em 1903, do texto *Méthode Historique et Science Sociale*, atacando os “ídolos da tribo de historiadores”: o ídolo político (o foco restrito à História política, aos fatos políticos e às guerras), o ídolo individual (ênfase nos grandes homens) e o ídolo cronológico (a constante busca pelas origens). A crítica de Simiand foi publicada em uma nova revista, a *Revue de Synthèse Historique*, fundada por Henri Berr, considerado por Peter Burke (1992) um “grande empreendedor intelectual”, e cujo objetivo com o novo periódico era incentivar a colaboração entre a História e as demais disciplinas, principalmente a psicologia e a sociologia. Burke destaca que o ideal de Henri Berr, ou seja, a construção de uma psicologia histórica fundada na cooperação interdisciplinar, foi fundamental na trajetória de dois historiadores que acabaram por promover uma das mais sólidas inflexões no fazer histórico: Lucien Febvre e Marc Bloch, responsáveis pela promoção da chamada “Revolução Francesa da Historiografia”, ou seja, a criação da Escola dos *Annales*.

A importância do texto de Simiand — que, nas palavras de Jacques Revel (1989) é um artigo de circunstância, datado e escrito no seio do combate durkheimiano e em oposição direta à chamada “história historicizante” — é ainda maior uma vez que seus postulados ainda apresentavam validade quase sessenta anos depois, sendo republicado na íntegra em 1960 no *Annales*, já sob a direção de Braudel.

Na retomada do texto de Simiand pelo *Annales* dos anos 1960, Revel destaca que foram incorporados elementos centrais ao movimento que se iniciou em 1929 com a criação da revista dos *Annales*: a primazia da história-problema, a convergência das Ciências Humanas, a defesa do trabalho coletivo (REVEL, 1989, p. 21). O curioso desse processo de retomada do texto de Simiand, em defesa do repensar da investigação das Ciências Sociais, reside no fato de o escrito ter sido elaborado por um sociólogo durkheimiano que, no entanto, ainda estava relegado a segundo plano nos embates pelo controle do sistema acadêmico francês. Assim, é da periferia do sistema universitário que parte a bandeira em prol da unidade das Ciências Sociais, proposta que carrega em seu bojo, ainda segundo Revel, o “imperialismo sociológico”, uma vez que é na perspectiva do sociólogo que as barreiras disciplinares devem

ser diluídas, pois atuavam como obstáculos institucionais à reformulação do debate científico.

Mas, nessa nova orientação proposta por Simiand, como se insere a História? Como ficam configuradas, a partir de então, as relações pendulares entre a História e as Ciências Sociais? Revel aponta que as fronteiras entre a prática do historiador e do sociólogo são diluídas e à primeira é atribuído o papel de “banco de ensaio empírico para examinar hipóteses forjadas fora dela”.

A história vê assim ser-lhe atribuído um duplo papel: o de uma abordagem entre outras do social, mais particularmente encarregada de dar conta dos fenômenos passados; e um outro, mais específico, que a define como uma ciência social experimental, anexo ou prova, como se queira, de todas as outras ciências sociais. Tem uma posição importante; mas ainda não central (REVEL, 1989, p. 22).

O distanciamento dos fundadores do movimento de renovação historiográfica dos anos 1930 reside justamente no papel periférico conferido à História, apesar do conjunto de questões que aproxima o texto manifesto de Simiand às orientações iniciais da revista dos *Annales*. Embora tivessem em comum a crítica às barreiras disciplinares que ainda compartimentavam os estudos das sociedades e das economias, a defesa da unificação empírica tanto do campo da investigação científica quanto da própria área das Ciências Sociais, a hegemonia do social, a incorporação de colaboradores para além dos historiadores e dos acadêmicos, a importância de estudos coletivos e pluridisciplinares, em resumo, “as múltiplas abordagens do social, inspiradas na maioria dos casos por questões do presente” (REVEL, 1989, p. 23), o papel secundário conferido à História separava Simiand dos fundadores dos *Annales*.

Na trajetória de Febvre torna-se clara a quebra das barreiras disciplinares. A aproximação com a Geografia, por exemplo, deu-se através de Paul Vidal de La Blache e das críticas ao geógrafo alemão Ratzel que defendia a maior influência ao meio físico sobre o destino humano. Marc Bloch, por outro lado, possuía maior ligação com a Sociologia do que com a Geografia social,

principalmente com a obra de Durkheim. No entanto, ambos postulavam a necessidade de estudos interdisciplinares e a revista surge com a proposta de se constituir como um “agente de ligação entre geógrafos, economistas, historiadores, sociólogos”. Originalmente intitulada *Annales d'histoire économique et sociale*, a revista pretendia exercer uma liderança nos campos da História social e econômica. Embora os historiadores econômicos tenham predominado no primeiro número, em 1930, Bloch declara que sua intenção era estabelecer-se “sobre o terreno mal amanhado da História social” e que a questão do método no campo das Ciências Sociais era uma preocupação central (BURKE, 1992, p. 33).

Apesar das várias referências à obra de Durkheim feitas por Bloch, a descompartimentação disciplinar postulada pela revista não se identifica exatamente com o modelo durkheimiano. Mantém, nas palavras de Revel “a vontade de uma maior eficácia intelectual obtida através de um incessante pôr em causa das noções adquiridas, acerca dos limites instituídos”. Mas rejeitam toda a construção teórica que a abordagem de uma Ciência Social pressupunha. É posta em pauta, assim, a vocação confederada da História, em nome do concreto contra o esquematismo, a tentação da abstração: “a história vive de realidades, não de abstrações” (REVEL, 1989, p. 24–5).

Nesse sentido, o processo de formação e extensão da escola histórica dos *Annales* foi acompanhado por uma espécie de pretensão hegemônica da História sobre as Ciências Sociais: “como se apenas ela, aramada com os saberes parciais instituídos pelas disciplinas vizinhas, tivesse vocação para apresentar uma visão unificada do homem, sob o nome de história total” (FURET, s/d, p. 13), transformando a História em elo entre as Ciências Humanas, possuidora de um enorme capital institucional.

Esse cenário de refluxo das Ciências Sociais só será revertido no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, com a crescente rejeição a uma História meramente nacional, levando à retomada da aproximação entre a História e as Ciências Sociais, movimento que se traduz, por exemplo, na mudança do subtítulo da revista, em que a própria História é suprimida (*économies, sociétés, civilisations*). Nos anos 1950, também, as Ciências Sociais passam por um intenso processo de explosão e de consolidação de sua institucionalização

universitária, ameaçando a hegemonia da História e provocando transformações no fazer historiográfico (SILVA, 2005, p. 146).

Ciência Política e modelos em disputa: a hegemonia do neoinstitucionalismo

No processo de tomada das decisões políticas há um claro embate entre duas concepções que há muito disputam a legitimidade para explicá-las: seriam as decisões políticas resultado direto das preferências dos indivíduos que agem isoladamente ou, diferentemente, seriam o resultado de processos induzidos por instituições políticas e sociais que regulariam as escolhas coletivas? Esse embate entre a racionalidade endógena da primeira perspectiva e a restrição exógena da segunda, transformaram-se em marcos definidores de dois tipos de abordagens no seio das Ciências Humanas: o comportamentalismo e o institucionalismo, respectivamente. No âmbito desse embate, e após duas “revoluções de paradigmas”, os últimos quarenta anos foram marcados pelo predomínio de uma nova abordagem que acabou por se constituir como hegemônica, principalmente no campo da Ciência Política: o neoinstitucionalismo.

O marco inicial da que foi considerada a “revolução comportamentalista” é situado no discurso, em 1961, do então presidente da American Political Science Association (APSA) que apontou a transformação que estava em curso no seio das Ciências Humanas, marcada pelo progressivo abandono das análises marcadamente especulativas, descritivas e formalistas em prol de uma nova orientação pautada pela busca da cientificidade, objetividade e observação empírica.

No entanto, conforme destaca Paulo Sérgio Peres (2008), a tradição dos estudos institucionalistas era bastante anterior ao século XX, remontando a Aristóteles em função de suas análises acerca das constituições atenienses e sendo revitalizadas pelos contratualistas Locke e Montesquieu, chegando ao século XIX através dos escritos de Tocqueville, Gustav Schmoller e, principalmente, Durkheim.

O formalismo de tais abordagens, todavia, perde força explicativa diante dos fenômenos que sacudiram o mundo nos anos 1930. As análises centradas no modelo prescritivo do desenho constitucional, sob uma ótica normativa

do que deveria ser a política não davam conta de explicar a ascensão e, principalmente, a adesão em massa ao projeto nazifascista, por exemplo. Estava em curso, assim, a gestação de uma importante ruptura epistemológica marcada por uma nova agenda centrada no enfoque na dinâmica “real” da política, na investigação factual, nas análises estatística e comparativa. Consolidava-se, assim, o movimento de forte rejeição ao antigo institucionalismo.

O reconhecimento acadêmico da escola comportamentalista foi favorecido, segundo Paulo Peres (2008), pelos seguintes fatores: i) desvalorização pelo governo dos Estados Unidos dos trabalhos dos cientistas políticos institucionalistas em função das incongruências entre as digressões teóricas produzidas e os imperativos impostos pela nova dinâmica mundial marcada pelos embates com a União Soviética (Guerra Fria); ii) incapacidade dos estudos institucionalistas de apresentarem análises consistentes sobre a ascensão do nazismo, do fascismo e do socialismo; iii) a ineficácia da aplicação do modelo político norte-americano “democracia com capitalismo” nos países não industrializados, exigindo assim novos estudos empíricos que recuperassem as especificidades nacionais; iv) a influência dos pesquisadores europeus que migram para os Estados Unidos e passam a disseminar a necessidade de maior rigor teórico, novas perspectivas analíticas, incorporação de dados estatísticos e uma ampla defesa da multidisciplinaridade, contribuindo para o viés eclético e pluralista que a Ciência Política passou a apresentar a partir de então. Assim:

[...] a “revolução comportamentalista” da Ciência Política é caracterizada por dois pontos fundamentais. O primeiro deles é sua posição duramente crítica em relação à abordagem institucionalista de então, propondo, em oposição, uma teoria positiva e uma análise empiricamente orientada e bem mais rigorosa em termos conceituais. O segundo ponto é sua proposta programática de utilizar, de maneira pluralista, abordagens metodológicas de outras ciências vizinhas, como a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia. Estes dois pontos compuseram as forças motrizes fundamentais de sua busca de maior cientificidade e de maior reconhecimento social” (PERES, 2008, p. 58).

As décadas de 1950 e 1960 foram, assim, marcadas pelo predomínio das inovações teóricas e metodológicas do paradigma comportamentalista, levando à produção de importantes diretrizes no campo da Ciência Política, como as descrições objetivas, as generalizações empíricas, os métodos sistemáticos e diferenciais, o material empírico, a quantificação e a multidisciplinaridade teórica e metodológica. Ainda de acordo com Paulo Peres (2008), essa postura metodologicamente rigorosa pode ser sintetizada em oito pontos fundamentais da agenda de pesquisa comportamentalista.

QUADRO I - SÍNTESE DAS DIRETRIZES METODOLÓGICAS DO COMPORTAMENTALISMO

1º - Somente uma Ciência Política com orientação empírica e positiva é capaz de explicar cientificamente os fenômenos políticos.
2º - O cientista político deve se ocupar apenas de fenômenos observáveis, evitando qualquer especulação dedutiva.
3º - Os dados analisados devem ser quantitativos ou, então, quantificados.
4º - A pesquisa deve ser orientada e dirigida por uma teoria conceitualmente rigorosa.
5º - A análise deve ser pautada pela neutralidade axiológica
6º - As pesquisas devem ter caráter analítico (padrões e correlações estatísticas) e não meramente descritivo
7º É recomendável utilizar abordagens multidisciplinares, uma vez que a Ciência Política com tal orientação seria apenas uma das Ciências do comportamento.
8º - Adoção do máximo de rigor metodológico, seguindo a lógica do sistema de inferência indutivo.

Fonte: PERES, 2008, p. 59.

Ao lado do modelo explicativo comportamentalista, a Ciência Política norte-americana também esteve dominada pelo modelo pluralista/funcionalista que orientou uma série de trabalhos empíricos sobre políticas públicas. Carlos Rocha (2005) afirma que o modelo pluralista concebe a distribuição do poder como um aspecto mais ou menos permanente das sociedades, especialmente as de democracia liberal. As sociedades, assim, seriam compostas por múltiplos centros de poder, sem que houvesse soberania de nenhum deles. O processo de *decision-making* seria definido pela atuação dos grupos de interesse ou grupos de pressão. Assim, o poder estaria diretamente relacionado a questões específicas, fugazes ou persistentes que definiriam as coalizões na busca de certos objetivos. De acordo com Robert Dahl (1988), considerado o pai do funcionalismo, os responsáveis pela definição das políticas públicas (*outputs*) seriam as demandas e apoios (*inputs*) dos grupos de pressão. A sociedade, dessa forma, teria o papel central de definição das linhas centrais de atuação governamental e o Estado, em sua neutralidade, teria como função a promoção da conciliação dos interesses que, de acordo com a lógica do mercado, interagiriam na sociedade. As políticas públicas seriam, então, produto do que ocorre na sociedade onde o Estado não teria capacidade de decisão.

Outro modelo que disputou espaço com o comportamentalismo e com o pluralismo é o marxismo que, a partir da década de 1970, passou a travar constantes debates com as demais matrizes analíticas. As análises marxistas, partindo das relações entre economia, classes sociais e Estado, sustentam que as políticas estatais são expressão da luta de classes que se constituem em instrumento análise central para a interpretação das transformações sociais e políticas. As políticas estatais, por sua vez, seriam um reflexo dos interesses do capital. O Estado é considerado como “gendarme” dos interesses da burguesia, classe com capacidade de reproduzir a relação capital-trabalho (MENDIÁZ, 2004, p. 4).

Em que pesem as diferenças entre os modelos explicativos até aqui apresentados, de acordo com Rocha (2005), eles possuem como interseção a ênfase analítica centrada na sociedade. A ação estatal é considerada uma reação direta aos estímulos vindos da sociedade. Nessa perspectiva sociocêntrica, o governo não é analisado como ator independente ou relevante, senão como

um terreno onde os grupos de interesses, fundamentalmente econômicos, se aliam para configurar a adoção de decisões definidas a partir das funções compartilhadas pelos sistemas políticos de todas as sociedades. Os estudos, dessa forma, são centrados nos aportes da sociedade ao governo e nos efeitos distributivos do Estado através de suas políticas. O Estado era considerado um conjunto antigo, associado a estudos jurídico-formalistas de princípios constitucionais (MENDIÁZ, 2004, p. 5). Nessa perspectiva, sustenta Theda Skocpol que:

Apesar de algumas exceções importantes, as formas de explicar a política e as atividades governamentais centradas na sociedade eram características sobretudo das perspectivas pluralistas e estrutural-funcionalistas predominantes na Ciência Política e na Sociologia dos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960. Nessas perspectivas, o estado era considerado como um conceito antigo, associados a tediosos estudos jurídico-formalistas de princípios constitucionais. O governo era tomado como um terreno onde os grupos de interesses, fundamentalmente econômicos, se aliavam entre si para configurar a adoção de decisões de política pública. Desde a Paz Britânica até a Paz Americana as Ciências Sociais se esforçaram para manter-se afastadas do papel dos Estados como potentes e autônomos atores organizativos (SCKOCPOL, 1989, pp. 75–81, tradução nossa).

Esse quadro de domínio da sociedade sobre o Estado nas determinações das políticas públicas começa a ser revertido a partir do final da década de 1960, quando se deu uma nova revolução de paradigma nas Ciências Sociais. O Estado retorna ao centro das análises. O neoinstitucionalismo assume papel hegemônico. Uma profunda crise se abatia sobre a abordagem comportamentalista, até então hegemônica entre os demais modelos explicativos.

Assim como o ocorrido no momento de consolidação do comportamentalismo, sua crise também foi publicizada pelo discurso presidencial da APSA, David Easton, segundo o qual

Uma nova revolução estava acontecendo na Ciência Política americana. Essa última revolução — o behaviorismo — ainda não havia atingido sua plenitude, quando foi repentinamente abalada pelas crises políticas e sociais de nossa época. [...] Esse novo desafio votou-se contra o desenvolvimento da ortodoxia behaviorista. Chamo esse desafio de revolução pós-behaviorista (EASTON, 1969, p. 1051 *apud* PERES, 2008, p. 60).

O que estava em gestação, assim, era o chamado neoinstitucionalismo que surgiu como uma dupla rejeição: à ausência de cientificidade de antigo institucionalismo e à ausência do contexto institucional nas abordagens comportamentalistas, tanto as indutivas — sociológica, antropológica e psicológica —, como as dedutivas — econômica de viés neoclássico/ *rational choice* ortodoxa (PERES, 2008, p. 60).

A produção de Robert Dahl apresenta algumas das mais ácidas críticas ao paradigma comportamentalista. Dentre tais críticas, no texto publicado na *American Political Science*, em 1961, intitulado “The Behavioral Approach in Political Science: Epitaph for a Monument to a Successful Protest”, destacam-se o ecletismo comportamentalista que teria imposto à Ciência Política as perdas de foco e de especificidade analítica e as fragilidades dos estudos que privilegiam, exclusivamente, a ação dos indivíduos descolados do contexto institucional. Somam-se a tais fatores, ainda, o distanciamento entre as análises construídas tomando como referência o paradigma comportamentalista e seus correspondentes empíricos.

As principais críticas ao comportamentalismo podem ser assim sistematizadas:

QUADRO 2 - AS PRINCIPAIS CRÍTICAS AO COMPORTAMENTALISMO

1º - A negação de que a Ciência Política pudesse vir a ser uma Ciência capaz de estabelecer leis como as Ciências Naturais.
2º - O comportamento seria apenas uma das dimensões do fenômeno político.
3º - A impossibilidade de quantificação de todos os dados relevantes à análise política.
4º - A discrepância entre as pretensões teóricas do comportamentalismo e os resultados de suas pesquisas.
5º - A necessidade da adoção de algum tipo de pesquisa aplicada.
6º - A necessidade de comprometimento moral do pesquisador com a pesquisa realizada, o que afastaria ou pelo menos relaxaria a premissa comportamentalista da radical neutralidade axiológica.
7º - A necessidade de uma redução dos enfoques multidisciplinares a fim de manter a especificidade da análise da Ciência Política.
8º - Um excesso de rigor metodológico e teórico, o que poderia levar à anulação da criatividade do pesquisador e, conseqüentemente, à estagnação teórica e metodológica.

Fonte: PERES, 2008, p. 61.

As críticas acima apresentadas, intensamente disseminadas, abalaram profundamente o paradigma comportamental nos anos 1970. As instituições retornaram com força total ao centro das análises e se transformaram na principal variável explicativa da dinâmica política dos atores. O papel do Estado, relegado a segundo plano, passou a ser determinante na definição das políticas públicas.

A retomada do papel central das instituições passa também pelas críticas ao pluralismo e ao marxismo. Tomando como referência os escritos de Theda Skocpol (1985) o pluralismo pecaria por definir que o conteúdo das ações públicas estaria condicionado pelas demandas sociais e por tomar os funcionários estatais como grupo de interesse autônomo, a despeito da estrutura

estatal na qual estão inseridos. Em relação ao marxismo, Skocpol afirma que os neomarxistas não levaram em consideração que muitas vezes é o Estado que conforma as classes e as lutas de classes, além de não atentarem para o fato de que a proposição de uma lógica geral de desenvolvimento político não encontra necessariamente correspondência com o estudo de casos concretos de políticas estatais. Assim, o novo paradigma institucionalista confere ao Estado autonomia diante dos interesses sociais, sejam das classes ou dos grupos de interesses. As ações estatais implementadas por seus funcionários obedecem à lógica de buscar reproduzir o controle de suas instituições sobre a sociedade, reforçando assim sua autoridade, poder político e capacidade de ação e controle sobre o ambiente que o circunda. A ação da burocracia estatal, dessa forma, independe das demandas pelos atores sociais e busca propor visões abrangentes sobre os problemas com que se defrontam. Seria em função do controle que a burocracia possui sobre o acesso à informação, conclui Theda Skocpol, que se daria o grau de capacidade tido pela burocracia para elaborar e implementar as políticas públicas.

Nas palavras de María Mendíaz (2004) o neoinstitucionalismo propõe temáticas que haviam sido abordadas por Max Weber, principalmente no que se refere ao retorno da questão do Estado como uma revalorização de algumas de suas dimensões, como seus elementos institucionalistas. Assim, ocorre uma recuperação do Estado como telão de fundo e o poder, a autonomia e sua força dependem de certas características internas do próprio Estado.

Apesar de suas especificidades, os muitos estudos inseridos nesse amplo leque dos neoinstitucionalistas, compartilham, segundo Javier Romero (1999) da crítica às visões da História que a consideram como um processo eficaz de equilíbrios onde as decisões são tomadas por atores cujas ações não possuem restrições e são definidas por seus comportamentos. Esse núcleo comum, portanto, define que as instituições são os fatores de constrangimento/restrrição e moldagem/estruturação das ações sociais.

Romero (1999) sublinha que embora a importância das instituições nas explicações das decisões políticas seja fundamental para identificação dos estudos neoinstitucionais, há diferenças entre as abordagens nas explicações dos processos induzidos por instituições políticas e sociais na regulação das

escolhas coletivas. Na vertente sociológica, prevalece a concepção de que as instituições moldariam as preferências dos atores. O foco da análise centra-se no processo de formação das preferências, ou seja, no processo de socialização política, tendo como categorias fundamentais as normas, valores, hábitos e papéis. Na vertente da Ciência Política prevalece a concepção de que as instituições interagem com as preferências já previamente instituídas, provocando um processo de “transição” destas em relação aos objetos, de acordo com uma “escala de utilidades”. Isso significa que:

Tanto a Sociologia como a Ciência Política neoinstitucionais tomam as escolhas como unidade de análise, com a diferença de que, enquanto para a primeira as variáveis explicativas seriam exógenas à própria decisão, para a segunda, tais variáveis seriam endógenas ao processo decisório. Mas, em ambos os casos, o mecanismo articulado estabelece que, em um primeiro momento, as instituições agiriam exteriormente restringendo/restringindo os indivíduos. Esse processo ao longo do tempo, geraria uma interiorização/conhecimento das instituições como cursos possíveis de ação, moldando/estruturando, em um segundo momento, as preferências (PERES, 2008, p. 64).

Há ainda a vertente do neoinstitucionalismo econômico que, segundo March e Olsen (1997) concebe as instituições como um conjunto de regras que são obedecidas devido a ameaça de uma sanção e “Os indivíduos desempenham-se como seres racionais capazes de calcular se o benefício de não obedecer às regras é maior ou menor que a sanção” (MENDIÁZ, 2004, p. 17, tradução nossa). Assim, os processos de negociação e transação entre os diferentes atores e instituições partiriam da premissa segundo a qual os atores atuam e se desenvolvem de acordo com uma racionalidade e informação que os permite maximizar suas decisões em função de suas utilidades e objetivos.

Ainda de acordo com Mendiáz, há também o modelo conhecido como “institucionalismo histórico” que vê nas instituições não somente o contexto, mas elementos fundamentais na determinação da política, moldando as

estratégias, definindo os objetivos e conduzindo as situações de conflito e cooperação.

Por fim, o paradigma neoinstitucional não pode ser compreendido somente como uma simples retomada do chamado “velho institucionalismo”. A abordagem institucional retoma o centro da produção das Ciências Sociais mantendo a proposta de trazer as instituições para o centro da análise mas, agora, acoplada à defesa do rigor científico. Desse modo, conclui Paulo Peres, o neoinstitucionalismo não é apenas uma rejeição ao comportamentalismo, mas sim uma síntese entre este e o antigo institucionalismo uma vez que:

[...] deste último, foi mantida a centralidade das instituições na explicação do fenômeno político; do primeiro, foi mantida a preocupação com o rigor teórico — especialmente a orientação dedutiva, intrínseca ao individualismo metodológico da teoria da escolha racional com a precisão conceitual e com a orientação empírica da pesquisa (PERES, 2008, p. 61).

Neste caminho, que sem sombra de dúvida é um percurso acadêmico, mas também político, são formados os contornos de cientificidade e de delimitação do objeto da Ciência Política no Brasil. E são formados também os espaços de disputas e conflitos internos, em que as escolhas feitas pressupõem o que foi deixado de lado. Nesse sentido, são eleitos os procedimentos científicos e a ação dos intelectuais consideradas legítimas, em um caminho intelectual estreitamente ligado à Democracia Liberal “à la Estados Unidos” e aquelas que são relegadas a periferia da área, onde iremos encontrar as análises que relacionam instituições políticas e sociedade, as posições dos atores políticos nas estruturas sociais, as relações entre posição de classe e poder político, as relações sociais, econômicas e culturais de poder, influência, dominação, obediência, desigualdade etc.

A CIÊNCIA POLÍTICA RUMO À INSTITUCIONALIZAÇÃO

O campo da História é areia movediça. Nele, as profundas disputas pelos objetos de estudo e interpretações alimentaram um processo de reinvenção do “fazer história” que possibilitou uma revisão do passado com a inclusão de novas temáticas e agentes históricos silenciados por interpretações que precisavam ser revistas. E com as Ciências Sociais não foi diferente. Enquanto nas décadas de 1940 e 1950 seus contornos eram ainda muito fluidos, e o pensamento sociológico, sobretudo no Brasil, estava ainda bastante dependente de uma tradição do século XIX, o estruturalismo dos anos 1960/1970 pode ser compreendido como um movimento de retirada das Ciências Sociais de uma espécie de periferia da História (ORTIZ, 1990), delineando mais precisamente seu campo de atuação e linguagens. As relações entre História e Ciências Sociais devem ser reportadas, portanto, ao momento em que as disputas por legitimidade científica ganharam espaço acadêmico por meio de embates conceituais.

As Ciências Sociais, segundo Ortiz (1990), surgiram tardiamente no Brasil. Por volta dos anos 1940, quando a Sociologia brasileira privilegiava as temáticas culturais, em profundo diálogo com os intelectuais alemães e franceses, na França, desde os anos 1930, as ideias marxistas já haviam penetrado as Universidades pelas mãos de intelectuais como Henri Lefebvre e George Politzer.

Dentro dessa lógica, a Ciência Política será uma das mais recentes Ciências Sociais a delinear seus contornos acadêmicos. Na ausência de uma historiografia mais ampla sobre a área que pense sua institucionalização para além do eixo São Paulo–Minas Gerais–Rio de Janeiro, podemos localizar o surgimento da Ciência Política brasileira nos anos 1960, com a criação dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Esses programas teriam surgido como uma tentativa de superar o predomínio da análise política produzida pela sociologia da USP, essencialmente estruturalista e marxista, e que era acusada de descuidar da cientificidade nas análises. Assim, surgiu uma intelectualidade mineiro-carioca que implantou a Ciência Política

no Brasil e moldou-a construindo uma forte vinculação com a produção intelectual estrangeira, no caso, norte-americana (FORJAZ, 1997), sobretudo, estimulada pelos financiamentos promovidos pela Fundação Ford na década de 1960, que levou muitos intelectuais brasileiros aos Estados Unidos. Não podemos esquecer que o processo de expansão das Universidades, nas décadas de 1960 e 1970 foi fator fundamental, pois propiciou o desenvolvimento de condições institucionais para a profissionalização da Ciência Política no país.

Dessa forma, o Brasil se tornou um dos países da América Latina onde a Ciência Política encontra um dos mais importantes graus de institucionalização (FREIDENBERG, 2014). E essa vinculação com a academia norte-americana delineou os caminhos metodológicos da institucionalização, já que foram privilegiadas as pesquisas de caráter empírico-quantitativo (REIS, 2015) e a preferência pelo estudo das instituições políticas, com regras claras e bem delineadas, em detrimento de objetos que possuem pouca visibilidade, mais engajados (MARENCO, 2014), podemos dizer. Esse caminho de expansão acadêmica e de apoio norte-americano às pesquisas políticas no Brasil é pavimentado em meio à Ditadura Empresarial-Militar.⁴ Ortiz (1990) aponta para um divisor de águas que começa a ser delineado entre os autores que pensam a História das Ciências Sociais no Brasil: o ano de 1964. Se antes a preocupação era com a demarcação das fronteiras entre senso comum e conhecimento

4 No que se refere à conceituação do movimento que destituiu João Goulart, há um intenso debate entre os historiadores sobre a caracterização dos governos que chegaram ao poder em abril de 1964. As interpretações variam entre “Ditadura de Segurança Nacional” (PADRÓS, 2007), “regimes hegemonicamente controlados pelo militares” (FICO, 2004) e “Ditadura Empresarial-Militar” (DREIFUSS, 1987). Compartilha-se, aqui, da análise de René Dreifuss que, orientado teoricamente pelos escritos de Gramsci, e a partir de um exaustivo trabalho empírico, sustentou a hipótese de que no movimento que destituiu João Goulart houve uma intensa e determinante participação dos intelectuais orgânicos da classe dominante que, inseridos no complexo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/ Instituto Brasileiro de Ações Democráticas (IPES/IBAD), foram determinantes não só na organização do golpe como também na montagem e condução da ossatura material do Estado que a partir de então passou a controlar o país

científico, representada pelos debates travados entre Guerreiro Ramos,⁵ que acreditava em um pensamento essencialmente brasileiro, quase autóctone, e Florestan Fernandes,⁶ que percebia a necessidade de um diálogo com o pensamento acadêmico internacional, a partir de 1964 o que passa a interessar é o processo de profissionalização e institucionalização das áreas (ORTIZ, 1990), e aí se inclui a da Ciência Política.

HISTÓRIA E CIÊNCIA POLÍTICA: UMA PARCERIA AINDA UNILATERAL

A Ciência Política, enquanto estudo acadêmico do “político”, tem como principal objeto os chamados “sistemas políticos” e as múltiplas faces através das quais esses sistemas buscam e constroem sua legitimidade e forjam seus mecanismos de dominação. Dito de outra forma, podemos entender a área da ciência política ou dos estudos políticos aquela que investiga a construção das relações entre autoridade e obediência (CARDOSO, 2012). Esse objeto possui importante interface com os estudos históricos. Contudo, na área denominada de Ciência Política, enquanto disciplina institucionalizada, as investigações que produzidas têm, cada vez mais, um recorte extremamente contemporâneo ao seu pesquisador. Tal dado, em si, não é um problema. No entanto, é uma evidência da perda da perspectiva processual, histórica, dos sistemas políticos e uma acentuada preferência pela observação da política através do funcionamento de suas instituições, com uma face demasiado historicizante (REIS, 1991, 1993; SOARES, 2005). Essa característica, possivelmente, pode ser associada a um certo impasse na delimitação de uma identidade na Ciência Política brasileira e que se conecta, de um lado, ao processo de institucionalização e profissionalização da área que, na busca por objetos e metodologias específicas, priorizou abordagens neoinstitucionalistas e de escolha racional, enfatizando as pesquisas das instituições formais como partidos políticos, poder executivo, casas legislativas, sistemas eleitorais, e

5 Ver Ramos, 1965.

6 Ver Fernandes, 1977.

priorizando a análise dos atores centrais e das regras internas dos sistemas democráticos liberais. Por outro lado, no caminho pelos contornos dessa identidade, constrói um certo isolamento teórico que coloca a área em um risco de afastamento da possibilidade real de uma interdisciplinaridade, sobretudo, pelo abandono das análises sociais.

Para pensarmos a relação entre História e Ciência Política hoje, acreditamos ser necessária, portanto, uma crítica a essa “vocação” precoce para uma análise política excessivamente voltada para as instituições formais, como se essa prática conferisse aos estudos uma maior cientificidade. Compreender, por exemplo, a política, os sistemas políticos e a democracia como fenômenos sociais é um movimento necessário.

Paralelo ao processo de institucionalização e definição identitária da área de Ciência Política, os anos 1960 e 1970 promoveram um enorme alcance da História Social, evidentemente associada ao marxismo. Nesse contexto, o Estado deixa de ser uma esfera política autoexplicativa e passa a ser analisado como uma instituição que emerge das múltiplas formas de dominação social. O Estado não é mais fruto de acordo ou pacto coletivo, mas sim de um conjunto de relações sociais que garantiriam sua existência e reprodução.

Esse tipo de problemática que, sem dúvida nenhuma, esteve em sintonia com o crescimento das Ciências Sociais e da Ciência Política em particular quando retoma a preocupação com os fenômenos políticos, pega outro caminho, virando as costas para uma leitura do político e dos sistemas políticos que pode ser considerada bastante reducionista. Os anos 1970 viram o afastamento entre essas áreas quando a História, talvez em um diálogo maior com a Sociologia Política, retira o Estado do centro das análises políticas. A Nova História Política alarga a noção de “político” quando engloba discussões propostas por autores como Foucault, que pulveriza a questão do poder deslocando-o da política formal e observando sua presença nas microrrelações do cotidiano (MENDONÇA; FONTES, 2012) ou Bourdieu, que introduz a dimensão do simbólico na cena política, na compreensão de uma violência/dominação não sentida ou percebida como tal. Ou ainda com Gramsci, que com sua noção de Estado Ampliado, transborda qualquer limite pré-estabelecido ou tradicionalmente entendido como Estado, englobando diversas

dimensões do cotidiano e a própria sociedade civil (MENDONÇA; FONTES, 2012, p. 63). Com este alargamento, a nova perspectiva transfere as discussões e análises políticas para além do papel das classes tradicionalmente dominantes, voltando suas preocupações ou ampliando seus interesses igualmente para os grupos sociais formados pelos chamados “homens comuns”, para seus valores, crenças, atitudes, representações e ritos políticos e/ou eleitorais (MENDONÇA; FONTES, 2012, p.59).

No interior dos debates, conflitos e aproximações entre a Ciência Política e a História, portanto, está a própria concepção de “política”.

A política poderia ser definida como a resultante — dinâmica e ao mesmo tempo sistêmica (daí a noção de “sistema político”) — de todos os fenômenos implicados pela conquista e pelo exercício do poder. Resta saber até que ponto a integração em um sistema pode ser conseguida mediante um engodo, isto é, o apelo legitimador falacioso a um “interesse geral” ou “bem comum”, fator ideológico que o conceito de política ou de sistema político oculta. A realidade estaria dada por uma dialética do conflito e da ordem sociais, encarada sob o ângulo do que se convencionou chamar de “política”. Tal dialética definiria um “campo político” que seria, precisamente, o objeto estudado pela ciência política. (CARDOSO, 2012, p. 38)

Sendo a “política” a dialética entre ordem e conflito social da qual Ciro Flamarion (2012) trata, e com a qual concordamos, e uma resultante de tudo que se relaciona na estruturação das relações de poder, como conceber o campo de estudo da política como o da análise, apenas, das instituições formais? As abordagens neoinstitucionalistas e de escolha racional que ainda são maioria nos estudos de cientistas políticos não só enfraquecem o lugar do social no interior das relações políticas, como camuflam, conscientemente ou não, a falácia também comentada por Ciro Flamarion no trecho destacado.

O “bem comum” ou “interesse geral” já era tema presente na análise de Aristóteles. Tendo como tema principal de sua obra *Política* um estudo dos diversos sistemas de governo e quem poderia ser o melhor governante para a *pólis*, o filósofo, já no IV século a.C. abordava a necessidade do melhor para

todos, da “felicidade” para a comunidade como sendo o papel da política. Se existiria um sistema de governo ideal, para Aristóteles, este seria muito parecido com a monarquia (governo de um só) ou a aristocracia (governo dos melhores). Contudo, pra ele são formas não realizáveis, pois pressuporiam a necessidade de homens excepcionalmente sábios, bons, justos e completamente voltados para o “bem comum da cidade”. Na falta desses, a *politeia* — termo usado para uma ordem legal, uma “constituição” onde a igualdade entre os cidadãos passa a ser a alma da cidade — lhe pareceu ser o mais acertado. Nessa igualdade estava inserida a noção de poder político, de vida pública, que para as democracias modernas se traduz pelo voto representativo.

Entre os séculos XVI e XVII, com Maquiavel e Hobbes, se efetiva de fato a separação entre as dimensões entre o social, o político e o econômico (CARDOSO, 2012, p. 39), que em Aristóteles ainda estavam bastante mescladas. E, para além dessas dimensões, o afastamento da vontade divina sobre os rumos e “destinos” de homens e sociedades. Mas encontramos, ainda, a ideia de que os governos são ou devem ser para o “bem comum”. O que a ideia de “bem comum” e “interesse geral” evidenciam, voltando à reflexão de Flamarion, é, tanto na Grécia Clássica quanto no ocidente moderno, a existência daqueles que sabem o que é melhor para todos. Seja a classe política moderna, sejam os cidadãos atenienses que efetivamente se faziam ouvir nas Assembleias,⁷ como é assegurada a melhor decisão para todos? E o é que o “bem comum”?

No interior do campo da análise política está, portanto, a questão do poder, e como e para quem ele é exercido. Nesse lugar de reflexão, a História, como História Política, construiu seu caminho a partir do diálogo interdisciplinar, inclusive com a Ciência Política, mas muito com a Sociologia. A análise das instituições formais de poder é ação importante, já que são eixos fun-

7 Sabemos hoje que a participação dos cidadãos nas assembleias populares em Atenas era constituída, principalmente, pelos cidadãos que habitavam o centro urbano da *pólis* e aqueles a quem uma viagem longa não causaria nenhum prejuízo concreto. Além disso, são conhecidos os grandes nomes da vida pública em Atenas, aqueles que se destacavam nos debates, e não são poucos os ligados às aristocracias.

damentais para a compreensão das relações de autoridade e obediência. Mas não pode se fechar nessas análises. A perspectiva institucionalista mascara o fato de que as instituições formais — poder executivo, legislativo, partidos políticos — nas Democracias liberais modernas são instituições de poder que representam minorias dominantes. Analisando seu funcionamento, regras e atores, sem a importante participação da perspectiva histórica, social, estaríamos naturalizando estruturas que são socialmente construídas. Quando nega a necessidade do estudo da dimensão social e histórica das instituições políticas, a Ciência Política reforça a ideia de que o que é “melhor para todos” é o real objetivo do Estado e da Política.

Nascimento (2008, p. 32) aponta para o neoinstitucionalismo histórico, que seria um movimento dentro da Ciência Política que revê a opção prematura pelo desligamento do social nas análises das instituições políticas. Ele concorda que a Ciência Política, muito cedo, optou por uma especialização que a isolou teórica e metodologicamente, caminho contrário ao da História Política que sempre buscou a interdisciplinaridade. A aproximação entre cientistas políticos e a História seria na busca por um enfoque histórico, contextual. Mas não pela relação entre poder, política, instituições e sociedade.

A parceria entre História e Ciência Política, portanto, é frutífera. Mas ainda é unilateral. O campo político é espaço de atuação e pesquisa de historiadores e cientistas políticos. Cabe, ainda, um diálogo mais profundo entre esses profissionais acerca das concepções de política, poder e o papel das instituições formais no exercício do poder, sobretudo em democracias com tanta desigualdade social, como a brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *Las escuelas históricas*. Madri: Akal, 1992.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e Poder: uma nova história política?” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

- DAHL, Robert. *Análise política moderna*. Brasília: Editora UNB, 1988.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- FERNANDES, Florestan. “O Padrão do Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros”. In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. “A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, 1997.
- FREIDENBERG, Flávia. *La Ciencia Política sobre América Latina: docencia e investigación em perspectiva comparada*. Santo Domingo: Editorial Funglode; Instituto de Iberoamérica/Universidad de Salamanca, 2014.
- FURET, Françoise. *A oficina da História*. Lisboa: Gradiva, s/d.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O atual e o inatual em L. Von Ranke”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *Leopold Von Ranke: História*. São Paulo: Ática, 1979.
- MARCH, James; OLSEN, John. “The new institutionalism: organizational factors”. *RBCS*, v. 23, n. 68, 1997.
- MARENCO, André. “The Three Achilles’ Heels of Brazilian Political Science”. *Brazilian Political Science Review*, v. 8, n. 3, 2014.
- MENDIÁZ, Maria Graciela. *El Estado y las Políticas Públicas. Las visiones desde el neoinstitucionalismo*. Seminário de doutorado “Lecturas para uma Sociologia del Estado: desde el pensamiento clásico al contemporáneo”, 2004. Disponível em: <<http://rehip.unr.edu.ar>>. Acesso em: nov 2014.
- MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia. “História e teoria política”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
- NASCIMENTO, Afonso. “A política entre a Ciência Política e a História no Brasil. Uma análise comparada dos dois campos científicos”. *Revista da FAPES*. v. 4, n. 1, jan–jun 2008.
- ORTIZ, Renato. “Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil”. *Novos Estudos*, CEBRAP, n 27, 1990.
- PERES, Paulo Sérgio. “Comportamento ou Instituições? A evolução histórica do neoinstitucionalismo da Ciência Política”. *RBCS*, v. 23, n. 68, out 2008.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

REIS, Fábio W. *Avaliação das Ciências Sociais*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/59740251/Avaliacao-das-ciencias-sociais#scribd>>. Acesso em: 9 jul 2017.

_____. “O tabelião e a lupa: Teoria, método generalizante e idiografia no contexto brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 6, n. 16, 1991.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. “Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas”. *Revista Civitas*, v. 5, n. 1, pp. 11–28, jan–jun 2005.

ROMERO, Jorge Javier. “Estudio Introductorio. Los nuevos institucionalismos: sus diferencias, sus cercanías.” In: POWELL, Walter y DIMAGGIO, Paul (orgs.). *El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*. Colegio Nacional de Ciencias Políticas y Administración Pública, A.C., Universidad Autónoma del Estado de México, Fondo de Cultura Económica. México: 1999.

SCKOPOL, Theda. “El Estado regresa al primer plano: estrategias de análisis en la investigación actual”. *Zona Aberta*, n. 50, Editorial Pablo Iglesias, 1989.

SILVA, Fernando Teixeira da. “História e Ciências Sociais: zonas de fronteira”. *História*, v. 24, n. 1, pp. 127–66, 2005.

SOARES, Gláucio. “O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 48, 2005.

VÊNANCIO, Gisele Martins. “Da escrita impressa aos impressos da biblioteca: uma análise da trajetória de leitura de Francisco José de Oliveira Vianna”. In: DUTRA, Eliana; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, Nação e Edição. O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Anablume, 2015. pp. 87-110.

HISTÓRIA E CINEMA

O CINEMA COMO FONTE HISTÓRICA

Flavia Miguel de Souza¹ & William de Souza Nunes Martins²

O século XIX foi marcado pelo intenso desenvolvimento científico e pode ser considerado o momento em que a ciência assumiu o lugar antes reservado à fé. As explicações científicas tornam-se então uma fonte legítima de conhecimento que poderia explicar o misterioso mundo que cercava o homem. A experimentação e a curiosidade eram então estimuladas e a busca por captar imagens estáticas e em movimento constituíam tanto um desafio quanto um objetivo a ser atingido.

Nesse sentido, eventos como a descoberta da eletricidade fizeram com que as experiências se multiplicassem inclusive no âmbito doméstico.³ A influência da energia elétrica e de outras descobertas científicas influenciaram profundamente a cultura, como podemos notar na publicação do romance de Mary Shelley, *Frankenstein*, de 1816, que mostra o espanto e as especulações em torno da eletricidade. No romance, o doutor Frankenstein reuniu

1 Mestre em História Social pelo PPGHIS/UFRJ. Professora da Universidade Estácio de Sá.

2 Doutor em História pelo PPGHIS/UFRJ. Atualmente é coordenador do curso de História da Universidade Estácio de Sá, professor na mesma Instituição. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa Propriedade e suas múltiplas dimensões (NUPEP).

3 Rocha, 1997, pp. 24–32.

várias partes de corpos diferentes e fez um único ser. A centelha de vida que o monstro criado por Victor Frankenstein precisava para viver era uma descarga elétrica.

Assim, o século XIX foi marcado pela modernidade, que, por sua vez, criou uma nova paisagem para a cidade. O sentido de modernidade está, portanto, intrinsecamente ligado a ideia de transformação fundada, de acordo com Henri Lefebvre,⁴ em uma reflexão crítica e autocrítica. Ainda que de modo “principlante”, o homem moderno passou a pensar sobre si e a desejar dominar o ambiente e a sociedade em que vivia, ao mesmo tempo em que a cidade passou também a ocupar um papel de destaque social e econômico. Como coloca Marshal Berman:

Se nos adiantarmos cerca de um século para tentar identificar os timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de *media*, que se comunicam em escala cada vez maior [...] (1986, p. 20).⁵

É nesse contexto que surge o cinema, resultado de uma série de inovações científicas que seriam apropriadas por pioneiros como Louis Daguerre e os Irmãos Lumière que, nesse aspecto, mesclaram arte e ciência para construir aquela que veio a ser conhecida como a sétima arte. Em dezembro de 1895, a cidade de Paris assistiu à primeira exibição cinematográfica no subsolo do Grand Café. Com uma programação de apenas vinte minutos, os espectadores ficaram estupefatos com a exibição do filme *A chegada do trem na estação*. Se no primeiro dia da exibição apenas 33 pessoas compareceram para ver a

4 Lefebvre, 1969.

5

engenhoca que projetava imagem em uma tela, nos dias seguintes houve gritos e empurrões entre pessoas que ansiavam para ver a tal maravilha. Nascido como exemplo do avanço científico que caracterizou uma época, o cinema levaria ainda quase mais um século para se tornar objeto de estudo da História.

O campo da ciência formado no século XIX não implicou em um interesse imediato no estudo do cinema e no reconhecimento das suas possibilidades analíticas para compreender as dinâmicas sociais. Isso mesmo com a grande ampliação de seu campo de atuação no século XX, ao incorporar novos objetos e novos conceitos em uma proposta interdisciplinar que ganharia cada vez mais corpo. A História enquanto disciplina não via o cinema nem como fonte, nem como objeto válido, e ele continuou a ser relegado a mera diversão até depois da metade do século XX. Como fonte, era parcial, trazia uma interpretação fragmentada e, não raro, estereotipada de personagens e eventos caros aos historiadores. Era então visto como algo menor e, segundo Marc Ferro o cinema “[...] não é sequer classificado entre as fontes recusadas apesar de lembradas. Não faz parte do universo mental do historiador”⁶

De fonte ignorada a objeto consolidado na análise historiográfica, um longo caminho foi percorrido. Nesse sentido, o cinema deixou de ser entendido apenas como arte para ser compreendido como linguagem, como produtor de um texto que, por sua vez, podia ser decodificado, com suas diversas ressignificações. A análise da linguagem fílmica valeu-se de metodologias elaboradas para o estudo de outros objetos, e notadamente a iconografia e a história oral permitiram entender o filme como texto em suporte imagético.

Se a História ignorou o cinema como fonte de análise por décadas, o contrário não é verdadeiro. Personagens, eventos e narrativas do passado foram e ainda são objeto privilegiado de inúmeros filmes nacionais e estrangeiros. O cinema é também um importante componente na construção de uma identidade cultural, caso notável quando falamos na História dos Estados Unidos e na elaboração de múltiplas imagens identitárias, do *American Way of Life* à realidade bipolar da Guerra Fria. Os filmes cujos cenários se desenrolam no passado podem tanto ser representantes do cinema-denúncia, a exemplo

6 Ferro, 1992.

da filmografia de Spike Lee, quanto exaltação dos Estados Unidos enquanto guardião da liberdade, como parte dos filmes de ação dos anos 1990.⁷

A própria trajetória do cinema justifica sua “reabilitação” pelos historiadores. Em meados do século XX, o cinema se tornou um dos mais importantes meios de comunicação, transcendendo seu caráter de lazer e diversão tornando-se uma ferramenta política e ideológica. Foi utilizado tanto como modo de propaganda de regimes autoritários quanto como divulgador de novas tendências libertárias. O cinema foi muito além do âmbito da ciência e nas décadas de 1930 e 40 foi apropriado pelo Estado, sobretudo por Estados autoritários, em busca de uma legitimidade que não tinham. É notório o papel de Leni Riefenstahl,⁸ cineasta do regime nazista que dirigiu *O Triunfo da Vontade*, documentário que retrata o Congresso do Partido Nazista realizado em 1934, em Nuremberg. Sua obra é um dos mais bem-acabados exemplos de apropriação do cinema pelo Estado e da disseminação de plataformas políticas e ideológicas através do discurso fílmico. Nesse aspecto, o cinema mostrou-se uma ferramenta unânime, servindo tanto a regimes de extrema-direita quanto a regimes de esquerda, no qual podemos destacar o caso soviético. Desde a Revolução de 1917, que implantara o socialismo na União Soviética, o novo regime passa a mobilizar estratégias para angariar o apoio popular, em especial das classes trabalhadoras. A queda da monarquia e o início de um novo estado modificaram bruscamente a estética cultural soviética que

7 O cineasta norte-americano Spike Lee ganhou notoriedade ao retratar o negro em diferentes situações, evidenciando o preconceito étnico como um dos males de origem da sociedade estadunidense, como se vê em alguns de seus filmes mais significativos, como *Faça a coisa certa* de 1989, *Malcolm X* de 1992 e *A hora do Show* de 2000. Em seus filmes, o negro possui papel atuante e de resistência frente as pressões de sua época. Por outro lado, ignorando os problemas sociais internos do país, filmes de ação como *Rambo* e *Rocky*, ambos protagonizados por Sylvester Stallone, mostram o lado dramático e heroico valorizando a identidade norte americana.

8 Leni Riefenstahl se tornaria, décadas mais tarde, em objeto do cinema. Na década de 1990, foi lançado o documentário sobre a cineasta, intitulado *a Deusa Imperfeita*, dirigido por Ray Müller.

trocava o luxo ostensivo da corte Romanov pelo engajamento e valorização de um sistema que se amparava em ideologias que tinham o operariado como protagonista.

O desafio do regime que chegara ao poder com a Revolução Bolchevique era criar uma nova identidade que não só obliterasse os czares, mas na qual o povo também se enxergasse e se entendesse como peça atuante, em oposição ao caráter autoritário do regime czarista. Logo após a revolução, a produção cinematográfica foi nacionalizada e o cinema passou a ser visto como ferramenta para levar ao povo a visão dos novos dirigentes. Cristiane Nova aponta que Trótski, um dos principais líderes revolucionários de 1917 defendia a liberdade criativa do cineasta e o domínio da arte cinematográfica que era, para ele, uma poderosa arma de propaganda. Sobre a visão de Trótski, Nova coloca que:

[...] ele acreditava que a utilização do cinema como instrumento de propaganda deveria se dar não como consequência de uma imposição do Estado, mas como resultado de uma opção conscientemente revolucionária dos cineastas. No domínio da arte, defendia a total liberdade de criação (1995).⁹

Um dos principais cineastas a usufruir desta liberdade de criação e que demonstra em seus filmes uma “consciência revolucionária” é Serguei Eisenstein, um dos principais representantes do cinema soviético. Eisenstein tinha plena clareza de que o filme, mais do que uma obra de arte possuía uma utilidade social. Eisenstein desenvolve um método para a elaboração de um cinema operário e preocupa-se que o discurso de seus filmes seja voltado para um público específico pois só assim este surtiria o efeito desejado. Segundo Eisenstein:

[...] um determinado estímulo é capaz de provocar uma determinada reação (efeito) apenas em um público de determinada classe. Para que o efeito seja mais eficaz, o público presente deve ser relativamente homogêneo,

9 Nova, 1995.

se possível por categoria profissional; qualquer diretor desses “jornais vivos”, encenados nos clubes sabe como diferentes plateias, de metalúrgicos e tecelões digamos, reagem de modo totalmente diverso e em diferentes momentos a uma mesma obra (2003, p. 200).

O Brasil também teve sua parcela de utilização do cinema como propaganda política, notadamente na década de 1930, durante a Era Vargas. Durante essa década, pela primeira vez, o Estado brasileiro criou uma estrutura voltada especificamente para a área cultural, incluindo o cinema. Como ministro da Educação e Saúde entre 1936 e 1945, Gustavo Capanema deu forma ao Conselho Nacional de Cultura, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao Serviço Nacional de Teatro, ao Instituto Nacional do Livro, ao Serviço de Radiodifusão Educativa e ao Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE).

Assim, Vargas sancionou, em 1937, a lei nº 378 que instituiu o INCE. O instituto tinha como objetivo promover a produção de diversos filmes, curtas e longas, com temáticas nacionais. O cineasta Humberto Mauro foi um de seus principais realizadores, sua produção é estimada em mais de duas centenas de filmes de caráter pedagógico e educacional. A carreira do cineasta havia começado a ganhar corpo nos anos 1920 com o chamado *Ciclo de Cataguases*. Na década seguinte, se juntou à Cinédia na produção de chanchadas até ser convidado por Roquette Pinto a produzir para o INCE. A habilidade técnica de Mauro se somou ao desejo do governo Vargas em reformular a identidade nacional, amparada em uma harmonia intrínseca nas relações sociais, obliterando os conflitos inerentes à luta de classes em um país que começara baseado na exploração indígena e na mão de obra escrava. Dessa forma, filmes como *O Descobrimento do Brasil*, obra emblemática de Mauro, de 1937, são esteticamente construídos para consolidar uma visão ufanista do contato pacífico entre índios e portugueses. A parceria entre Mauro e o INCE se desenvolveu para além da Era Vargas. Segundo Alexandre Dantas:

Outro projeto ambicioso foi levado à frente, por Humberto Mauro, ao final do Estado Novo. Trata-se da série *Brasilianas*, composta por onze curtas-metragens, sendo dez deles produzidos entre 1945 e 1964, todos pelo INCE, e o último, *Carro de Bois*, o único a cores, produzido em 1974, já como produção particular. Nessa série, Humberto Mauro resgata a ideia de brasilidade, o nacional visto através das manifestações interioranas populares e de seus registros históricos. Destacam-se as cantigas populares e sua relação com o homem e a terra, o interior do Brasil revelado pelos seus cantos e costumes (2010).

Em um momento em que se buscava a construção de uma nova identidade nacional, a produção fílmica de Mauro lançou as bases de um nacionalismo baseado na valorização do passado nacional e no entendimento deste como instrumento para costurar uma história comum que identificasse o brasileiro.

A identidade nacional foi uma questão em pauta desde a independência do país, em 1822. O breve governo de Pedro I não permitiu que o imperador se detivesse em iniciativas de construção nacional sistemáticas, mas o mesmo não pode ser dito em relação ao Segundo Reinado. Durante a Regência foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que lançou as bases de uma identidade nacional que valorizava a herança portuguesa. Incompatível com a sociedade mestiça brasileira, esse modelo identitário, que se revelava nos mais diversos suportes culturais — como arquitetura e literatura —, estava alinhado à expansão das teorias do racismo científico, em especial no início do século XX e no nascimento da República no Brasil. Nos anos 1930, Vargas reformula esta identidade, incorporando as contribuições negra e indígena e construindo um modelo de identidade mais abrangente e que valorizava o mestiço. O alcance do cinema foi fundamental para a consolidação de tal modelo de identidade nacional.

Se como propaganda estatal o cinema era imprescindível, não era apenas a produção pública que se ampliava entre as décadas de 1930 e 40. Para além da produção fílmica formulada pelo Estado com o INCE, o país começava a ampliar sua produção cinematográfica com a inauguração de importantes

estúdios particulares como a Cinédia (1930), a Atlântida (1941) e a Vera Cruz (1950).

A Cinédia, criada pelo cineasta Ademar Gonzaga, ofereceu a possibilidade da realização dos filmes falados. A produtora foi a primeira a adotar um padrão hollywoodiano, tanto no maquinário quanto na criação. Também apostou em novos gêneros, como aventura e adaptações de contos literários. Com a Cinédia, ficou consolidada a união entre o rádio e o cinema. Entretanto, nem mesmo as iniciativas privadas escapavam do uso pelo do poder público. Coube à Cinédia a tarefa de produzir o Cinejornal Brasileiro, material visual de propaganda política que era projetado nos cinemas já que, por lei, era obrigatória a exibição de curtas metragens nacionais antes da exibição do filme principal, tarefa que realizou até 1939, com a criação do DIP.

O Cinema Nacional competia em público com as grandes produções norte-americanas, mas poucos gêneros brasileiros obtiveram tanto sucesso e aceitação do público quanto as chanchadas. A produção das chanchadas levou para as telas dos cinemas os bastidores do teatro de revista. O gênero, que fazia sucesso desde fins do século XIX, possibilitou ao espectador ver a interpretação, no cinema, das canções que faziam sucesso na programação radiofônica. De fato, durante as décadas de 1930, 40 e 50, o gênero cinematográfico mais popular e capaz de atrair mais espectadores foi a chanchada.

A chanchada conjugava produção barata e um amplo mercado consumidor. Quem mais deu notoriedade à chanchada foi a Atlântida, empresa carioca criada em 1941. Em 1947, o exibidor Luis Severiano Ribeiro Junior assumiu o controle da empresa e direcionou a produção para os filmes carnavalescos e as chanchadas.

Sem dúvida, as chanchadas tiveram seu auge com a Atlântida, embora não fosse gênero exclusivo da produtora. A Atlântida permaneceu em atividade até 1983, mas perto de fechar as portas, a empresa já se encontrava cambaleante nas finanças e, portanto, com baixíssima produção fílmica.

As grandes produtoras cinematográficas e, por conseguinte, a produção fílmica brasileira, concentrava-se no eixo Rio–São Paulo, já que a região possuía grande parte dos recursos financeiros e de mão de obra. Algumas vezes, o Rio de Janeiro tinha mais notoriedade na produção — como foi o caso da

Atlântida —, por outras, São Paulo marcava sua presença, como na década de 1950, com a criação da Vera Cruz.

O ano de 1950 é tido como marco da volta de São Paulo ao circuito de produção. A inauguração da Vera Cruz, a “fábrica dos sonhos”, foi apoiada pela intelectualidade paulista e trazia a ideia de uma produção fílmica não baseada nas chanchadas comerciais produzidas pela Atlântida, mas na possibilidade da produção de filmes com um gosto mais refinado e com aprofundamento dramático dos personagens.

A empresa produziu 22 filmes e um de seus maiores sucessos foi *O Canaceiro*, de Lima Barreto, vencedor de melhor filme de aventura em 1953 no Festival de Cannes. A Vera Cruz conseguiu com seus filmes fazer uma contraposição aos produzidos no Rio de Janeiro. Entrementes, teve um curto tempo de vida, falindo em 1954.

Diversos fatores são apontados para a falência da Vera Cruz, dentre eles a falta de apoio governamental no que concerne a criação de barreiras aos filmes estrangeiros, concorrentes desiguais. A alegação de uma fraca competição dos filmes nacionais, tanto interna como externamente, era apontada como consequência da falta de auxílio do Estado ao não fornecer subsídios para outros tipos de filmes senão os educativos. Também não houve apoio indireto, o governo não aumentou a obrigatoriedade de dias de exibição para os filmes nacionais nas salas de projeção.

A percepção desse caráter da narrativa fílmica constitui um elemento essencial da análise historiográfica. A linguagem cinematográfica, em seu aspecto múltiplo, nos permite entender o texto, não só o roteiro em si, mas todos os elementos que constroem o aspecto simbólico da narrativa, como cenários e figurinos. É a complexidade da linguagem fílmica que faz do cinema um objeto de análise tão singular e que, ao mesmo tempo, retardou seu reconhecimento como objeto da historiografia. Ferro refere-se a essa linguagem como ininteligível e de interpretação incerta, sendo, portanto, um obstáculo à sua decodificação e interpretação.

O que era originalmente visto como um problema que inviabilizava o cinema como objeto, acabou por se tornar uma das características mais interessantes de seu estudo. Compreender não só essa linguagem múltipla, mas

também o público a quem a obra cinematográfica se dirige, colocou o cinema no mesmo patamar da obra literária enquanto objeto de estudo.

Uma obra cinematográfica é fruto de vários autores, do roteirista ao cenógrafo. Esses profissionais buscam construir conjuntamente uma visão dotada de sentido e que valoriza, é claro, uma perspectiva particular, seja ela a do diretor ou a do roteirista. Assim como na obra literária, é importante recuperar o lugar de fala do autor, que noções norteiam seu discurso e a que público se dirige. Essas são algumas das “chaves” de análise de um discurso fílmico que não se distanciam muito das ferramentas que usamos para decodificar a maior parte das fontes históricas. Então, o que levou o filme, inicialmente ignorado enquanto objeto para, mais tarde, a ser recuperado pela historiografia?

Essa questão nos leva a rediscutir o próprio entendimento de fonte e suas transformações ao longo do tempo. Da perspectiva historicista e positivista do século XIX, de natureza limitada à proposta da Escola dos *Annales*, o sentido de fonte, ou do que poderia ser assim considerado, se alterou sobremaneira, em especial em meados do século XX. O início do século ainda estava influenciado pela perspectiva positivista, que tinha em Fustel de Coulanges um de seus representantes. Segundo ele, o documento era o texto e cabia ao historiador apenas extrair dele a informação, cerceando, portanto, a capacidade analítica do trabalho historiográfico. A essa proposição se opõem Marc Bloch e Lucien Febvre, considerados como fundadores dos *Annales*, e para quem as possibilidades historiográficas estavam muito além do documento-texto. Ainda que os *Annales* tenham possibilitado agregarmos novas concepções de fonte, o cinema permaneceu deixado de lado. Havia nele um caráter popularesco que o relegava ao aspecto de mera diversão. Além disso, havia a sua parcialidade e a dificuldade de entendê-lo como uma linguagem, um texto que como tal poderia ser decodificado e interpretado à luz das teorias históricas.

As décadas de 1960 e 1970 trouxeram para a História uma nova forma de ver o cinema. A Nova História francesa propunha novas formas de entendermos objetos e fontes, bem como novas teorias que aproximavam ainda mais a história das demais Ciências Humanas. Nesse sentido, entendemos o cinema como um desdobramento do estudo da imagem iconográfica, que

também havia sido originalmente, relegado a segundo plano apenas como “ilustração” da narrativa histórica. Segundo Ciro Flamarion e Ana Mauad:

Um longo caminho percorrido já nos separa, neste final do século XX, da época em que as imagens apareciam nos livros escritos por historiadores unicamente como ilustrações. Ou mesmo, de tentativas pioneiras, sérias mas assistemáticas ou metodologicamente falhas, de uma aproximação maior aos documentos iconográficos, seja vendo-os como fontes, seja encarando-os como objeto específico de pesquisa histórica (1997, p. 417).

Os autores remetem a essa mudança na análise do cinema como fonte e como objeto que teve lugar nas últimas décadas do século XX. A diversidade da obra cinematográfica implicou em novas metodologias para seu estudo, visto a multiplicidade de estilos e narrativas fílmicas. O cinema passa a ser entendido a partir de uma representação, fruto de uma época específica e, portanto, permeado por valores e singularidades localizados no tempo. Para Maria Helena Capellato:

Com o exame detalhado dos filmes poderemos entender o cinema de uma época como uma expressão de valores, não só delimitados pela maneira de abordar o tema encenado, mas, de modo mais decisivo, pela forma como foram concebidos os registros visuais e sua organização na forma fílmica. Nesse ponto há uma dupla dimensão: a primeira diz respeito às linguagens, técnicas e estilos que marcam o cinema como área de expressão artística; a segunda, envolvendo o aspecto iconográfico e ideológico de análise, ou seja, de que modo o cinema dialoga com outros suportes de veiculação de imagem que lhe são contemporâneos e que ajudam a compor o leque de opções que o contexto sociocultural oferece (2007, p. 10).

O cinema passa a interessar não só à História, mas às Ciências Humanas e Sociais. Da sociologia, a contribuição de Pierre Sorlin, ao utilizar a semiótica para a análise fílmica, foi apropriado interdisciplinarmente para os estudos históricos sobre o tema. Havia, nessa perspectiva, um desejo em recuperar a

intencionalidade da linguagem fílmica, intencionalidade que era construída a partir de elementos visuais e sonoros. Nesse aspecto, a semiótica permitia analisar os inúmeros elementos que constroem a linguagem fílmica, entendendo que a interpretação dessa linguagem está sempre ancorada no presente. Nesse sentido, os filmes refletem mais uma concepção do entendimento do presente do que propriamente uma reconstrução do passado.

Tomando como ferramenta analítica a proposição de Jaques Le Goff ao pensar o sentido do documento-monumento, o cinema acaba por assumir a perspectiva de monumento, visto sua apropriação pelo poder e seu papel na construção da memória. Segundo Le Goff, “O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (1990, p. 283). Essa colocação nos permite inferir acerca da ampliação do sentido não só de fonte, mas também de objetos disponíveis para o trabalho do historiador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Claudio Aguiar. “O cinema brasileiro no Estado Novo: o diálogo com a Itália, Alemanha e URSS”. *Revista de sociologia e política*. n. 12, pp. 121–9, jun 1999.

BARRETO, Marcio. “O cinema e o campo perceptivo da ciência”. *Cienc. Cult.* v. 66, n. 4, out–dez 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252014000400016&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 jun 2017.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A Aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das letras, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CAPELATO, Maria Helena *et al.* (orgs.). *História e cinema: dimensões históricas do audiovisual*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. “História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- EISENSTEIN, Sergei M. “Método de realização de um filme operário”. In: XAVIER, Ismail (org.). *A Experiência do Cinema*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FERRO, Marc. *História e Cinema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KORNIS, Mônica Almeida. “História e Cinema: um debate metodológico”. *Estudos históricos*, v. 5, n. 10, pp. 237–50, 1992.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- _____.; NORA, Pierre. *História: Novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MARTINS, William. *Produzindo no escuro: políticas para a indústria cinematográfica e o papel da censura*. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.
- _____. *Paschoal Segreto: Ministro das diversões do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2014.
- MORETTIN, E. Humberto Mauro. *Cinema, História*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2013.
- NOVA, C. “Revolução e Contrarrevolução na Trajetória de Eisenstein”. *O Olho da História. Revista de História Contemporânea*, v.1, n.1, 1995. Disponível em: <<http://oohodahistoria.ufba.br/numero-1/>>. Acesso em: 28 jun 2017.
- ROCHA, Amara Silva de Souza. *A sedução da luz: o imaginário em torno da eletrificação do Rio de Janeiro (1892–1914)*. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.
- SILVA, Pablo Augusto; ANTUNES, Rogério Ferreira. “Estranhamento e riso no cinema contemporâneo”. *Estud. av.* v. 24, n.70, pp. 245–64,

2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000300015>. Acesso em: 28 jun 2017.

SORLIN, Pierre. *Introduction à une sociologie du cinéma*. Paris: Klincksieck, 2015.

TRINDADE, Alexandro Dantas “O ‘descobrimento’ no pensamento cinematográfico brasileiro: diálogos possíveis quanto à identidade nacional”. *Lua Nova*, n. 81, pp. 47–74, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n81/a04n81.pdf>>. Acesso em: 28 jun 2017.

XAVIER, Ismail (org.). *A Experiência do Cinema*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

HISTÓRIA E DIREITO ARMADILHAS CONCEITUAIS

Márcia Maria Menendes Motta¹

No início dos anos 1990, uma querela na historiografia brasileira incomodou corpos e mentes. De um lado estava o renomado historiador Jacob Gorender, autor de um dos livros mais lidos nos anos oitenta, *O escravismo colonial*, publicado pela primeira vez em 1978. De outro, uma jovem doutora e professora da Unicamp, Silvia Lara, que havia recentemente publicado a obra *Campos da violência*. Entre os dois, visões discordantes sobre o papel do Direito para o conhecimento do passado. A partir daquela disputa, é possível deslindar iniciais eixos de reflexão que aproximam ou distanciam a relação entre História e Direito.

O presente texto revisita a querela entre dois dos mais importantes historiadores brasileiros do século XX para apontar as matrizes teóricas que fundamentaram aquelas discordantes interpretações, em um contexto histórico de enorme otimismo provocado pela promulgação da Constituição de 1988. A partir do conflito teórico entre os dois intelectuais, pretende-se desnudar os fios condutores das análises propostas e os desafios apontados por aquele embate. Em seguida, apresenta as possibilidades abertas pela parceria entre História e Direito, com base nas novas chaves de leitura nascidas a partir dos

1 Márcia Maria Menendes Motta é coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia História Social das Propriedades e direitos de acesso (Proprietas). É também autora de livros e artigos sobre conflitos e terra e dimensões da propriedade no Brasil e em Portugal. É professora titular em História Moderna do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

anos noventa, quando se coloca a questão sobre a existência ou não de um direito colonial. Para fazer jus à proposta, discutem-se aqui versões sobre o direito na colônia, com base nos estudos de Manuel Hespanha e Laura de Mello e Souza. Apontam-se, por fim, as dificuldades de operacionalização dessa interface, mas propõe uma aproximação entre as reflexões de Thompson sobre as leis e os costumes e a de Bourdieu, em especial “A força do Direito”.

AS PERSONAGENS E AS VISÕES SOBRE A ESCRAVIDÃO COLONIAL

Nascido em Salvador em 1923, o advogado de formação Jacob Gorender foi considerado por muitos o mais importante historiador marxista brasileiro de todos os tempos. Seu primeiro grande estudo, publicado em 1978 — *O escravismo colonial* — foi reeditado várias vezes. Segundo Mario Maestri, após a publicação daquele livro, Gorender trabalhou na editora Abril Cultural, onde coordenou a coleção *Os economistas*. Em 1994, recebeu o título de Doutor Honoris Causa, pela Universidade Federal da Bahia, quando da reitoria de Luiz Felipe Perret Serpa, em obediência à resolução do Conselho Universitário de 27 de outubro de 1992. Dois anos depois, foi aclamado pelo Departamento de História da USP, recebendo o título de Notório Saber.

Seus trabalhos sempre foram marcados pela defesa da revolução. Para ele, a História é, acima de tudo, uma práxis revolucionária, impelindo o aperfeiçoamento teórico para a transformação da sociedade. Em entrevista concedida à *Revista Arrabalde* em 1988, asseverou: “vejo a história como ciência da revolução e também componente fundamental na construção do universo ideológico” (GORENDER, 1980, p. 151). Em nome da transformação radical que tanto esperou ao longo de sua vida, Gorender publicou *Combate nas trevas* (1999), no qual não deixou de assolar as contradições da esquerda brasileira; suas divisões internas e suas utopias. Antes disso, registra suas críticas à chamada “escola da Unicamp” ao escrever um livro combativo, na defesa de seus pontos de vista, com o embaraçoso título *A escravidão reabilitada* (1990).

Mas quais eram as percepções sobre as leis que se tornaram os fios condutores da primeira obra de Gorender, escrita em sua maior parte enquanto era prisioneiro da ditadura?

Para o autor, o escravismo colonial era um modo de produção historicamente novo e se desenvolveu “dentro de determinismo socioeconômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço” (GORENDER, 1985, p. 40). Para tanto, ele procurou destrinchar as chamadas leis específicas do Modo de Produção Escravista-Colonial, em seu esforço de compreender a dinâmica que explicaria a relação entre o cativo e seu senhor, bem como as leis econômicas que revelariam a especificidade do trabalhador escravo, ao mesmo tempo mercadoria e pessoa.

A ênfase em destrinchar a escravidão colonial, com base em uma reflexão assentada na ideia de que haveria leis que poderiam explicar a dinâmica colonial, partia da assertiva de que o escravo é obviamente uma propriedade. “A contradição foi manifestada e desenvolvida pelos próprios escravos enquanto indivíduos concretos, porque se a sociedade os coisificou, nunca pôde suprimir neles ao menos o resíduo último da pessoa humana” (GORENDER, *idem*, p. 63). Por consequência, o processo inacabado da coisificação implicaria um esforço de transcendência do cativo para se ver como humano. Desta forma, a primeira expressão de humanidade seria o crime. A ação de matar seria assim a expressão mais acabada daquele paradoxo, posto que ao realizar o ato, o cativo era responsabilizado penalmente, o que o tornava humano, perante a lei. Em suma, “Quanto mais acentuado o caráter mercantil de uma economia escravista, o que se deu, sobretudo nas colônias americanas, tanto mais forte a tendência a extremar a coisificação do escravo” (GORENDER, *idem*, p. 68).

Para além dos debates sobre a própria constituição do conceito norteador da obra: o modo de produção escravista-colonial que abordei em outro trabalho (MOTTA, 2014), havia por conta daquela noção, uma interpretação sobre o direito e a lei apoiada numa interpretação althusseriana do Direito, a despeito de suas críticas à concepção a-histórica do filósofo. O filósofo de origem argelina Louis Althusser (1918–1990) foi considerado um dos mais importantes intelectuais do estruturalismo francês e um dos maiores responsáveis pela divulgação (e certa usurpação) dos escritos de Marx.

Enquanto um modo de produção historicamente novo, Gorender procurou, portanto, adequar suas reflexões teóricas à noção de que a economia

colonial esteve sujeita a duas leis: as que regiam o escravismo e as que estariam ligadas à formação do capitalismo propriamente dito. O sentido de leis desse livro operava em direção a uma teleologia, pois elas explicavam os rumos do modo de produção e a experiência dos escravos.

E Silvia Lara? Doutora em História pela USP em 1986, foi orientanda de Fernando Novais, um dos mais importantes críticos à teoria do modo de produção escravista colonial de Ciro Cardoso e Jacob Gorender. A trajetória de Lara também é marcada por uma aproximação entre História, leis e Direitos, mas com um enfoque completamente distinto. Em 1988, publicou sua tese de doutorado intitulada: *Campos da violência: Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750–1808*, no qual ao enfatizar a necessidade de aproximar teoria, conceitos e evidências, procurou desnudar as relações sociais entre escravos e senhores, para além do binômio oprimido e opressor. Ou, em outros termos, para além da ação e reação do cativo, há que deslindar também ações de resistências, acomodações de indivíduos que “procuraram salvar suas vidas, criar alternativas, defender seus interesses” (LARA, 1988, p. 345). Claramente inspirada pela Nova Esquerda Britânica, em especial E. Thompson, Lara incorporou as principais reflexões do autor para escapar das interpretações mais gerais sobre a experiência do cativo, contrariando — portanto — a ideia de coisificação do escravo de Gorender.

Sua preocupação com as leis coloniais lhe rende o convite para prefacionar uma nova edição das Ordenações Filipinas pela Companhia das Letras. (LARA, 1999). Ali, em algumas páginas, a autora explicitou as razões pelas quais a justiça do Antigo Regime era pensada como uma obrigação real, tendo um significado que se aproximava de termos como lei, legislação e Direito. (LARA, 1999). Seu esforço em revelar a riqueza das normas legais compiladas nas Ordenações a conduziu a outro desafio, o de produzir em CD-Rom a *Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa* (LARA, 2000). A preocupação em estudar a dimensão do Direito e das leis se desdobraria também na publicação de uma série de textos, compilados em um livro organizado com Joseli Mendonça, *Direitos e justiças no Brasil: Ensaios de História Social*, de 2006. Nessa obra, Mendonça e Lara, apoiadas em Pierre Bourdieu, afirmariam: “[...] há algum tempo o direito já aparece como um produto social,

e sabe-se que os valores, os textos e as normas jurídicas estão diretamente relacionados com os ritmos do processo social”.(MENDONÇA; LARA, 2006) O Direito, longe de ser apenas um instrumento de dominação, “passou a ser concebido como um campo simbólico, como práticas discursivas ou como dispositivos de poder” (MENDONÇA; LARA, 2006). Em suma, ao longo de sua trajetória, Silvia Lara tornaria-se nacionalmente conhecida por sua aproximação com a obra de Thompson e sua inquietude acerca das normas legais que explicariam o papel dos cativos na sociedade colonial.

Gorender e os thompsonianos

Em 1990, como afirmei, Gorender publicou pela editora Ática o livro *A escravidão reabilitada*, onde se propôs a destruir as principais interpretações do que ele afirmava ser a escola da Unicamp.

Já na sua primeira página, Gorender apresentava-se como um intelectual irado, em razão da hipotética ausência de comemorações pelos cem anos da Abolição da Escravidão, posto que as efemérides foram marcadas pela negação das conquistas daquele evento histórico. Ao citar as ações dos movimentos negros, os repúdios então em voga sobre os limites da Abolição, ele propositadamente ignorava o intenso debate ocorrido no Rio de Janeiro sobre a libertação dos escravos no Congresso Internacional Escravidão e Abolição, onde se apresentaram muitos dos que estavam estudando a escravidão por um viés renovado, menos preso a uma interpretação pautada em uma visão superestrutural da lei.

As críticas do autor também estavam voltadas para o livro de Katia Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, de 1986, identificada como a obra que orientou e reafirmou o caráter patriarcal da sociedade escravista. Além disso, ele acusava o livro de 1988, *A terra prometida*, de Eugene Genovese, de ser um emblema da orientação neopatriarcal então em voga. É possível inclusive desconfiar de se Gorender havia de fato lido a obra de Genovese, posto que sua acusação desconsiderava o complexo trabalho de levantamento e análise de fontes realizados por Genovese para desnudar as autonomias dos cativos do sul dos Estados Unidos, a despeito da polêmica que envolvia o conceito de patriarcalismo (LUBY, 2006).

Para Gorender, o ponto central, no entanto, eram as novas concepções de leis e direitos provenientes dos estudos de Thompson. Ao reconhecer que o autor inglês era o mais combativo crítico de Althusser, ele também o acusava de ser um culturalista. Em outras palavras, enquanto Althusser:

converteu a historiografia no reino dos conceitos ‘abstratos-formais’, Thompson é um historiador intensamente voltado para a realidade empírica e que abomina constrangimentos teóricos [...] Assim, Althusser teria feito uma história sem sujeito, enquanto o autor britânico teria dado primazia aos trabalhadores como sujeito histórico. (1990, p. 100).

Mas quais eram as críticas que orientavam a visão de Gorender sobre as concepções de leis e direitos de E. Thompson?

Antes de tudo, é importante considerar que um dos mais importantes historiadores da chamada Nova Esquerda Britânica não se tornou conhecido apenas no Brasil e tão somente pelas discussões acerca do escravismo colonial. Ao menos dois autores no país já haviam incorporado as visões sobre o direito de Thompson. Em 1981, Edgar De Decca publicara *O Silêncio dos Vencidos*, um marco na historiografia brasileira, onde o autor demonstrou como a concepção de insucesso serviu para ocultar a luta de classes antes da Revolução de 1930 (DE DECCA, 1981). Nesse sentido e inspirado em Thompson, ele produziu um estudo original sobre o processo de destruição da memória de luta do Movimento Operário Camponês. Também é preciso dar a conhecer que foi De Decca que tornou possível a tradução de dois dos livros mais importantes de Thompson: *A formação da classe operária*, em três volumes (1987a) e *Senhores e caçadores* (1987b), livros editados pela Paz e Terra, na coleção dirigida por Edgar De Decca, “Oficinas da História”.

Outra autora responsável por introduzir uma reflexão mais acurada sobre a dimensão da lei foi Maria Lúcia Lamounier. Em 1986 ela escreveu a tese publicada em livro em 1988 *Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*, orientada por Michael M. Hall. No texto, ela esquadrinhou a lei de alocação do império e refletiu sobre os seus

significados, produzindo assim uma reflexão inaugural sobre aquela norma legal.

Em suma, nos anos oitenta, a perspectiva thompsoniana ganhava forças no país e redefinia, por vários vieses, as concepções sobre as leis e os direitos. Mas quais seriam as marcas interpretativas de Thompson que tanto irritaram Gorender, ao ponto de produzir um livro para desestimular as pesquisas que tivessem como eixo norteador a relação entre História e Direito de inspiração thompsoniana?

Em primeiro lugar, a visão thompsoniana está assentada em uma noção de classe como um fenômeno social. Sua análise de conflitos de classe procurou superar a dicotomia entre infra e superestrutura, o que implicaria uma apreciação diferenciada sobre o direito. Por conseguinte, em vez de perseguir a análise althusseriana sobre a dimensão superestrutural da lei, enquanto a tradução exclusiva dos interesses das classes dominantes, ele destacaria que a norma legal — quando disponível — se torna um instrumento que pode ser acionado pelas camadas populares. Ademais, a “maior dentre todas as ficções legais é a de que a lei se desenvolve, de caso em caso, pela sua lógica imparcial, coerente apenas com sua integridade própria, inabalável frente a considerações de conveniência (THOMPSON, 1987b)

Ao superar o diagnóstico de que a lei “é apenas outra máscara do domínio de uma classe” (THOMPSON, 1987b, p. 350), ele procurou — a partir da investigação sobre a lei capital de 1723 na Inglaterra — descortinar a arena de luta que opôs uma dinâmica de conflito entre camponeses, senhores e representantes da justiça. Ao fazer isso, sem deixar de considerar a lei expressão das classes dominantes, reconheceu sua complexidade e a necessidade de sair da armadilha reducionista do economicismo. Assim “o direito pode ser retórico, mas não uma retórica vazia”, pois “a lei, em suas formas e tradições, acarreta[va] princípios de igualdade e universalidade, que teriam de se estender forçosamente a todos os tipos e graus de homens” (THOMPSON, 1987b, p. 354).

Mas o que irritara Gorender? Em primeiro lugar, o autor afirma que Thompson abandonou o conceito de Modo de Produção, dedicando-se a analisar a luta dos trabalhadores ingleses como sujeitos ativos de sua história.

De fato, já em seu livro *A miséria da teoria* o historiador inglês — preocupado com o avanço do pensamento de Althusser na Inglaterra — destruiria os argumentos do filósofo francês, “declaro uma incessante guerra intelectual contra esses marxismos, e o faço dentro de uma tradição marxista que tem o Marx como um dos seus principais fundadores” (THOMPSON, 1978, p. 209).

Não é o lugar aqui de discutir os vários marxismos que norteavam o pensamento de esquerda naqueles anos, mas a afirmativa de Thompson deixa claro que ele se considerava herdeiro de uma determinada versão do marxismo e não parecia disposto a abandonar o legado (MATTOS, 2014).

Em segundo lugar, o eixo central da crítica de Gorender está relacionado ao papel que a consciência de classe se torna “a pedra angular da noção de classe social”. A ideia de que a experiência vivenciada dos trabalhadores constrói a classe era, para o autor, uma traição aos princípios do marxismo. Ainda segundo ele, “a experiência vivenciada se compõe de amálgama de tradições culturais, costumes, fé religiosa, laços de parentesco, instituições, afeições e sentimentos, regras morais, normas jurídicas” (1990, p. 101).

A proposital confusão de palavras tinha um intento: provar ao leitor a dimensão culturalista da obra de Thompson. Gorender insistia, ainda, na tese de que Thompson não teria também realizado uma conexão entre relações de produção e Direito. É possível que Gorender não tenha de fato aceitado o estilo de apresentação de Thompson sobre as dimensões da lei e sequer tenha lido grande parte do livro no qual o autor descortina as relações entre camponeses e seus senhores.

Advogado de formação, porém, Gorender se vê obrigado a considerar que o mérito de Thompson foi o de “ter mostrado como os oprimidos conseguem utilizar a lei em seu favor e atuar sobre a jurisprudência. A implementação da lei, é sem dúvida, um dos campos onde cotidianamente se trava a luta de classes” (1990, p. 103). De todo modo, Gorender minimiza todas as passagens em que o autor expressa sua percepção sobre a desigualdade na operacionalização da lei e também desconsidera a dimensão moral dos dominantes.

Mas se a análise sobre o direito e as leis é considerada uma benemerência daquele autor, para Gorender os desdobramentos da reflexão são menos nobres. Ele usa então uma estratégia para confundir o leitor, resumindo autores

bem distintos, com tradições teóricas diversas para conclamar a pulverização irracionalista e a destruição da História (GORENDER, *idem*).

Detemo-nos, no entanto, na crítica sobre o direito e as leis que ele faz à obra de Sílvia Lara. Para tanto, vale recuperar o “calor da querela”, em um evento marcante, ocorrido no Departamento de História da Universidade de Outro Preto, ao longo de um Seminário intitulado Tendências Contemporâneas da Historiografia Brasileira, em dezembro de 1991. Naquela ocasião, quatro autores apresentaram suas reflexões sobre abolição: Luís Carlos Soares, Luís Mott, Jacob Goren timer com a apresentação: *Escravidão no Brasil: Balanço historiográfico* e Sílvia Lara, com *Demografia e escravidão*. Os primeiros dois autores entregaram os originais de suas apresentações, enquanto os dois últimos tiveram suas apresentações gravadas, transcritas e revisadas por eles.

Passados tantos anos desde aquele embate que se desdobrou em várias acusações na imprensa, é interessante reconstruir a linha de raciocínio de Goren timer em sua apreciação sobre o uso do Direito pela nova geração, cujo emblema era Sílvia Lara. Mas, comecemos por ela.

Sem entrar em detalhes sobre as considerações que ela faz acerca de Emília Viotti da Costa e Ciro Cardoso — que também produziram textos, questionando algumas chaves de leitura dos autores que então produziam nos anos oitenta: Lília Schwarcz, Célia Azevedo e outros —, Sílvia Lara também, em um dossiê intitulado *Escravidão no Brasil: Um balanço historiográfico*, na Revista de História, direciona suas reflexões para a obra de Goren timer, exatamente *A Escravidão Reabilitada*.

Em primeiro lugar, é fato que Goren timer inseriu os seus antagonistas em um único suporte: a Unicamp, desconsiderando, é fato, a diversidade teórica e de método dos investigadores que lá estavam. Aliás, como ela mesma afirma “são poucos o que salvavam da verdadeira metralhadora giratória [...] instalada do alto da verdade histórica que somente o verdadeiro marxismo pode produzir” (LARA, 1992, p. 222). Em segundo, ela acertadamente o acusa de abrir mão dos procedimentos mínimos de análise crítica das fontes, em nome “de uma boa teoria” (*idem*, p. 223). Em terceiro, ela recupera a visão de Goren timer sobre a violência na escravidão e desnuda os entendimentos equivocados que ele teria feito em relação ao conceito por ela operado. Por

consequente, ao contrário do que foi sugerido, Lara não teria afirmado a inexistência de violência no cativo, mas ela teria sido marcada por tentativas de moderar os castigos sofridos pelos escravos, através de várias normas legais produzidas pela Coroa.

Naquela revista ainda, o editor a instiga a se posicionar sobre conhecimento histórico e política. Tal como Gorender, Lara não recusa o debate político. Ela mesma assegura que trabalhar com as evidências empíricas é um ato político. De qualquer forma, quando perguntada sobre certo abandono em sua obra de uma dimensão estrutural, a autora recupera a concepção thompsoniana para afirmar que a experiência dos cativos é o eixo condutor de sua reflexão. Por conseguinte, ela explicita sua visão de Thompson, oposta a de seu desafeto:

[ele] trabalha o tempo com inúmeras evidências e somente ao final do livro a crítica se torna explícita. Depois de atravessar uma densa floresta de evidências documentais é possível demonstrar como a elaboração da lei e a própria lei, constituem uma arena de luta de classes e não um mero 'reflexo' superestrutural (1992, p. 237).

Mais quais seriam as críticas renovadas de Gorender, quando de sua exposição naquele seminário? Não vou retomar aqui as reprimendas que havia registrado na *Escravidão reabilitada*. É certo que ele quis se inserir numa corrente contrária aos thompsonianos e faz isso, misturando — sem explicar — os movimentos revisionistas então em voga, desde Furet, contrário à uma ideia positiva sobre a Revolução Francesa, aos revisionistas que negaram a experiência do Holocausto.

Há, porém, uma questão-chave na apreciação de Gorender. De fato, Thompson não considerava ser possível discutir as dimensões e aplicabilidade da lei aos escravos. E é correto afirmar que os thompsonianos tenderam a desconsiderar este aspecto. Além disso, apesar de certo exagero, Gorender destaca outro problema: utilizar processos judiciais para afirmar que os cativos conseguiam assegurar alguns direitos, como defendera Lara, nos leva a superestimar a autonomia dos cativos ao longo da escravidão, se não formos

capazes de ao menos mapear — no tempo e no espaço — quantos deles puderam de fato consagrar os seus direitos, em uma conjuntura mais ampla de liberação do tráfico e o seu fim. A liberdade não se sustenta no céu, logo é preciso refletir com mais vagar como aquela propriedade (o cativo) poderia consagrar a posse de suas pequenas parcelas de terras e — se possível — transmiti-las aos seus descendentes. De todo modo, a questão que nos interessa aqui é: Lara e Gorender acionaram a lei para reiterar suas concepções sobre os direitos (ou não direitos) dos escravos. Logo, é possível ou não considerar a existência de um direito colonial? Vejamos com mais detalhe esse aspecto, a partir de outra querela, certamente menos incendiária, ou seja, o embate entre Hespanha e Laura de Mello e Souza.

AS PERSONAGENS E AS CONCEPÇÕES SOBRE O DIREITO COLONIAL

Em fins da década de 2000, mais uma vez, dois grandes investigadores expressaram suas posições discordantes acerca do direito na colônia: Antônio Manuel Hespanha e Laura de Mello e Souza. O primeiro talvez tenha sido o responsável pelo [re]nascimento da aproximação entre dois campos disciplinares. Sua obra *Às vésperas de Leviatan* (cuja primeira edição é de 1989), procurou compreender a organização do poder do Antigo Regime Português, antes da publicação da teoria do contrato social de Hobbes, de 1651 (HESPANHA, 1994). Formado em Direito pela Universidade de Coimbra — berço do Direito em Portugal — Hespanha é autor de extensa obra, referência obrigatória para os estudiosos do Direito e da História moderna. Seus livros e artigos tornaram-se um porto seguro para muitos dos historiadores que nos anos 2000 investigaram a natureza jurídica do sistema colonial. Além disso, grande parte da renovação da historiografia lusa se deve direta ou indiretamente à sua orientação (CARDIM, 2011).

Não menos importante é, por um lado, a assumida influência do jurista espanhol Clavero na obra do autor português. Os textos de Clavero se desdobraram também em estudos decisivos sobre a relação entre a História e Direito na Espanha, como por exemplo *Mayorazgo* (1989). Por outro lado, é digna de registro a marcante ausência de leituras thompsonianas na obra

de Hespanha, a começar por *panorama histórico da cultura jurídica europeia*, onde o autor ao explicar a sociologia marxista clássica e o marxismo dos anos 1960 não faz nenhuma referência a aquele autor, se contentando em destacar a contribuição de Gramsci, Althusser e Poulantzas (HESPANHA, 1997).

Laura de Mello e Souza, por sua vez, é internacionalmente conhecida como a mais importante historiadora da época colonial do país. Sua não menos extensa obra sempre esteve ancorada na obsessão por investigar o mundo colonial de carne e osso, dos pobres mineiros das Minas Gerais do século XVIII (1983) aos administradores coloniais no mesmo período (2006). Doutora pela Universidade de São Paulo, onde também atuou como docente e pesquisadora ao longo de décadas, foi — tal como Silvia Lara — orientanda de Fernando Novais, cuja inspiração nunca desapareceu de seus trabalhos.

Mello e Souza não é uma historiadora do Direito, mas talvez não seja gratuita sua preocupação em desnudar as importantes contribuições e incompletudes da historiografia clássica, como Caio Prado Jr., Raimundo Faoro e mesmo Sérgio Buarque de Holanda; todos com formação em Direito, como era recorrente nos anos 1930 a 1960. Por esse viés, a autora pode questionar em *O sol e a sombra* muitas das afirmativas apressadas sobre a administração portuguesa do século XVIII. E também não à toa, explicitar sua crítica a algumas reflexões de Hespanha. Mas qual é a querela?

É difícil saber qual foi a origem do embate. Fala-se muito de um evento em Paraty, quando Laura de Mello e Souza teria explicitado suas críticas a João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. O ponto central da crítica era — ao que parece — o conceito de Antigo Regime nos trópicos. Pouco tempos depois, aqueles autores publicariam um livro com o mesmo título: *O Antigo Regime nos trópicos* (FRAGOSO, 2001). Ali Hespanha escreveu um texto, intitulado “A concepção corporativa da sociedade e a historiografia da época moderna”. Nesse texto, o autor português retomaria suas principais chaves de leitura para explicar as novas abordagens oriundas da aproximação da História e o Direito. Como desdobramento, segundo o autor, sua obra permitiu um novo conceito de monarquia portuguesa (ao menos até meados do século XVIII) que se caracterizava por “um poder real [que] partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia”,

pelo fato de que o “direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado na doutrina jurídica e pelos usos e práticas jurídicas locais”, “os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes”. Por último, “os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real” (HESPANHA, 2001, pp. 166–7).

Para além dos méritos mais visíveis do texto, há a preocupação em destacar a multiplicidade de estatutos coloniais e a ausência de um corpo geral de direito, o que lhe permitiu também afirmar a existência de uma justiça crioula e a enorme autonomia de que gozavam os governadores, tanto para criar quanto para dispensar direitos, assim como para exercer a graça.

Considerados senhores das terras do Brasil que não estivessem em posse de nativos e colonos, a Coroa Portuguesa permitia que os donatários concedessem sesmarias. Os ouvidores dos donatários, por sua vez, “deviam inspecionar a legalidade da concessão e uso da terra, depois de concedida”. A inspeção da legalidade era, segundo o autor, uma atribuição dos juízes demarcantes letrados propostos pela câmara (HESPANHA, *idem*, p. 179). Além disso, as relações coloniais “veiculariam com eficiência os interesses dos poderosos locais, no julgamento de questões tão estratégicas como a interpretação de cartas de doação, a revogação de sesmarias, a instituição, sucessão ou desmembramento de propriedade vinculada (morgados e capelas)” (*idem*, p. 181).

Os argumentos de Hespânia — ainda que coerentes — são, querendo ou não, baseados nas normas legais que utilizou para elaborar suas conclusões. No direito vivido, porém, os documentos relativizam muitas das ilações do autor. Na prática, foram raríssimas as sesmarias devolvidas ao rei, a institucionalização do morgadio passava muitas vezes ao largo dos interesses das câmaras, a pretensa capacidade dos juízes demarcantes de inspecionar a legalidade da ocupação já havia sido posta a nu pelos próprios governadores, como demonstrei em *Conflitos de terra no Brasil: A gestação do conflito* (MOTTA, 2009). Ademais, uma análise mais cuidadosa sobre o processo de concessão de sesmarias, como a realizada por Francisco Eduardo Pinto, nos mostra uma

realidade muito mais complexa do que um jogo restrito ao âmbito da relação entre governança e direito (PINTO, 2014). O projeto coordenado por Carmen Alveal sobre as concessões de sesmarias no país também nos ajuda a afirmar que há um denominador comum — a lei portuguesa de 1735 — mas ela é operada de forma diversa ao longo do tempo e em distintas capitánias (PLATAFORMA S.I.B.L.). Se como afirma Thompson, “na interface da lei com a prática agrária, encontramos o costume” (1998, p. 86), é impreterível admitir que a lei de 1735 era um substrato para leituras muitas diversas das que estavam registradas naquele ano. Em outras palavras, os contextos históricos eram muito distintos, os lugares eram outros e as leituras sobre a lei eram também variáveis. Entende-se assim, como aquela norma geral foi utilizada para conceder terras aos índios, para ceder terras às famílias pobres; “contrariando”, portanto, o espírito da lei e das intenções primeiras da Coroa, quando de sua promulgação (MOTTA, 2009).

Mas quais seriam as críticas mais centrais de Laura de Mello e Souza à posição de Hespanha sobre o Direito na colônia, a partir de sua análise sobre o gerenciamento da colônia? Publicado em 2009, *o sol e a sombra* visou discutir — como já afirmei — a administração colonial [que] esteve marcada “por interesses metropolitanos que se combinavam aos regionais e acabavam produzindo alternativas peculiares” (MELLO E SOUZA, 2009, p. 11). Nesse sentido, não esteve exclusivamente preocupada com a noção de um direito *scritu sensu*, mas sim, como “as normas e determinações emanadas do centro do poder [se] recriavam na prática cotidiana” (MELLO E SOUZA, *idem*). Influenciada por Thompson, considerou também que a História é “a disciplina do contexto” (THOMPSON, 1981, p. 60).

Ao revisitar a produção clássica sobre a administração, em particular o emblemático livro do weberiano Raimundo Faoro e sua análise sobre o patriarcalismo brasileiro (1975) e a obra do marxista Caio Prado Jr. (1973) e dialogar com a significativa produção estrangeira sobre a América Portuguesa, Souza superou a percepção recorrente sobre a administração colonial, reduzida à condição de caótica e irracional. Por conseguinte, os autores estrangeiros, libertos de nosso passado colonial, foram hábeis em esquadrihar os elementos positivos da administração portuguesa, presentes nos trabalhos de

Boxer, assim como eficazes em compreender as lógicas singulares do sistema administrativo do Império, como se verificam nos estudos Russel-Wood e Bethencourt.

É a partir daqueles autores que Mello e Souza assume sua crítica à análise sobre o direito colonial de Hespanha. Em primeiro lugar, a autora assevera que é inquestionável sua contribuição para entender o Estado português e a administração do Império. O autor português, porém, desconsidera exatamente o enquadramento de suas reflexões mais gerais. Ao seguir as pistas inauguradas por Nuno Monteiro, Souza também afirma que o argumento do autor português se confinaria ao século XVII e pouco nos auxilia para analisar a administração e direito no século seguinte (MELLO E SOUZA, 2009).

Mello e Souza tem também razão ao questionar a ênfase dada ao próprio conceito de Antigo Regime, presente na obra organizada pelos colegas. Parece-me claro que as reflexões de Hespanha e seus desdobramentos na produção dos organizadores culminaram na importação de um conceito caro à França e à Europa, na tentativa de replicar aqui algumas chaves de leitura que são possíveis no contexto europeu, em especial a singular indistinção entre o público e o privado e as “especificidades de uma ordenação estamental e corporativa” (MELLO E SOUZA, *idem*). Além disso, se a ausência do Rei se desdobrava no reforço da imagem real — como bem observou Rodrigo Bentes, isso significava também que era possível acionar o seu nome, principalmente em momentos onde as querelas tinham que ser interpretadas a partir de normas legais disseminadas pela Coroa. A rigor, como bem alertara Toqueville, o Antigo Regime também havia se constituído a partir de uma “norma rígida” e “uma prática flácida”, o que implica que é preciso desconfiar da aplicabilidade das leis (MELLO E SOUZA, *idem*). E no caso em questão, na colônia “onde as contradições são mais exacerbadas, a convergência ou coincidência de práticas e interesses é não raro antes forma do que conteúdo” (MELLO E SOUZA, *idem*, p. 60).

De todo modo, se há ou não um direito colonial, é fato que os historiadores brasileiros tenderam a valorizá-lo e ignoraram que as interpretações sobre as normas nem sempre são seguidas, são ignoradas em muitas ocasiões e

são, ainda, aplicadas em diversas conjunturas, por distintas leituras da lei. Isso tudo em uma colônia de dimensão continental.

Como não se lembrar dos esforços da Coroa para impedir a constituição de grandes potentados rurais, que ocupavam terras *ad infinitum*, sem nenhum documento emitido pelo Poder? Mas não eram eles mesmos que sustentavam o Império? Em 7 de setembro de 1725, a Coroa expressou sua preocupação em relação à existência de vários domínios na América Portuguesa, em mãos de poucas famílias (MOTTA, 2011). O que aconteceu? Nada, ou se quiserem, muito pouco. O direito de concessão de sesmarias, limitado em dispositivos reais anteriores, eram ineficazes para controlar a expansão rumo às fronteiras pretensamente abertas. De qualquer forma, era crível que muitos dos potentados e pequenos lavradores passassem a pedir algum documento que afiançasse a legalidade de sua ocupação. Nesses contextos, as normas legais podiam se apresentar como uma saída para o conflito, como discuti em *O Direito à terra no Brasil*.

Nesse livro, argumentei que a noção de que a História moderna era fundada no Direito, o que não deveria implicar fazer uma tábula rasa de conjunturas tão diversas. Hespanha havia argumentado que “muito mais do que a actual, a sociedade moderna era [...] fundada no direito. No sentido de que o direito e a justiça (e não a oportunidade, a competência técnica, o projecto político) constituíam a legitimação fundamental do Poder e a norma exclusiva do ‘bom governo’” (HESPANHA, 1998, p. 394). Segundo Hespanha, a sociedade do Antigo Regime “pese, embora, a ênfase sobre a harmonia e organicidade nas representações que de si produzia — conhecia uma profunda e endêmica conflitualidade” (HESPANHA, *idem*, p. 393). Ainda segundo o autor, os motins em Portugal seriam assim o resultado da crise de abastecimento e o aumento dos impostos. “Os grupos resistentes dispunham, na sociedade do Antigo Regime, de um instrumento particularmente eficaz — o direito” (HESPANHA, *idem*, p. 57). Meio de veicular os conflitos sociais, “o direito facultava outra eficaz estratégia de resistência — a da chicana burocrática” (HESPANHA, *idem*, pp. 57–8). Em contraponto, argumentei que as reflexões do autor português seriam insuficientes para indicar e dar a conhecer as percepções de direitos e justiça dos pobres. Por conseguinte, tanto no caso

português quanto em sua então principal colônia, seria preciso “historicizar melhor o papel do direito no Antigo Regime e evitar comparações entre os séculos XVI, XVII e XVIII” (MOTTA, 2009, p. 58).

Em 2009, em uma nova coletânea organizada por Laura de Mello e Souza, Júnia Furtado e Maria Fernanda Bicalho, retomam-se as discussões sobre o Império Português (MELLO E SOUZA, 2009). Nessa obra, Mello e Souza resume suas reflexões apresentadas em *O sol e a sombra*, destacando mais uma vez suas críticas à dimensão do Direito de Hespanha e o uso equivocado do conceito de Antigo Regime. No mesmo livro, em um texto intitulado “Por que é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa ou O revisionismo nos trópicos”, Hespanha recupera algumas de suas anteriores reflexões, mas parece mais cuidadoso ao afirmar que havia uma linguagem cosmopolita de referência e se pergunta:

ao desenhar com tanta flexibilidade a arquitetura política do império colonial português, desprovido de centro e reduzido a uma meada confusa de laços de poder, a dúvida que fica é sobre se não estamos a desconhecer em demasia que todo o conjunto de espaços e de gentes tinha uma hierarquia clara, cuja cabeça era o rei de Portugal; que no seu seio se teciam relações assimétricas de poder; que era um lugar de domínio, de exploração e de cativoiro (2009, p. 61).

Em outras palavras, nesse texto o autor português parece mais incomodado com os exageros produzidos pela excessiva noção da autonomia das colônias.

Sua resposta às críticas de Mello e Souza sairia de fato em um artigo publicado em 2007. Nesse texto, Hespanha desnuda o que se chamava Direito comum, muitas vezes não compreendido pelos historiadores. A seu ver,

uma das características do direito comum era a sua enorme flexibilidade, traduzida no facto de o direito local se impor ao direito geral, e de, na prática, as particularidades de cada caso — e não as regras abstratas — decidirem da solução jurídica. Isso quer dizer que a centralidade do direito se

traduzia, de facto, na centralidade dos poderes normativos locais, formais ou informais, dos usos das terras, das situações ‘enraizadas’ (*iura radicata*), na atenção às particularidades do caso; e, em resumo, na decisão das questões segundo as sensibilidades jurídicas locais, por muito longe que andassem daquilo que estava estabelecido nas leis formais do reino (HESPANHA, 2007, pp. 55–66).

O intento da detalhada citação era o de demonstrar que Laura de Mello e Souza havia, na verdade, confundido o Direito com a lei. Nesse artigo, Hespanha destaca a importância dos estudos de Cardim, a partir da noção de economia moral de Thompson (HESPANHA, *idem*).

Hespanha é enfático ao reconstruir sua trajetória de aproximação com a História brasileira para reafirmar sua principal chave de leitura: o pluralismo jurídico-político, na metrópole, mas também na colônia. O autor assevera ainda de que — ao contrário da afirmação de Mello e Souza — ele já teria coletado evidências suficientes para reconhecer as especificidades dos diferentes contextos imperiais. Como desdobramento, aquelas evidências reforçavam o seu modelo analítico, pois uma característica sistêmica do sistema político corporativo é o de exatamente “incorporar os localismos e reverberar as diferenças” (HESPANHA, *idem*). Por isso, seria possível utilizar-se do conceito de Antigo Regime para a colônia.

Para além dos intentos pessoais de críticas que se confundem, é razoável pensar que ambos os autores são concordes em afirmar a pluralidade das decisões e a autonomia relativa dos vários cantões da colônia. Mas é impossível desconhecer o exagero de Hespanha em comparar a experiência camponesa da Europa com os cativos no Brasil. De fato, a experiência escravocrata marcou e demarcou uma diferença notável entre a Metrópole (e seu Antigo Regime) e a colônia. Não é suficiente afirmar que havia cativos na antiguidade. O tráfico de cativos tornaria-se um complexo processo de comercialização de corpos. Isso não era um mero detalhe. As leis estavam ali presentes para assegurar, sobretudo, o valor da mercadoria, o direito do “dono da coisa”. Um camponês português poderia acionar as leis em defesa de seus pretensos direitos. Um cativo precisaria construir uma rede ainda mais complexa de

solidariedade para demandar algo na justiça. Conseguir limitar o número de chibatadas, como outrora defendera Silvia Lara, não é a mesma coisa de assegurar um pedaço de terra de um pobre camponês luso.

A dificuldade de operar com o conceito de Antigo Regime do outro lado do Atlântico tem na questão do escravo um ponto fundamental de discórdia. Os escravos não tinham direitos, era preciso criá-los no contexto colonial. O que Silvia Lara havia destacado ainda nos anos oitenta, era de que, enquanto sujeitos históricos, os cativos poderiam ou tentavam alcançar algumas vantagens, em um contexto em que a violência física era a regra, mas também passível de regras.

Assim, é razoável afixar que ao contrário do que argumentara Hespanha “não é possível falar de um direito colonial brasileiro — com a importância política e institucional que isto tem” (2006, p. 95), sem considerar a fragilidade do sistema jurídico do Antigo Regime na colônia, até porque não há um antigo regime, atravessado por mercadorias negras. Se “os espaços jurídicos de abertura ou indeterminação é [sic] assistente na própria estrutura do direito comum” (HESPANHA, *idem*, p. 95), os escravos estavam criando o seu mundo, adaptando normas de outrem, mas é difícil imaginar que teriam sido capazes de reafirmar singulares costumes nos espaços da lei.

É preciso ainda ressaltar que o Direito comum é um vocabulário sutil e às vezes complexo de usos, reivindicações de propriedade, hierarquia e acesso preferencial a recursos [...] e “deve ser investigado em cada localidade e não pode ser jamais tomado como ‘típico’” (THOMPSON, 1998, p. 124). Assim, há uma pluralidade de decisões, ancoradas em um direito multifacetado. Por conseguinte, se o Direito comum é o resultado de aplicação de normas e regras que não estão escritas, mas legitimadas pelo costume ou pela jurisprudência, cada querela inaugura um novo embate. Em cada cantão, o vocabulário ganha uma ossatura, às vezes bem diversa do que esperamos. Os Direitos comuns são sempre específicos e locais. Se no domínio do Direito, a lei, é um preceito ditado por uma autoridade competente, é preciso reconhecer que sua aplicabilidade é sempre bem diversa da hipotética intensão inicial.

Talvez seja possível destacar que as reflexões de Hespanha e Mello e Souza em seus embates convergem para um denominador comum que, a meu

ver, reduz o “incêndio inventado” da querela. De todo modo, eu compartilho da noção da impropriedade de se utilizar o conceito de Antigo Regime para a colônia. Os estudiosos da Revolução Francesa certamente ficam surpresos com a vulgarização do conceito e sua hipotética aplicabilidade para as experiências coloniais. Nem mesmo François Furet, que tanto se esforçou por condenar a legitimidade daquela investida, ousaria estender o termo para além-mar, em sociedades escravocratas (FURET, 1978). Menos provável seria esperar dos historiadores jacobinos um acorde acerca do alargamento conceitual proposto (VOVELLE, 1993; 2001). É razoável supor que as sublevações dos cativos tenham alguma similitude com o *Grande Medo de 1789*, estudado em obra magistral por Lefebvre e publicado pela primeira vez em 1932, mas as diferenças do contexto histórico e os distintos sujeitos históricos são tão gritantes que nem vale a pena perder tempo (LEVREBRE, 1979). Os camponeses franceses procuraram salvaguardar direitos coletivos que estavam sendo destruídos pelos proprietários da segunda metade do século XVIII. Os cativos na América Portuguesa procuravam criar direitos em uma sociedade em que eles eram, sobretudo, mercadorias. Há uma enorme literatura sobre a influência dos “princípios franceses nas sublevações da colônia, em fins do século XVIII”. Mas influenciar não significa transplantar sujeitos e contextos históricos.

Há elementos comuns nas reflexões daqueles historiadores: ambos parecem não incorporar em sua totalidade as contribuições de Thompson e Bourdieu. Nas páginas finais deste texto, vamos explorar melhor as reflexões do primeiro e apresentar as ilações do sociólogo e filósofo francês.

THOMPSON E BOURDIEU: UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL

Em fins dos anos oitenta, quando do embate protagonizado por Jacob Gorder e Silvia Lara, a produção de E. P. Thompson estava sendo incorporada às reflexões dos estudiosos da História do Direito e/ou dos direitos no Brasil. Somente em fins de 1998, foi traduzido — como um dos capítulos do livro *Costumes em comum* —, uma análise mais cuidadosa sobre a dimensão do Direito, das leis e do costume (THOMPSON, 1998). Logo, é pertinente

afirmar que Silvia Lara ainda não tivera acesso a esse texto, já que se tratava do único texto original daquela obra e havia sido publicada em 1991 na Inglaterra.

O que “Costumes, Lei e Direito Comum” tem a nos dizer? Para além do que já afirmei, Thompson reitera que o costume é sempre local e em certas circunstâncias tinham força de lei. O autor britânico considera ainda que se os costumes não são escritos, tampouco registrados em regulamentos, eles pertencem à prática e à tradução oral. Por conseguinte, ele poderia tornar-se refém das interpretações de alguns, ao mesmo tempo em que era factível identificar os direitos costumeiros dos pobres e impedir o seu exercício (THOMPSON, *idem*).

É claro que a plasticidade do costume e os esforços dos grupos em “maximizar vantagens”, aproveitando — cada um — dos costumes do outro, revela-nos a dificuldade de desnudar as intensões dos grupos em processos judiciais. Thompson está preocupado em esclarecer como foi possível criar barreiras legais que destruíram práticas agrícolas imemoriais, sustentáculos da economia camponesa da Inglaterra do século XVIII. Ao mesmo tempo nos mostra como os camponeses escolhiam — no arsenal de práticas costumeiras — aquelas que lhes serviriam para manter-se nas áreas pertencentes ao coletivo. Por essa razão, o costume é também o lugar do conflito de classe.

Em outras palavras, o arsenal de costumes tornou-se uma oportunidade para legitimar alguns e rejeitar outros. Assim, a noção que se consagrou sobre o Direito consuetudinário implicou em reconhecer alguns costumes que fossem considerados razoáveis, respeitados e “sem prejuízo ao rei” (THOMPSON, *idem*). A razoabilidade de um costume ou não tornava-se assim a janela de constrangimento dos direitos dos pobres, já que eram os juízes que decidiriam o que era consequente. Se os costumes, porém, são fluidos, eles deveriam alcançar um grau de precisão absoluta em dois momentos: no julgamento do tribunal e no processo de cercamento dos campos. Mas isso nada tem de mecânico, “pois a lógica da racionalidade capitalista foi adiada por direitos de posse por aforamentos por costume profundamente arraigados” (THOMPSON, *idem*). No entanto, a partir das dúvidas suscitadas pela admissibilidade dos costumes, era possível consagrar a propriedade exclusiva, impeditiva de

experiências comunais. O conceito de propriedade se firmava então aos poucos, a terra consagrava-se como mercadoria e as reivindicações comunais se perdiam na poeira do tempo.

É difícil assegurar uma influência direta de Bourdieu no texto produzido por Thompson. Em suas notas, ele apenas cita *Outline of a Theory of Practice*, publicado em Cambridge, em 1977. Nessa nota, ele revela que havia usado o conceito de *habitus* de forma restrita. Mais em que sentido a obra de Bourdieu caminha lado a lado com as propostas renovadas de Thompson naquele texto de 1991?

O filósofo e sociólogo francês, de origem camponesa, assim como Lefebvre, teve uma trajetória acadêmica de enorme sucesso, a despeito de sua incessante e pertinente crítica à academia. Em uma entrevista concedida a Luciano Trigo, alfinetou: “Os intelectuais de esquerda perderam suas ilusões relativas à ideia da revolução, por exemplo. Hoje é mais difícil lutar contra o poder porque ele se exerce de forma muito mais sutil. Mas é preciso reconhecer que existiam muitos intelectuais que eram falsamente engajados, homens que só com o tempo mostraram sua verdadeira face” (TRIGO, s/d).

Seu primeiro trabalho esteve relacionado à comunidade de Calimba, na Argélia, onde prestou serviço militar. Ali desenvolveu uma reflexão original sobre as transformações agrícolas da região e refletiu sobre os “arranjos” familiares que faziam do casamento uma forma de sobrevivência no sistema de relações sociais e econômicas. Ainda na Argélia, iniciou a elaboração do conceito que nortearia toda a sua obra: *habitus*.

Autor de dezenas de estudos, Bourdieu tem um artigo marcante sobre o Direito, publicado em um dos seus livros: *O poder simbólico*, traduzido para a língua portuguesa em 1989 (BOURDIEU, 1989).

Nesse texto, com um pequeno número de páginas, o sociólogo francês desnuda “a força do Direito”, para escapar das visões simplórias: aquela que interpreta o campo independentemente das pressões sociais e a que, ao inverso, submete o Direito como um reflexo direto das relações de forças existentes. Além disso, Bourdieu é atento aos limites da argumentação de Thompson, que ao romper com o economicismo, não teria conseguido dar conta da especificidade do Direito. É razoável supor, no entanto, que Bour-

dieu estivesse se referindo aos *Senhores e caçadores*, e não o texto presente em *Costumes em comum*, publicado anos depois, com certa influência da perspectiva de Bourdieu.

Mas quais são as contribuições do autor? Em primeiro lugar, o sociólogo destaca que o campo jurídico é uma arena de disputa “pelo monopólio do direito de dizer o direito”; os que são “investidos de competência técnica e social para interpretar determinado *corpus* que consagram uma visão legítima ou justa do mundo social” (BOURDIEU, *idem*, p. 212). Em outras palavras, o *corpus jurídico* expressa uma correlação de forças que pode, inclusive, sancionar “as conquistas dos dominados convertidas deste modo em saber adquirido e reconhecido” (BOURDIEU, *idem*, p. 212–3).

Mas a hierarquia da instituição jurídica não está restrita ao escopo judicial, mas também às interpretações das normas, que se fragmentam em dois efeitos:

“1. A *neutralização*, uma tentativa de marcar a impessoalidade do discurso através de construções na voz passiva; 2. A *universalização*, assentada em normas ou valores generalistas ou transobjetivos, com a quase inexistência de valores individuais” (BOURDIEU, *idem*).

Além disso, os juízes possuem condições de explorar “a polissemia e a anfibologia das formas jurídicas para recorrer à *restrictio* (processo para não aplicar uma lei quando deveria ser aplicada) ou à *extensio* (processo de aplicação de uma lei ‘ao pé da letra’, mesmo quando não necessária” (BOURDIEU, *idem*).

Há que se destacar ainda que os espaços e as linguagens jurídicas são restritos aos agentes que exercem o monopólio de dizer o Direito. Por conseguinte, a despeito de uma imagem marcada pela neutralidade nas decisões e uma competência estritamente jurídica, “a referência a um *corpus* de precedentes reconhecidos, que funcionam como um espaço de possíveis em cujo interior a solução pode ser procurada, é o que fundamenta racionalmente uma decisão que pode inspirar-se, na realidade, em princípios diversos” (BOURDIEU, *idem*). Assim, ao contrário do que se imagina, a tradição jurídica incorpora

várias decisões, muitas discordantes. De todo modo, são raras as decisões que prejudicam os dominantes, já que há uma vinculação estreita entre quem julga e os detentores do poder simbólico, político e econômico. Nessa estrutura de jogo, a ordem simbólica e o poder estão protegidos pelo campo jurídico que se apresenta como neutro.

PARA TERMINAR, RECOMEÇANDO....

Talvez um dos maiores desafios aos historiadores provenha de sua crença no Direito e de um olhar um pouco ingênuo de percebê-lo como o lugar de nossa redenção enquanto humanos. Se ele é visto como o ordenamento normativo que rege a sociedade, é comum acreditar que acioná-lo implica ver reconhecido um direito que lhe foi negado. Por conseguinte, os investigadores quase sempre sublimam que o Direito é a expressão de jogo social, e não necessariamente culmina em um reparo, em uma justiça tão aguardados. Por isso, é muito importante dar a conhecer a marcante contribuição de Hespanha para as análises sobre a relação entre História e Direito.

O equívoco de muitos historiadores é o resultado de um desconhecimento de algo banal: há uma inegável ligação entre o Direito e o Estado. Desde Hobbes já se sabe que esse amálgama converge para o processo de “estatização do Direito e de jurisdicalização do Estado” (BOBBIO, 1991, p. 349). Por este viés, tanto Hobbes quanto Locke e mesmo Marx expressaram essa vinculação que tem em Marx a assertiva de que o Estado e o Direito são pertencentes à superestrutura. De todo modo, o Direito é bem mais do que um conjunto de regras que orientam a sociedade e impostas pelo Estado. Ele é também bem mais complexo do que uma ciência ou disciplina que garante a justiça dos povos.

Isso não significa afirmar que o interesse do Estado e da classe que o sustenta — os dominantes — sejam sempre assegurados pela operacionalização do Direito. Como afiança Hespanha, o Direito

normalmente, serve os mais poderosos, os que têm capacidade de influenciar, de subordinar, de sustentar com um litígio durante anos em tribunal ou, pura e simplesmente, de se estribarem no parecer de um letrado por sua conta para desobedecerem ao direito estabelecido (HESPANHA, 2006, p. 99).

Em suma, nas leituras possíveis das leis, é preciso separá-la de sua aplicabilidade em contextos e espaços diversos. Também é necessário recriar o jogo da querela, quem são os demandantes, quais são os lugares de atuação. Não é possível esquecer ainda o que está por detrás do cenário: como se colocam as testemunhas, quem são os parceiros e desafetos dos autores e réus. É fundamental ainda reconstruir o campo jurídico, juízes, oficiais do direito tem muito a nos dizer sobre o conflito. Mas é preciso ainda mais: desconfiar das leis e dos argumentos que a sustentam. A retórica jurídica não é feita necessariamente para esclarecer; pode ser pensada para confundir.

Por último e de forma menos acadêmica, talvez seja importante não esquecer de que a incerteza do Direito se revela também na expressão popular: “de cabeça de juiz e bunda de neném, ninguém sabe o que vem”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. “As idéias e a ação política na mudança histórica”. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. *A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas.*, São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 1991. v. 1, p. 349.
- BOURDIEU, Pierre e Sayad. *Le déracinement, la crise de l’agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Ed. de Minuit, 1964, pp. 212–31.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1989.

CARDIM, Pedro. “Entrevista a António Manuel Hespanha por Pedro Cardim”. *Análise Social*, v. XLVI, n. 200, pp. 430–45, 2011.

CARDOSO, Ciro. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

_____. *Escravo ou camponês. O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTRO, António Barros de. “A Economia política, o capitalismo e a escravidão”. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CLAVERO, Bartolomé. *Mayorazgo*. Madrid: Siglo XXI, 1989.

DE DECCA, Edgar. “E. P. Thompson: um personagem dissidente e libertário”. *Revista Projeto História*, n. 12, pp. 108–18, out 1995.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo/EDUSP, 1975.

FURET, François. *Penser la Révolution Française*. Gallimard: Paris, 1978.

GENOVESE, Eugene. *A terra prometida. O mundo que os senhores criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 3ª ed. São Paulo: Ática, pp. 40-151, 1980.

_____. “Entrevista com Jacob Gorenader”. *Revista Arrabalde*, ano I, n. 2, 1988.

_____. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990. pp. 100–11.

_____. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan: Instituições e poder político. Portugal: século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

_____. *Panorama Histórico da Cultura Jurídica Europeia*. Portugal: Europa-América, 1997.

_____. “A resistência aos poderes”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. V. 4: O Antigo Regime*. Lisboa, 1998. pp. 393–5.

_____. “A concepção corporativa da sociedade e a historiografia moderna”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de

Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp.163–81.

_____. “Direito comum e Direito colonial”. *Panóptica*, ano 1, n. 3, p. 95, 2006.

_____. “Depois do Leviatan”. *Almanack braziliense*, n. 5, pp. 55–66, mai 2007,

_____. “Por que é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos”. In: MELLO E SOUZA, Laura de, FURTADO, Júnia e BICALHO, Maria Fernanda. *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 61.

LAMOUNIER, Maria Lucia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. 1ª ed. Campinas: Papyrus, 1988.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 345, 1988.

_____. *Ordenações filipinas. Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 24.

_____. “Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa”. In: ANDRÉS-GALLEGO, Jose (coord). *Nuevas aportaciones a la Historia jurídica de Iberoamérica*. Madri: Fundación Histórica Tavera/Digibis/Fundación Hernando de Larramendi, (CD-Rom), 2000. Disponível em: <http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000203>. Acesso em: 11 nov 2017.

LEVEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

LIBY, Douglas “Repensando o conceito de paternalismo escravista nas Américas”. In: PAIVA, Eduardo & ISNARA, Ivo. *Escravidão, mestiçagem e História comparada*. São Paulo; Belo Horizonte; Vitória da Conquista: Anablume; UFMG; Udunesb, 2006. pp. 27–40.

PLATAFORMA S.I.B.L. Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/busca>>. Acesso em: 9 nov 2017.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MATTOS, Maria Regina. *Vila do Príncipe: 1850–1990. Sertão do Seridó. Um estudo de caso da pobreza*. Niterói: Instituto de História. Universidade Federal Fluminense, 1985. 270p. Dissertação (Mestrado em História).

MATTOSO, KÁTIA. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. *O sol e a sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MELLO E SOUZA, Laura de; FURTADO, Júnia; BICALHO, Maria Fernanda. *O governo dos povos*. São Paulo, Alameda, 2009. pp. 11–60.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; LARA, Silvia Hunold (org.). *Direitos e justiça no Brasil: Ensaios de História Social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 1.

MOTTA, Márcia. *O direito à Terra no Brasil. A gestação do conflito (1795–1824)*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 60.

_____. “Minha Casa, minha honra: Morgadios e conflito no Império Português” In: MONTEIRO, Rodrigo *et al.* *Raízes do Privilégio. Mobilidade social do mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Record, 2011. pp. 639–66.

_____. *O Rural à la gauche. (Campeinato e Latifúndio nas interpretações da esquerda 1955/1996)*. Niterói: EDUFF, 2014.

MUNHOZ, Sidnei. “Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos”. *Revista História Regional*. v. 2. n. 2, inverno 1997.

PINTO, Francisco Eduardo. *A Hidra de Sete Bocas. Sesmeiros e Posseiros em conflito no povoamento das Minas Gerais. (1750–1822)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550–1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SILVA, Sergio. “Thompson, Marx, os marxistas e os outros”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. pp. 60–1, 2001.

SOARES, Galiliza. *O declínio da escravidão na Paraíba. 1850–1888*. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

THOMPSON, Edward. “L’antropologia e la disciplina del contesto” *Società patrizia, cultura plebea*. Turim: Einaudi, 1981. pp. 251–274.

_____. *A formação da classe operária*. 3 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. *Senhores & Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. pp. 338–55.

_____. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRIGO, Luciano. *Entrevista com Pierre Bourdieu*. s/d. Disponível em:

<<http://labs.icb.ufmg.br/lpf/Trigo,Entrevista-com-Pierre-Bourdieu.html>>.

Acesso em: 5 jan 2018.

VOVELLE, Michel. *Combats pour la Révolution Française*. Paris: La Découverte, 1993.

_____. *Les Républiques sœurs sous les regards de la grande nation*. Paris: L’Harmattan, 1993.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: A renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

HISTÓRIA E ECONOMIA: UM CONVITE À REFLEXÃO SOBRE CAPITALISMO, MERCADO E PROPRIEDADE

Marina Machado¹ & Mônica Martins²

Toda ciência, tomada isoladamente, não significa senão um fragmento do universal movimento rumo ao conhecimento. [...] para melhor entender e apreciar seus procedimentos de investigação, mesmo aparentemente os mais específicos, seria indispensável associá-los ao conjunto das tendências que se manifestam, no mesmo momento, nas outras ordens de disciplina.

Marc Bloch³

1 Marina Monteiro Machado é professora de História Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ e do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ (PPGH-UERJ), vice-coordenadora do INCT Proprietas e do Núcleo de Pesquisa Propriedade e suas múltiplas dimensões (NUPEP), financiado pela FAPERJ.

2 Mônica de Souza Nunes Martins é professora de História Econômica e Teoria da História do Departamento de História da UFRRJ, do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ (PPHR) e do Programa de Pós-Graduação Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ (PPGPACS) e membro do INCT Proprietas e coordenadora do Núcleo de Pesquisa Propriedade e suas múltiplas dimensões (NUPEP), financiado pela FAPERJ.

3 2001, p. 50.

O DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E ECONOMIA

Observadas isoladamente, tal como sugerido na epígrafe, História e Economia são alguns dos muitos fragmentos possíveis de um movimento rumo ao conhecimento. Já consideradas dentro do universo do campo científico, estamos diante de duas disciplinas que podem ser trabalhadas de formas distintas, ou na perspectiva interdisciplinar. Ao confrontá-las, a partir do diálogo, um verdadeiro leque de questões e correlações se abre, alimentado pelos férteis debates da História Econômica. Assim, trazem importantes reflexões, compartilhadas por disciplinas muitas vezes tomadas em separado — formadas enquanto perspectivas de saber e conhecimento científico distintas no século XIX, em meio a um ambiente marcado pela consolidação dos Estados e das identidades nacionais no âmbito geopolítico e também das relações comerciais internacionais. Foi, no entanto, ao longo do século XX que as aproximações ganharam corpo.

Para melhor compreender a rica relação entre História e Economia, faz-se necessário desvendar a historicidade destas duas disciplinas. Muito mais do que pontuar as especificidades de suas formações, deve-se primeiro observar os movimentos de consolidação dos campos, bem como os de aproximação que possibilitaram, instigaram e valorizaram a interdisciplinaridade. Para refletir inicialmente sobre a complexidade do pensamento econômico, ainda que não possamos dar conta do amplo conjunto de questões que o abrangem, tomaremos por base a Economia Política, ciência que estuda as relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens materiais, definindo as leis que regem tais relações.⁴ Para o *Novíssimo Dicionário de Economia*, trata-se de uma ciência fundamentalmente teórica que se vale de dados fornecidos pela Economia descritiva e pela História econômica.⁵ Ainda segundo a assertiva do mencionado dicionário, a despeito dos estudos realizados acerca dos problemas econômicos na Antiguidade ou mesmo da Idade Média, foi apenas no período Moderno, a partir da escola mercantilista, que consolidou-

4 Sandroni, 2004.

5 Sandroni, 2004, pp. 274–5.

-se o conhecimento empírico e sistemático dos fenômenos econômicos sob o pronto de vista científico.

É possível afirmar que a Economia Política foi concebida pelos mercantilistas através do seu reverso. O que posteriormente receberia tal denominação, originalmente orientou as formulações de política econômica adotadas pelos Estados na Era Moderna, traçando metas a serem atingidas pelo governo, bem como estratégias de alcance. O objetivo final era fomentar o aumento da riqueza do país, possibilitado pelo emprego de uma política protecionista, de expansão das exportações e estreito controle sobre as importações.⁶ Tratava-se, portanto, de pensar a política econômica dos governos no que tange ao gerenciamento da riqueza do Estado. O termo foi cunhado por Antoine de Montchrestien em seu *Traité de l'économie politique*, que reestabeleceu a nomenclatura grega⁷ atribuída à palavra política, com o sentido que se aproximava de social no entendimento aristotélico do termo.⁸ O livro procurou transpor para a atividade estatal as ideias e os princípios da Economia.⁹

Esses elementos — riqueza, preço, lucro, mercado e Estado — são apresentados como a especificidade histórica da economia. Ou seja, a produção, distribuição e consumo, a partir desse momento histórico, serão realizados, serão compreendidos através da validade social dos referidos elementos. Sobre eles, também, serão construídos diferentes discursos econômicos. [...] A economia política não se origina por uma busca científica em uma terra anteriormente existente, mas em um campo específico integrado por novas relações dos indivíduos em torno da produção, distribuição e consumo. Teoria e história se fundem no desenvolvimento de um novo

6 Lombardini, 2008, pp. 968–76.

7 A expressão teria origem nas palavras *politeia* e *oikonomika*, a primeira que provém de *polis* e significa organização social e a segunda abrange dois significados: casa ou doméstico (*oikos*) e lei (*nomos*). Teixeira, 2000, pp. 85–109.

8 Sandroni, 2008, p. 271.

9 Montchrestien, 1615.

campo de conhecimento (BURKÚN; SPAGNOLO, 1985, p. 22, tradução nossa).

Nossa menção à Economia Política insere-se aqui tão somente para pontuar a vasta gama de estudos realizados nessa vertente a partir do século XVIII, mais precisamente a partir da publicação da obra de Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Tratava-se, no século seguinte, de seguir um percurso por aquela que se tornou conhecida como Economia Política clássica para pensar os padrões de riqueza baseados no valor trabalho, as questões relativas à distribuição e ao comércio internacional. Sobre esses temas, as obras de David Ricardo¹⁰ tiveram contribuições decisivas tanto para a Economia Política Clássica, quanto para a discussão travada algumas décadas depois por Karl Marx em *O Capital*.

Nesse ponto, um corte fundamental na base da economia política ocorreria na segunda metade do século XIX, com os estudos de Karl Marx e Friedrich Engels. Em sua obra mestra, *O Capital*, Marx dedicou-se especialmente à crítica da Economia Política. Atribuía às categorias fundamentais da Economia uma explicação histórica, rejeitando sua universalização e contrapondo-se aos preceitos do historicismo alemão. O conceito de capital ampliava-se e se opunha tanto a uma interpretação destituída de historicidade, quanto à aplicabilidade da categoria capital a qualquer objeto que pudesse gerar fluxo de renda. Na perspectiva de Marx, capital tornava-se um conceito — ao mesmo tempo em que adquiria protagonismo frente ao processo único de acumulação que reivindicava —, assumindo um sentido específico no modo de produção capitalista. Subordinando a ele as relações de trabalho, o capital adquiria, assim, a forma de uma relação social, baseada na dominação de classe e fundamentada na propriedade privada. No entanto, a principal obra de Marx propôs rupturas radicais com o método e com o objeto da Economia Política.

10 Das mais importantes obras de Ricardo, publicadas seguidamente no início do século XIX, destacam-se: *The High Price of Bullion, A Proof of the Depreciation of Bank Notes*, de 1810; *Essay on the Influence of a Low Price of Corn on the Profits of Stock*, de 1815; *Principles of Political Economy and Taxation*, de 1817.

Krishna Bharadwaj defende que ao longo de sucessivas reformulações e críticas da Economia Política Clássica, a matéria só ganhou um sistema teórico contundente a partir das ilações de Karl Marx.¹¹ Adensando a análise, Pierre Vilar assume que é com Marx que a análise torna-se histórica, pois os modelos por ele propostos não são nem eternos nem universais, e modificam-se no interior de uma realidade mais ampla da economia pura: a totalidade das relações humanas.¹²

Para alguns autores, essa concepção alargada da Economia Política paulatinamente cedeu lugar a uma perspectiva mais restrita sobre o processo produtivo, o que para Paulo Sandroni teria acontecido por volta de 1870.¹³ A forte tradição da escola neoclássica se impôs tomando basicamente a defesa do livre comércio, desconhecendo os demais aspectos incorporados pelas outras vertentes da Economia Política, propondo uma ruptura metodológica radical na análise econômica. O abandono de uma abordagem de cunho histórico com preocupações sociais, no entanto, foi gradativamente colocado em prática pela produção da escola neoclássica, que suprimia tal abordagem privilegiando os métodos de caráter mais quantitativo.¹⁴ Aloísio Teixeira assume que, ao final do século XIX, Marshall foi o primeiro a abandonar o uso do termo Economia Política, denominando sua obra em 1890 de *Principles of Economics*. Atribui a essa obra a origem do uso do termo *Economics*, que passou a designar o campo de estudo da Economia, onde propunha, na prática, a diferenciação do novo campo da Economia Teórica do campo da Economia Normativa.¹⁵ O distanciamento entre os aspectos políticos e

11 Bharadwaj, 1986.

12 Vilar, 1982, p. 17.

13 Sandroni, *op. cit.* p. 275.

14 Idem, *ibidem*.

15 Segundo Teixeira “Não é difícil entender porque Marshall abandonou a expressão tradicional, Economia Política, e adotou *Economics*, como também não é difícil saber por que, em algum momento da História, os estudiosos dos temas econômicos passaram a usar Economia Política. Na verdade, a expressão Economia Política está, em sua origem, relacionada a seu inverso, a Política

econômicos ficou evidente entre os séculos XIX e XX, pautando a Ciência Econômica como nova abordagem, em grande medida afastada de preocupações político-sociais.

Também ao longo dos oitocentos novas pesquisas contribuíram para a consolidação da História enquanto um campo de procedimentos normativos baseados em preceitos científicos, amparada por um conjunto de métodos e uma nova episteme. A História Científica propunha-se à construção de um pensamento positivo e universal. Acreditava e defendia a possibilidade de alcançar uma base de conhecimento confiável e segura, bem como acreditava na apreensão de uma potencial objetividade a partir de métodos empíricos.¹⁶ Esses pressupostos embasavam uma relação inaugural com o objeto histórico, tomando-o como verdade. A História consolidava-se com decisiva influência do historicismo alemão e forte influência do pensamento positivista. Na esteira de ambas, o fetichismo do documento realizava-se: a História capturada e comprovada pelas fontes era tomada como prova do fato, sendo a escrita oficial evidência fundamental e suficiente.¹⁷

Malgrado as contribuições para esse diálogo entre a Economia e a História, a construção do campo interdisciplinar ainda estava por ser iniciada. No alvorecer do século XX, preocupações que já se faziam sentir em estudos diversos ganhavam força a partir das questões e abordagens suscitadas pela *Nouvelle Histoire*, inaugurada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, nos *Annales d'histoire économique et sociale*.¹⁸ Novas abordagens, a partir de críticas que se traduziriam em novos métodos, combateram a influência do historicismo e as premissas científicas positivistas. Amparada por uma perspectiva original sobre a própria área de conhecimento, a História passava a ser concebida como a Ciência dos Homens no Tempo, conforme afirmou o próprio Bloch, reviravolta que contribuiu para mudar a perspectiva em rela-

Econômica — e, portanto, a processos e decisões que envolvem atores reais no campo da política, suas paixões e interesses”. Teixeira, 2000, pp. 85–109.

16 Reis, 2006.

17 Ver: Goff, 1994.

18 Burke, 1997.

ção ao tempo histórico. Afastando-se da obrigação sedimentada em tecer um monólogo com o passado, a disciplina se abria para uma nova percepção de tempo, marca de uma verdadeira revolução em toda a concepção historiográfica. Passado e presente passavam a dialogar entre si, interconectando-se. Ao pesquisador cabia a tarefa de se deslocar nas diversas temporalidades, trazendo o seu olhar sobre o mundo, no mesmo sentido em que o seu objeto de estudo também assumia forma no tempo.

A Escola dos Annales foi responsável por promover uma profunda intersecção entre diferentes campos de conhecimento, sendo esse um dos seus marcos fundamentais, gerando uma reflexão tão densa que revisitou todo o fazer histórico. Novos diálogos entre disciplinas irmãs, dentre os quais destacamos a História e a Economia, abriam espaços para uma perspectiva de História serial e quantitativa, na qual as contribuições da econometria e da estatística,¹⁹ por exemplo, revelaram-se basilares para os estudos históricos.

Ao historiador não caberia mais a simples exploração e crítica das fontes. Fazia-se necessário um olhar atento, especialmente quanto à proposição de problemas de análise.²⁰ Desta feita, ao ofício do historiador competia o desenvolvimento e sistematização das fontes, ou dos dados, partindo do entendimento da realidade social e política que a circundavam. O que se tornava muito sintomático nos estudos de História Econômica, uma vez que questões e hipóteses de pesquisa passavam a lançar o pesquisador ao entendimento dos fenômenos econômicos pelo método da análise histórica. Dos estudos da economia, recebemos aportes conceituais e teóricos, colaborando para o entendimento da organização social em seus vários níveis de produção, circulação e consumo, assim como as especificidades entre as formas de trocas, análises conjunturais, aspectos do crescimento e desenvolvimento econômico das sociedades estudadas. Para tanto, tornava-se fundamental a contribuição da macroeconomia, no estudo de suas variáveis econômicas globais, e da mi-

19 Particularmente os estudos de Labrousse foram muito importantes no trato quantitativo, ao empreender o estudo da economia francesa do século XVIII. Ver: Burke, *op. cit.*, p. 68.

20 *Idem*, p. 277.

croeconomia, na observação de unidades de produção específicas. Observados em suas possibilidades de colaboração mútua, os saberes não restringem as contribuições específicas de cada área de conhecimento, tampouco anulam as especificidades e singularidades próprias da análise dos economistas e dos historiadores. Muito mais do que isso, possibilitam caminhos que justapõem métodos e reflexões em prol de investigações mais abrangentes e completas sobre aspectos econômicos.

A historicidade nas análises econômicas garante que, ao ser estudado, um dado sistema econômico não se desloque imerso em um campo abstrato de modelos, mas sim, que seja interpretado e compreendido em meio a determinado contexto e intercalado nas variáveis de suas próprias especificidades.²¹ As preocupações teóricas deslindam a importância da historicidade para o sistema econômico, possibilitando a interpretação em meio a específico contexto histórico. Historicizar a economia evita incorrer em anacronismos, verdadeiras e corriqueiras armadilhas das tentativas metodológicas, que, por exemplo, procuram conciliar e atribuir às demais economias determinadas interpretações inerentes à lógica econômica das sociedades capitalistas, nem sempre adequadas.²²

O exercício metodológico de pesquisa passa pela coleta de dados e a importância que os mesmos assumem para a própria credibilidade do trabalho científico. Alguns estudos evidenciam a preocupação com a apresentação de um grande arsenal quantitativo, dados que justifiquem e sustentem premissas e conclusões lançadas ao longo da pesquisa. Isso requer a coleta de vasto material e a produção de séries estatísticas. É importante, entretanto, ter em conta que séries estatísticas e seus respectivos levantamentos não falam por si só. Dados carecem sempre de questionamentos e da problematização que os antecedem. O processo é tributário da análise histórica, a partir da qual

21 Ao discorrer sobre a teoria econômica do sistema feudal, o historiador econômico polonês Witold Kula (1970) defende que um “sistema econômico é, pois, um conjunto de dependências econômicas reciprocamente ligadas que, pelo fato de estarem vinculadas, surgem ao mesmo tempo e se desfazem também aproximadamente no mesmo momento”.

22 Barros, 2008, p. 11.

as séries documentais assumem forma em suas interações sociais. Em outras palavras, as investigações em História Econômica refletem o resultado de escolhas. Estas, por sua vez, são realizadas a partir do olhar do pesquisador, em e sobre um determinado momento histórico. A busca dos dados não pode prescindir da problematização das fontes, dos dados coligidos, bem como das questões que acompanham o pesquisador antes da chegada aos arquivos. Como elucida Barros²³ a respeito do isolamento das áreas de conhecimento e os deturpados efeitos por ela produzidos: “Exemplo de tratamento complexo da História Econômica pode ser encontrado quando o analista compreende o próprio fato econômico como produto de uma complexidade que transcende a dimensão econômica propriamente dita”. Voltamos então ao ponto de origem desse debate, o fato econômico não pode ser compreendido isolado dos demais elementos histórico-sociais e a “análise do historiador consiste na multiplicação da análise dos casos”.²⁴ Ou tal como elucida, de forma contundente, Pierre Vilar:

Qualquer modelo de desenvolvimento em particular (e nenhum deles está isento de discussão) só vale no âmbito das suas hipóteses: quer se trate de demografia, de técnica, de estrutura e de lutas sociais, ou o modelo as elimina (supondo-as estáveis) ou lhes atribui uma hipotética regularidade nas mutações. A influência recíproca do desenvolvimento econômico sobre as possibilidades demográficas, sobre os modos técnicos de produção, sobre os movimentos político-sociais não parece susceptível a ser introduzida num modelo suficientemente simples. Mesmo que tal acontecesse, o modelo apenas poderia contribuir para a compreensão de casos particulares, mas nunca conseguiria exprimir a sua singularidade (1982, p. 19).

Tal questionamento deve anteceder e justificar o levantamento de dados e de fontes, assim como toda a metodologia adotada pelo pesquisador, e não o contrário. Esse é um importante ponto de inflexão para a produção cien-

23 Idem, p. 14.

24 Vilar, *op. cit.*, p. 27.

tífica, que, uma vez desrespeitado, pode levar a busca exagerada, e por que não dizer vazia, por fontes e quantificação de dados. A pesquisa se esvazia na medida em que é desacompanhada de uma reflexão prévia e de hipóteses. As conclusões, e a pesquisa em si, acabam se invertendo, uma vez que a própria fonte se torna a justificativa em si, e não a pergunta norteadora. Eis um dos nortes fundamentais da historiografia, inaugurado pelo já mencionado Marc Bloch. Em 1944, na prisão, refletindo sobre o *ofício do historiador*, afirmou que “os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los”, de modo que “toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção”.²⁵

Visto por outro ângulo, reafirma-se esse movimento que permitiu a aproximação e os diálogos entre historiadores e economistas, ocorrido por volta das duas primeiras décadas do século XX. É possível trabalhar com diferentes datações, partindo de dois autores: Witold Kula e Thomas Southcliffe Ashton. Para o primeiro, a Crise de 1929 indicaria a linha divisória, delineando o momento em que as atenções dos economistas se voltaram para estudos do passado, preocupados em entender os problemas do subdesenvolvimento e as transformações pelas quais passava a economia capitalista. Já os estudos de Ashton, por sua vez, apontam que a origem do estreito relacionamento se deu no período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial (1914–1918), quando os economistas teriam sentido a necessidade de, para além da teoria, perceber e incorporar as interferências das transformações históricas e sociais nas Ciências Econômicas. Embora separadas por um espaço temporal aparentemente curto, os dois recortes assumem especificidades no estabelecimento dos marcos, um deles caracterizado pela grande crise do capitalismo, em 1929, quando a Economia como um todo precisou se revisitar.

Não poderíamos deixar de apontar a contribuição decisiva da obra de Schumpeter nas primeiras décadas do século XX, pautado pela perspectiva positiva e pela defesa do método da escola histórica alemã. A adoção de uma análise institucional, histórica e sociológica da economia em sua obra abre es-

25 Bloch, op. cit., p. 79.

paço para a inserção dos elementos sócio-culturais como fatores fundamentais e explicativos para o processo de produção,²⁶ rejeitando algumas premissas da teoria clássica, especialmente a noção de que a explicação para o desenvolvimento econômico está em aspectos exógenos à própria economia. Em sua obra *A teoria do desenvolvimento econômico*,²⁷ Schumpeter defendeu que não há como explicar uma mudança econômica apenas através das condições econômicas prévias, ou seja, o estudo do desenvolvimento econômico não poderia ser feito com recurso a modelos estáticos, exclusivamente matemáticos, daí ele ressalta a importância da estatística e a inter-relação da economia com outros campos das ciências, propondo um estudo dinâmico da economia. Em sua perspectiva, o processo de produção abrange uma combinação de forças produtivas que envolvem questões materiais — como terra e trabalho — e imateriais — como questões técnicas e organização social. Particularmente a História Econômica é ressaltada em seu livro *História da análise econômica*,²⁸ como forma de entender como se dá o funcionamento do sistema capitalista e das instituições, procurando entender como essas instituições exercem influência sobre as atividades econômicas. Para Schumpeter, todo esse sistema precisa, entretanto, de dois mecanismos primordiais de funcionamento que devem ser compreendidos: a propriedade e a produção para o mercado.

OS DESAFIOS EMPÍRICO-METODOLÓGICOS

Na segunda metade do século XX, os estudos em História Econômica foram bastante difundidos nas universidades, a interface entre as duas áreas era parte da formação de cursos de História. Já no atual quadro de formação de historiadores é notória a ausência nas grades curriculares de disciplinas referentes à Economia ou mesmo à História Econômica na maioria dos cursos. O resultado é uma lacuna na construção de análises socioeconômicas, substituindo-se a contribuição de métodos e modelos que podem contribuir para

26 Vian, 2007.

27 Schumpeter, 1997.

28 Schumpeter, 1964.

a abrangência da pesquisa histórico-econômica. Assistimos então a uma mudança dos rumos frente ao que a *nouvelle histoire* reivindicava: uma história econômico-social. Sem anular o argumento do diálogo com outros campos de conhecimento, na prática, a partir do final do século XX, a História passou a centrar-se cada vez mais em si própria.²⁹

Se por um lado é possível reconhecer o esvaziamento da análise econômica nos cursos de História, em uma via de mão dupla o mesmo efeito é sentido dentro dos cursos de Economia, com a análise histórica muitas vezes restrita, prescindindo-se dessa para o entendimento dos fatores econômicos. Ao longo do tempo, os cursos de Ciências Econômicas diminuíram as disciplinas de formação/história econômica de suas grades curriculares. As ementas da disciplina de Formação Econômica do Brasil, por vezes, abrangem apenas as leituras das obras clássicas sobre a economia colonial, restringindo a esse período histórico o estudo das relações de produção, troca e distribuição. Com isso, prescinde de uma abordagem histórica acerca das transformações econômicas e características de economias não capitalistas e pelos complexos elementos que formaram a economia brasileira ao longo do tempo a partir de todas as suas dimensões.³⁰ Ao retomar a formação econômica do Brasil pautada apenas nos estudos sobre a colônia, sem a abordagem sobre a economia para além dos interesses mercantis europeus, somos submetidos ao risco de

29 No final da década de 1990, João Fragoso e Manolo Florentino (1997) discutiram sobre uma suposta agonia e derrocada da História Econômica, com o mérito de reivindicar o papel de uma História totalizante, “não apenas como fim, mas como ponto de partida”. Uma crítica importante ao levantamento e conclusões sobre a situação da História Econômica anunciada por Fragoso e Florentino foi realizada no artigo “Agonia ou robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira” de José Flávio Motta (2009). Uma revisão sobre as opiniões esboçadas no artigo publicado em 1997 e a análise sobre a importância do campo de estudo na análise sobre a desigualdade e a exclusão social no Brasil foi realizada em artigo publicado por João Fragoso em 2002.

30 Nas universidades brasileiras, a História Econômica, enquanto disciplina institucionalizada, ganha seu reconhecimento por volta dos anos 1940, com a fundação das faculdades de Economia. Sobre isso ver: Canabrava, 2005, p. 271.

naturalizar a explicação econômica aos objetivos centrais do desenvolvimento capitalista moderno. Além disso, ponto central da problemática para o processo de formação é criar-se a noção de que o estudo da economia consiste basicamente na análise de economias capitalistas.

No seio da historiografia, a História Econômica é o campo de conhecimento que mais se apóia na quantificação como método, possibilitando a abertura de largos horizontes, assentados em maior rigor empreendido na análise. Levantando outro ponto na reflexão sobre o uso de estatísticas, Maria Alice Canabrava afirma estar diante de um dos mais delicados exercícios de avaliação histórica: pesar a evidência estatística face às influências qualitativas. Assim, apesar do muito que podem acrescentar ao desenvolvimento da pesquisa, os resultados estatísticos constituem apenas um, dentre tantos outros caminhos que se justapõem na reflexão sobre os fenômenos econômicos.³¹ Podemos elencar algumas possibilidades metodológicas do historiador econômico na atualidade nesse quesito. Uma das mais conhecidas é a serialização das fontes: caracterizada pela reunião de determinado conjunto documental, com natureza similar — previamente estabelecido pelo pesquisador, com vistas na quantificação e tabulação de dados. A relação estabelecida nessa sistematização passa por uma necessária continuidade, o uso de fontes seriais permite a análise quantitativa, profícuo encontro entre a chamada História Serial e a História Quantitativa. Tal metodologia permite ao historiador econômico realizar análises de tendências, tais como: crescimento demográfico, aumento da riqueza, alterações de renda, informações sobre preços, índices de crescimento ou salários etc. Tomando a assertiva de Ciro Cardoso, “a História sistematicamente quantificada pressupõe que as hipóteses de trabalho dos historiadores, dantes implícitas e inconfessadas, tornem-se explicitamente, claramente colocadas”.³² Daí a importância de selecionar, recortar, construir os objetos em função das hipóteses formuladas, de seu marco teórico e metodológico.

31 Canabrava, *op.cit.*, p. 274.

32 Cardoso, 2002.

A historiografia econômica, já não tão nova, continua apontando desafios originais aos estudiosos. Desprendendo-se da não obrigatoriedade de uma base quantitativa, a interpretação econômica cerceia-se das evidências de dados, garantindo sustentação a partir de um variado e abrangente inventário de fontes documentais, amparados por vasta gama de novos objetos e métodos de análise. Muito mais do que uma base empírica serial, faz-se necessária uma abordagem capaz de promover o diálogo entre as fontes, a análise sobre o pensamento e as transformações econômicas, percebendo ainda as interfaces com a política e os aspectos culturais. Esse movimento amplia as possibilidades de estudos, possivelmente desenvolvidos até mesmo em contextos de escassas fontes de pesquisa quantitativa, ao contrário do que se defendia outrora. Isso também aponta para a riqueza de um vasto leque de pesquisas nas últimas décadas que refletem historicamente as transformações econômicas, superando os limites da análise puramente quantitativa.

Um bom exemplo está no estudo desenvolvido pelo historiador estadunidense Moses Finley,³³ sobre economia antiga. O autor argumenta que os conceitos, as linguagens e os modelos adotados pela economia a partir dos oitocentos conduzem a uma falsa perspectiva, especialmente quando aplicados à interpretação de sociedades antigas, das quais se espera, tal qual nas demais, a possibilidade de obtenção de registros históricos através de séries temporais. Como implicação direta teríamos, segundo ele, a impossibilidade de uma análise do mundo antigo centrada no mercado, carecendo assim da necessidade de um cuidado teórico-metodológico específico.³⁴ Chamando atenção para o seu próprio objeto de estudo, Finley alerta para um erro embutido na metodologia da economia moderna aplicada às sociedades não capitalistas, destacando que a escassez de dados pode ser fator determinante na construção da análise. Faz-se necessário o estabelecimento de métodos que conjuguem a eficiente utilização de dados disponíveis, permitindo ao pesquisador conclusões mesmo diante das limitações de fontes. Desta feita, Finley salienta a urgência em elaborar as questões consistentes, com menos peso

33 Finley, 1986.

34 Idem, p. 32.

para o recurso das séries temporais, quantitativas ou estatísticas, por vezes inexistentes, possibilitando a análise histórico-econômica em vários períodos e sociedades. Seguindo as observações do autor, somos levados a perceber algumas apreensões conceituais como, por exemplo, uma leitura enviesada da noção de mercado: a naturalização, ou mesmo certa a-historicidade são alguns dos riscos que comprometem a pesquisa. Algumas dessas preocupações pertencem particularmente ao campo da História dos conceitos, investigação permanente entre o campo semântico e a interação histórico-social, uma vez que “na multiplicidade cronológica do aspecto semântico reside, portanto, a força expressiva da história”.³⁵ Nesse ponto, há uma riquíssima gama de contribuições que podem frutificar entre economistas e historiadores.

A questão levantada por Finley também nos aponta outras preocupações. Aqui propomos seguir refletindo sobre alguns debates que lançam luz sobre a importância da historicidade como elemento de desnaturalização das relações econômico-sociais. Para tanto, tomaremos como exemplo três autores e suas análises dos conceitos fundamentais para a História Econômica: mercado, capitalismo e propriedade. São eles Karl Polanyi, Ellen Wood e Rosa Congost. Passamos agora a refletir a respeito do conceito de mercado, sobre o qual se debruçou o historiador Karl Polanyi.

Em busca de compreender a formação da sociedade de mercado a partir do aprofundamento das relações de produção capitalistas, Karl Polanyi trouxe a público na década de 1940 sua obra mestra *A grande transformação*. O autor percorre o caminho de funcionamento do chamado moinho satânico para compreender um sistema onde todas as relações sociais se imbricam em uma forma de poder gerida e inserida pela lógica do mercado.³⁶ Polanyi se debruçou sobre o estudo da consolidação do capitalismo a partir das transformações, que levaram de uma realidade de “sociedades com mercado” para as “sociedades de mercado”. No prefácio em apresentação da edição portuguesa da obra, o sociólogo Rui Santos destacou que Polanyi pensou a ação econômica na estrutura social, reconhecendo que os atores econômicos são atores so-

35 Koselleck, 2006, p. 101.

36 POLANYI, 2000. Originalmente publicado em 1944.

ciais inseridos em uma estrutura de relações e afinidades, e assim devendo ser compreendidos.³⁷ As relações sociais não se distribuem aleatoriamente, mas são estruturadas no tempo, determinantes enquanto fatores explicativos mais imediatos das ações econômicas e na construção de instituições econômicas. As atividades econômicas estão, portanto, intimamente ligadas aos elementos sociais, políticos e institucionais que a circundam.

Partindo da premissa de que muitas das análises de História Econômica teriam supervalorizado o papel dos mercados na economia, garantindo ferramentas limitadas para o olhar sobre determinadas conjunturas — como apontado por Finley, para o caso do estudo do mundo antigo, por exemplo. Abrem-se, assim, novos caminhos interpretativos para o capitalismo, Polanyi afirma que a Inglaterra não foi transformada pela máquina a vapor, pela Revolução do Comércio ou pela expansão agrícola: o ponto central das transformações que marcaram o século XIX não está em se entender a industrialização, puramente. A Grande Transformação consistiu essencialmente na extensão do sistema de mercados a todas as esferas da vida humana. A lei da oferta e da procura passou a determinar autonomamente a afetação e a remuneração de fatores de produção como a terra (natureza) e o trabalho (ou seja, a própria natureza humana). A partir dessa inquietação o autor passa para a compreensão da formação histórica dos mercados internos e externos, procurando entender como se passou de uma realidade de trocas livres para um mercado assinalado pelo controle político e social. O capitalismo, com seus mercados autorregulados e a lógica de uma economia orientada para a satisfação por bens materiais, teria levado à degradação da vida em comunidade, uma *grande transformação* com consequências diretas sobre as vidas humanas.

Tomando por base a perspectiva histórica desse processo econômico, Polanyi acompanha a alternância entre o controle social da economia e o controle dos mercados sobre a sociedade. Examina as sociedades pré-capitalistas a partir da produção e distribuição de bens por relações não mercadológicas, ou processos econômicos de natureza não mercantil, derivadas de relações de parentesco, políticas, religiosas. O autor constrói assim uma abordagem

37 SANTOS, 2012, pp. 39–64.

histórica sobre a constituição das sociedades capitalistas, e concluir não só que o Estado e a ação política foram indispensáveis na consolidação de um sistema integrado de mercados, mas também compreende que uma legislação e política direcionada consagraram as “mercadorias fictícias” — terra, trabalho e dinheiro. Ressalta-se, portanto, a centralidade do entendimento sobre o contexto social em que a vida econômica está incrustada, onde as ações políticas e a economia se constituem e se articulam. Sendo empobrecedor, ou mesmo enganador, pensá-los como entidades distintas e independentes. A historicidade da noção de mercado é fundamental para o entendimento de seu significado e a reflexão conceitual no qual ele se insere para refletir sobre dada realidade.

Outro instigante diálogo entre História e Economia está, sem dúvida, no livro *A origem do Capitalismo*, da historiadora estadunidense Ellen Wood. Escrito na passagem da década de 1980 para 1990, a própria autora situa o marco temporal de sua produção como um momento importante para a reflexão, a conjuntura da derrocada do comunismo e o propalado triunfo do capitalismo. Para compreender as origens do capitalismo, realiza um exercício de revisitar os debates que marcaram o século XX, na tentativa de demarcar as origens do surgimento do capitalismo europeu, dialogando com a historiografia que motivou tal debate nos anos 1950. Ela reconhece que a maior parte dos estudos consolidou explicações ainda presas à linearidade histórica, naturalizando o aparecimento desse sistema econômico. Para Wood, as análises sobre a origem do capitalismo são circulares e, de certa forma, presumem a existência prévia do capitalismo para explicar seu próprio aparecimento, como se houvesse de fato uma racionalidade universal em prol da permanente maximização dos lucros.

A explicação estaria na origem das análises. Ellen Wood admite que a teoria de Economia Política Clássica e as concepções do Iluminismo de progresso acabaram levando a reflexões sobre a origem do capitalismo onde na verdade não há “origem”. Isto porque buscaram justificativas de uma formação das bases capitalistas onde os elementos que o fundamentam não se caracterizavam naquelas economias. O sistema em si teria estado sempre presente, adormecido, aguardando para ser libertado das correntes ou, em suas próprias

palavras, “dos grilhões do feudalismo”, representados pelos poderes senhoriais ou restrições de um Estado autocrático. Poderiam ser também amarras culturais ou ideológicas, como as questões ligadas à religião, por exemplo. O que se tem, na prática, é a concepção de que a História seria um processo quase natural de desenvolvimento tecnológico e econômico, sem especificidades que definiriam o capitalismo. Traçava-se uma continuidade, entendida como natural, entre as demais economias e as sociedades capitalistas.³⁸ Questionando tal linearidade, a autora destaca que o feudalismo produziu uma variedade de formas e resultados na Europa, tendo sido o capitalismo apenas uma dentre outras experiências.

Se as explicações lineares naturalizam o aparecimento do capitalismo, cabe ao historiador econômico, tomando para si os métodos acima debatidos, a superação das mesmas. Inspirada na obra de Karl Polanyi, Ellen Wood apontou que capitalismo não é sinônimo de mercado, esse último existiu em outras sociedades e épocas, com suas múltiplas especificidades, atendendo a interesses singulares à organização econômico-social de sua época, transcendendo à origem do capitalismo enquanto modo de produção. O que caracteriza de forma singular o capitalismo é a marca de um sistema econômico, social e historicamente constituído, no qual todas as ações humanas são passíveis de um valor expresso no mercado. Todos os bens e serviços, das necessidades mais básicas, são produzidos para fins de troca lucrativa, e “até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado”.³⁹

Por sua vez, as reflexões sobre origem do capitalismo e a sociedade de mercado não podem prescindir do cuidado com o conceito de propriedade que se forma a partir de então. A concepção de propriedade contemporânea encerra uma perspectiva própria à racionalidade capitalista, na qual se apreende que todos os sentidos e interpretações atribuídos a ela fazem parte das características desse modo de produção. Sobre esse aspecto destacamos a importante obra da historiadora catalã Rosa Congost.⁴⁰ Reconhecendo a

38 Wood, 2000, pp. 13–4.

39 Wood, *op.cit.* p. 12

40 Congost, 2007.

necessidade de se abordar e debater o tema à luz das Ciências Sociais, a autora enfatiza a urgência no entendimento da propriedade enquanto realidade histórica. Compreende a propriedade como um processo de construção, carente do dinamismo das condições reais e de realização dos direitos de propriedade em si. Congost denuncia o que denomina como “tendência jurídicista”, que vem dominando a historiografia contemporânea, que tende a discernir a propriedade como um conceito perfeitamente moldado e modelado pelas leis, clamando por estudos mais dinâmicos e completos. Para a ampliação do estudo das condições de realização da propriedade, a autora sugere a urgência de novas hipóteses de trabalho, que admitam o dinamismo social do conceito, inerente a qualquer sociedade. Inspirada por autores como Eric Hobsbawm e E. P. Thompson, ela propõe a ambiciosa tarefa de examinar o comportamento das pessoas, dos grupos trabalhadores, dos pobres, dos dominados e dos subalternos, em um estudo sobre propriedade, riqueza e crescimento econômico. Indica a relação necessária entre aquilo que os indivíduos entendem como propriedade, de acordo com sua experiência histórica, e com as diferentes acepções que ela assume historicamente em cada contexto.

Reclama, por esse caminho, a necessidade de estudos que deem conta das condições de realização da propriedade, que podem ser muito diversas entre si, inerente aos resultados da atividade humana, e não o resultado das decisões inequívocas dos legisladores. Reconhecer a propriedade — assim como o fizemos com o mercado e o capitalismo — como resultado das relações sociais nas quais está inserida, faz-se fundamental para dar conta da pluralidade da análise e das possibilidades conceituais. Nesse exercício, a metodologia da História Econômica apresentada até aqui se revela fulcral.

Desta feita, a autora não se debruça apenas sobre as condições legais, normativas, ou nominais da propriedade. Volta o olhar para um conjunto de elementos relacionados às formas diárias de acesso aos recursos e às práticas cotidianas de distribuição da renda. Tais questões puderam condicionar e ser condicionadas por diferentes formas de desfrutar do que nomeou direitos de propriedade — destaque para a opção pelo plural — que representam os direitos e as práticas de uso, na medida em que se reconhece, socialmente, a existência de diferentes formas de ser proprietário.

A propriedade, resultado de um conjunto de relações sociais e econômicas, constitui-se enquanto objeto primordial de estudo dos historiadores, no entanto tem sido tratado recorrentemente de forma a-histórica. Isso passa pela preocupação em se referendar certa interpretação jurídica que passou a pautar o entendimento sobre a propriedade a partir do século XVIII,⁴¹ e se entrelaçar também aos estudos históricos e às Ciências Sociais em geral. Daí entende-se que a propriedade se torna mesmo um conceito, na medida em que se debruça sobre os sentidos que ela assume ao longo do tempo e pelas variadas práticas históricas. É na vida real e na interação com a experiência dos indivíduos — e entre eles e o seu tempo — que a propriedade assume diferentes significados. Para além das caracterizações estanques que a definem, na leitura de Congost fica claro como as definições dos direitos de propriedade protegem e justificam uma determinada ordem social existente, que também passa a ser referendada pelo conhecimento acadêmico. O conceito só será compreendido em sua plenitude quando reconhecido seu caráter plural e mutante, reflexo direto das classes sociais — dinâmicas.

A vinculação das concepções jurídicas, restritas à área do Direito, ao aparelho de Estado a partir das Revoluções burguesas, caracteriza o processo que Paolo Grossi⁴² define como o “absolutismo jurídico”. O conceito cunhado por ele aponta para o processo de atrelamento do Direito ao Estado e a todas as esferas a ele ligadas, empobrecendo e restringindo o próprio campo. Se ele chama a atenção dos historiadores do Direito a respeito dos riscos desse atrelamento na pesquisa, é também preocupação da História Econômica a extrema ênfase às interpretações jurídicas dos elementos sociais, tal como ocorre no entendimento moderno sobre a propriedade. A reificação desse lugar social do Direito orienta uma interpretação sobre a propriedade condicionando todos os atores do Estado a uma leitura restrita ao campo jurídico, num movimento em que a sociedade moderna passou gradualmente a se perceber como uma sociedade proprietária a partir dos setecentos. Daí resultaram alguns problemas sérios na interpretação histórica, tais como ele elucida:

41 Grossi, 2006, “A propriedade e as propriedades na oficina do historiador”.

42 Idem.

um possível condicionamento cultural, além de uma noção exclusivamente centrada no pertencimento individual como elemento definidor da condição de propriedade.

HISTÓRIA E ECONOMIA: REFLEXÕES FINAIS

Seja reivindicando a valorização da História Econômica ou, como diria Braudel, da Economia Histórica,⁴³ há um vasto campo interdisciplinar a percorrer. Esse encontro se traduz não apenas em uma troca de métodos, mas, em um aprofundamento em perspectivas disciplinares outras a fim de ampliar o quadro de análise científica. E nesse ponto Braudel se propõe a acolher campos de conhecimento, revelando as possibilidades e limites da própria contribuição histórica.

Temos, com efeito, no decorrer de nossas viagens através do tempo dos homens, o sentimento de haver adivinhado realidades econômicas, estáveis estas, flutuantes aquelas, ritmadas ou não...Ilusões, reconhecimentos inúteis ou trabalho já válido? Não podemos julgar sós (2007, p. 116).

Ao longo deste texto procuramos acompanhar os movimentos de aproximações e distanciamentos entre as duas disciplinas em pauta, tendo por fio condutor os principais ganhos dos estudos que se nutrem por meio de debates que buscam a interlocução profícua e contribuições mútuas. Os trabalhos elencados neste texto colaboram para evidenciar a insuficiência teórica de alguns conceitos quando tomados isoladamente ou, sobretudo, quando apreciados através de uma única lente de observação, tais como *mercado*, *capitalismo* e *propriedade*. Os estudos evidenciam que as realidades e as questões econômicas não são dadas, nem tampouco estáticas ou eternas. É preciso considerar a historicidade e as dinâmicas próprias, percebendo assim as transformações que as fomentam. Os riscos teóricos também são uma possibilidade real para os estudos aqui em pauta, com ênfase para os destacados anacronis-

43 Braudel, 2007, pp. 115–24.

mos, além dos reducionismos. A História Econômica, que resulta do diálogo interdisciplinar, revela-se como um campo sempre novo de conhecimento, ampliado ainda com contribuições de outros saberes. Entendemos que a História Econômica já se constitui como um campo consolidado, porém, longe de ser “inatural”, sendo, portanto, merecedora de nossas atenções, na medida em que possibilita o entendimento da dimensão econômica das sociedades historicamente localizadas.⁴⁴

De tudo isto talvez precisemos apenas visitar novos problemas considerando velhas preocupações, que devem ser lembradas permanentemente pelos pesquisadores. Braudel já apontava para o desconforto ou o movimento “contraencosta” que deveria ser seguido pelos historiadores, reagindo contra as facilidades do estudo restrito ao progresso ou aos vencedores.⁴⁵ Os trabalhos, no entanto, estão longe de findos e os desafios tornaram-se mais complexos. Cabe igualmente aos muitos cursos de graduação e de pós-graduação, onde por excelência se frutificam as pesquisas científicas, possibilitar novos pontos de confluências, fortalecendo e revigorando o conhecimento produzido. Assim, longe de se buscar a Economia da História ou a História da Economia, aqui destacamos a importância do estudo interdisciplinar, lembrando que o campo científico se renova e se atualiza a partir das pesquisas, superando análises e propondo novas questões que alimentam e realimentam permanentemente a produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D’Assunção. “História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar”, *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 11, janeiro de 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo econômico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1998.

⁴⁴ Barros, *op.cit.*, p. 6.

⁴⁵ Braudel, *op. cit.*, p. 119.

- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 50.
- BRAUDEL, Fernand. “Para uma Economia Histórica”. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2007. pp. 115–24.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- BURKÚN, Mario; SPAGNOLO, Alberto. *Nociones de Economía Política*. Buenos Aires: Zavalía, 1985, p. 22.
- CANABRAVA, Maria Alice. “História e Economia”. In: CANABRAVA, Maria Alice. *História Econômica: Estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec; UNESP; ABPHE, 2005. p. 271.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Os Métodos da História*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- CONGOST, Rosa. *Tierras, Leyes, Historia: estudios sobre la grand obra de la propiedad*. Barcelona: Editorial Crítica, 2007.
- FINLEY, Moses. *A Economia Antiga*. Porto: Aforamento, 1986.
- FRAGOSO, J. “Para que serve a História Econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 29, 2002.
- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. “História Econômica”. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Editora Nacional, São Paulo, 1974, primeira edição publicada em 1959.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto Editor, 2009. Publicação original: 1961.
- GOFF, Jacques. “Documento Monumento”. In: GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- GROSSI, Paolo. “A propriedade e as propriedades na oficina do historiador”. In: GROSSI, Paolo. *História da Propriedade e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- KULA, Witold. *Théorie économique du système féodal*. Paris: Mouton, 1970.

LOMBARDINI, Siro. “Política Econômica”. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 2 vols. Brasília: Editora UnB, 2008. pp 968–76.

MONTCHRESTIEN, Antoine. *Traité de l’Economie Politique*, 1615. Disponível em: <<https://www.universalis.fr/encyclopedie/traite-de-l-oeconomie-politique/>>.

MOTTA, José Flávio. “Agonia ou robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira”. *Revista de Economia PUC-SP*, n. 1, pp. 117–38, jan–jun 2009.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Publicação original: 1944.

REIS, José Carlos. *História e Teoria. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RICUPERO, Bernardo. “Celso Furtado e o pensamento social brasileiro”. *Estudos Avançados*, v. 53, pp. 371–7, 2005.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia do Século XXI*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 271.

_____. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 13ª edição. São Paulo. Editora Best Seller, 2004.

SANTOS, Rui. “Polanyi e a Sociologia Económica”. In: POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Lisboa: Edições 70, 2012. pp. 39–64.

SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, Francisco da Silva (orgs.). *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.

TEIXEIRA, Aloísio. “Marx e a economia política: a crítica como conceito”. *Econômica*, v. II, n. 4, pp. 85–109, dez 2000.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

HISTÓRIA E EDUCAÇÃO
REFLEXÕES PARA TEMPOS SOMBRIOS
Mauro Amoroso¹ & Daniel Cavalcanti de A. Lemos²

Como era tentador, por exemplo, simplesmente ignorar o falastrão nazista. Mas por mais sedutor que possa ser render-se a tais tentações e isolar-se em sua própria psique, o resultado sempre será uma perda do humano junto com a deserção da realidade.

Hannah Arendt

Evitar a deserção da realidade, evitar a perda do humano, poderiam ser possibilidades da Educação e da História? Não ignorar os riscos e sinais presentes na nossa sociedade? Seria a Educação capaz de construir novas sociedades? E seria através do estudo da História que aprenderíamos com os erros e acertos de homens e mulheres que vieram antes de nós? Ou, por outro lado, seria a escola um espaço domesticador e reprodutor de pré-conceitos e a História um mecanismo para forjar uma identidade, legitimar condutas, criar um passado glorioso justificando seu eterno retorno? Entre esses extremos, longe de construir uma visão idealizada da Educação e da História, buscamos ficar atentos

1 Mestre em História pela UFF, Doutor em História pelo CPDOC/FGV, professor adjunto da FEBF/UERJ e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas.

2 Mestre em Educação pela UERJ, Doutor em Educação pela UFMG, professor adjunto da Faculdade de Educação da UFJF e do Programa de Pós-Graduação em Educação.

aos seus usos, a fim de evitar como alertou Arendt “uma perda do humano junto com a deserção da realidade”. Assim, quando é necessário valorizar a “pátria educadora” ou se deseja “ordem e progresso”, a Educação e a História são (alguns dos) meios utilizados. Sob determinados enfoques, a Educação e a História podem não apenas ajudar a pensar tipos de sujeitos, homens e mulheres na sociedade, como também ajudam a criá-los, passando para uns e para outros o conjunto de saberes “legitimados” que os constitui. Para Brandão, “a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força” (2002, p. 17).

Quando recebemos o convite para escrever sobre as parcerias, relações, interfaces entre a História e a Educação, dois campos de conhecimento tão amplos e multifacetados, nos vimos diante de um enorme desafio, de falar de fronteiras que buscamos cada vez mais abertas, que tem suas histórias e caminhos próprios. Para nós, não há maneira melhor de iniciar essa questão senão através de uma visão histórica, pensando a construção da narrativa do passado e a educação, e que tanto a História como a Educação são eles mesmo históricos, submetidos e produzidos por sujeitos, indivíduos, grupos, instituições que atuaram submetidos a seus tempos. Para esse diálogo utilizamos as contribuições de Certeau, um autor que circulou e teve seus estudos utilizados na História e na Educação. Terminamos o nosso artigo alertando para o difícil tempo presente, tempos sombrios.

HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: PARA INICIAR O PERCURSO

Pensar e narrar o passado é um ato presente em diferentes sociedades históricas, a partir de distintos princípios, objetivos, motivações e formas, condicionados por suas próprias conjunturas temporais. O mesmo pode ser dito sobre os diferentes caminhos e canais de transmissão de conhecimento, o que podemos chamar, agora sem maiores pretensões analíticas, de educar. Essa transferência contém diversos sujeitos envolvidos no processo, bem como os diferentes processos construídos para grupos de diferentes sujeitos nas socie-

dades. Um interessante exercício de indagações pode auxiliar a pavimentar caminhos reflexivos sobre História e Educação: como a função social do mito nas narrativas sobre o passado da Antiguidade Clássica poderia ser identificada em modelos específicos de Paideia? Como as relações pedagógicas que surgem a partir de instituições católicas distintas dialogaram com a concepção de *historia magistra vitae*? Haveria um fundo comum entre a Filosofia da História que vê a passagem do tempo como um caminho único do progresso e a concepção pedagógica das etapas escolares como uma forma de “construir cidadãos”?

Uma categoria importante para a historiografia contemporânea é a de “regimes de historicidade”.³ De forma semelhante, mas sem hierarquizar ambos os campos, não seria possível pensar em “regimes educacionais” que articulassem os espaços, sujeitos e temporalidades educacionais?⁴ História e Educação são concepções que envolvem fatores diversos. Práticas disciplinares, epistemes, metodologias. Agentes, sujeitos de produção e locais de atuação. Objetivos em disputa. Inúmeros outros poderiam ser enumerados, mas todos perpassados pelo mesmo laço: são construções históricas dentro de uma mesma sociedade, e por isso frutos de suas condicionantes temporais em comum. Desse modo, tal caracterização é o ponto de partida para a nossa reflexão.

As indagações levantadas anteriormente sobre possibilidades analíticas entre História e Educação revelam a amplitude e riqueza dessa relação, o que estabelece a necessidade de pequenos recortes para o presente ensaio.

Iniciaremos nosso percurso a partir da relação entre Estado, História e Educação tendo como foco o Brasil oitocentista, que marca a construção de um Estado e de um projeto de Nação do Brasil pós-colonial. Tal movimento

3 Conceção construída com o intuito de apreender as formas como o homem e as sociedades se relacionam com sua temporalidade a partir da articulação das noções de passado, presente e futuro. Para um aprofundamento da noção ver: Hartog, 2006 e 2013.

4 A escolha pela palavra “educação” é proposital por ser uma concepção ampliada que abarca tanto o “escolar” quanto o “pedagógico”, aliando o espaço escolar, uma construção histórica e social clara, e todos os que nele atuam, a outros lugares e agentes onde se desenvolve práticas educativas diversas.

envolve uma disputa de diferentes propostas e ideologias, na qual a escola possui um contexto fundamental, fenômeno que também é observado na Europa. Ou seja, é fundamental se ter em mente que a construção das formas escolares no Brasil desse século ocorreu em meio a uma série de disputas e tensões entre diferentes projetos de Nação (GONDRA; SCHUELER, 2008).⁵ Nesse mesmo século, também deve ser sublinhado que o discurso historiográfico ganha cientificidade conforme os aspectos da modernidade do século XIX. Na Europa, nota-se o destaque da temática nacional nas narrativas oficiais sobre o passado, sendo que a escrita profissional da História do Velho Continente em muito influenciou a nossa própria, marcada de traços elitistas e o ensejo de se adequar em uma tradição iluminista (GUIMARÃES, 1988).

Desse modo, podemos notar um projeto movido, e executado, a partir de um ideal do que seria uma função do Estado: a construção de um projeto de Nação. Nesse ato, tendências e objetivos políticos tomam o Estado por terreno em disputa. A própria ideia de “Nação”, conforme amplamente debatido por bibliografia pertinente,⁶ ou de “identidade nacional”, trata-se de uma vitória de um conjunto de concepções e interesses. Nessa via, História e Educação são usadas como meios para finalidades últimas. Ferramentas para a construção e difusão de um discurso pátrio e de um ideal de “cidadania” que, além de ser moldado com os olhos voltados para a Europa, é reflexo de uma sociedade latifundiária, patriarcal e escravista. No que concerne à educação escolar, a abordagem estatal calcada no ideal europeu de civilização não dialogava com os processos informais de transmissão de saberes ligados ao cotidiano (GONDRA; SCHUELER, 2008). O mesmo não poderia ser dito

5 Contudo, é preciso se ter em mente que processos educativos existem desde a colonização, envolvendo não apenas as iniciativas jesuítas. Estando atento a anacronismos e posturas eurocêntricas, não se deve esquecer dos processos específicos de construção e transmissão de conhecimento das sociedades pré-cabralinas. Para um debate sobre a educação colonial, ver: Stephanou; Bastos, 2004.

6 Dentre as variadas obras possíveis, podemos destacar duas análises já amplamente conhecidas: HOBBSAWM, 1990 e ANDERSON, 2008.

das formas igualmente informais de elaboração e difusão de narrativas sobre o passado, pela via da memória e da oralidade?

Desde o período joanino, vemos o surgimento de instituições formais não apenas educacionais, mas também nos campos científico e cultural: Academia Real de Marinha (1808), Academia Real Militar (1810), Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, Biblioteca Pública, Real Jardim Botânico (todos esses em 1810), além da Missão Francesa (1816), e outras iniciativas (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 24). Após a Independência, a Constituição de 1824, em seu artigo 179, parágrafo 2, estabelecia a instrução primária gratuita a todos os cidadãos, sendo que a mesma carta constitucional estabelecia a abrangência e o limite dessa noção de cidadania, dentro de nossa especificidade social (idem, p. 30). Após a primeira Lei Geral do Ensino, de 15 de outubro de 1827, e o debate acerca da centralização ou da descentralização da questão escolar com o Ato Adicional de 1834, outros marcos da História da Educação da época são: a criação da primeira Escola Normal brasileira, em 1835, em Niterói, com o objetivo de criar um corpo profissional capaz de instruir a população nos moldes conservadores da época (LOPES; MARTINEZ, 2007, p. 60); o nascimento do Colégio de Pedro II,⁷ em 1837, com o objetivo de tornar-se uma referência acadêmica de educação para as elites no âmbito da instrução secundária, originando tal modalidade (PENNA, 2008, p. 12).

Em 1838, é fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com a finalidade de sistematizar a produção brasileira no século XIX e traçar um perfil para o que seria uma “Nação Brasileira”, com especificidade própria com relações a outras e de acordo com os princípios organizadores da vida social oitocentista. Assim, se visava homogeneizar a visão de Brasil entre nossas elites, com o intuito de esclarecê-las para governarem o país (GUIMARÃES, 1988, p. 6–7). As instituições educacionais criadas nos anos 1830, sem nos esquecermos das anteriores, são praticamente contemporâneas ao IHGB, e tal fato não deve ser visto como mera coincidência. “Inventar um Brasil”, a partir de uma ideia de gênese de um projeto de Nação pensado a partir da Independência, criando símbolos, representações, imagi-

7 Para uma análise mais ampliada sobre o Colégio de Pedro II, ver Andrade, 1999.

nário, uma narrativa sobre o passado, o papel das elites e o lugar dos escravos, indígenas e subalternos sociais, é um movimento simbólico no qual a Educação exerceu fundamental papel. Ela é o veículo de difusão da língua pátria e conhecimentos sobre a natureza, território e população do Império (GONDRA; SCHUELLER, 2008). A Educação foi vista pelas elites conservadoras que governaram o Brasil oitocentista como ferramenta fundamental para a criação e difusão de um “sentimento nacional” em paralelo com os rumos de seus interesses (MATTOS, 1990). Desse modo, seu papel coadunava-se com o do IHGB, em um exemplo de como História e Educação, a partir de interesses de grupos específicos e pensadas a partir do Estado, dialogaram no século XIX.

Nas primeiras décadas após a Proclamação da República, ocorrida em 1889, os significados da Educação, assim como outras instâncias da sociedade monárquica brasileira, também se tornaram objetos de disputa simbólica. Haveria uma tendência a desqualificar alguns símbolos do Império associando à noção de atraso, em contraponto à modernidade que se pretendia alcançar com o regime republicano. Na Educação, é possível notar variações desse fenômeno, de maior aceitação ou negação de uma memória da Educação oitocentista brasileira, a exemplo de Minas Gerais, onde se nota a primeira tendência, e do Rio de Janeiro, onde se vê a segunda (FARIA FILHO; VIDAL, 2005). Desse modo, podemos notar, mais uma vez, a Educação se tornando um rico campo de ensaio para os significados de um projeto de República e como suas elites dirigentes lhe introjetavam seus interesses e anseios, inclusive em sua relação com nossa História imperial, relacionando Educação e narrativas sobre o passado.

Tal quadro pode ser observado nas reformas que ocorreram nos anos 1920 e 1930.⁸ Essas reformas trarão algumas modificações na Educação republicana, como a adoção dos modelos de grupos escolares (embora hou-

8 Entre as quais podemos destacar as de Sampaio Dória (São Paulo, 1920), Lourenço Filho (Ceará, 1922 e 1923), Francisco Campos (Minas Gerais, 1920), Fernando de Azevedo, (Rio de Janeiro, 1927 a 1930), e as de Anísio Teixeira (Bahia, 1924 a 1929 e Rio de Janeiro, 1931 a 1935).

vesse poucos, mesmo nas capitais), a adoção definitiva do ensino coletivo, o controle do corpo e do gestual do aluno através da adoção de um tempo escolar mais racionalizado que visasse que a criança se adaptasse a ele, e não o contrário, como acontecia no Império (FARIA FILHO; VIDAL, 2005). Esse grupo esteve envolvido em importantes momentos do debate educacional no século XX, a exemplo das querelas com os educadores católicos nos anos 1920 e nos manifestos de 1932 e 1959.⁹ O primeiro manifesto tratou-se de um documento que defende pontos como a defesa da Educação pública e laica, influenciados pela concepção de Escolas Novas a partir de nomes como John Dewey e Adolphe Ferrière, a partir de diferentes interpretações. Era um grupo heterogêneo que passou a atuar na vida pública, em sua maior parte, desde os anos 1920, em diversas frentes, a exemplo do segundo manifesto mencionado, que, a partir do debate da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que ocorria desde 1948, estabeleceu uma defesa da esfera pública da educação. É interessante notar que, além da participação nos importantes debates educacionais mencionados, tal grupo, ainda que de forma heterogênea, voltava seu olhar para o desenvolvimento do aluno como sujeito a partir de diferentes perspectivas.¹⁰

As narrativas acadêmicas sobre o passado também passaram por uma modificação no período republicano, não estando mais atreladas ao Estado como discurso oficial. Desse modo, passaram a ter um olhar problematizador voltado para o entendimento das estruturas de poder, relações sociais, políticas, econômicas e culturais, além dos aspectos formadores de nossa sociedade. Notava-se, igualmente, influências teóricas distintas que iam da antropologia cultural ao materialismo dialético. Podemos citar obras importantes como as de Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Caio Prado Júnior (1945). Nos anos 1950, com a criação do Centro Brasileiro de Pesqui-

9 Respectivamente conhecidos como Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova e Manifestos Mais Uma Vez Convocados, referentes a diferentes embates em momentos históricos distintos do campo educacional.

10 Para um debate da trajetória intelectual, profissional e política desse grupo diverso, podemos destacar, dentre outros, Brandão, 1999; Xavier, 1999 e Nunes, 2000.

sas Educacionais (CBPE), especificamente em 1956, sob a égide de Anísio Teixeira, profissionais ligados originalmente ao campo da educação desempenham um papel importantíssimo para a formulação de teses de interpretações da sociedade brasileira, contribuindo, inclusive, para a consolidação de uma perspectiva sociológica sobre o assunto (SILVA, 2002).¹¹

Desse modo, ao longo do século XX, é possível encontrar caminhos cruzados entre História e Educação. Mesmo quando ligados à iniciativas estatais, é perceptível um olhar de problematização da sociedade brasileira em ambos os campos. A partir de diferentes matrizes teóricas e metodológicas, pode-se levantar a hipótese de uma complexificação e desejo de inteligibilidade dos sujeitos históricos e escolares, bem como seu papel participativo, e não apenas passivo, na sociedade, como era no século XIX. Em muitos casos, a exemplo da pedagogia libertária de Paulo Freire,¹² ou da historiografia marxista e militância de Caio Prado Júnior, é possível atentar que esse entendimento pretende-se uma ação prática de transformação social.

Durante a ditadura militar (1964–1985), privilegiaram-se os interesses da iniciativa privada, implementando-se um projeto pedagógico que não visava uma formação humanista e ampla, mas sim voltada para os interesses do mercado de trabalho, em um quadro de ampla repressão política. Com o apagar das luzes do regime de 1964, novas reivindicações por uma Educação pública, gratuita, universalizada e de qualidade surgiram. Os anos 1990 e 2000 trouxeram novos desafios e possibilidades de encontro entre a História e Educação, cuja complexidade ainda é um grande desafio a ser pensado.

11 Nesse sentido, é importante atentar para o papel do CBPE na trajetória profissional de Darcy Ribeiro, por exemplo.

12 Deve-se levar igualmente em conta as iniciativas influenciadas pela ideologia anarquista, muitas ligadas a associações e sindicatos, nas primeiras décadas da República (Gallo; Moraes, 2011).

REFLEXÕES ALÉM DAS FRONTEIRAS: MICHEL DE CERTEAU, EDUCAÇÃO E HISTÓRIA

Todo relato é um relato de viagem – Uma prática
do espaço.

Certeau

Michel de Certeau é um dos autores acolhidos tanto pelo campo da Educação como da História, com tempos e apropriações distintas. Pensando na circulação de seus trabalhos em língua portuguesa, segundo Vidal (2005) “talvez o primeiro texto de Certeau traduzido no Brasil tenha sido ‘A operação Histórica’”. Foi publicado como capítulo inicial do livro *História: novos problemas* organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora, publicado originalmente na França em 1974 e publicado em português dois anos depois. Em 1982, foi publicado no Brasil *A escrita da história*, oito anos depois da publicação do original em francês, como aponta Vidal (2005) “Para o contexto brasileiro, Michel de Certeau estaria associado nesses primeiros anos à discussão epistemológica da história”. Outra obra de Certeau que teve grande acolhida, dessa vez no campo da Educação, foi *A invenção do cotidiano* e em seguida *A cultura no Plural*. Em ambas as obras, Certeau aparecia como um estudioso e especialista em práticas culturais contemporâneas, pensando as artes de fazer, a mídia, tecnologias.

Notam-se estudos do pensador francês sobre a historiografia e a relação entre escola, cultura e sociedade, em obras distintas escritas entre 1969 e 1972 (CERTEAU, 2011, 1995). Em importante análise historiográfica, Certeau (2011) atenta para a necessidade de se situar uma produção histórica, bem como seu autor, em sua localização histórica, temporal. Tal ato possibilitaria vislumbrar a singularidade de cada um, a pluralidade de procedimentos científicos utilizados em uma determinada época, bem como as funções sociais do trabalho do historiador e as convicções que muitas vezes o movem. Assim, a História deve ser pensada como uma prática (disciplina) que leva a um resultado (discurso), além da relação entre ambos sob a forma de produção.

Desse modo, a História, enquanto disciplina científica, produz discursos sobre o passado ao mesmo tempo em que é influenciada pela conjuntura temporal de onde se enunciam os mesmos discursos. Ou seja, é uma busca por enunciados sobre o passado, a fim de dá-lo inteligibilidade, a partir de um cenário histórico também fadado à passagem do tempo e por isso, passível de se tornar objeto de estudo da própria ciência histórica. Sendo assim, é possível entender nuances de uma sociedade em um determinado momento conjuntural a partir dos discursos científicos sobre o passado nela construídos.

O pensador francês também aborda a instituição escolar como um objeto socialmente inserido e, por conseguinte, influenciado pelas questões prementes da sociedade na qual se insere (CERTEAU, 1995). A partir de um debate sobre uma reforma curricular da língua francesa em 1969, Michel de Certeau (1995, p.123) analisa tais mudanças como um meio de modificar a relação do ensino com certas tradições autorizadas, muitas vezes associadas a valores vistos como “ancestrais” e “nobres”. Ou seja, faz-se referência a certos conteúdos que acabam por serem sacralizados e eternizados em currículos ao longo do tempo, que por vezes ignorariam certos intercâmbios e manifestações culturais de setores consideráveis da sociedade. Como exemplo, o autor menciona o privilégio que a escrita possui sobre a oralidade, tendo como efeito o congelamento de aspectos linguísticos por muitas vezes não mais falados (CERTEAU, 1995, p.126).

Nesses dois modos aos quais se referiram à História e à Educação,¹³ é sublinhado como são dois campos influenciados pelas sociedades, em seus respectivos momentos históricos, que as produzem. Como os debates, e embates, sociais norteiam ambas as disciplinas. O discurso histórico não pode ser desligado de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que delineiam as formas da produção científica. Dentro desse quadro, deve-se atentar que sua função acaba sendo a de fazer o passado conviver no presente, como se o “ressuscitasse” (CERTEAU, 2011, p. 28).

13 Ainda que pensada a partir da escola, no caso desta última, instituição que não dá conta de todas as formas educacionais existentes.

Desse modo, nota-se a execução de uma operação intelectual cujo primeiro passo é a diferenciação entre um “passado” e um “presente”, ou seja, um ato de construção de uma alteridade, da elaboração de um “outro” como objeto de estudo enquanto passado. A fronteira entre objeto (“passado”) e práxis científica (“presente”), nessas condições, pode ser considerada frágil e sempre em movimento quando se substitui uma noção de um sentido absoluto sobre o passado, naturalmente dado, pela de um objeto construído por uma operação direcionada pelas influências de seu local (temporal, social, cultural, político e econômico) de operacionalização (CERTEAU, 2011).

Com relação à instituição escolar, é chamada atenção para a importância entre as relações de conteúdo de ensino e pedagógica, essa última entendida como o intercâmbio entre professor e aluno. Esse intercâmbio por si só produz uma linguagem específica ou seria apenas um canal transmissor de saber? Certeau questiona se a comunicação seria parte determinante da cultura escolar ou apenas uma técnica que visaria atender consumidores a partir de uma “produção especializada”.¹⁴ A tal indagação, feita com um viés provocativo, se somaria o quadro no qual outros conhecimentos adquiridos em outros locais e meios sociais, apresentando ênfase considerável nos veículos de comunicação de massa, passariam não apenas a concorrer, mas até a ganhar mais importância que o conhecimento escolar. Diante de tal situação, muitas vezes a postura docente tem sido defensiva como uma forma até de autopreservação do conhecimento específico que ele representa (CERTEAU, 1995).

Certeau igualmente chama atenção para o caso francês, no qual desde o século XVIII a escola representaria um poder e o monopólio de difusão cultural, em se tratando de uma instituição intimamente ligada ao Estado. Os fatores mencionados anteriormente evidenciaríamos uma crise na relação entre sociedade e Escola, pois a primeira colocaria cada vez mais questões e funções que a segunda, em sua forma atual, não estaria estruturada para responder.

14 A provocação feita pelo autor em 1972 é pertinente até os dias de hoje, se encaixando claramente na realidade atual da educação brasileira e de diversas instituições privadas e fundações que participam de políticas públicas educacionais através de uma indústria que engloba de licitações de materiais pedagógicos a projetos de aceleração escolar.

Desse modo, ainda pensando a partir da sociedade francesa, o autor fala de uma “multiplicação da cultura”, entendida como diversas referências culturais em contraponto a um monopólio de difusão até então possuído pela instituição escolar. Nesse novo quadro, uma gama de possibilidades se abriria, de modo a não contemplar nem o fim da escola e a amplitude de sujeitos e redes a ela associados, nem desejar que essa instituição assuma um mero papel de reproduzir trabalhadores para empresas industriais ou técnicas (CERTEAU, 1995, 140–1).

Conclusões

Com essas breves observações, é possível montar um sintético quadro de entendimento sobre a relação entre História, Educação e a sociedade na qual se desenvolvem como fenômeno e disciplinas. Conforme observado anteriormente, ao longo do século XX, em um processo complexo e repleto de nuances, vemos como ambos os campos dos saberes ampliam seu papel para além de (re)produtores de discursos oficiais estatais para locais de entendimento de sujeitos sociais. O papel do negro, das mulheres, das famílias, além de segmentos sociais específicos, passaram a fazer parte do conjunto de objetos dos estudos históricos. Ao mesmo tempo, a dinâmica dos espaços escolares se mostrou cada vez mais receptiva a temas como educação inclusiva, indígena, questão étnica, de gênero, além da própria sexualidade.

Esse quadro é muito bem delineado durante a abertura política após a ditadura de 1964, mas pode-se ver vislumbres, em diferentes graus e debates, dos mesmos em momentos históricos anteriores. Em todos esses períodos, pode-se entender questionamentos pelos quais passavam a sociedade brasileira em períodos específicos. O mesmo vale para o quadro atual, onde em alguns protestos políticos é possível ver manifestações pela “volta da ditadura”,¹⁵ ao mesmo tempo em que vemos projetos educacionais do teor do “Escola Sem Partido”.¹⁶ Um discurso sobre o passado que pede a volta do regime

15 Como visto em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/sp247/246869/Na-Paulista-anti-Dilma-pedem-volta-da-ditadura.htm>, consultado em 2/11/2016>.

16 Movimento que objetiva, através de projetos de lei de âmbito federal, estadual e municipal, o cerceamento de conteúdos curriculares impedindo debates de temáticas que

de 1964 não deve ser naturalizado, mas passar por um processo de crivo analítico dos fatores políticos, sociais, econômicos e culturais que possibilitaram seu surgimento. Ainda que, muitas vezes, não seja um discurso acadêmico, do mesmo deve se tornar objeto, além de ser necessário o entendimento de como o discurso histórico produzido pela práxis científica afeta e é afetado por essa forma de produção de memória.

Diante de uma situação de “crise” na qual a escola recebe questionamentos de sua função perante a sociedade, tal qual apontado por Michel de Certeau, é fundamental pensar as raízes de um fenômeno como o movimento “Escola Sem Partido”, não à toa contemporâneo a essa nova leva de “pedidos de volta pela ditadura”, o que revela mais um caminho, consideravelmente tortuoso, para se pensar desafios atuais posto à História e à Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II. Um lugar de memória*. Rio de Janeiro: PPGH-UFRJ, 1999. Tese (Doutorado em História Social).
- BRANDÃO, Zaia. *A Intelligentsia Educacional. Um percurso com Paschoal Lemme por entre as histórias e memórias da Escola Nova no Brasil*. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH/ EDUSP, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.
- _____. *A escrita da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

vão de violência de gênero, sexualidade à obra de filósofos como Karl Marx.

- FARIA FILHO, Luciano; VIDAL, Diana. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003. Publicação original: 1933.
- GALLO, Sílvio; MORAES, José Damiro de. “Anarquismo e educação: a educação libertária na Primeira República”. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *História e memórias da educação no Brasil, v. III: século XX*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan 1988.
- HARTOG, François. “Tempos do mundo, história, escrita da história”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.
- _____. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Publicação original: 1936.
- LOPES, Sônia; MARTINEZ, Sílvia. “A emergência das escolas normais no Rio de Janeiro do século XIX: Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campos”. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 7, n. 3, 2007.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2000.

PENNA, Fernando de Araújo. *Sob o nome e a capa do imperador: a criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção de seu currículo*. Rio de Janeiro: PPGE-UFRJ, 2008. 185 p. Dissertação (Mestrado em Educação).

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 20ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977. Publicação original: 1945.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *História e memórias da educação no Brasil, v. I: séculos XVI e XVIII*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SILVA, Graziella Moraes. *Sociologia da sociologia da educação: caminhos e desafios de uma policy Science no Brasil (1920–1979)*. Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2002.

VIDAL, Diana. “Michel de Certeau e a difícil arte de fazer história das práticas”. In.: FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

XAVIER, Libânia. *O Brasil como laboratório: Educação e Ciências Sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (195–60)*. 2ª ed. Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 1999.

HISTÓRIA E FILOSOFIA: EM BUSCA DAS AFINIDADES ESQUECIDAS

Beatriz Anselmo Olinto¹ & Bruna Silva²

Para os filósofos as ideias, para os historiadores os fatos
brutos; contentemo-nos com as coisas sérias e deixemos
as crianças com os seus brinquedos.

– Benedetto Croce

Benedetto Croce faz essa dura ironia durante o seu texto de crítica tanto ao determinismo histórico (empirista e causal) dos historiadores, quanto à Filosofia da História (uma outra teogonia) dos filósofos. A epígrafe acima faz referência a qual seria a concepção implícita existente na diferença entre Filosofia e História nas Filosofias da História dominantes durante o século

1 Professora do Curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Doutora em História Cultural e Pós-doutorada em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora da Rede Proprietas. Autora do livro Pontes e muralhas: diferença, lepra e tragédia no Paraná ao início do século XX (2ª edição, Editora da UNICENTRO, 2013). E-mail: bialinto@hotmail.com

2 Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail:brunasilvabs@gmail.com

XIX na Europa. Alguns parágrafos antes, o autor havia definido em que cota considerava o conteúdo de tais filosofias: “essas imagens e essas palavras aí colocadas como ideias e como fatos; isto é como mitos: mitos são o Progresso, a Liberdade, a Economia, a Técnica, a Ciência, sempre que se concebam como motores exteriores aos fatos; não menos mitos do que Deus e o Diabo” (CROCE, p. 288).

Produzidos em 1916, tais excertos da obra de Croce *História: sua teoria e prática* são indícios de que havia algum problema na relação entre essas duas áreas tão próximas, mas por vezes tão distantes, de reflexão e conhecimento sobre a vida humana no tempo. Daí ser necessário, mais uma vez, discuti-las.

Em algum momento do início do século XIX, a Filosofia e a História produzidas no continente europeu romperam seus laços. Naquele momento, o campo filosófico advogava que a história dos homens deveria ser compreendida em seu sentido profundo, a partir da explicação de uma marcha universal de História, seja pelo paradigma Iluminista e, principalmente, pelo hegeliano e suas extensas derivações. Apesar das críticas, essas explicações teleológicas influenciaram uma vasta gama de intelectuais durante todo aquele século e também nas décadas iniciais do século seguinte. Por sua vez, os historiadores ergueram muros de desconfiança para com a Filosofia, vista como um eufemismo para a tentativa de imposição de algum tipo de teleologia sobre o trabalho empírico característico da historiografia. Os termos desse confronto podem ser percebidos em Ranke no seu texto “O Conceito de História Universal” (1831), quando explica os motivos de a História ser Ciência e Arte:

Enquanto ciência, ela se aproxima da Filosofia; enquanto arte, da poesia. A diferença está no fato de que Filosofia e poesia, de maneira análoga, se movimentam no plano das ideias, enquanto a História não tem como prescindir do plano real. (RANKE, 2010, p. 202)

Porém, o que poderia parecer apenas uma definição de especificidades de cada conhecimento, logo se transforma em um enfrentamento declarado:

[...] preferiremos ver a História em oposição à Filosofia. Falamos daquela que chega a seus resultados por meio de especulação, e que alimenta a pretensão ao domínio sobre a História. (RANKE, 2010, p. 204)

Filosofia e História seriam então uma oposição, por um lado, as ideias e a especulação; por outro, o estudo do real? Além disso, haveria uma pretensão de domínio sobre a História? Para Ranke, a Filosofia tratava da utilização de conceitos abrangentes para o estudo de diferentes épocas, sendo assim uma dada verdade seria descoberta construindo totalidades, universais para a História. Essa noção não foi aceita por Ranke, tendo em vista que, para ele, a História tornaria-se apenas um mero instrumento da Filosofia, ou ainda: “[...] ela seria simplesmente regida por um teorema da Filosofia” (RANKE, 2010). Ou seja, a História seria sempre fruto de uma fórmula matemática aplicada a qualquer elemento histórico.

Uma vez que elementos fossem impostos a partir de regras vindas do alto, a História perderia seu caráter científico. O filósofo não contente em deixar de verificar se o seu conceito é verdadeiro, “[...] passa a adequar os eventos aos conceitos”. A *Geschichte* contém a verdade quando adaptada ao conceito universal, tal fundamento é oposto à *Histoire*.³ Ranke opunha-se a esse modelo de regras aplicáveis à realidade, para ele cada fato histórico e cada documento deveria ser analisado em si mesmo, sem buscar elementos que o agregassem forçosamente.

Continuando a reflexão, o autor passa a analisar as pretensões da Filosofia de dizer a verdade sobre a História a partir de conceitos universais, para os

3 “Historie, que significa predominantemente o relato, a narrativa de algo acontecido, designado especialmente às ciências históricas, foi sendo preterida em favor da palavra ‘Geschichte’. O abandono do termo ‘Historie’ e o subsequente emprego de ‘Geschichte’ completou-se por volta de 1750 com uma veemência que pode ser estatisticamente comprovada. ‘Geschichte’ significou originalmente o acontecimento em si ou, respectivamente, uma série de ações cometidas ou sofridas. A expressão alude antes ao acontecimento [Geschehen] em si do que a seu relato.” [KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 48.]

quais os eventos só seriam citados quando os confirmassem e os exemplificassem. Ranke também apontou que a História poderia ter, se assim o quisesse, as mesmas pretensões de domínio sobre a Filosofia. Isso poderia ser feito pois que, essa última, pode ser encarada como as reflexões feitas por um povo específico, na linguagem de seu tempo e, assim, sem nenhuma validade absoluta. (RANKE, 2010, p. 206).

Não se pretende aqui analisar as relações entre a História e a Filosofia segundo Leopold Von Ranke, mas apenas assinalar os termos mais gerais da dificuldade de diálogo entre as duas áreas há pelo menos duzentos anos.

No início do século XXI, François Dosse analisou a situação aqui em pauta. O autor apontou que, durante a virada do século XIX para o XX, a historiografia francesa passou por uma “relativa autonomização em relação à Alemanha”. Tal distanciamento foi uma condição de possibilidade para a instituição de um embate interno na historiografia produzida à esquerda do Reno, no qual a oposição será a partir de agora instituída em termos de enfrentamentos entre metódicos e durkheimianos. Esse embate, por sua vez, acabava por reconstituir “uma oposição simples entre partidários de uma ciência nomotética, calcada nas ciências naturais, e historicistas idiográficos”, a qual acabava por encobrir, segundo o mesmo autor, uma complexidade de questões. (DOSSE, 2010, p. 29)

Dessa polarização do debate teórico metodológico na historiografia, apenas em termos da constituição de leis e unidade do método entre as ciências humanas, por um lado, e da defesa da empiria e de uma metodologia individualizante do singular, por outro, decorre uma impossibilidade de análise, ou até de percepção, das extensas e bem fundamentadas pontes firmadas entre História e Filosofia em diversos e amplos campos da pesquisa histórica para os quais conceitos, reflexões e problemáticas foram uma via de mão dupla entre os dois campos. Busca-se aqui levantar, brevemente, alguns momentos de tensão, mas também de colaboração entre elas.

FILOSOFIAS DA HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DA DISTÂNCIA

O receio dos historiadores para com a Filosofia parece vir de uma generalização de todo o campo filosófico como lugar de uma concepção de História construída principalmente nas formulações das Filosofias da História dos séculos XVIII e XIX, pois que, tais postulados tratam de “[...] um fundo comum de questões e respostas, independente de qualquer formulação específica” (CHARTIER, 2002, p. 11).

Immanuel Kant, três séculos atrás, respondia à pergunta Que é o Iluminismo? E sem delongas afirmou contundentemente: “Sapereaudé! Tem a coragem de te servirdes de teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo.” (KANT, 2016, p. 5). O filósofo desafiou seus contemporâneos a serem sábios, a pensarem por si mesmos. Para que tal ação ocorresse, era necessário que o indivíduo fosse dotado de liberdade, só assim seria possível fazer uso crítico da razão, mesmo nos momentos nos quais se escuta de todos os lados a exclamação: “não raciocines!” (KANT, 2016, p. 5).

Os velhos ensinamentos não mais faziam sentido, uma vez que cada indivíduo e, por conseguinte, a humanidade, se tornaria responsável por seus atos. O rumo da História não deveria mais ser baseado no passado, já que as luzes direcionavam para o futuro, a História passou a ser compreendida como um singular coletivo, a humanidade rumaria à Ilustração.

Com isso, a História vista pelo ângulo dos filósofos ganhou nova roupagem, os acontecimentos passaram a ser vistos como um caminho a ser trilhado e a noção *magistra vitae* foi superada. Com Hegel, ao final do século XVIII, a disciplina histórica ganhou outro sentido duradouro. A partir de então, a conjuntura de dados históricos passava a ser compreendida como um mero amontoado de fatos, aos quais somente os filósofos seriam capazes de designar um sentido.

De forma semelhante a Kant, Hegel compreendeu que o homem deveria ser liberto pela razão. No entanto, sua concepção de razão era oposta à razão prática kantiana, pois em Hegel a libertação se daria apenas através do Estado. Esse último incorporaria a si a própria razão. Para Hegel, haveria uma aceitação da ordem dos acontecimentos e das coisas, o que incluiria aceitar o

mal, a encarnação da própria razão. Como exemplo disso se teria no Estado a perfeita realidade, a encarnação do espírito do mundo.

A partir da obra hegeliana, muitas interpretações foram possíveis e sua influência sobre a historiografia europeia marcou o século XIX e o início do século XX. Porém, também será nesse período que a sua crítica será fundamental para a libertação da escrita da História de sua influência. Foge do objetivo do presente capítulo entrar nesses debates, porém, cabe destacar a análise de Ernest Cassirer sobre como o Estado em Hegel, por possuir a verdade sem conter nenhuma moralidade em si e tendo por princípio o poder, acaba por fundamentar uma teoria fascista e brutal (CASSIRER, 2003, p. 290).

A teoria hegeliana teve aspectos abrangentes, por este motivo Cassirer também compreende que ela se perdeu internamente, pois cada grupo teve uma interpretação díspare e apelou pelo poder: “Bolchevismo, fascismo, nacional-socialismo, todos eles desintegraram e cortaram aos pedaços o sistema hegeliano. Lutam constantemente entre si pelos restos do festim.” (CASSIRER, 2003, p. 290). O surpreendente e grave é que essas lutas não são apenas simbólicas ou apenas ideológicas, mas tiveram efeitos duros sobre a política e a vida humana.

Sendo o Estado a própria razão, e por isso a liberdade, Hegel concluiu que os povos sem Estado não faziam parte do curso histórico, seriam a-históricos, pois que não conheceriam a liberdade, conseqüentemente não despertariam interesse para a Filosofia da História (PRADO, 2010, p. 1). Ao refletir sobre essa concepção, na qual a liberdade encontra-se apenas no Estado, o indivíduo seria livre quando compreendesse ser pertencente e obediente a tal estrutura.

Na Filosofia da História hegeliana, a visão orgânica de Estado foi substituída pela dialética, uma continuidade de contrários. A vida política revelava sua face negativa: a guerra. Política e guerra eram duas faces da mesma moeda não podendo ser separadas uma da outra. A História em Hegel é universal, o tempo histórico não tem fim, sendo que religião e História fazem parte da metafísica deste filósofo. Por tal influência da religiosa cristã, o progresso da História seguiria baseado em noções cristãs, como uma teodiceia, reafirman-

do as questões progressistas da história (PRADO, 2010, p. 3). Carlos Prado enfatizou a concepção racional da história em Hegel:

A filosofia hegeliana afirma que o mundo é governado racionalmente, pois a razão está na História, e esta, por sua vez, não está entregue ao acaso e a improvisações aleatórias. Se a razão está na História e é essa força que rege o mundo, o papel do filósofo é buscar nos acontecimentos e ações que parecem isolados, o seu nexos racional. (PRADO, 2010, p. 4)

A história universal, desse ponto de vista, foi concebida a partir de leis que regem o todo, a função do filósofo da História seria encontrar a razão de tais acontecimentos filosoficamente: “a História universal é, de maneira geral, a exteriorização do espírito no tempo, enquanto a natureza é o desenvolvimento da ideia no espaço” (HEGEL, 2005, p. 67). O espírito do tempo que rege os acontecimentos transmuta-se no espaço ao longo do tempo e no tempo, esse espírito que rege os acontecimentos históricos é a razão a ser decifrada.

Cassirer não deixou de mencionar que existiram muitos que se declararam contra essa linha de pensamento, assim como Fries ao afirmar que essa teoria “nasceu nos muros da servidão” (CASSIRER, 2005, p. 292). Por outro lado, os liberais alemães enxergaram no sistema hegeliano “[...] o inimigo mais perigoso de todos os ideais democráticos” (CASSIRER, 2005, p. 292). A filosofia hegeliana teve muitos desdobramentos, chegando a ter a sua dialética invertida pelo materialismo histórico de Marx, Engels, e depois Lenin.

Na medida em que se constata o curso dialético da História hegeliana, compreende-se um rumo a ser seguido, portanto é possível evidenciar uma temporalidade teleológica tal como a do paradigma iluminista de conhecimento. No entanto, Hegel opõe-se a procurar conceitos na mente do homem, mas sim no curso dos acontecimentos históricos. Mesmo com a compreensão universal da História, o filósofo reduziu a posse do poder a um Estado de cada vez, o que na contemporaneidade de Hegel se traduzia no desejo da encarnação do espírito do tempo no Estado alemão.

Cassirer mais uma vez atenta para a visão de história universal de Hegel, pois que o ‘mundo presente’ de Hegel era um mundo muito estreito: “Estava profundamente preocupado com os problemas de seu tempo e de seu país” (CASSIRER, 2005, p. 294). Nesse sentido, observa-se que o filósofo ao tratar dos problemas políticos germânicos deixava de lado o universalismo.

Certamente o progresso da História hegeliana foi alvo de críticas e Schopenhauer o considerou nefasto (CASSIRER, 2005, p. 297). Por outro lado, Hegel nunca negou que o mal faria parte da História, era parte da realidade do Estado. Os períodos harmônicos da história não o interessavam, já que, sem a antítese, a História ficaria sem vida, perdendo seu significado e seu impulso: “O que se procura e o que nos dá prazer na História da humanidade não é a felicidade do homem, mas sua atividade e energia” (CASSIRER, 2005, p. 299).

Por outro lado, encontramos uma compreensão da História que tentava se desprender da Filosofia: o conceito de História de Leopold Von Ranke, o qual foi discutido ao início do texto, pois que para o autor: “A História se diferencia das demais ciências porque ela é, simultaneamente, uma Arte. Ela é Ciência na medida em que escolhe, descobre, analisa com profundidade; e arte na medida em que representa e torna a dar forma ao que é descoberto, ao que é aprendido.”⁴ Ora, ao encarar a disciplina como Arte e Ciência, Ranke propôs que a escrita nascia de uma profunda análise documental, o que lhe daria o caráter científico, já a Arte seria o processo que daria forma ao que é descoberto. Ranke teceu profundas críticas aos modelos explicativos universais, no entanto a aproximação com a Filosofia não foi negada.

Por sua vez, a Escola Metódica francesa herdou de Ranke tal desconfiança e manteve essa percepção, a qual acabava por resumir a Filosofia a uma reflexão metafísica. Cristiano Arraes, em artigo dedicado a Langlois e Signobos, também identifica essa tendência:

4 Ver: RANKE, Leopold Von. O conceito de história universal. In: MARTINS, Estevão Rezende. *A história pensada*. Teoria e método na história europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010. p. 202.

As proposições aventadas revelam certa estreiteza de sua concepção de teoria, identificando reflexão filosófica com filosofia especulativa. Essa identificação se explica no próprio contexto intelectual no qual os autores se inserem, caracterizado pelo ceticismo ante as relações entre filosofia e prática historiadora em função das tentativas de submissão da explicação histórica a fundamentos teleológicos. (ARRAES, 2010)

A hipótese aqui trabalhada é de que a desconfiança e a distância que grande parte dos historiadores do século XX nutriram pela Filosofia, principalmente a partir das vertentes historiográficas francesas, acabou por tirar o foco das reflexões conjuntas entre os dois conhecimentos que continuavam sendo efetivados durante todo aquele período. Entretanto, tais diálogos acabaram abafados por uma visão generalizada de afastamento e desconfiança entre eles.

A distância percebida e as proximidades não percebidas podem ser observadas nas reflexões de Roger Chartier. Em um artigo sobre as relações entre a Filosofia e a História publicado em 1987, o autor afirmou que tais relações não são um tema que o “historiador aborda sem inquietação” (CHARTIER, 2010, p. 223). Haveria uma distância “entre os dois universos de saber” que teria perdurado por um longo tempo, chegando a tecer modelos para historiadores franceses ligados aos *Annales* durante o século XX. Esses seriam ligados à História social, econômica, serial, quantitativa e das mentalidades, os quais teriam se desvincilhado da Filosofia em seus projetos.

Nesse âmbito, a autointitulada “nova história francesa” seguiria normas com o objetivo de verificar a frequência dos acontecimentos na longa e na curta duração. “[...] hierarquizando a longa duração dos sistemas econômicos, as conjunturas menos estendidas das revoluções sociais e o tempo curto do conjunto dos acontecimentos políticos” (CHARTIER, 2010, p. 231). No entanto, a partir da História serial seriam levantados dados e fontes documentais sobre diversos assuntos, que possibilitaram novos questionamentos. Assim, um novo leque de pesquisas foi aberto, bem como novas formas de fazer História. A historiografia se aproximou da antropologia nos Estados Unidos, da Micro-história italiana, enquanto na França ocorreu o retorno ao estudo

do acontecimento e a aceitação do irredutível caráter narrativo do conhecimento histórico. O deslocamento dos objetos foi outra questão salientada por Chartier, pois o sentir e o comportar passaram a ser assuntos problematizados pelos historiadores.

Diante das mudanças de perspectivas, foi à beira do abismo ou das falésias que Chartier situou o campo historiográfico ao final dos anos 1980, em meio às crises e à negação das grandes explicações históricas estruturais. As mudanças de ponto de vista trouxeram e trazem consigo agitações e novas configurações a serem compreendidas. Essas acabam por alterar o norte da escrita da História. Tratava-se de uma crise, o tempo das dúvidas, das interrogações e das transformações. Para Chartier, ao final do século XX, essa crise teórico-metodológica da História era proveniente de vários lugares, a saber:

[...] a perda da confiança, nas certezas da quantificação, o abandono dos recortes clássicos, primeiramente geográficos, dos objetos históricos, ou ainda o questionamento das noções de ‘mentalidades’, ‘cultura popular’ etc., dos modelos de interpretações (estruturalista, marxista e demográfico etc.) que eram os da historiografia triunfante. (CHARTIER, 2002, p. 11)

O que eram certezas inabaláveis, frutos das grandes estruturas, passaram a ser questionáveis. Adentrava-se em um mar de incertezas. Reinhart Koselleck, já havia analisado que são durante as crises que surgem as decisões, no entanto, essas ainda estão por serem tomadas (KOSELLECK, 1999, p. 131). Mas de onde a crise surgiu? Chartier aponta para o aumento do número de historiadores, que corroborou para o surgimento de novos questionamentos, consequentemente o aumento de publicações na área, o que é um fato a serem considerados. Por outro lado, a comunicação, a difusão de novos estudos auxiliou na sua dispersão. Ao considerar que os grandes modelos históricos haviam perdido a sua unidade, as explicações tornaram-se múltiplas e contraditórias, assim como seus objetos e métodos.

Diante da erosão dos paradigmas, os historiadores voltaram para os arquivos, reforçando, uma vez mais, a ancoragem mais estável da empiria. Citar as fontes nos textos, demonstrar a regularidade na construção dos fatos e sua

adequação a uma explicação narrável. As citações passaram a demonstrar a diferença, mas não apenas isso, as próprias categorias explicativas continham em seu bojo uma história, elas não estavam descoladas do seu tempo, pois que:

Os historiadores perderam muito de sua timidez ou de sua ingenuidade diante dos textos canônicos de seus vizinhos – historiadores da Literatura, das Ciências ou da Filosofia, as abordagens sócio-históricas ou contextualistas encontravam-se com nova vivacidade após a dominação sem reservas dos procedimentos estruturalistas e formalistas. (CHARTIER, 2002, p. 11)

Ao se debruçarem novamente sobre os documentos e os textos clássicos foi possível elencar uma série de novas propostas para a História nas quais a retomada do diálogo com a filosofia era necessário. Assim, outras Histórias surgiram: Histórias dos saberes, arqueológicas, genealógicas, dos conceitos, intelectuais etc; desprendidas tanto dos postulados da Filosofia da História, quanto da cronologia progressiva idealista da História da Filosofia. Uma velha parceria poderia enfim ser retomada e suas afinidades, até então esquecidas, poderiam novamente ser confessadas.

REFERENCIAIS TEORICO-METODOLÓGICOS: APROXIMAÇÕES ESQUECIDAS

A História tem mais a fazer do que ser serva da Filosofia e do que narrar o nascimento necessário da verdade e do valor; ela tem que ser o conhecimento diferencial das energias e desfalecimentos, das alturas e desmornamentos, dos venenos e contravenenos. Ela tem que ser a ciência dos remédios. (FOUCAULT, 1992, p. 30)

Nessa passagem de Michel Foucault, escrita em 1971, no artigo “Nietzsche, a Genealogia e a História”, além da denúncia da servidão da História constituída pelas Filosofias da História, também podem ser percebidos os sentidos

de aproximação e parceria necessários entre elas. A História seria assim um remédio contra as continuidades, as origens e os universais propostos pela Filosofia. Porém, a própria preocupação de Foucault e a sua leitura pelos historiadores apontam para um momento com mais parcerias e aproximações do que imaginava nossas vãs filosofia e historiografia.

A análise sobre a historiografia francesa do período repete essa abordagem de um quadro de afastamento. Jacques Revel faz coro a ela quando aborda a demora de recepção das obras sociológicas alemãs no início do século XX na França, mais especificamente Max Weber, Ernst Cassirer e Norbert Elias. O autor afirmou que, além da influência direta da sociologia de Durkheim sobre a historiografia no período, esse distanciamento seria explicado “mais pela desconfiança que, desde o final do século XIX, prevalece entre os historiadores franceses contra toda a proposição de origem filosófica” (REVEL, 2010, p. 115).

Será nesse horizonte de perspectiva que as experiências de diálogo entre os campos em tela serão enquadradas. Com efeito, mesmo que Henri Berr,⁵ Michel Foucault, Michel de Certeau, Reinhard Koselleck participem ativamente de diferentes momentos da renovação da historiografia francesa durante o século XX, seus trabalhos não serão lidos pelo viés do diálogo entre a História e a Filosofia.

Porém, um olhar mais minucioso pode perceber que desde o afastamento declarado pelos metódicos, a historiografia francesa não abriu mão da Filosofia pelo menos como fonte histórica. Isso pode ser percebido nas obras de Fustel de Coulanges (1996), sem contar as referências aos textos filosóficos clássicos como Aristóteles, Marx e Nietzsche nas obras de História interdisci-

5 Henri Berr é “um autor pouco conhecido hoje, mas ele foi o impulsionador de vários grandes trabalhos culturais pluridisciplinares que conheceram seu momento de celebridade na primeira metade do século XX. Filósofo de formação, não se quis nem historiador, nem sociólogo, nem psicólogo. Sua grande preocupação era construir o quadro teórico de uma síntese contemporânea dos conhecimentos científicos” (REVEL, 2010, p. 99) Foi o fundador da *Revue de synthese en Histoire* (1911) e da coleção *L'évolution de l'humanité*.

plinar com as Ciências Sociais.⁶ Destaca-se o caso de Braudel, leitor crítico de Marx, a quem dirigia elogios à análise desenvolvida em sua teoria social, mas também criticava o seu uso nomológico, como pode ser visto a seguir:

O gênio de Marx, o segredo de seu poder prolongado, deve-se ao fato de que foi o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais, e a partir da longa duração histórica. Esses modelos foram congelados na sua simplicidade, ao lhes ser dado valor de lei, de explicação previa, automática, aplicável a todos os lugares, a todas as sociedades. [...] Assim limitou-se o poder criador da mais poderosa análise social do último século. (BRAUDEL, 1978, pp. 75–76)

Se o diálogo constante com Marx dentro da historiografia em torno dos *Annales* pode ser mapeado com certa facilidade, outras parcerias constantes parecem não serem vistas como diálogos com a Filosofia. É o caso de Walter Benjamin, autor que dissolve fronteiras disciplinares em suas reflexões, contribuindo tanto para a Filosofia quanto para a História, para os estudos literários e artísticos. Sua obra forneceu conceitos, reflexões e temas para a historiografia contemporânea: a história das cidades, as possibilidades da memória, as relações entre experiência e narrativa, o lúdico e a infância, são problematizações as quais não podem prescindir dos textos de Benjamin. Com ele o historiador que se pretenda materialista histórico foi alçado a um campo político e moral ampliado a partir das suas teses sobre o conceito de História. Suas lições são norteadoras da escrita da História para várias gerações e tendências historiográficas:

Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie. E, do mesmo modo que ele não pode libertar-se da barbárie, assim também não o pode o processo histórico em que ele transitou de um para outro. Por isso o materialista histórico se afasta quanto pode desse processo

6 Ver: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

de transmissão da tradição, atribuindo-se a missão de escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN, 2012, p. 13)

Walter Benjamin contribuiu diretamente para a crítica do tempo “homogêneo e vazio” constituinte da ideia de um progresso que permeava o historicismo e o conformismo social-democrata. Para ele, o tempo da História é uma diferença entre o que é e o que foi, um momento no qual o passado reluz no “agora”, um quando ao ser reconhecido pelo historiador (BENJAMIN, 2012, pp. 17–18). Seguindo as análises de Jeanne Marie Gagnebin, pode-se também afirmar que o autor modificou a relação entre o passado e o presente para a escrita da História. Tal relação não será mais vista como uma continuidade, mas sim como uma “iluminação recíproca”, pois que as “esperanças não cumpridas do passado ecoam nas novas esperanças do presente, e essas últimas podem levar aquelas juntas em uma nova direção” (GAGNEBIN, 2009, p. 35).

Quebrando o rosário cronológico do tempo, deve-se a Benjamin uma nova intensidade para a temporalidade na História, na qual cada momento tornaria-se um tempo propício ao novo, um *kairós* (BENJAMIN, 2012, p. 20).

Tais diálogos a partir de Benjamin romperam com o tempo cronológico e com os sentidos progressivos e teleológicos presentes inclusive na vulgata marxista. Em vez de tornar-se serva da Filosofia, a amizade entre as duas disciplinas forneceu novos horizontes de perspectiva para a escrita da História.

Uma das parcerias mais proveitosas será com Michel Foucault, com ele os universais filosóficos se tornarão históricos e a metafísica será encarnada no corpo vivente. Um filósofo que se quis historiador, como diria Revel, ou ainda, uma revolução na escrita da História, como diria Paul Veyne. Foucault traz Nietzsche de volta para a reflexão sobre a representação historiadora, traz o rigor da minúcia da análise, quebra as temporalidades, faz a crítica da origem, desconstrói a verdade e historiciza a construção dos sujeitos. A História é a partir de agora composta por práticas discursivas e não discursivas, inscritas nos corpos dos indivíduos e da população, lugar

de emergência de acontecimentos, com múltiplas proveniências e dentro de suas condições de possibilidade, assim:

Cremos que o nosso presente se apoia em intenções profundas, necessidades estáveis; exigimos dos historiadores que nos convençam disto. Mas o verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos. (FOUCAULT, 1992, p. 31)

Com Foucault, a História passa a ver o jogo de transmissão, as permanências e as rupturas, as retomadas, os esquecimentos, as repetições e os usos da origem. A História não é mais a memória coletiva, ela agora é uma História efetiva, da contingência e da efetividade. Ela torna-se derrisória da solenidade, uma aspereza destruidora do conforto da verdade, da identidade e da realidade. Permanências e rupturas permeiam a temporalidade e seus regimes de verdade.

Digamos para resumir, que a História, em sua forma tradicional, se dispunha a memorizar os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem esses rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a História é o que transforma os documentos em monumentos [...]. (FOUCAULT, 1987, p. 8)

A revolução foucaultiana da historiografia foi muito bem descrita por Paul Veyne em texto de 1978. Porém, antes disso, em 1974, Veyne havia definido sua posição em relação a importância dos conceitos para a escrita da História. Por vezes, esse autor foi definido como uma voz dissonante no campo da historiografia francesa, mas a percepção aqui trabalhada o compreende como um mestre da minúcia metodológica e daí estar mais aberto para as parcerias com as Ciências e a Filosofia. No dizer do autor:

A História não se limita ao campo de aplicação das Ciências, as existentes e as por nascer, mas ela é menos ainda residual em relação a estas Ciências: comporta núcleos de científicidades. [...] por outro lado não pode existir Ciência da História porque o devir histórico não admite primeiro motor. [...] Nesse sentido, o esforço histórico assemelha-se mais ao esforço filosófico que ao esforço científico, a História explica menos do que ela não explicita (VEYNE, 2011, p. 485)

Mesmo Chartier, que foi eficaz em demarcar a distância e o receio da historiografia francesa frente à Filosofia, não demora em lançar mão do diálogo com essa para formular uma resposta ao avanço da análise linguística de Hayden White sobre a narrativa histórica como gênero literário. Assim, recorre a Paul Ricouer e concorda com ele, com reflexões tributárias ao primeiro volume da obra *Tempo e Narrativa*, como pode ser visto a seguir:

Por essa razão, a História é sempre narrativa, mesmo quando pretende afastar o narrativo, e seu modo de compreender permanece tributário dos procedimentos e operações que asseguram a trama das ações representadas. (CHARTIER, 2002, p. 235)

E continua descrevendo as especificidades da representação da narrativa historiadora em relação as narrativas ficcionais:

Narrativa dentre outras narrativas, a História singulariza-se, entretanto, pelo fato de que mantém uma relação específica com a verdade ou, antes, de que suas construções narrativas pretendem ser a reconstrução de um passado que existiu. Essa referência a uma realidade situada fora e antes do texto histórico e que este tem a função de resgatar, a sua maneira, não foi abdicada por nenhuma das formas de conhecimento histórico; mais ainda, ela e o que constitui a História em sua diferença mantida com a fábula e a ficção. (CHARTIER, 2002, p. 237)

A partir de Chartier, pode-se dialogar mais livremente com a filosofia de Paul Ricoeur, pois esse se aproxima de Michel de Certeau, a quem considerou um dos “mestres do rigor”, junto com Michel Foucault e Norbert Elias. A História é um discurso que apresenta um conteúdo verdadeiro, pois que é verificável, sob uma forma narrativa. Porém, o autor amplia a escriturística na História para todas as três fases do percurso epistemológico da historiografia, a saber: 1) testemunho/arquivo, 2) explicação/compreensão e 3) representação historiadora. Entretanto, esse processo está sempre em constante revisão construindo um círculo hermenêutico. Resumindo:

Arrancado do mundo da ação pelo arquivo, o historiador reinsere-se nele ao inscrever seu texto no mundo de seus leitores; por sua vez, o livro de História faz-se documento, aberto à série das reinscrições que submetem o conhecimento histórico contínuo de revisão. (RICOUER, 2011, p. 247)

François Dosse, analisou um encontro entre Paul Ricoeur e Michel de Certeau, ocorrido em uma mesa-redonda motivada pela publicação de Tempo e narrativa. Embora ambos concordassem sobre a importância da narrativa, Dosse percebeu a diferença de sensibilidades: “Paul Ricoeur, que insiste no retorno das grandes narrativas e Michel de Certeau, que se felicita pela multiplicação de narrativas atomizadas” (DOSSE, 2001. p. 73). Táticas, estratégias, lugares e espaços, operação historiográfica, são alguns dos conceitos caros à maneira como Michel de Certeau via o mundo ao seu redor. Esses conceitos são preenchidos por reflexões profundas sobre as pequenas astúcias do viver, bem como do ato de escrever História.

Filósofo, teólogo, graduado em Letras, com reflexões sobre Antropologia, Sociologia, Psicanálise e padre jesuíta, Certeau possuía uma ampla erudição, o que possibilitou investigar as ações do homem no tempo sobre diferentes ângulos. As táticas dos sujeitos na sociedade são astúcias, engenhosidades, dos que se têm como mais fracos para tirar partido do forte; são, também, práticas cotidianas, às vezes microbianas, quase imperceptíveis. Por outro lado, a estratégia é organizada por um postulado de poder, e é aí que as táticas são postas em prática: “As estratégias são portanto ações, que graças ao postulado

de um lugar de poder [...] elaboram lugares teóricos [...] capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem” (CERTEAU, 2004, p. 102).

Através dessa ótica, o historiador permitiu que se abrisse espaço às pequenas criatividades humanas: são tantas as possibilidades que é difícil imaginar quantos espaços e lugares são possíveis de serem criados e recriados, portanto haverá tantos espaços num lugar quantos a imaginação e a criatividade humanas poderão pensar. Para esse autor, o espaço tem a ver com a ordem, seja ela qual for, ou seja, é no espaço que é possível definir uma configuração instantânea de posições; já o lugar é produzido nesse espaço, quando se fala, narra-se, ou ainda, quando nele são feitas práticas de utilização. Portanto é possível utilizar-se do espaço tanto quanto se quiser. Assim, relatar, para Certeau, é um trabalho incessante de transformar espaços em lugares (CERTEAU, 1982, pp. 201–2).

Toda escrita da História é desenvolvida a partir de um lugar social de produção, tanto econômico, quanto político e cultural. Isso significa que “É em função deste lugar que se instauram métodos, que se delinea uma topografia de interesses [...]” (CERTEAU, 2004, p. 66), a partir dessa questão, o ato de fazer História não é somente o ato de escrevê-la, mas também é uma prática realizada num lugar. Tal prática desencadeia uma escrita, que não é a-histórica, pois emerge a partir da relação entre lugares sociais e de práticas: “O writing ou a construção de uma escrita (no sentido amplo de uma organização de significantes) é uma passagem, sob muitos aspectos, estranha. Conduz da prática ao texto” (CERTEAU, 2004, p. 93).

Portanto, o tripé essencial da operação historiográfica relaciona-se com três pontos fundamentais, que perpassam um lugar social que é praticado pelo historiador, resultando em uma escrita. A operação historiográfica é o processo da escrita da história; é o relato de um lugar permeado de intenção e de escolhas dos seus autores ou historiadores.

Ao comentar sobre a História do tempo presente, Dosse refere-se ao processo da operação historiográfica como um esforço de apreensão da presença como ausência, pois escrever sobre História é dizer sobre uma presença faltante. Esse aspecto foi relacionado a um processo dialético: “Essa dialética

é mais difícil de realizar [...]” (DOSSE, 2001, p. 94). Portanto, o ato do historiador exercer práticas em um lugar social, resulta em uma escrita que não se desprende desse lugar e das práticas do historiador. Percorre-se, portanto, um caminho até que o texto histórico seja produzido. Uma ação leva a outra, portanto, é um processo dialético de produção da escrita da História que remete a vestígios do conceito de dialética proposto por Hegel, certamente de maneira muito distinta, e que Ricoeur expandiu em sua hermenêutica.

Será da hermenêutica que virão outras contribuições para a reflexão epistemológica da escrita da História. Reinhart Koselleck dialogou com seu mestre Hans-Georg Gadamer em 1985 sobre essas relações. Segundo Hugo Hruby, tal diálogo tratava da:

existência de processos históricos que se reduzem ou escapam a qualquer compensação ou interpretação linguística. Koselleck procura justificar sua tese de que o estatuto da teoria da história não pode ser enquadrado como uma divisão da hermenêutica. (HRUBY, 2016, p. 273)

Isso decorre da postura de Koselleck, o qual retoma a concepção da escrita da história como uma tradução de algo extratextual, tal concepção também pode ser encontrada em Ernest Cassirer em seu *Ensaio sobre o homem*.⁷ A isso se soma à percepção de que o texto é transformado em fonte pelas próprias perguntas elaboradas pelo historiador. Na História, os textos são vistos como testemunhos de uma realidade além deles, a qual o historiador deseja conhecer e traduzir. Uma tradução de forma sempre abreviada, pois o passado é inacessível em sua totalidade, e rejuvenescida, por ser a história um conhecimento perspectivo de um lugar no presente. Pois que:

Ao indagar as condições de possibilidade da História, a teoria da História remete à decursos de longo prazo que não estão contidos nos textos como

7 Ver: CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem: Uma introdução a uma filosofia da cultura humana*. Ed: Martins Fontes, São Paulo. 1994

tais; antes suscitam a produção de textos. Ela remete a conflitos rupturas, descontinuidades, a modos elementares de comportamento que se neutralizam reciprocamente. Nomeá-los já representa uma forma de racionalização, especialmente quando os fatos enunciados ou referidos, ou também evocados linguisticamente, são irracionais. O sem sentido linguístico pode ser desvelado linguisticamente. Expresso por meio da linguagem e suscitado por motivos e obrigações que escapam a linguagem, o sem sentido pode ser admitido no espaço da racionalidade desde que sofra uma operação de tradução. (KOSELLECK, 2014, p. 109)

Apesar da teoria da História não escapar da linguagem como mediadora universal, também é uma ciência que não se reduz somente ao texto, pois que trata de um “sem sentido” linguístico externo, o qual é desvelado pela linguagem utilizada pelo historiador na construção de sua narrativa. Nesse horizonte, a teoria da História seria mais que somente um ramo da hermenêutica, por tentar dar conta de coisas que não poderiam jamais ser afirmadas no período tratado no estudo, coisas não deduzidas diretamente das fontes, mas racionalizadas ao serem nomeadas pelos conceitos.

Para abreviar esse diálogo filosófico-historiográfico franco-germânico sobre o conhecimento histórico, cabe sintetizá-lo com as reflexões de François Hartog, historiador que soube cruzar essas pontes interdisciplinares sempre conseguindo retornar ao seu campo transformado, mas ainda o seu campo de conhecimento.

Hartog retomou os conceitos meta-históricos de Koselleck, espaço de experiência e horizonte de expectativa. O tempo histórico poderá ser produzido entre as distâncias e tensões dessas duas categorias formais, possibilitando, ou não, determinadas formas de escrita da História. Assim, pode-se compreender as articulações históricas entre noções de passado, presente e futuro em diferentes regimes de historicidade, ou seja, em diferentes formas de engendrar os três tempos. Nas palavras do autor:

Aliás, um regime de historicidade nunca foi uma entidade metafísica, caída do céu e de alcance universal. É apenas a expressão de uma ordem domi-

nante do tempo. Tramado por diferentes regimes de temporalidade, ele é, concluindo, uma maneira de traduzir e de ordenar experiência do tempo — modos de articular passado, presente e futuro — e dar-lhes sentido. (HARTOG, 2013, p. 139)

O autor, no mesmo sentido de Chartier, também aponta as contribuições de Paul Ricoeur para a historiografia através das análises sobre as formas narrativas na representação historiadora. Assim, esse “filósofo atento” com o seu “olhar de fora” auxiliou a “formular questões difíceis em sua complexidade e com rigor” (HARTOG, 2011, p. 250).

Ao analisar as contribuições internas ao campo da História e não se intimidar ao apontar a importância do debate advindo da Alemanha e desenvolvido por Koselleck, e ainda concordando com Dosse, percebe-o como um “fenômeno de grande amplitude” (HARTOG, 2011, p. 251). Por fim, mas muito importante para a reflexão desenvolvida no presente texto, concorda-se por uma vez mais com Hartog, para quem as problemáticas formuladas pela História são tributárias de aproximações frequentes entre a epistemologia e a historiografia, assim:

Como se um implicasse o outro, ao completá-lo, corrigi-lo ou relativizá-lo, como se o que eles pretendessem designar de fato fosse um espécie de mistura: não uma epistemologia rígida (demasiado distante e abstrata), nem uma História da História *insípida* (demasiado internalizada, o obituário da profissão), mas uma abordagem atenta aos conceitos e contextos, às noções e ambientes, dando uma atenção cada vez maior às articulações [...]. (HARTOG, 2011, p. 248).

Nesse sentido, tanto Hartog quanto Dosse são historiadores que convidam ao diálogo entre História e Filosofia. Com eles pode-se perceber que cruzar as pontes entre os dois campos não significa perder as especificidades, mas sim conviver e refletir conjuntamente, mantendo suas especificidades e diferenças.

Tais propostas buscam condensar esses diálogos, criar novas problemáticas em comum e trabalhos com influência mútua, para assim modificar a postura de caçador furtivo de teorias alheias, pela qual, por muitas vezes, o referencial teórico dos historiadores pode ser resumido e figurado. Essa situação foi muito bem descrita metaforicamente por Koselleck da seguinte maneira:

Na correnteza da tradição flutuam alguns restos textuais, fragmentos teóricos, que provem principalmente dos efeitos históricos da teoria política, de Platão a Carl Schmitt. Às margens do rio está, ou acredita estar, um pobre historiador que recolhe dos restos aquilo que lhe convém para continuar a nadar na correnteza dos acontecimentos, estando reequipado com uma teoria nova. (KOSELLECK, 2014, p. 104)

Entre os fragmentos teóricos que flutuam nesse rio, podem ser encontrados: uma história genealógica, o agora como kairós no qual reluz um passado esquecido, os condicionamentos da produção do conhecimento histórico a partir do seu lugar social, a utilização de conceitos ideal-típicos, por entre teorias sociais críticas e dialéticas, em círculos hermenêuticos e reflexões epistemológicas; surgem parcerias constantes e variadas entre a Filosofia e a História na contemporaneidade. Parcerias que estariam perdidas senão são forem reconhecidas no momento no qual reluzem.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A AMIZADE E CONVIVÊNCIA

Os enunciados sem os contextos são estéreis, enquanto estes sem as articulações discursivas ou os aprofundamentos temático-conceituais resultam inúteis.

Nuno Moreira

No presente texto, buscou-se perceber algumas formas pelas quais as disciplinas de História e Filosofia constituíram uma via de diálogos constantes e muito frutíferos para ambas durante o século XX. Tal troca continua intensa nas primeiras décadas do século XXI. A percepção da existência de uma incomunicabilidade entre as duas parece ser mais fruto de um preconceito

historiográfico do que algo que possa ser verificado como um dado empírico nas produções tanto de um campo quanto o outro.

Concorda-se aqui com a análise de Nuno Moreira, que serve de epígrafe para essas considerações finais. História e Filosofia não podem abrir mão uma da outra, pois o preço disso seria uma esterilidade acadêmica.

Nuno Moreira também mapeou o debate entre História e Filosofia ao final do século XX e início do XXI na Europa. O autor apontou que essa reafirmada incomunicabilidade aparece mais em forma de uma desconfiança para com os universais e a metafísica. Tendência já apontada desde Febvre e continuada por Foucault, assim: “No entender de Roger Chartier, historiadores como Lucien Febvre reagiram mal contra uma História intelectual desenraizada, exclusivamente e fechada em si mesma.” E ainda: “Na esteira de Foucault e de Certeau, Roger Chartier rejeitou os perigos que associa a obras que recusam a cientificidade das práticas e dos discursos historiográficos.” (MOREIRA, 2015, pp. 410–411).

Porém, no breve levantamento aqui desenvolvido, foram apontados variados e constantes diálogos conceituais, epistemológicos e empíricos entre as duas áreas. Suas fronteiras não parecem mais tão claras e definidas, assemelhando-se a uma zona de convívio na qual historiadores e filósofos trocam de papéis vez por outra e parecem gostar disso.

O que é um amigo (*philos*) que não um outro com o qual se é próximo? Um diferente com quem se tem afinidade? A amizade é uma afinidade, mas também um respeito às diferenças irreduzíveis. A convivência com o amigo é um exercício político de existir dividido, mas ao mesmo tempo, *con-sentir* e crescer nessa divisão. Como diz Agamben: “Amizade é a instância desse *con-sentimento* da existência do amigo no sentimento de existência própria.” (AGAMBEN, 2010, p. 89). Amizade é a afinidade entre diferentes, é uma proximidade que garante a coexistência, um convívio que enriquece ambos os envolvidos, mas que preserva suas especificidades. Haveria outra palavra para definir melhor as relações entre História e Filosofia do que amizade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2010.
- ARRAES, Cristiano P. Alencar. “A Escola Metódica e o conhecimento histórico como problema”. *Revista Emblemas*, Catalão: UFG, v. 1, n. 2, 2006.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- CASSIRER, Ernest. *O mito do Estado*. São Paulo: Copex, 2003
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CROCE, Benedetto. “História e Crônica/ Determinismo Histórico e a Filosofia da História”. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s.d.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo*. São Paulo: UNESP, 2001.
- _____. “História e historiadores no século XIX”. In: MALERBA, Jurandir (org.) *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- _____. *Microfísica do poder*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Benjamin. In: PECORARO, Rossano (org.) *Os Filósofos: clássicos da Filosofia*. v. III. Petrópolis: Vozes/PUC-Rio, 2009.
- _____. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga: direito, as instituições da Grécia e de Roma*. 12ª ed. São Paulo: Hemus, 1996.
- HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores vêem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- _____. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da história*. Brasília: UNB, 2005.
- HRUBY, Hugo. “A complexidade do tempo histórico”. *História e Perspectiva*, Uberlândia, n. 54, pp. 271–279, jan/jun 2016.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.
- _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: O que é o Iluminismo?*. Trad. Artur Mourão. Disponível em <http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf>. Acesso em: 27 ago 2016, p. 5.
- MOREIRA, Nuno. *Relações entre História e Filosofia ou a complexidade da reflexão histórico-filosófica em Razão e História (1940) de Vitorino Magalhães Godinho*. CEM — Cultura, Espaço & Memória. n 6, pp. 409–422, Porto, 2015.
- PRADO, Carlos. “Razão e progresso na filosofia da história de Hegel”. *Revista do Mestrado em História, Vassouras*, v. 12, n. 2, jul/dez 2010.
- RANKE, Leopold. “Sobre o conceito de História Universal (1831)”. In: MARTINS, Estevão R. *A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.
- REVEL, Jacques. *História e Historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: UFPR, 2010.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2011.
- VEYNE, Paul. “A história conceitualizante”. In: NOVAIS, Fernando A.; Silva, Rogério F. da. *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- _____. *Como se escreve a história/ Foucault Revoluciona a História*. Brasília: UNB, 1982.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA

A PROPÓSITO DA GEOGRAFIA HISTÓRICA E DA GEO-HISTÓRIA

Ronaldo Goulart Duarte¹ & Marcus Dezemone²

INTRODUÇÃO

A especialização dos profissionais das disciplinas acadêmicas História e Geografia tem sido crescente. Apesar disso, temas como as diversas representações do espaço, o mundo rural, o fenômeno urbano, ou até mesmo assuntos muito específicos, como a questão da loucura (PARR; PHILO, 1996), são objeto de análise por historiadores e geógrafos em perspectivas que buscam integrar tempo e espaço, bem como o aparato teórico-conceitual ou metodológico caro aos dois campos do conhecimento. Isso ocorre pois nas Ciências Humanas qualquer objeto pode ser aprofundado e pensado se tratado discipli-

1 Ronaldo Duarte é professor adjunto do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio Janeiro (UERJ), Campus Maracanã. Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre pela mesma Universidade e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. É pesquisador do GEPED (Grupo de Estudo e Pesquisa em Didática da Geografia e Práticas Interdisciplinares).

2 Marcus Dezemone é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e possui graduação, mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é Professor Adjunto de História do Brasil República na UFF e de História do Brasil na UERJ. É professor do PPGH-UFF e do Prof.História-UERJ, e pesquisador da Rede INCT Proprietas.

narmente. Contudo, nenhuma pesquisa poderia reivindicar a exclusão de seu objeto de uma abordagem interdisciplinar em função da complexidade e das múltiplas facetas que os problemas sociais assumem.

Assim, este texto opta por abordar os vínculos, os diálogos e as relações entre História e Geografia pela dupla perspectiva da Geografia Histórica e da Geo-história. Reconhecemos que esse não era o único caminho possível. A discussão poderia, por exemplo, utilizar a Cartografia como rico e antigo elemento de intercessão entre os dois campos científicos. Contudo, a opção realizada é a mais adequada por, pelo menos, dois conjuntos de motivos.

Em primeiro lugar, o escopo da discussão acerca das inter-relações entre Geografia e História é mais abrangente seguindo o percurso selecionado, já que ela permite incluir praticamente qualquer temática usualmente abordada pelas duas disciplinas. Desse modo, não se restringirá a um tópico comum às duas áreas, o que amplia a área de interseção entre elas e o alcance da discussão.

Um segundo conjunto de motivos que fundamentam essa escolha está baseado na relevância da Geo-história e da Geografia Histórica para as duas ciências. A Geo-história, na acepção utilizada aqui, faz parte do gigantesco legado científico de Fernand Braudel e da Escola dos *Annales*, tanto para a História, evidentemente, quanto para a Geografia, além de outros campos. Por conta disso, o conceito braudeliano constitui rica matriz para a discussão da dimensão espaço-temporal das sociedades. A Geografia Histórica, por sua vez mais antiga, é um ramo da Geografia bastante difundido e com ampla e conhecida produção acadêmica, sendo que muitos profissionais dessa seara foram fortemente impactados por Braudel e pelos demais autores dos *Annales*.

AS CATEGORIAS TEMPO E ESPAÇO: FONTES DE ATRIBULADAS RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Diferentemente dos historiadores, os geógrafos são muitas vezes acusados por colegas de outras áreas, jocosamente ou não, de serem profissionais de uma ciência sem objeto. Se isso já é uma sombra para a Geografia como um todo,

é ainda mais para aqueles que resolvem se aventurar pela trilha do que vem sendo denominado como Geografia Histórica.

O professor Maurício de Almeida Abreu, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é considerado um dos mais relevantes nomes da Geografia Histórica brasileira. Dono de um perfil que reunia brilhantismo, honestidade intelectual e simplicidade, ele declarou em certa ocasião, de forma surpreendente, que às vezes se questionava se o que fazia profissionalmente poderia ser enquadrado como Geografia Histórica, dada a multiplicidade de concepções acerca desse recorte disciplinar. Esse relato pessoal, por si só, ilustra de forma veemente o terreno pantanoso no qual adentram os profissionais da Geografia que buscam romper com a prisão do presente. De acordo com Mitchell, citado por Chris Philo (1996):

Algumas pessoas consideram o geógrafo uma espécie de trapeiro intelectual [coletor] que se contenta em separar fragmentos e pedaços de informações desconexas de várias outras disciplinas... A geografia histórica é um mistério ainda maior; poucos se aventuram além da crença de que se trata de “velhos” mapas, e que talvez ela se preocupe demais com as lendas de marinheiros de antigamente, viajantes medievais e mercadores aventureiros. Outros acham que se trata de uma disparatada tentativa de os geógrafos em explicar a história, e pensam que o geógrafo histórico está certamente transgredindo e deveria provavelmente ser processado. Isto não é bem assim, o geógrafo histórico é um geógrafo em primeiro lugar, por último e o tempo todo (MITCHELL, 1954, pp. 1–2, *apud* PHILO, 1996, p. 269).

O autor deixa claro um problema de dupla face, que é antigo e constitui um indiscutível e sério obstáculo para as relações entre os dois campos disciplinares em pauta: o lugar que cabe a cada uma delas na abordagem das categorias tempo e espaço. Abordar em profundidade as relações entre Geografia e História sob o prisma dessas duas categorias é algo que foge à proposta deste texto, mas, ao menos, aponta brevemente duas raízes para a miríade de pro-

blemáticas que envolvem os embates epistemológicos entre as duas disciplinas a partir do século XIX.

A primeira dessas raízes está associada à obra filosófica de Immanuel Kant, como assevera o geógrafo Antonio Carlos Robert de Moraes:

Para este autor [Kant], haveria duas classes de ciências, as especulativas, apoiadas na razão, e as empíricas, apoiadas na observação e nas sensações. Ao nível das segundas, haveria duas disciplinas de síntese, a Antropologia, síntese dos conhecimentos relativos ao homem, e a Geografia, síntese dos conhecimentos sobre a natureza. (1983, p. 14)

O filósofo germânico atribuiu à História o mesmo estatuto de ciência empírica concedido à Geografia e contribuiu para a construção da duradoura fronteira entre as disciplinas ao propor que a primeira seria portadora de um enfoque cronológico enquanto a segunda seria marcada pela perspectiva corológica, ou seja, pela preocupação com a distribuição dos fenômenos no espaço. Muitos historiadores da ciência entendem que a clássica demarcação entre os dois campos do conhecimento ganha musculatura a partir dessa formulação kantiana. Um exemplo relevante dessa ótica é expresso na máxima de Elisée Reclus, proferida no final do século XIX e famosa entre os geógrafos: “[...] a Geografia é a História no espaço e a História é a Geografia no tempo” (SANTOS, 1996, p. 41).

Na Geografia de meados do século XX, já constituída como ciência autônoma na Europa, mas ainda envolvida em indefinições epistemológicas, essa contribuição é inegável. Um marco dessa delimitação está na obra clássica dessa ciência, *The Nature of Geography*, do norte americano Richard Hartshorne (1939), na qual ele procurou traçar os contornos da Geografia científica. Hartshorne foi profundamente influenciado pela obra de Kant (abundantemente citado em seu livro) e pelos neokantistas, como o geógrafo alemão Alfred Hettner. A citação a seguir é emblemática:

A descrição de acordo com o tempo é História, de acordo com o espaço é Geografia. [...] A História se diferencia da Geografia apenas em relação

a tempo e área. A primeira é o relato de fenômenos em sequência e tem referência no tempo. A segunda é o relato de fenômenos uns ao lado dos outros no espaço. A História é uma narrativa, a Geografia uma descrição. (KANT *apud* HARTSHORNE, 1939, p. 135, tradução nossa)

Essa antiga dicotomia tempo-espaço foi aproveitada e aprofundada no contexto da consolidação das duas disciplinas como campos científicos autônomos, notadamente a partir do final do século XIX. Aí se encontra a segunda raiz de boa parte das adversidades que envolvem as interlocuções entre os campos da Geografia e da História. Maurício Abreu não hesita em afirmar que:

A questão do tempo é uma questão ontológica, que diz respeito mesmo à definição do que é geografia, e que se impôs no temário da disciplina desde o momento de sua institucionalização como saber universitário. A decisão de justificar a autonomia disciplinar a partir da classificação kantiana, que atribuía à geografia o estatuto de ciência empírica, trouxe inevitavelmente o problema do relacionamento com a história, que recebera o mesmo estatuto científico. Como tratar da autonomia de dois saberes que eram visceralmente xifópagos?

Esta angústia generalizou-se entre os geógrafos, mas foi muito maior na França. Ao contrário do que ocorreu em outros países, a batalha pela institucionalização da geografia francesa foi sobretudo uma busca de independência frente à história, que lograra esse feito antes e insistia que a geografia era uma de suas ciências auxiliares. (2000, p. 14)

Não à toa, no século XIX, em meio ao esforço para a construção de um Estado Nacional após a independência, a reflexão sobre o passado do Brasil era indissociada de seu território. Símbolo disso foi a fundação do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), em 1838, no conturbado período das Regências, quando o projeto centralizador esteve ameaçado por movimentos separatistas e revoltas diversas (GUIMARÃES, 1988). O IHGB demonstrava na sua origem um projeto intelectual a serviço de um projeto

político, que não separava as duas disciplinas em seus objetivos, apesar dos crescentes esforços para institucionalização acadêmica tanto da História quanto da Geografia. Como afirmou Manoel Salgado Guimarães acerca daquele contexto: “pensar a história articula-se num quadro mais amplo, no qual a discussão nacional ocupa um lugar de destaque” (GUIMARÃES, 1988, p. 5). Tal lugar de destaque possuía uma dimensão privilegiada para articular território e nação, espaço e tempo, História e Geografia.

Para a Geografia brasileira, houve ampla reverberação da angústia mencionada por Abreu. Isso porque a institucionalização universitária dos cursos de História e Geografia (que permaneceram integrados até 1955) ocorreu somente na década de 1930 pelas mãos dos mestres franceses que vieram ao Brasil para a implantação dessas cátedras na Universidade de São Paulo, em 1934, e na Universidade do Brasil, em 1935.

A autonomia universitária das duas disciplinas ocorreu, mas a questão epistemológica não foi resolvida de fato. Não é à toa que Milton Santos aponta que:

Como ir além do discurso que prega a necessidade de tratar paralelamente o tempo e o espaço, do discurso de crítica dos outros especialistas que menosprezam esse enfoque, e do próprio discurso de autocrítica de uma geografia igualmente faltosa? Como ultrapassar o enunciado gratuito de um tempo unido ao espaço, mediante a relativização de um e de outro? Como traduzir em categorias analíticas essa mistura, que faz com que o espaço seja também o tempo e vice-versa? [...] A reafirmação das relações entre a Geografia e a História é, certamente, o mais simples e, positivamente, o mais *naïf* dos enfoques. (SANTOS, 1996, p. 41)

Para buscar garantir alguma fronteira entre as disciplinas e garantir o exercício profissional distinto por parte dos especialistas de ambas as áreas, boa parte da comunidade geográfica acabou construindo a sua cerca em torno da convicção de que a Geografia deveria se ocupar do presente. Isso garantiria, nessa visão, a indissociabilidade entre espaço e tempo, desde que o último estivesse restrito ao presente e que as referências aos tempos pretéritos se

mantivessem apenas como recurso necessário à explicação do espaço contemporâneo. Um exemplo dessa perspectiva pode ser observado nas afirmações de um autor de extrema importância para a Geografia francesa (e mundial), registradas em obra clássica para essa disciplina. Trata-se de Jean Brunhes, que em seu seminal “Geografia Humana”, de 1912, advogava que: “Quem é geógrafo sabe abrir os olhos e ver! Não vê quem quer. [...] o método geográfico, em todos os domínios onde pode ser empregado, é um método que dá sempre a primazia do lugar e interesse ao estudo exato, preciso, *do que existe hoje em dia*” (1962, p. 416, grifo nosso).

É evidente que essa fronteira é um subterfúgio com maior eficácia corporativa do que científica. Embora fortemente arraigada, sobretudo na Educação Básica no Brasil, não resolve em nada a questão da dimensão espaço-temporal que atravessa as relações entre a Geografia e a História. Apenas para citar um exemplo dessa hipossuficiência, podemos questionar a validade dessa referência para demarcar os espaços acadêmicos entre a História e a mais antiga Geografia Histórica.

Além disso, tal diferenciação cai por terra a partir da Segunda Guerra Mundial, com a renovação dos estudos históricos dedicados à chamada História do Tempo Presente, que ganhou força no Brasil a partir dos anos 1990. A importância do testemunho direto e dos fatos recentes recolocam a centralidade do presente para os historiadores, afastando-se da tradição consagrada no século XIX, ocasião na qual foi imposta e consolidada, sobretudo na França, a perspectiva de que a História tratava do passado e à sua interpretação. Marieta de Moraes Ferreira, ao refletir sobre os desafios da História do Tempo Presente, destaca que foi no final do século XIX, em um “quadro de afirmação dos historiadores profissionais que se colocou uma condição indispensável para se fazer uma História científica — a visão retrospectiva” (2000, p. 2). Em seguida, a autora recorda o clássico manual publicado em 1897 *Introduction aux études historiques*, de Antonie Seignobos e C. Langlois, que intencionava definir regras da escrita da História e ao mesmo tempo divulgar os princípios e procedimentos do que seria uma História científica para os estudantes e historiadores:

Na sua definição, a história tinha como objetivo descrever “por meio de documentos” as sociedades passadas e suas metamorfoses. O documento e sua crítica eram assim essenciais para distinguir a história científica da história literária (praticada pela geração precedente), ou seja, os profissionais dos ensaístas (FERREIRA, 2000, p. 3).

A conhecida definição proposta por Marc Bloch em meados do século XX merece ser contextualizada. Bloch afirmou que “a História é o estudo do homem no Tempo” em contraposição ao entendimento do século XIX de que “a História é o estudo do Passado Humano” (BLOCH, 1997, p. 55 *apud* D’ASSUNÇÃO, 2000).

Contudo, na maior parte do século XX, não apenas a História como também a Geografia tornaram-se reféns do mito do aprisionamento da História ao passado.

Como se percebe, não é fácil percorrer esse verdadeiro labirinto, presente no território intelectual que existe entre as duas disciplinas em análise, em especial no que tange às duas categorias que são consideradas centrais para ambas. Contudo, pensamos que existem também pontes importantes, que autorizam algum otimismo acerca dos vínculos que podem aproximar dois campos de conhecimento que tantos trabalharam (e de forma tão intensa) para manter distantes. Duas dessas pontes seriam a Geografia Histórica, a partir de perspectivas contemporâneas, e a Geo-história, de matriz braudeliiana.

A GEOGRAFIA HISTÓRICA E SEUS NEXOS SALUTARES PARA DUAS CIÊNCIAS-IRMÃS

Não é objetivo traçar um painel completo da Geografia Histórica, por pelo menos dois motivos, sendo o primeiro deles o fato de que ela não cabe nos limites deste trabalho. O segundo é que existem ótimas coletâneas com essa proposta e que incluem textos clássicos acerca desse recorte acadêmico. Tais são os casos de *Historical Geography: A Methodological Portrayal*, organizado por Green (1991) e *Geografia Histórica*, compilado por Cortez (1991), am-

bos reunindo grande quantidade de autores centrais para a temática desde o início do século XX. A proposta aqui é apontar nexos e proximidades, que encorajem o trabalho interdisciplinar. Mesmo com esse projeto bem mais modesto, a tarefa não é fácil, como já apontado anteriormente. Mas há indícios encorajadores.

Se lançarmos um olhar retrospectivo, desde os primórdios da constituição da Geografia e da História como ciências, na acepção contemporânea do termo, havia figuras de proa das duas áreas advogando a inseparabilidade de ambas. Ou, ao menos, a inseparabilidade das categorias tempo e espaço. Um exemplo é o geógrafo Karl Ritter, considerado como um dos pais fundadores da Geografia moderna, no século XIX:

A justaposição concomitante da existência das coisas enquanto tais não se dará nunca, quando se pensa sobre isso, sem uma certa sucessão dessas mesmas coisas. A ciência das relações terrestres espaciais não pode prescindir assim de uma dimensão temporal, ou quadro cronológico, do mesmo modo que a ciência das relações terrestres temporais não pode prescindir de um quadro espacial no qual essas relações foram necessariamente tecidas. A história teria que possuir, de fato, um marco espacial para poder realizar-se. [...] Mas igualmente, a ciência geográfica não pode ser privada do fator histórico, se quiser ser uma verdadeira disciplina das relações espaciais [...]. (RITTER, 1818 *apud* CAPEL, 1981, pp. 49–50, tradução nossa)

Na História, poderíamos trazer o exemplo de Lucien Febvre, tomado como um dos “pais fundadores” da Escola dos *Annales*. Advogando o quanto essas fronteiras disciplinares podem ser, em última análise, fúteis ou mesmo desnecessárias, o mestre francês afirmava que:

Mas o problema da geografia histórica não difere de modo algum do problema geral de toda a geografia humana. [...] Que relações estabeleceram as sociedades humanas de outrora, em diferentes épocas e em distintos pontos do globo, com o mundo geográfico de seu tempo, tal como podemos tentar reconstruí-lo? Trata-se do mesmo problema que antes, exa-

tamente pelo traslado do presente ao passado. Exige daqueles que buscam solucioná-lo [...] a ciência e a prática dos métodos de estudo e de pesquisa históricos adequados, já que, em parte, será com a ajuda de textos e documentos que deverão quase sempre tentar reconstruir estados de civilização desaparecidos, que, além do mais, procurarão relacionar com “paisagens”, lugares e climas que mudaram desde então.

Chamem-se de geógrafos, historiadores, inclusive de sociólogos ou até “morfólogos sociais”; não importa que etiqueta levem os que se empenham em pesquisas desse tipo. (FEBVRE, 1991, pp. 30–1, tradução nossa)

Sabemos que as concepções científicas e os conceitos de espaço dos autores acima são distintos dos atuais e apontamos que Febvre estava mais envolvido, naquele texto, com o debate acerca do que ficou conhecido como Determinismo e como Possibilismo. Ainda assim, tratam-se de dois bons exemplos de que a ótica defensora da existência de mais proximidade do que distância entre Geografia e História é bastante antiga e fertiliza o debate acerca dos caminhos epistemológicos para abordagens mais integradoras das categorias tempo e espaço.

Assim, defende-se que a Geografia Histórica constitui uma das grandes possibilidades de articulação eficaz entre as duas disciplinas irmãs e entre as categorias tempo e espaço. Um grande exemplo de apologista dessa perspectiva está em um dos maiores geógrafos históricos do século XX, o galês Henry Clifford Darby, autor de grande importância por sua influência sobre diversos autores relevantes centrais. No seu clássico ensaio, “On the Relations of Geography and History”, originalmente publicado em 1953 e presente da mencionada coletânea de Green (1991), ele afirma que: “Nós podemos traçar uma linha divisória entre geografia e história? A resposta é não, porque o processo do devir é um só. Toda geografia é geografia histórica, tanto presente quanto potencial” (1991, p. 38, tradução nossa).

Nesse mesmo ensaio, Darby apresenta uma trinca de caminhos para amalgamar a Geografia com a História, contribuição bastante conhecida entre os geógrafos históricos. Um desses percursos seria o estudo da “Geografia por trás da História”, em que uma sequência de eventos históricos poderia

ser apreendida considerando as suas relações com elementos sociais e naturais que possam ser classificados como geográficos. É bom que se diga que Darby expressou importantes ressalvas sobre esse possível nexó histórico-geográfico, especialmente pelo duplo risco de praticar uma História geográfica ao invés de Geografia Histórica e de resvalar no determinismo ambiental. A segunda via seria investigar a “História por trás da Geografia”, procurando reconstruir diacronias de eventos humanos que explicam transformações ocorridas nas paisagens. A terceira vereda envolve o estudo das “geografias do passado”, proposta de reconstruir a espaço-temporalidade de um momento pretérito.

Em suma, sustenta-se que a Geografia Histórica representa um esforço no sentido de reconciliar as duas categorias, tempo e espaço, artificialmente separadas, ou como afirma Santos, “buscando fazer uma geografia no tempo, reconstruindo as geografias do passado” (1996, p. 42). Nesse mesmo sentido, não poderíamos concordar mais com Maurício Abreu quando este nos afirma que:

O que precisamos hoje é de uma geografia que se liberte das amarras temporais que enquadraram no passado o que ela deveria estudar. A questão é novamente uma questão ontológica. A geografia não pode se definir como o estudo da duração do presente, ainda que seja este o palco preferencial de atuação do geógrafo. Sendo ela uma forma de abordagem do real, o que a distingue das outras ciências sociais são exatamente as questões que coloca para o entendimento desse real, da sociedade. E essas questões não podem ser apenas as do presente. (2000, p. 15)

Visando tornar possível a superação desse impasse, busca-se delinear o percurso de integração viabilizado pela Geografia Histórica a partir do artigo de Abreu (2000), por sua vez ancorado nas discussões mais amplas de Milton Santos a respeito da epistemologia da Geografia, em especial naquelas contidas na sua obra, *A Natureza do Espaço* (1996). Dessa forma, partimos de uma concepção do espaço geográfico enquanto um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1996, p. 19). Abreu, buscando alargar o entendimento dessa afirmação clássica de Milton Santos, assevera que esse conjunto indissociável é fruto de:

[...] uma lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes). Em outras palavras, é através da ação que se exerce a cada momento sobre objetos vindos de outros tempos, através da ‘intrusão da sociedade nessas formas-objetos’ [SANTOS, 1996, p. 51], que tem origem o espaço geográfico, composto de objeto e ação. Por essa razão, ‘o espaço é sempre um Presente, uma construção horizontal, uma situação única’ [SANTOS, 1996, p. 61]. (2000, p. 17).

Mas como alcançar esse “Presente” que é o espaço em permanente estado de metamorfose? Como viabilizar a universalidade das categorias sistemas de objetos e sistemas de ações, em sua relação dialética, dotando-as da trans-temporalidade (para usar a expressão de Abreu) necessária ao balizamento da pesquisa geográfica em qualquer momento do tempo e, portanto, em estreito diálogo com a História?

Para Santos (*apud* ABREU, 2000), é preciso torná-lo empírico e isso pode ser operacionalizado através do enquadramento temporal adequado dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações. No primeiro caso, atinge-se tal objetivo conjugando-se à análise os sistemas técnicos hegemônicos durante o período de tempo em estudo. Abreu (2000) faz a lembrança da afirmativa de Santos de que a materialidade artificial, componente fundamental do espaço geográfico, “pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política, e também, da sociabilidade e da subjetividade...” É no bojo dessas digressões que Santos (1996, p.46–9) fala da “idade do lugar”, estreitamente ligada à idade do conjunto das técnicas incorporadas à vida de uma dada sociedade ou grupo social. Nesse mesmo trecho da sua obra o autor nos lembra a citação famosa de Marx, contida no volume I do *Capital*: “o que distingue as épocas econômicas umas das outras, não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho” (1996, p. 46). Assim, a técnica realiza a fusão do espaço com o tempo, na medida em que ela é historicamente determinada.

Para o segundo caso, o enquadramento temporal dos sistemas de ações, a proposta é a de considerar o caráter relativo do tempo, abordando-o em suas múltiplas dimensões sincrônicas, de forma a abarcar diferentes temporalidades:

[...] cada lugar do planeta é, em cada ‘Presente’, um produto da inter-relação de três tempos: o tempo geral do modo de produção (ou ‘tempo do mundo’), o tempo particular dos Estados em que se inserem (ou ‘tempo do Estado-Nação’), e o tempo singular do próprio lugar (ou ‘tempo do lugar’). Por essa razão, cada lugar é, ao mesmo tempo, universal, particular e singular. (ABREU, 2000, p. 17)

Essa última citação fundamenta a convicção de que essa proposta de enquadramento temporal enunciada por Abreu (2000) viabiliza um importante par de argumentos favoráveis à sua adoção como suporte interdisciplinar entre a Geografia e a História. Por um lado, fornece uma saída para a eterna falácia da Geografia como “ciência do presente”, ao dar consistência ao “presente de então”, como defende o autor. Por outro lado, abre uma enorme ponte com a obra intelectual de um dos historiadores mais importantes do século XX, Fernand Braudel, e a sua Geo-História.

BRAUDEL, A GEO-HISTÓRIA E OS ELOS ENTRE DOIS CAMPOS DISCIPLINARES XIPÓFAGOS

Não raro, o livro *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, de 1949, é considerado uma espécie de marco fundador da Geo-história. Na verdade, as reflexões de Braudel sobre o espaço e suas articulações com a história começam antes da publicação da monumental obra e se estendem ao longo de sua profícua carreira.

Quase uma década depois do livro, Braudel elucidava parte de suas expectativas diante da geografia, naquilo que denominou como “coerção geográfica”:

Durante séculos, o homem é prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, de um equilíbrio lentamente construído do qual não pode desviar-se sem o risco de pôr tudo novamente em jogo. Vede o lugar da transumância na vida montanhesa; a permanência de certos setores da vida marítima enraizados em certos pontos privilegiados das articulações litorâneas; a durável implantação das cidades; a persistência das rotas e dos tráficos; a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações (2005, p. 50).

A proposta de Braudel aprofunda o caminho trilhado pela tradição reflexiva desenvolvida pelos *Annales*, desde a fundação da revista em 1929, e daquela que Peter Burke (1991) chamou de “primeira geração”. Marc Bloch, em seu estudo sobre o mundo medieval, apresentou de maneira minuciosa as práticas agrárias sob o feudalismo. Do mesmo modo, as gerações seguintes de historiadores preocupados com a “história problema” e à crítica ao positivismo e ao historicismo do século XIX, enveredaram na mesma direção. Trabalhos como de Jacques LeGoff, George Duby e Emanuel Le Roy Ladurie, atribuiriam tamanha ênfase ao espaço que analistas não hesitaram em qualificar, especialmente este último, como um “historiador geográfico”. Têm-se aqui a forte influência de Paul Vidal de La Blache, geógrafo que atuava com historiadores desde a publicação dos *Tableau de la géographie de la France*, em 1903. Do possibilismo desse autor partiriam conceitos centrais para os *Annales* e a produção historiográfica posterior, como noções de espaço, “região” e a base da própria “História local”. Assim, a produção de monografias regionais como estratégia de pesquisa prioritária se prestava a essa aproximação, formando toda uma geração de historiadores aos quais se incluía Braudel.

Em seus escritos no começo da década de 1940, Braudel antecipava aspectos centrais de uma crise das Ciências Humanas e Sociais, até mesmo indicando algumas das críticas que seriam aprofundadas pelos chamados pós-modernos. Insurgindo-se contra a excessiva fragmentação disciplinar, ele propõe, já em 1949, uma articulação entre Política, Economia, Cultura, Sociedade e Geografia no recorte do Mediterrâneo. Assim, a contribuição de

Braudel tem um segundo ponto fundamental que é o da defesa deliberada da interdisciplinaridade.

Outro elemento-chave é o da incorporação das categorias tempo e espaço para pensar os processos históricos de maneira inter-relacionada. Ainda que colocados no passado, numa perspectiva estruturalista e de História total, o ambicioso projeto intelectual da geração de Braudel, qual seja, o da inter-relação entre as duas categorias que o século XIX consagrou a geógrafos de um lado e a historiadores de outro, encontrava novamente terreno fértil para florescimento.

Destaca-se, porém, que a História Social desenvolvida naquele período não conseguiu operar uma ruptura significativa com o carácter retrospectivo herdado do século anterior. A noção de crise das Ciências Sociais mobilizada por Braudel seria muito mais uma crise paradigmática, que não retiraria por completo a âncora do passado dos estudos históricos, em que pese o desenvolvimento em paralelo a tudo isso, em diversos países europeus, dos estudos da História do Tempo Presente. A ruptura operada pelos *Annales* representou críticas profundas à História política, sem afastar-se do papel que relegavam ao presente ou ao testemunho, no intuito de produzir uma História totalizante.

As linhas gerais do pensamento braudeliano são normalmente resumidas a partir da problemática das temporalidades, explicitada com maior atenção no livro *História e Ciências Sociais*, de 1969: *a curta duração*, associada ao episódico, aos eventos, ao factual, e relacionada à história política; *a média duração*, das conjunturas e processos cíclicos, vinculada à História econômica, prioritariamente; e, por fim, *a longa duração*, das estruturas presentes nas mentalidades e na natureza, associadas a um tempo geológico, que incorpora a dimensão natural, pautada na noção de permanência. Foi a essa última temporalidade que Braudel dedicou a primeira parte de sua obra de 1949, ao analisar os aspectos naturais, como o clima, o relevo, a morfologia, e introduzir uma minuciosa descrição sobre o mar enquanto elemento chave sobre o qual se desenvolveriam as relações políticas, sociais, culturais e econômicas. Para alguns críticos, mais do que objeto, o Mediterrâneo teria se configurado em um sujeito na monumental obra do historiador francês.

A partir daí, primeiro na França e depois em outros países, a perspectiva de abordagem historiográfica que se preocupa com as inter-relações entre sociedade e natureza passou a ser reconhecida e denominada como “geo-história”. Para François Dosse, a Geo-História introduz a geografia como grade de leitura para a história (DOSSE, 1994, p. 136). O ponto central é uma abordagem que não se deixa cercar apenas pela análise de um estrato da vida humana, mas engloba tanto os fenômenos de ordem natural e climática quanto os fatos de cultura (idem, 2004).

Um indicador da influência do pensamento de Braudel na formação de profissionais em História, bacharéis e licenciados, pode ser obtido na análise dos currículos dos cursos. Diversas instituições em suas grades curriculares reconheceram a centralidade do pensamento de Braudel e criaram cadeiras obrigatórias para seus alunos, muitas das quais sobreviventes à renovação dos estudos históricos intensificada nas décadas de 1980 e de 1990 com o retorno da narrativa, e o avanço da Nova História Política e, principalmente, da História Cultural, em seu diálogo com a Antropologia.

Atualmente a visão globalista e totalizante presente na Geo-história de Braudel perdeu adeptos na academia. Isso se relaciona de maneira mais ampla à crise dos estruturalismos de variados matizes nas Ciências Sociais, do marxista ao de Lévi-Strauss. Contudo, a Micro-história reintroduz o problema da escala na análise historiográfica, retomando uma categoria cara aos geógrafos. Como se sabe, a Micro-história não se pretende constituir como um campo ou uma disciplina em separado, mas um método de trabalho (REVEL, 1998). Não se trata de estudar o micro pelo micro, mas propor modelos de análise mais complexos, dotados de capacidade para melhor compreensão de processos mais amplos, gerando modelos que consigam dar conta das especificidades no lugar de ignorá-las, rebaixando-as a uma condição analítica e explicativa secundarizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conquista da segunda metade do século XX, o espaço e o tempo são os grandes mediadores da interdisciplinaridade entre História e Geografia, a despeito dos esforços para separação dessas duas categorias ao longo do século XIX, com ecos e sobrevida no século XX, no período de institucionalização universitária das duas disciplinas.

Se o Espaço se sujeita à ação do Tempo, o Tempo também se dobra diante do meio geográfico. Foi isso que Braudel se esforçou e conseguiu comprovar em *O Mediterrâneo*. Foi nessa linha que Maurício Abreu, fundamentado em Milton Santos (1996) advogou que:

Analisar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que deram origem aos espaços geográficos do passado é uma tarefa que cabe ao geógrafo executar. As ferramentas teóricas que a disciplina possui para estudar o presente podem também ser utilizadas para a compreensão do passado, bastando para isso que façamos as devidas correções metodológicas. (2000, p. 23)

A porta para o diálogo entre as duas ciências está aberta e ela é ampla e convidativa. É tempo para mais espaço na História e para que haja mais lugar para o tempo na Geografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. “Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII”. *GeoUsp*, n. 7, pp. 13–25, 2000.
- BARROS, José D’Assunção. “Geografia e História: uma interdisciplinaridade mediada pelo espaço”. *Geografia*, v. 19, n. 3, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/6>>. Acesso em:
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

- BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. Tomo 1. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. “Histoire et sciences sociales”. In: Braudel, Fernand. *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969. pp. 41–83.
- BRUNHES, Jean. *Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929–1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CAPEL, Horácio. *Filosofia y Ciencia em la Geografia Contemporanea*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CORTEZ, Claude. *Geografia Histórica*. Cidade do México: Instituto Mora/UAM, 1991.
- DARBY, H.C. “On the Relations of Geography and History”. In: GREEN, D. Brooks. *Historical Geography — A Methodological Portrayal*. Savage: Rowman & Littlefield Publishers, 1991. pp. 34–45.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- DOSSE, François. “O recurso geográfico dos historiadores”. In: DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Bauru: EdUsc, 2004.
- FEBVRE, Lucien. “La tarea actual: métodos biológicos, métodos geográficos”. In: CORTEZ, Claude. *Geografia Histórica*. Cidade do México: Instituto Mora/UAM, 1991. pp. 25–34.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. “História do tempo presente: desafios”. *Cultura Vozes*, v. 94, n. 3, pp. 111–24, mai–jun 2000. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf>.
- GREEN, D. Brooks. *Historical Geography: A Methodological Portrayal*. Savage: Rowman & Littlefield Publishers, 1991.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, pp. 5–27, 1988.
- HARTSHORNE, Richard. *The Nature of Geography*. Lancaster, Pensilvânia: Association of American Geographers, 1939. Disponível em: <<https://>

ia800309.us.archive.org/31/items/natureofgeograph010994mbp/natureof-geograph010994mbp.pdf>. Acesso em: 5 dez 2015.

MORAES, Antonio C.R. *Geografia Pequena História Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1983.

PARR, H.; PHILO, C. “A Forbidding Fortress of Locks, Bars and Padded Cells. The Locational History of Mental Health Care in Nottingham”. *Series: Historical Geography Research Series*, n. 32, 1996.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Guilherme. “Fernand Braudel e a geo-história das civilizações”. *História Ciência Saúde-Manguinhos*, v.18, n.1, mar 2011.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

HISTÓRIA E LITERATURA INVENTANDO CAMINHOS DA IMAGINAÇÃO NACIONAL NO BRASIL

Alexandre Lazzari^{1*}

Se aceitamos que a Literatura atendeu a certos fins históricos, mesmo que os autores não tivessem essa intenção, um dos seus papéis foi servir à construção de sistemas culturais modernos, vinculados à massificação do uso do texto impresso, comprado e vendido como mercadoria nos grandes mercados do capitalismo avançado, primeiro europeus e depois globais. Assim, o texto impresso em língua vernácula, multiplicado aos milhares de exemplares, prestou-se a certas formas modernas de imaginação compartilhada e foi, conforme a arguta análise de Benedict Anderson, o principal meio pelo qual as identidades nacionais tomaram forma no continente europeu.² Na Europa ocidental, isso ocorreu pelo menos desde o século XVI, quando os textos em alemão vernáculo de Lutero unificaram, em termos literários e religiosos (embora não políticos), boa parte dos falantes dessa língua. A imprensa periódica, a indústria editorial e as burocracias centralizadas favoreceram a homogeneização das línguas escritas e sua transformação em línguas nacionais de fato. Criaram-se, assim, as condições históricas para que surgissem comunidades de leitores geograficamente dispersos, mas que compartilhavam leituras que lhes permitiam imaginar origens e identidades em comum.

1 * Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Nova Iguaçu.

2 Ver Anderson, 2008.

Este texto sobre a parceria entre História e Literatura parte do pressuposto de que as escritas de ambas são produto do seu tempo histórico e seus sentidos são compreensíveis se levamos em conta o seu uso e finalidade em determinado contexto. Observadas nessa condição, iluminam uma à outra, aproximam-se e afastam-se em função das circunstâncias e dos papéis que lhes são atribuídos. Se a teoria literária desafia os historiadores a perceberem suas obras como artefatos literários, os historiadores dessacralizam a prática da escrita ao explorar os diálogos de autor e texto com seu contexto de criação, ao diluir seus cânones jogando luz em jogos de poder, em disputas por visibilidade, em produções de memórias e também de silêncios e esquecimentos.³ Enfim, tanto o conhecimento histórico está sujeito a uma análise puramente textual quanto a literatura pode ser analisada como uma prática social e histórica, ou ainda como mera fonte da própria História Social. Se cada uma das áreas não pode ser assimilada pela outra, tampouco podem mais ignorar as questões que uma coloca para a outra.⁴

O que se propõe neste texto, diante de um campo de estudos de muitas possibilidades, é tão somente explorar alguns dos modos pelos quais uma certa parceria entre História e Literatura foi posta em prática por escritores brasileiros do século XIX. Seu propósito era se afirmarem protagonistas da construção da nacionalidade, em condições em que uma e outra ainda eram praticadas de forma diletante pelos homens letrados do Império. Os dois gêneros textuais serviram a uma causa comum dos brasileiros letrados do século XIX: imaginar a nação em um Estado de dimensões continentais e de difícil comunicação entre suas regiões, narrar seu passado, exaltar seus heróis, afirmar sua identidade étnica. E foi a Literatura que tomou a frente na missão de produzir a imaginação que conectaria o todo nacional e forneceria um sentido histórico à comunidade imaginada chamada Brasil, porém não fez isto de forma unívoca, mas por vias diversas e multifacetadas. Alguns este-

3 Para alguns exemplos de estudos que seguem essa perspectiva entre historiadores, ver Chalhoub; Pereira, 1998; Chalhoub, 2003 e Pereira, 2016.

4 Para uma visão do debate epistemológico entre história e literatura, ver Barros, 2010.

reótipos identitários marcantes para a vida cultural nacional resultaram dessa experiência, como sugerido a seguir.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) recebia, na sessão de 21 de agosto de 1903, mais um ilustre sócio em suas fileiras. Tratava-se do advogado, jornalista e escritor Afonso Arinos de Melo Franco, nascido no sertão de Minas Gerais, monarquista militante na imprensa de São Paulo, recém-admitido também na Academia Brasileira de Letras para a vaga do falecido amigo Eduardo Prado.⁵ Como todo ingressante, ele fez seu discurso de saudação àquela instituição fundada sob o patrocínio de D. Pedro II e ainda integrada por muitos simpatizantes do extinto regime. O que vale observar nesse discurso é a crítica política de um jornalista e homem de letras aos historiadores e ao rigor do seu método científico por parte de um literato reconhecidamente apaixonado pela História e pelos arquivos. Afonso Arinos disse aos seus pares nada menos que, a despeito da relevância e seriedade do trabalho dos historiadores profissionais, eles pouco podiam fazer pela urgente tarefa da formação de uma consciência nacional entre os brasileiros. Para uma nação ainda não consolidada, ponderava o literato mineiro, valia mais a divulgação do orgulho patriótico do que o conhecimento crítico e minucioso de uma História para a qual ainda havia muito por fazer.

Eu creio, senhores, que é tempo de refugiarmo-nos na História do nosso país para tocarmos o coração dos Brasileiros.

[...] Se a única paixão admitida ao historiador é paixão da verdade; se a verdade só pode ser colhida por quem não tenha outra preocupação a não ser nas fontes clareadas pela crítica — o requisito essencial ao historiador é não ter opinião, não ter patriotismo, não ter admiração nem amor; ele estuda um fato, como o mineralogista estuda uma pedra. Ora, deste modo, senhores, não há História, senão quando há cultura científica verdadeira,

5 Ver Lazzari, 2010.

isto é, quando os povos terminaram a sua mocidade, quando têm constituído o seu patrimônio de feitos, quando as letras e as artes já perpetuaram esse patrimônio sob mil formas na memória e no sentimento dos homens. Neste sentido, nós não temos História, nem historiadores; cumpre fazê-la, antes de escrevê-la. Deixemos este encargo às gerações do porvir, para as quais, em vez de fazer a História da nossa pátria, incumbe-nos o dever de constituir a própria pátria. Nós precisamos hoje de fazer como Tito Lívio: tomar a História como instrumento de eloquência e patriotismo, ou, como os Gregos, de torná-la uma arte apenas, um meio de educação cívica. A nossa geração, tantas vezes culpada, não pode ser juiz de si mesma. E nós precisamos agora justamente das qualidades que inquinam de mau o historiador: precisamos de ter bem acentuada uma opinião política e precisamos de ter acentuado o patriotismo. [...]

Por isso, meus senhores, no momento atual, a missão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não é tanto a de ser geográfico e histórico, quanto a de ser brasileiro.⁶

Arinos afirmava em seu discurso, portanto, que as Letras e Artes deviam anteceder o surgimento de uma historiografia nacional, pois a elas é que caberia construir uma memória e um sentimento comum, condição dada como necessária para a constituição de uma nação. Aos historiadores do Instituto, ele recomendava que renunciassem ao rigor de uma História estritamente científica, positiva e pretensamente neutra. De muito mais valia, naquele momento, era cultivar a memória poética e sentimental dos feitos do passado para que os brasileiros, apaixonados por suas tradições, constituíssem uma pátria unida e coesa.

Em termos práticos, o que tal agenda poderia significar para uma instituição como o IHGB talvez possa ser inferido da conferência que o próprio Arinos proferiu, oito anos depois, em sessão solene pelo aniversário de nascimento de D. Pedro I. Ali, antes de iniciar uma narração sucinta das pretensas

6 Ver “13ª Sessão ordinária em 21 de agosto de 1903”, *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXVI, Parte II, 1905, p. 216.

decisões heroicas que teriam garantido a unidade do Brasil no processo de independência, o orador dedicou boa parte do tempo a discorrer sobre causos e anedotas que revelariam “o retrato do herói na fantasia ou na tradição popular”.⁷ O verdadeiro herói nacional, segundo ele, está legitimado pela memória popular que, com o passar do tempo, transforma o personagem histórico em mito. Esse, por sua vez, é imprescindível à existência das nações por provê-las de crenças e tradições comuns, enquanto a minuciosa exegese documental dos historiadores seria até mesmo uma ameaça a essa coesão.

Neste ponto de vista, a História severa, a crítica, e a exegese seriam artes de destruição, pois que assim como ninguém pode ser herói para seu criado de quarto, com maioria de razão ninguém poderá ser herói à luz de veros documentos interpretados com rigor científico.⁸

É certo que, naqueles momentos, a preocupação principal de Afonso Arinos, como provavelmente a de muitos antigos monarquistas do IHGB (como sugerem os prolongados aplausos e felicitações ao autor do discurso registrados em ata), era o temor da destruição da memória do passado monárquico e da perda do sentimento de unidade nacional, consequência que a divisão federativa da República poderia acarretar.⁹ Caberia, portanto, privilegiar uma agenda política voltada para memória nacional, em detrimento daquela missão que seria então considerada rigorosamente científica, menos urgente para o momento no entender de Arinos.

Mesmo assim, apesar da recepção calorosa ao jornalista e escritor, a tendência entre os historiadores do IHGB, nas primeiras décadas do século XX,

7 Ver “Ata da sessão ordinária de 16 de outubro de 1911”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXXIV, Parte II, 1912, p. 675.

8 Idem.

9 O livro “Notas do dia - comemorando” de Afonso Arinos, dedicado à memória da monarquia, foi mencionado na ata que registra sua admissão no IHGB. Ver Idem.

era conciliar a motivação política e patriótica com a legitimidade proporcionada pelo modelo da crítica documental metódica e pretensamente científica que as academias europeias exportavam.¹⁰ Por outro lado, narrativas literárias como aquelas que o próprio Arinos já tinha escrito, ambientadas em momentos considerados heroicos da História do Brasil e voltadas para tradições e costumes da população iletrada dos sertões, eram cada vez mais identificadas como um romantismo anacrônico, embora ainda consideradas úteis uma para a pedagogia cívica, sustentada tanto na História como na Literatura. Todavia, o reconhecimento de que o homem de letras deveria “ouvir o povo” e interpretar a cultura da nação, mesmo que fosse para melhor educá-la e dirigi-la, como Arinos defendia, persistia e se manifestava em autores de perspectivas tão diversas como Lima Barreto e Coelho Netto.¹¹

O primeiro discurso de Arinos no IHGB apresentava a historiografia científica e a educação cívica como antagonísticos, mas o seguinte os reconciliava, ao reconhecer que a suposta memória popular de D. Pedro I legitimava o status de herói histórico nacional conferido pelos historiadores. O aparente paradoxo das posições de Arinos revela a resistência e persistência de um paradigma que fazia História e Literatura convergirem para uma causa em comum, mas com um prestígio desigual. Apesar da alta relevância conferida pelo imperador ao IHGB, durante o Império foram raros os historiadores dedicados ao rigor metodológico, enquanto proliferavam entre a elite dos homens de letras os candidatos à glória literária proporcionada pela escrita de dramas, poesia e romances.¹²

Os discursos de Afonso Arinos ecoam uma tradição intelectual do século XIX que identificava a missão da literatura como sendo a construção da nação, muitas vezes incorporando a História em um papel subsidiário para

10 Guimaraes, 2007.

11 Ver Sevcenko, 2003; Pereira, 2016, op. cit.

12 Ver Cano, 2012.

a educação cívico-literária, voltada em grande medida para a celebração da natureza e dos costumes do vasto território. Ele próprio, um bacharel em Direito que chegou a ocupar a cadeira de História no Liceu de Ouro Preto, dedicou-se na juventude ao projeto de uma Literatura que revelasse os sertões do Brasil, ambientando um ou outro trabalho em cenários históricos, como a Diamantina colonial ou o levante liberal de 1842.¹³ Mesmo sendo um frequentador e defensor apaixonado do arquivo de Ouro Preto, o qual chegou a apresentar a Olavo Bilac quando este exilou-se na cidade em 1893, deu prioridade à Literatura e colocou a História a seu serviço.¹⁴

A preferência dos jovens literatos pelos temas ditos nacionais já fora comentada por Machado de Assis em seu artigo “Instinto de nacionalidade”, ainda em 1873.¹⁵ Ele, que declarava preferir que a nacionalidade se manifestasse como uma característica do tempo e lugar vividos pelo autor mais do que pela seleção de tema, reconhecia a força do movimento ao seu redor, embora manifestasse suas reservas. Em José de Alencar, ele reconhecia o talento e o valor maior dessa busca por uma Literatura que pudesse ser considerada brasileira em sua originalidade.

O próprio Alencar declarou que desejava retratar a pretendida originalidade nacional que se expressava na natureza tropical, na linguagem, no vocabulário e no caráter dos personagens. Em “Benção paterna”, o prólogo ao romance *Sonhos d'Ouro*, de 1872, deixou claro que sua concepção da Literatura nacional estava fundada em uma inevitabilidade orgânica proporcionada pela natureza e pela História.¹⁶ Assim como o vocabulário e a sintaxe da língua portuguesa adaptavam-se à natureza e ao clima, o tema das narrativas também mergulhava na síntese histórica e no “influxo de civilização” estrangeiro que ainda estava a moldar uma nação em formação. Ele mesmo estabelece uma classificação de sua obra conforme ela se relaciona com períodos da História do país:

13 Ver Arinos, 1969.

14 Bilac, 2005, pp. 161–176.

15 Assis, 1997.

16 Alencar, 1872.

O período orgânico desta Literatura conta já três fases.

A primitiva, que se pode chamar aborígene, são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalaram a infância do povo, e ele escutava como o filho a quem a mãe acalenta no berço com as canções da pátria, que abandonou.

Iracema pertence a essa literatura primitiva, cheia de santidade e enlevo, para aqueles que veneram na terra da pátria a mãe fecunda — *alma mater*, e não enxergam nela apenas o chão onde pisam.

O segundo período é histórico: representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de um solo esplêndido. [...]

A ele pertencem o *Guarani* e as *Minas de Prata*. [...]

A terceira fase, a infância de nossa Literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; [...]

Neste período a poesia brasileira, embora balbuciante ainda, ressoa, não já somente nos rumores da brisa e nos ecos da floresta, senão também nas singelas cantigas do povo e nos íntimos serões da família. [...]

O *Tronco do Ipê*, o *Til* e o *Gaúcho*, vieram dali.¹⁷

Alencar, em defesa do conjunto já numeroso de sua obra, ao qual procura dar um sentido, e sem maior modéstia, utiliza sua literatura para periodizar a própria História do país, sugerindo até que ela fornece uma chave para a interpretação dessa História. De modo que o leitor fiel do escritor, além da fruição do estilo e das emoções proporcionadas pela narrativa romanesca, estaria fadado a sentir-se parte de uma nação em formação, da qual passaria a conhecer as origens e as principais etapas históricas por intermédio de personagens heroicos ou trágicos. Mesmo não tendo obtido acesso a uma formação escolar sobre a História do país, um leitor brasileiro da segunda metade do século XIX encontraria no romance alencariano uma narrativa das origens da sua identidade nacional, na qual História e mito se fundiam.

17 Idem, p. XIII.

Neste mesmo prólogo a *Sonhos D'Ouro*, Alencar também se defendia das críticas à escrita em sequência de romances que então fazia por contrato com o editor Garnier. A justificativa se dava em função da demanda dos leitores, ávidos por consumi-los. A forma dos modernos romances já era sugerida como mais adequada a uma Literatura autenticamente brasileira quando, ainda em 1856, Alencar criticava os poemas épicos indianistas dos letrados da corte de D. Pedro II, como era o caso do protegido Gonçalves de Magalhães e sua Confederação dos Tamoiós.¹⁸ Esses também procuravam mesclar História e mito para celebrar e narrar uma formação histórica da nação, mas ainda inspirados na forma clássica das epopeias versificadas. Por seu alcance popular, Alencar considerava os romances de folhetim, consagrados pelos escritores românticos franceses, como uma ferramenta mais eficiente para levar o conhecimento da História e da grandeza poética do país ao alcance do brasileiro comum alfabetizado.

Faz-se importante observar que a História que figura nos romances de José Alencar não se equipara àquela oficial construída pelos notáveis do Império, centrada nos feitos do colonizador português. É antes uma História que se revela em conflitos fundadores, geradores de sínteses culturais e raciais, entre os selvagens e os conquistadores, assim como no conflito entre os valores civilizatórios e a cobiça desenfreada, entre o homem e a natureza tropical à qual ele se adapta. Em suas narrativas, os personagens idealizados e fantasiosos interagem com outros que são mencionados em documentos e obras de historiadores. As notas de rodapé em seus livros, numerosas especialmente em *O Guarani* e *Iracema*, fazem menção às fontes que legitimam a veracidade das circunstâncias históricas e do vocabulário indígena. Em “Como e por que sou romancista”, esboço autobiográfico que não chegou a publicar em vida, Alencar relata a dupla inspiração que o teria levado aos primeiros romances indianistas, isto é, a natureza de sua terra natal e a leitura dos cronistas coloniais.

18 Alencar, 1856.

Foi somente em 1848 que ressurgiu em mim a veia do romance.

Acabava de passar dois meses em minha terra natal. Tinha-me repassado das primeiras e tão fagueiras recordações da infância, ali nos mesmos sítios queridos onde nascera. Em Olinda onde estudava meu terceiro ano e na velha biblioteca do convento de São Bento a ler os cronistas da era colonial, desenhavam-se a cada instante, na tela das reminiscências, as paisagens de meu pátrio Ceará. (...)

Uma coisa vaga e indecisa, que devia parecer-se com o primeiro broto d’*O Guarani* ou de *Iracema*, flutuava-me na fantasia. Devorando as páginas dos alfarrábios de notícias coloniais, buscava com sofreguidão um tema para o meu romance; ou pelo menos um protagonista, uma cena e uma época.¹⁹

Algumas análises dos romances históricos de Alencar enfatizam a conexão dessas narrativas com as expectativas, conflitos e desilusões do autor no ambiente da Corte, revelando a estreita relação entre sua Literatura e um projeto político bastante pessoal.²⁰ Revelam também que a fusão entre História e mito serve à construção consciente de uma memória conservadora e conciliadora, que encobre o passado mais violento do status quo escravocrata, devidamente esquecido nesse retrato poético da origem da nação.²¹ Mas o apelo sentimental à memória da província natal e sua incorporação à narrativa mítica do nascimento da nação é uma característica que também merece atenção. No prólogo de *Iracema*, escrito como carta endereçada ao amigo Jaguaribe, ele declara que “o livro é cearense” como o autor, que devolve à terra natal as impressões daquela natureza transfigurada pelo poeta instalado na Corte civilizadora.²² Se *O Guarani*, ambientado nas serras fluminenses praticamente intocadas pelo europeu no final do século XVI, teve um grande impacto para a formação de uma consciência histórica e literária da nação entre os literatos e jovens, outros romances ambientados em províncias tão distantes da corte

19 Alencar, 1893, pp. 35–6.

20 Ver Marco, 1993; Rodrigues, 2001.

21 Ver Ribeiro, 1998, pp. 405–13; Camilo, 2007, pp. 169–89.

22 Alencar, s/d.

como Ceará e Rio Grande do Sul apontariam aos jovens letrados dessas províncias caminhos e legitimidade para imaginar a nação por conta própria.²³

Se o indígena heroico, transformado pela civilização branca e pela mestiçagem, poderia figurar como uma alegoria da nação compreensível no país inteiro, os peões e vaqueiros brutos dos sertões das províncias seriam, à primeira vista, tipos menos prováveis para essa função. Não era o que pensava Alencar ao dar continuidade ao seu projeto de romancear a formação histórica do Brasil, ao delinear com sua pena diversos recantos do país com costumes e linguagens bárbaros aos olhos da corte. O gaúcho foi primeiro romance que escreveu com o pseudônimo Sênio, provável autoironia com suas desilusões políticas. Dizia-se que o imperador lhe negara a nomeação para o Senado alegando ser o pretendente “muito moço”.²⁴ Embora o livro seja com frequência enquadrado pela crítica como romance de uma fase “regionalista” de Alencar, ele não utilizava essa palavra e nem tinha essa intenção, tanto que deu ao livro, na primeira edição de 1870, o subtítulo “romance brasileiro”.

Ou seja, o romance era compreendido pelo autor em perfeita conformidade com sua visão de uma literatura nacional reveladora da História e dos costumes do país. O “gaúcho” Manuel Canho, personagem heroico da narrativa, servidor fiel do poderoso padrinho Bento Gonçalves durante os episódios da rebelião farroupilha, atestava o caráter e as virtudes do brasileiro da província fronteiriça frente aos vizinhos castelhanos.²⁵ As notas do autor ao final dos dois volumes procuram atestar o cuidado com a pesquisa do vocabulário rio-grandense e também da história da revolução, consultada nos jornais da época em vista da alegada falta de uma crônica histórica sobre os acontecimentos. Nelas, o autor também propõe ao leitor uma interpretação “sóbria” de episódios que ainda despertam paixão, descreve o líder Bento Gonçalves

23 Ver Schwamborn, 1990.

24 Ver Rodrigues, op. cit., p. 71.

25 Alencar, 1870.

como um patriota e recrimina o Império pelos erros que levaram à rebelião na fronteira. Estaria Alencar alertando para uma lição da História diante das crises políticas que levaram ao ressurgimento do movimento republicano em 1870?

Não à toa, o conservador Alencar tinha admiradores e imitadores da sua prosa na própria província rio-grandense, mesmo entre republicanos convictos. Era o caso do professor Apolinário Porto Alegre, um ardoroso militante da Literatura nacional, do republicanismo e do culto à memória da revolução farroupilha, assunto ainda controverso entre os conterrâneos. Naquela época, ele animava as rodas literárias dos jovens letrados de Porto Alegre e publicava seus próprios romances, inspirados em grande medida na obra do mestre cearense, mas ambientados na História e nos costumes da província.²⁶ A admiração do professor Apolinário pelo autor de *O Guarani* e *Iracema* o levou a escrever um “Estudo biográfico”, série de cinco artigos publicados entre 1873 e 1874, sob o pseudônimo Iriema, na revista da Sociedade Partenon Literário em Porto Alegre. O propósito era defender Alencar das críticas do português Pinheiro Chagas em seus “Novos ensaios críticos” e de Franklin Távora nas “Cartas de Semprônio a Cincinato”. À frase inicial do artigo de Pinheiro Chagas — “Apesar dos muitos talentos que avultam na nossa antiga colônia americana, não se pode dizer que o Brasil possua uma literatura” — o rio-grandense replicava com esta: “José de Alencar: eis um nome, eis uma literatura e uma nacionalidade”.²⁷

O jovem professor, muito dedicado a espalhar o patriotismo e o orgulho nacional entre seus alunos e concidadãos, encontrava em Alencar uma fórmula perfeita para imaginar o Brasil como unidade formada em uma diversidade de províncias que compunham um todo orgânico. E a escolha do romance em prosa constituía “a forma por excelência moderna” de literatura, acessível à leitura popular e capaz de despertar em qualquer cidadão o sentimento da “comunhão brasileira”. A seu ver, somente rivalizava com o “ilustre filho do Ceará” outro distinto provinciano, o “filho de Minas Gerais” Bernardo

26 Ver Lazzari, 2012, pp. 463–85.

27 Porto Alegre, 1873–1874.

Guimarães, com quem poderia disputar a eminência plena da nacionalidade literária após *O Garimpeiro*, publicado em 1872.

Mesmo os erros de vocabulário e imprecisões ao falar da paisagem e do homem dos pampas em *O gaúcho*, motivo de muitas das críticas, foram perdoados por Apolinário. Um maior rigor de observação não traria senão benefícios acessórios aos romances, pois a arte tinha autoridade para dispensar a ciência, alegava o rio-grandense. Se a obra merecia reparos, não seria por tais “minudências”, mas por problemas do estilo e da construção dos personagens. Ainda assim, essa defesa intransigente da supremacia alencariana nas Letras nacionais parecia ter pouca visibilidade fora dos limites do Rio Grande de São Pedro. Sintomático do fraco intercâmbio entre os escritores da província e os da corte foi a carta enviada pelo próprio Alencar a um sócio do Partenon Literário quando, cerca de um ano depois, tomou conhecimento do artigo em seu favor. Agradeceu ao “distinto e ilustrado *Iriema*”, mas afirmou desconhecer sua identidade.²⁸

Na própria província natal de José de Alencar, seus romances também motivaram jovens letrados a se arriscar nas letras pela causa da Literatura nacional. Com o pseudônimo Oscar Jagoanharo, um entusiasmado Tristão de Alencar Araripe Junior tomou tempo dos seus estudos de Direito, em 1868, para inventar sagas indígenas inspiradas nas obras do escritor conterrâneo e publicar seus *Contos brasileiros* na imprensa do Recife.²⁹ Quando, anos depois, prestou homenagem póstuma com uma biografia literária do mestre, reconheceu a profunda influência dele em sua adolescência: “José de Alencar viveu na minha alma durante essa época com um vigor indizível. Povoava-a inteiramente.”³⁰ Somente após o retorno ao Ceará foi que Araripe Jr. tornou-se leitor e admirador de autores como Spencer e Taine, aderindo então ao determinismo naturalista amplamente defendido por sua geração e adotando um maior distanciamento crítico da obra de Alencar.³¹

28 Totta, 1875. Data da carta: 12 de janeiro de 1875.

29 Araripe Júnior, 1868.

30 Araripe Júnior, 1958. p. 234-158.

31 O próprio Araripe declarou, no prólogo ao perfil literário de Alencar, que essa

Quando, em 1874, veio à luz na imprensa do Rio de Janeiro o *Nosso cancionero*, série de cartas de José de Alencar a Joaquim Serra sobre a poesia dos vaqueiros do Ceará, a discussão desse tema não representava novidade aos literatos da província do norte.³² As cartas manifestavam o entusiasmo do escritor a respeito do “Rabicho da Geralda”, cantiga que contava a história de Rabicho, um boi fugido, tão esperto e valente que nem o mais afamado vaqueiro podia lhe capturar. Foi vencido apenas pela seca, quando o desespero da sede o tornou vítima fácil de uma armadilha. Com a peculiaridade de ser narrado em primeira pessoa pelo próprio animal, o poema do boi-herói foi considerado por Alencar uma narrativa mitológica, originado de uma pureza primitiva na qual os ingênuos sertanejos ainda estariam imersos. O boi Rabicho foi equiparado aos heróis míticos cantados pelos rapsodos ao longo dos tempos, mas com uma forma distinta da epopeia de qualquer outro povo, pois surgira da luta do vaqueiro contra a natureza única do sertão cearense.

Estou convencido de que os heróis das lendas sertanejas são mitos, e resumem os entusiasmos do vaqueiro pela raça generosa, inseparável das suas fadigas, e provida mãe que o alimenta e o veste. [...]

Aí está o toque da magnanimidade dos rústicos vates do sertão. Homero engrandece os guerreiros troianos para realçar o valor dos gregos. Os nossos rapsodos, imitando sem o saberem, o criador da epopeia, exaltam o homem para glorificar o animal. [...]

Há no poemeto, como viu, traços da simplicidade homérica, ou antes do estilo sóbrio e enérgico do povo, em que foi vazada a poesia do grande épico.³³

mudança só ocorreu no ano de 1873, quando passou a ser leitor de Spencer, Buckle e Taine. Ver Araripe Júnior, *idem*.

32 As cartas foram publicadas em quatro capítulos, no jornal *O Globo* em 7, 9, 10 e 17 de dezembro de 1874.

33 Ver Alencar, 1960.

Araripe Júnior, de pronto, publicou uma resposta na mesma folha carioca, lembrando já ter discutido esse tema dois anos antes, ao tratar da obra de Juvenal Galeno.³⁴ Talvez por respeito ao velho mestre, Araripe Júnior não tenha contestado diretamente sua interpretação, preferindo manifestar a divergência através da autocrítica a um elogio semelhante que teria feito para *O Bargado*. Tratava-se de uma das trovas populares compiladas por Juvenal Galeno, poeta cearense que pretendeu cantar o mundo e os costumes dos humildes sertanejos e pescadores do Ceará, assim como denunciar a opressão social e política dos pobres.³⁵ *O Bargado* pode ser considerado uma versão da história do boi incapturável em “O Rabicho da Geralda”, porém narrada de forma mais convencional, em terceira pessoa. Tal como Alencar em relação ao Rabicho, Araripe viu na saga do Bargado o registro da adaptação heroica do homem à natureza americana, façanha da qual o gaúcho sulino também era exemplo. “Do mesmo modo que nos pampas do sul nasceu o gaúcho, dos campos do norte nasceu o campeador, o vaqueiro”.³⁶ Da vitalidade e originalidade desses costumes seria legítimo retirar inspiração para a literatura nacional. Mas, ponderava Araripe, reconhecer neles a sobrevivência do heroísmo primitivo seria um engano.

Julgo que Juvenal Galeno, escrevendo o Bargado, transportou-se, sem o querer, a outras eras, e instintivamente buscou uma emoção que de forma alguma se encontra nas rapsódias ou canções que o povo hoje repete pelos sertões, sob a denominação de *Rabicho-da-Geralda*, *Boi-surubim*, *Boi-espaço*, *Pintadinho*, etc. [...] Com pesar o digo: a emoção épica que tanto devera exaltar a mente dos primeiros criadores, que resultaram do cruzamento da raça indígena com os portugueses, de todo desapareceu. [...]

Deste século, repito, quando o sertanejo colocou-se na terrível contingência de servir ou ser esmagado, que poesia podia então brotar? Que senti-

34 Cartas publicadas em: *O Globo*, 5 de janeiro e 1 de fevereiro de 1875. Ver Araripe Júnior, 1958. pp. 91–102.

35 Ver GALENO, 2010.

36 Ver Araripe Júnior, 1958, p. 97.

mento heroico encontrar-se-ia em indivíduos que, abocanhados em suas nobres aspirações, vivendo como escravos, oprimidos, eram obrigados a percorrer os campos atrás da rês fugitiva, não como o homem que luta pelo sentimento da própria vida, mas como uma obrigação e como um tributo? (...)

Entre si, estes homens rudes quiseram uma vez por outra opor primazias. Garbo, valentias, gentilezas, tudo foi posto em prova. Mas quão longe não estavam já dos movimentos épicos de outrora! Riram-se, em suma, chacotearam uns aos outros, e o canto não passou então da bravata de um escravo.³⁷

Araripe afirmava que nada mais existia do primitivo confronto épico do homem com a natureza selvagem. Os vaqueiros daqueles tempos, que cantavam o “Rabicho da Geralda”, faziam parte de um povo subjugado e sem a energia criadora dos antepassados. O humor obsceno e a bravata que podiam ser subentendidos de certos trechos do poema seriam a prova de uma degeneração histórica que Alencar não percebia ou fingia ignorar.³⁸ Escrevendo enquanto ainda morava em uma fazenda da serra de Maranguape e observava diretamente a vida no campo, Araripe adotava um olhar determinista e pessimista sobre os costumes dos pobres. José de Alencar, no entanto, manteve o projeto de fundir mito e História em seus romances e pouco antes de falecer, publicou *O sertanejo*, história passada no sertão do Ceará no ano de 1764.³⁹ A personagem Arnaldo, o sertanejo, representa as virtudes e habilidades do homem americano rústico, dividido entre o amor próprio e a lealdade ao senhor patriarcal, de quem assegura a sobrevivência frente aos senhores rivais. A lenda do boi incapturável inspira um dos episódios do romance, revelando o aproveitamento dos estudos de “Nosso cancionero” e a insistência de

37 Idem, p. 100-101.

38 Sobre as limitações que o pensamento conservador de José de Alencar impunha à interpretação das tensões sociais presentes em “Rabicho da Geralda”, ver Cano, 2007.

39 Alencar, 1875.

Alencar em fazer o passado histórico, a tradição oral e a imaginação literária coincidirem.

A nova geração de letrados dos anos 1870, no entanto, pretendia deixar de lado os excessos de imaginação e buscar um olhar supostamente mais objetivo e científico da História e da identidade nacional.⁴⁰ O conterrâneo Franklin Távora, severo crítico de Alencar, publicou sua própria versão de romance histórico e sertanejo em resposta a *O gaúcho* e *O sertanejo*. Reivindicava, com *O cabeleira*, de 1876, ser o porta-voz de um suposto “Norte” mais autenticamente brasileiro em oposição à literatura cosmopolita “do Sul”, referindo-se ao Rio de Janeiro.⁴¹ Se olharmos mais ao sul ainda, no entanto, veremos os seguidores de Alencar e Apolinário também atualizando uma visão peculiar a respeito da nacionalidade brasileira. O jovem jornalista e crítico literário rio-grandense Alcides Maya, discípulo de Apolinário, publicou em Porto Alegre, em 1900, uma veemente defesa da performance intelectual e literária dos rio-grandenses.⁴² Alegava que esses eram menosprezados por críticos do Rio de Janeiro, que rejeitavam ou simplesmente ignoravam os valores literários que ali surgiam.

O Rio Grande, no Brasil, para os brasileiros, é uma espécie de Macedônia de atraso e de barbarismo. Os helenos requintados que passeiam pela rua do Ouvidor, “de cigarro no queixo e chapéu na nuca, gíngando o seu proverbial *laissez aller*,” na frase pitoresca de um publicista, pensam de nós que... sabemos domar potros...⁴³

40 Sobre os debates a respeito da identidade nacional no final do século XIX, ver Ventura, 1991.

41 Ver Távora, s/d.

42 Sobre o autor, ver Almeida, 1994.

43 Ver Maya, 2004. Publicação original em: Maya, 1900.

Incomodado pela “centralização das Letras” e pela inexistência de um utópico “federalismo literário”, o escritor apresentou uma extensa lista de nomes de rio-grandenses que se dedicaram à arte da palavra. E prosseguiu com as queixas, agora questionando o preconceito de outro cearense, Adolfo Caminha. Ele, além de defender o questionável critério do clima como definidor do talento literário de um povo, ainda afirmara que, fora as tendências guerreiras do sul, “intelectualmente é que ele não poderá competir com a região oposta”, ou seja, a dele, o norte.⁴⁴ Na visão de Alcides Maya, no entanto, o “gaúcho” dos pampas e da poesia popular seria o grande representante da “mestiçagem nacional” e suas qualidades raciais vinculadas ao clima e ao meio geográfico faziam dos rio-grandenses um povo original de guerreiros e também de poetas.

Em um Rio Grande do Sul republicano ainda marcado pelo conflito interno entre suas elites, o tema gauchesco na virada do século inspirava não só a Literatura como a sociabilidade urbana. Em 1901, encontramos Alcides Maya proferindo conferência sobre “O gaúcho na Literatura e na História”, para a sociedade Grêmio Gaúcho, criada para reunir adversários políticos em torno do culto dos costumes do homem campeiro. Sua palestra pretendia uma análise crítica das idealizações do gaúcho na tradição popular e na “escola romântica”, lamentando que José de Alencar e mesmo escritores platinos nada tivessem produzido “de estável, de duradouro, e, sobretudo, de verdadeiro”, com algumas ressalvas ao mestre Apolinário Porto Alegre e outros que escreveram na revista do Parthenon Litterário. Lamentava que literatos brasileiros ainda confundissem o gaúcho do Rio Grande com o “gaúcho oriental”, como teria feito o crítico José Veríssimo na imprensa do Rio de Janeiro. Para a análise do gaúcho “na História”, recorreu ao estudo das origens étnicas e do mestiçamento, das “correntes espirituais hereditárias” e das influências do meio natural e social.⁴⁵

44 Ver Caminha, 1895, pp. 129–37.

45 Ver “Grêmio Gaúcho – A conferência de ontem”. *Correio do Povo*, 12 de julho de 1901.

Deve-se observar, no entanto, que tanto como no caso dos sertanejos e dos heróis históricos de Afonso Arinos, o ideal da representação literária da nacionalidade ainda prevalecia sobre o olhar estritamente científico da etnologia e da história. A glória conferida pelo reconhecimento do talento pela República das Letras arrastava jovens letrados das províncias à capital federal, como foram os casos de Araripe Júnior, Alcides Maya e tantos outros. E a construção dos estereótipos raciais e culturais regionais revelou-se uma herança duradoura desse fenômeno, ainda mais se considerarmos sua presença ainda atual na retórica política e na mídia de massas. No Brasil do século XXI, parece bastante evidente o arrefecimento do prestígio social das letras e talvez isto torne mais compreensível o nacionalismo literário brasileiro como um objeto da História. Longe de evocar a nostalgia do nacionalismo, esse conhecimento poderia nos convidar a refletir sobre as possibilidades de uma parceria entre História e Literatura não mais voltada para a produção de narrativas fundadoras, mas sobre o papel da imaginação na História por se fazer diante do presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“13ª Sessão ordinária em 21 de agosto de 1903”. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXVI, pt II, p. 216, 1905.

“Ata da sessão ordinária de 16 de outubro de 1911”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXIV, pt II, p. 675, 1912.

“Grêmio Gaúcho – A conferência de ontem”. *Correio do Povo*, 12 jul 1901.

ALENCAR, José de. “Benção Paterna”. In: ALENCAR, José de. *Sonhos D’Ouro: Romance Brasileiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1872. Disponível em: <https://archive.org/details/bub_br_1918_00015510>. Acesso em: mar 2017.

_____. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1856. Disponível em: <http://www.brasilianna.usp.br/bitstream/handle/1918/00175800/001758_COMPLETO.pdf>. Acesso em: mar 2017.

_____. *O gaúcho: romance brasileiro*. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Garnier, 1870. Disponível em: <https://archive.org/details/bub_br_1918_00177310>

e <https://archive.org/details/bub_br_1918_00177320>. Acesso em: mar 2017.

_____. “Nosso cancionero”. *O Globo*, 7, 9, 10 e 17 dez 1874.

_____. *O sertanejo: romance brasileiro*. v. I e II. Rio de Janeiro: Garnier, 1875. Disponível em: <https://archive.org/details/bub_br_1918_00181510> e <https://archive.org/details/bub_br_1918_00181520>. Acesso em: mar 2017.

_____. *Como e por que sou romancista*. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1893. pp. 35–6. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bitstream/handle/10/6498/como-e-porque-sou-romancista.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: mar 2017.

_____. “O nosso cancionero”. In: ALENCAR, José de. *Obra Completa*. v. IV. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda., 1960.

_____. *Iracema*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Livro eletrônico disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_electronicos/iracema.pdf>. Acesso em: mar 2017.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Na trilha de um andarengo: Alcides Maya (1877–1944)*. Porto Alegre: EDIPUCRS/IEL, 1994.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar (Oscar Jagoanharo). *Contos Brasileiros*. Recife: Tipografia do Correio Pernambucano, 1868.

_____. “A poesia sertaneja: Cartas ao Exmo. Sr. Conselheiro José de Alencar”. In: ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Obra crítica de Araripe Junior*. v. I 1868–1887. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1958. pp. 91–102.

_____. “José de Alencar: perfil literário”. In: ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Obra crítica de Araripe Junior*: v. I 1868–1887. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1958. pp. 134–258.

ARINOS, Afonso. “Pelo Sertão”. In: ARINOS, Afonso. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

ASSIS, Machado de. “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”. In: ASSIS, Machado de. *Obras completas de Machado de Assis: Crítica e variedades*. São Paulo: Globo, 1997. Publicação original em *O Novo Mundo*, 24 mar 1873.

- BARROS, José D'Assunção. "História e Literatura: novas relações para os novos tempos". *Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades*, n. 6, 2010.
- BILAC, Olavo. "Recepção de Afonso Arinos (18 de setembro de 1903): Resposta do Sr. Olavo Bilac". *Discursos Acadêmicos*, tomo I, v. I-IV, 1897-1919. Rio de Janeiro: ABL, 2005. pp. 161-76.
- CAMILO, Wagner. "Mito e História em Iracema: A recepção crítica mais recente". *Novos Estudos*, n. 78, pp. 169-89, jul 2007.
- CAMINHA, Adolfo. "Norte e sul". In: CAMINHA, Adolfo. *Cartas literárias*. Rio de Janeiro, 1895. pp. 129-37.
- CANO, Jeferson. "A epopéia sertaneja de José de Alencar". *Remate de Males*, v. 27 n. 2, jul-dez 2007.
- CANO, Jeferson. "Nação e ficção no Brasil do século XIX". *História Social*, n. 22 e 23, 2012.
- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo (org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GALENO, Juvenal. *Lendas e canções populares*. Fortaleza: Secult, 2010.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- LAZZARI, Alexandre. "Raça, escravidão e literatura nacional na Revista do Partenon Literário (Porto Alegre, 1869-1879)". In: XAVIER, Célia Regina (org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012. pp. 463-85.
- MARCO, Valéria de. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.
- MAYA, Alcides. *Através da imprensa: 1898-1900*. Porto Alegre: Octaviano Borba & Cia, 1900.
- _____. "O Rio Grande mental". In: MAYA, Alcides. *Alcides Maya: Textos críticos*. Porto Alegre, Santa Maria: Movimento, EDUFMS, 2004. pp. 93-106.
- PEREIRA, Leonardo. *Coelho Netto: um antigo modernista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PORTO ALEGRE, Apolinário (Iriema), “José de Alencar: Estudo biográfico”, *Revista do Parthenon Litterario*, set–dez 1873; fev 1874.

RIBEIRO, Renato Janine. “Iracema ou a fundação do Brasil”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. pp. 405–13.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SCHWAMBORN, Ingrid. *A recepção dos romances indianistas de José de Alencar*. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TÁVORA, Franklin. *O cabeleira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Livro eletrônico disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/o_cabeleira.pdf>. Acesso em: mar 2017.

TOTTA, Augusto. “Crônica”. *Revista do Parthenon Litterario*, jan 1875. Data da carta: 12 jan 1875.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870–1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Ver LAZZARI, Alexandre. “O buriti perdido e outras invenções: história, lugares e memória da nação de Afonso Arinos de Mello Franco”. In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina (org.). *Anais do I e II encontro de Pós-Doutores do programa de Pós-Graduação em História da UFF* Niterói: PPGHISTÓRIA, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/files/public_ppgh/cap_2009_forumPosgrad_anais_i_ii.pdf>. Acesso em: mar 2017.

HISTÓRIA E MUSEOLOGIA

Nívia Pombo¹

O sensível é o veículo natural do inteligível.

São Tomás de Aquino

TEATROS DO mundo, gabinetes de curiosidade e antiquários

Crescemos habituados à ideia de que a visita a um museu nos coloca em contato direto com a História e seus saberes. Seus corredores parecem nos aproximar da “História que realmente aconteceu”. Se por um lado tal assertiva encontra seus fundamentos, tanto na memória individual quanto na coletiva — afinal, também aprendemos sobre História nos museus —, por outro, pode parecer estranho reconhecer que a História, enquanto disciplina, manteve-se por muito tempo afastada da tarefa de pensar o museu como objeto de investigação e de explorar mais os acervos museológicos como fontes documentais. Pensar as razões para a ocorrência dessa separação e perspectivas profícuas para o reencontro da História e da Museologia, são preocupações centrais desse capítulo.

A palavra museu tem origem na expressão grega *mouseion*, morada das musas, lugar de inspiração divina, onde a mente repousava distante das aflições cotidianas. Mistura de templo e lugar de estudos filosóficos, eram ali depositadas

1 Nívia Pombo é Professora Adjunta do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ e pesquisadora do INCT *Proprietas* História Social das Propriedades e Direitos de Acesso.

e expostas as oferendas destinadas aos deuses, aspecto que, segundo Pomian, aproxima-se da função dos museus atuais. Colocados no lugar do sagrado, tais objetos perdiam o senso utilitário: tocá-los passava a ser um ato profano, cabendo ao templo que os acolhia protegê-los e guardá-los (POMIAN, 1984, pp. 56–7). A primeira instituição a receber a designação de museu foi a Biblioteca de Alexandria, tanto por seus livros, que atraíam sábios de distintas regiões do mundo antigo, quanto por suas curiosas coleções compostas por peles de animais raros, minérios, estátuas, obras de arte, instrumentos cirúrgicos e astronômicos, apenas para citar alguns exemplos (POULOT, 2013, pp. 15–6).²

Pode-se afirmar, portanto, que o sentido de museu esteve diretamente relacionado à ideia de compilação de saberes e de reunião de homens letrados, significado atrelado tanto às instituições destinadas a custodiar coleções de objetos, quanto às publicações que as inventariavam. Como nos lembra Marlene Suano, a obra *Museum Metallicum*, organizada pelo naturalista Aldovrando de Bologna e publicada em 1600, afirmava conter todas as informações até então conhecidas sobre os metais. Em 1714, o médico Michael Bernhard Valentini publicou na Alemanha o *Museum Museorum*, três volumes ilustrados que descreviam os usos medicinais e comerciais das plantas, especiarias, conchas, minerais e animais. No final do século XVIII, o *Museum Britannicum*, compilava “assuntos elegantes para conversação”, “coisas curiosas, pitorescas e raras”, como informa sua apresentação (SUANO, 1986, p. 11).

A noção de museu aparece ligada à tarefa de atuar junto aos sentidos, especialmente a visão. Eilean Hooper-Greenhill, ao analisar os relatos sobre as coleções dos príncipes da renascença, percebeu o uso das expressões *Theatrum Mundi*, *Theatrum Naturae*, *Theatrum Sapientiae*, para designá-las como espaços de atração do olhar, uma vez que a palavra “teatro” era etimologicamente

2 Dominique Poulot aborda como o Museu de Alexandria tornou-se um “mito poderoso”, capaz de recriar a “relação imaginária estabelecida pela instituição com a Antiguidade”, aspecto corporificado na iniciativa do governo egípcio em recriar na década de 1990, com o apoio da Organização das Nações Unidas, a atual *Bibliotheca Alexandrina*. Cf. Poulot, 2013, pp.15–6.

próxima ao verbo grego *théáomai* (ver). Para ela, as imagens provocavam o apelo a rememoração, advindo daí a analogia entre museu e teatro da memória (HOOPER-GREENHILL, 1988). José Antonio Maravall, dedicando atenção à metáfora do “mundo como teatro”, um dos elementos da cosmovisão barroca, afirmou a relação do tópico com o “caráter transitório do papel designado a cada um”, o qual pode ser apreendido por meio das representações; e também com a ideia de imobilidade, uma vez que existe uma ordem no mundo que deve ser preservada (MARAVALL, 1997, p. 255).

No Renascimento e no Barroco, as coleções são marcadas pela cultura da curiosidade, na qual o homem se coloca como um “ator” desse grande “teatro do mundo”: seu papel é reunir, catalogar, interpretar, enquadrar os objetos nos gêneros *naturalia* e *mirabilia* (POSSAS, 2013, p. 163), atitudes pelas quais o homem incorporava o papel de observar e compreender a criação divina, mas também suas próprias criações (FRANCASTEL, 1990, p. 106). Inscritos em uma tradição erudita e privada, tais espaços serão impactados pela descoberta do Novo Mundo, representados então pelos chamados gabinetes de curiosidade. Tidos como antecessores aos museus, os gabinetes ou quartos das maravilhas, passaram a receber objetos cada vez mais diversificados, exóticos, tal aspecto contribuiu para o movimento de especialização dos gabinetes, por meio dos trabalhos realizados pelos naturalistas, médicos e farmacêuticos. Segundo Cláudia B. Heynemann, “essa mudança seria fundamental para que esses espaços traduzissem não mais o teatro do mundo, mas os teatros da natureza” (HEYNEMANN, 2010, p. 59). Na leitura singular que faz sobre a História Natural, Michel Foucault em seu clássico cinquentenário, *As palavras e as coisas* (1966), afirma que os gabinetes e jardins dos setecentos substituíram o “desfile circular do ‘mostruário’ pela exposição das coisas em ‘quadro’”, percebendo que por trás dos teatros e catálogos ocultava-se não “o desejo de saber, mas um novo modo de vincular as coisas ao mesmo tempo ao olhar e ao discurso. Uma nova maneira de fazer história” (FOUCAULT, 1999, p. 179).

O século XVIII assiste a esse momento de transição das coleções guardadas nos gabinetes de curiosidade, armazenadas de forma aleatória, para a formação de acervos especializados, voltados ainda para a observação, mas

cada vez mais para os estudos e as descobertas científicas. Como observou Heynemann, a História Natural ocupou um lugar peculiar nesse processo, pois passava a figurar “como a escrita do mundo”, ocupando um espaço destacado nos gabinetes “em detrimento das coleções de antiguidade, como as de medalhas” (Idem, *Ibidem*, p. 62). Portugal e seu mundo ultramarino participaram de forma singular desse movimento de remessas ao Gabinete de História Natural da Ajuda, como atestam os trabalhos realizados pelos naturalistas Frei Mariano Veloso e Alexandre Rodrigues Ferreira (RAMINELLI, 2008).

Seduzidos pelo sistema classificatório de Carl Von Lineu, os gabinetes de curiosidade guardavam a pretensão de aprisionar o “mundo natural”, do Velho e Novo Mundo, oferecendo-lhe ordenamento e sentido. A reunião de objetos e espécimes permitia a harmonização de tradições científicas da Antiguidade, como a releitura de Aristóteles (HEYNEMANN, 2010), com os nomes da Ciência dos setecentos: Buffon, Lamarck, Jussieu e Cuvier. Helga Cristina Gonçalves Possas percebe que a articulação entre o novo e a tradição inclui “o aparente paradoxo” de harmonizar “ciência, magia e religião” (POSSAS, 2013, p. 161). Desvendar os segredos da natureza continuava a ser um ato de reencontro com o passado da Antiguidade, do Renascimento e da Revolução Científica do século XVII, aspecto que se relaciona com a atitude do homem de se reconhecer não apenas como criatura de Deus, mas dotado da possibilidade de criar.

Se as concepções filosóficas do Iluminismo privilegiaram o tema da natureza, ensejariam também um outro debate acerca dos saberes que contrariavam o espírito científico da época. Diderot distinguiu entre os *gens de lettres* os “homens que acumulam”, desprezando os amadores e curiosos, dos que estudavam e dedicavam-se à dimensão do experimentalismo. Os últimos, segundo o letrado francês, eram os “operários” (*manouvriers d'operations*) que guardavam o “hábito de fazer experiência”, e “farejavam” os “procedimentos desconhecidos, [as] experiências novas, [os] resultados ignorados” (HEYNEMANN, 2010, pp. 62–3). A crítica de Diderot dirige-se aos fundamentos da cultura antiquária, sua preocupação universalista desprovida de sentido, que armazenava, sem distinção, objetos do mundo natural (*naturalia*) e objetos do passado, como documentos, moedas e livros (*artificialia*).

Em 1816, Walter Scott publicou a obra *O antiquário*, na qual construiu a “cativante mas ambivalente imagem do fanático pelo passado” (BANN, 1994, p. 146). Suas descrições traduzem ao leitor o estereótipo do erudito desprovido de método para organizar sua coleção, um amador despreocupado com a tarefa de conferir sentido aos objetos coletados. Scott escrevia em um momento no qual o interesse pelo passado alterava-se: longe de ser item de observação e admiração, o passado precisava ser útil ao presente. Reverenciada pelos letrados europeus desde o Renascimento, a Antiguidade Clássica foi retirada do seu pedestal e cedeu lugar à reverência de um passado mais recente, alimentando o interesse pelas chamadas “antiguidades nacionais” (GUIMARÃES, 2007, pp. 21–5).

Nos países anglo-saxões, a valorização desse passado incentivou a busca crescente pela História, mas particularmente pela Arqueologia (Idem, *Ibidem*, pp. 22–3). A última permitia o resgate de registros que, ao contrário do greco-romano, não encontrava referência nos textos clássicos. É nessa tradição que se inscreve também outra obra de Scott, *Ivanhoé* (1820), considerado o primeiro romance histórico do Romantismo. Estamos diante, evidentemente, de uma disputa de tradições: os antiquários não eram todos acumuladores desordenados de objetos, mas inauguradores de uma “tendência crescente para acumular e ordenar tais objetos em instalações permanentes, em outras palavras, para montar museus” (BANN, 1994, p. 166). Georges Gusdorf afirmou que os antiquários aperfeiçoaram o instrumental da crítica das fontes documentais, revelando novos acervos à investigação histórica (GUSDORF, 1973, pp. 373–5). Afinal, o que o século XIX passou a valorizar como “antiguidades nacionais”, existia materialmente em seus lugares até serem “descobertas” e classificadas como tal, como sugere Manuel Luiz Salgado Guimarães (GUIMARÃES, 2007: 25).

A HISTÓRIA DISCIPLINA E OS MUSEUS NOS OITOCENTOS

É nesse cenário de rupturas conceituais que podemos afirmar que algo novo surgia no início do século XIX: ambientes peculiares “nos quais a história podia ser virtualmente experimentada” (BANN, 1994, p. 167). Que distan-

ciamento tais lugares guardavam em relação aos gabinetes de curiosidade ou locais privados de guarda de coleções? Tal pergunta tem como resposta um novo questionamento: em que medida tais objetos haviam sido organizados sob critérios históricos? No século em que a História se torna uma obsessão, pode-se compreender o esforço no sentido de se organizar sua visibilidade por meio dos museus. E essa seria, sobretudo, uma tarefa do Estado. Como alude Dominique Poulot “o museu clássico do século XIX, na Europa, é o símbolo de uma nação ou de uma coletividade” (POULOT, 2013, p. 63).

A acalantar os projetos dos novos Estados-nação nos oitocentos está o Romantismo. Na crítica que elabora ao século XVIII e ao Iluminismo, o Romantismo vai reforçar valores e concepções que marcaram os destinos do mundo ocidental após o século XIX. Dentre tais tendências, Francisco Falcon aponta ao menos quatro: o Estado-nação como tema central; a crítica erudita das fontes, componente fundamental do método histórico; a introdução do conceito de História como singular coletivo; e a perspectiva historicista aplicada quer à História matéria quer à disciplina. Segundo Falcon, o Romantismo associou as ideias de *povo* e *nação*, colocando-os em uma mesma entidade coletiva, identificados a partir da língua, da cultura e da História em comum. “Entificadas como *alma* ou *espírito nacional*, a realidade intrínseca de cada povo-nação representa uma individualidade histórica irreduzível” (FALCON, 1997, p. 65).

A busca pelo passado comum da nação, tornará a historiografia uma atividade do Estado. O exemplo mais conhecido talvez seja do historiador alemão Leopold von Ranke (1795–1886). Suas atividades de pesquisa foram apoiadas pelo governo prussiano, que financiou uma viagem de estudos para investigar os arquivos diplomáticos da cidade de Veneza. Após a excursão, voltou para Berlim com vasto acervo documental que o ajudou a fundamentar sua *História dos papas* (1834–1836), mas, sobretudo, contribuiu para aumentar seu prestígio junto aos círculos políticos, aspecto evidente na sua nomeação para “Historiador Real” por Frederico IV da Prússia em 1841 (RANKE, 1979). Maior expressão da tradição historicista, foi por meio dos cânones científicos estabelecidos por ele que a História tornou-se disciplina acadêmica. Defendendo o critério de neutralidade e a crítica rigorosa das fontes do-

cumentais oficiais — relatórios diplomáticos, correspondência institucional, memórias, entre outros —, Ranke acabou por fixar também a forma como se organizariam os museus, e também os arquivos, as bibliotecas e os institutos históricos do século XIX.

O ideal rankeano³ torna-se paradigma daquilo que deve ser visto e apreendido do passado das nações. Esse compromisso com um critério de verdade esteve na base do distanciamento entre a História e a Literatura, disciplinas que no século XIX disputavam uma representação realista do mundo social, apesar de seus métodos distintos. Em sua autobiografia, Ranke afirmou seu interesse pelos romances históricos de Walter Scott, comentando “que a verdade era mais interessante e bela que o romance” e que optou em seu método por “evitar toda a invenção e imaginação”. Desprestigiado no século XIX, o romance era considerado um gênero literário desprovido de preocupações com a “verdade” do passado ou da História. Carlo Ginzburg, citando a *Comédia Humana* de Balzac, obra de 1842, percebeu, no entanto, que o papel do romance foi o de escrever sobre o que os historiadores negligenciavam: os costumes e o cotidiano (GINZBURG, 1989, pp. 187–96). Nesse percurso de diferenciação, não se pode deixar de registrar que enquanto a História estava em busca da nação e de seus grandes personagens, o “romance histórico” percorria um traço distinto, mas bem mais inovador. Tal aspecto é facilmente apreendido na crítica elaborada pelo romancista Giambattista Bazzoni (1803–1850):

O ‘romance histórico’ [...] é uma grande ‘lente’ que se aplica a um ponto do imenso quadro traçado pelos historiadores, povoado de grandes personagens. Deste modo, aquilo que era dificilmente esboçado torna-se um desenho regular e perfeito, ou melhor, um quadro em que todos os objetos recebem a sua verdadeira cor. Não já apenas os reis, os chefes, os magistrados, mas a gente do povo, as mulheres, as crianças fazem a sua aparição; são

3 Significativo lembrar que a sentença de Ranke foi publicada em 1824, na obra *História dos povos latinos e germânicos de 1494–1514*, na qual o autor discorre sobre a origem das civilizações que, em sua perspectiva, formaram a Europa.

postos em acção dos vícios, as virtudes domésticas e revelada a influência das instituições públicas sobre os costumes privados, sobre as necessidades e os prazeres da vida, que é quanto, no fim de contas, deve interessar a universalidade dos homens. (*apud* GINZBURG, 1989, p. 191)

Os historiadores seguiram na crença de que o caráter científico da disciplina era incompatível com a sua dimensão literária, afastando-se da tarefa de elaborar uma História mais variada e humana, voltada também para os costumes e para a cultura popular. Levaram, portanto, mais de um século para aceitarem o desafio lançado pelos grandes romancistas dos oitocentos, como Scott, Balzac e Bazzoni. Fica evidente que os museus seguiram as pistas dos historiadores e incorporam como parte fundamental de sua função uma das sentenças mais conhecidas da historiografia: “mostrar o que de fato aconteceu”. Na Europa, mas também na América e no Oriente, os museus serviriam como “oficina aos historiadores e de espelho de um mundo desaparecido” (POULOT, 2011).

Na França, os esforços no sentido de organizar objetos, quadros, túmulos e monumentos, com o objetivo de criar uma “política de memória”, podem ser encontrados no contexto pós-revolucionário. O *Musée des Monuments Français*, apesar de sua curta duração, coloca-se como um bom exemplo. Conhecido também como Museu de Lenoir — devido ao seu criador, o arqueólogo e medievalista Alexandre Lenoir — foi criado em 1795, após o conjunto de destruições resultantes da Revolução de 1789. A onda de confiscos e relocações de propriedade, de obras de arte antigas e modernas, das igrejas e das famílias aristocráticas, serviu para a montagem de uma ampla exposição do passado. O critério de distribuição e organização dos objetos era cronológico, para que o público pudesse correlacioná-los com suas épocas. Assim, Lenoir acreditava ser possível ver de “imediate a infância da arte nos godos, seu desenvolvimento sob Luís XII e sua perfeição sob Francisco I, a origem de sua decadência sob Luís XIV, e sua restauração por volta do final do nosso século” (*apud* POULOT, 2003, p. 46).

O itinerário sugerido tinha o objetivo de levar o público à verdade. Ainda sob forte influência do iluminismo, Lenoir acreditava que quanto mais a

arte se aproximava do olhar contemporâneo “mais iluminados se tornam os monumentos públicos; como se a visão do sol pudesse convir apenas ao homem instruído” (*apud* POULOT, 2003, p. 46). Nesse momento de disputa pela memória e reelaboração da identidade francesa, Lenoir foi lembrado por outro feito heroico: frente ao decreto da Convenção de 1793 para a destruição dos túmulos dos reis franceses situados na Basílica de Saint-Denis — afinal, eram tidos como símbolos do despotismo —, o arqueólogo salvou parte significativa dos jazigos e das efígies dos monarcas, levando-as para seu museu. Os despojos reais não tiveram a mesma sorte: da dinastia merovíngia aos Bourbons, foram todos removidos de seus túmulos, despejados em valas comuns e dissolvidos com cal (CHOAY, 2001, pp. 105ss).

O “passado redescoberto” dos museus apaixonou a geração de historiadores românticos da primeira metade do século XIX. Jules Michelet (1798–1874) visitou o *Museu dos Monumentos Franceses* na infância e, mais tarde, afirmou ter descoberto ali a sua vocação de historiador, pois buscava naqueles objetos a “ressurreição integral do passado” (PONTALIS, 2013, p. 16). Também Augustin Thierry (1795–1856) e François Guizot (1787–1874), entendiam o museu como uma espécie de preparação visual para seus estudos (BREFE, 2005, p. 34–5).

A Europa vive então uma “febre dos museus”, particularmente os de História.⁴ A Inglaterra, a Alemanha e a França passam a exportar desde projetos arquitetônicos para a construção até exemplos de disposição das peças, sistemas de iluminação e decoração. Poulot afirma que a construção dos grandes museus serviu de justificativa para novas urbanizações nos centros da cidade. Viena é a melhor ilustração: o arquiteto Gottfried von Semper projetou dois museus simétricos, o *Kunsthistorisches Museum* e o *Naturhistorisches Museum*, ocupando a posição central da remodelação da capital (POULOT, 2013, p. 66). O imperialismo europeu do século XIX também teve um papel significativo, pois nesses recintos também serão recriados os “mundos” extra-europeus. Também se observa o movimento inverso: nas colônias europeias do

4 Exemplos da proliferação de museus pela Europa podem ser lidos nos estudos de Choay, 2001 e de Brefe, 2005.

sudeste asiático, o século XIX assistiu a museificação dos templos budistas, construções que até então passaram despercebidas pelos dirigentes coloniais (ANDERSON, 2008, p. 247).

Uma das mais destacadas iniciativas foi a do inglês Thomas Stamford Raffles (1781–1826), secretário-assistente do governo da Ilha do Príncipe de Gales (atual Penang, Malásia). Enviado em 1810 em missão secreta para preparar uma invasão inglesa a Java, ocupada por forças franco-holandesas leais a Napoleão Bonaparte, Raffles reuniu uma grande coleção pessoal de objetos de artes locais, estudando sistematicamente a história deles. O resultado desse esforço foi publicado em sua obra *History of Java* (1817) (GALLOP, 2011, p. 249–50). Segundo Benedict Anderson, a partir daí “as grandezas do Borobudur, de Angkor, de Pagan e outras localidades antigas foram sucessivamente desenterradas, capinadas, medidas, fotografadas, reconstruídas, removidas, analisadas e postas em exposição”. As “modas orientalistas” do período, o interesse pela restauração de monumentos imponentes e o grande volume de recursos investidos em sua recuperação, revelam o caráter não científico da empreitada: os museus e a imaginação museologizante são profundamente políticos. Os templos, originalmente locais de culto e peregrinação dos nativos, foram esvaziados e ganharam nova função: foram museificados e reposicionados como insígnias de um Estado colonial *secular* (ANDERSON, 2008, p. 250).

O século XIX assiste, portanto, ao nascimento em toda parte dos museus voltados para a representação da história nacional. Das peças que iriam ser expostas até a escolha do local que serviria de abrigo para as coleções, tudo era direcionado para a elaboração da memória e do sentimento de identificação com a nação. Pomian ao tratar da ideia de “nacional” implícita nos museus aponta para duas concepções distintas: a primeira relativa ao caráter universal, na qual o nacional se confunde com a noção de civilização, como são exemplares as coleções do Louvre e do British Museum, que abrigavam objetos não especificamente franceses ou ingleses, mas tudo aquilo que remetia ao ideal de homem civilizado nos oitocentos. A segunda, orienta-se no sentido de identificar a singularidade de uma nação e de sua história, suas *cores* particulares (POMIAN, 1991, pp. 170–1).

O Brasil não escapou a esse movimento. Envolvido no circuito de envios de produtos da fauna e da flora para os gabinetes e jardins reais portugueses, os primeiros museus instalados aqui seguiram a tradição de valorização da História Natural (MENESES, 2013, p. 22). O decreto de 6 de julho de 1808 assinado por D. João criava o alicerce do Museu Real, com a função de “estimular os estudos de botânica e zoologia”. Seu acervo inicial contou com uma doação do príncipe regente: peças de arte, gravuras, objetos de mineralogia, artefatos indígenas, animais empalhados, entre outros. Segundo Lília Moritz Schwarcz, o museu nasceu carente de qualquer classificação, não passando portanto de um gabinete de curiosidades. Sem recursos financeiros, a iniciativa não teve sucesso. Seria apenas em 1874 que a instituição sofreria uma reorganização com o objetivo de aproximá-la dos modelos europeus, recebendo agora o nome de Museu Nacional. Destaca-se a criação de uma revista trimestral, os *Archivos do Museu Nacional*, periódico que assumiu importante papel na comunicação e permuta de objetos com os museus estrangeiros (SCHWARCZ, 1993, pp. 70–1).⁵

A data de recriação do Museu Nacional liga-se ao momento do estabelecimento de outras instituições congêneres: Museu Paraense Emílio Goeldi (1871), Museu Paranaense (1876), Museu Botânico do Amazonas (1883) e Museu Paulista (1890). As iniciativas encontram um ambiente intelectual de combinação eclética, irmanando cientificismo e romantismo, marca da chamada geração de 1870. Na tarefa de imaginar a nova comunidade política⁶ — o Brasil, jovem nação das terras americanas —, letrados e artistas buscaram identificar elementos autênticos que pudessem fornecer uma identidade própria ao país e, assim, inscrevê-lo no rol das nações civilizadas. Tais elementos foram localizados, principalmente, na natureza e no índio, como

5 A revista *Archivos do Museu Nacional* é uma fonte riquíssima para as reflexões acerca das bases científicas que fundamentaram a criação da instituição, bem como a interlocução entre cientistas brasileiros e estrangeiros, com destaque para a participação de Charles Darwin, Quatrefages e Paul Broca. Cf. Schwarcz, 1993.

6 A expressão foi usada aqui com o sentido que emprega Benedict Anderson em seu livro *Comunidades imaginadas* (2008).

revelam a produção dos romances e pinturas oitocentistas.⁷ Mas como analisa Schwarcz, o trabalho realizado pelos museus contribuiu para engrossar o “coro das análises deterministas que então se realizavam”, inscrevendo o Brasil e seu povo “estranhamente miscigenado” no debate das “teorias raciais que desabonavam ou tornavam incertos os futuros dessa ‘jovem nação mestiça’” (SCHWARCZ, 1993, p. 93).

Permeável aos discursos dos distintos campos de produção de conhecimento, os museus acabaram por preservar uma História nacional homogênea, alegórica, capaz de apresentar um passado coletivamente partilhado, mas ausente das tensões e contradições sociais. Ao mesmo tempo que o museu serviu para as celebrações dos símbolos da identidade nacional, suas coleções de objetos permaneceram distantes do interesse dos historiadores. A História era feita de documentos escritos que, ao serem narrados dentro de um critério de neutralidade, fundamentavam o fato histórico. Tarefas aparentemente distintas colocavam os destinos da História e dos museus em caminhos opostos, mas com o mesmo objetivo: mostrar o que realmente aconteceu.

A VIRADA HISTORIOGRÁFICA E A NOVA MUSEOLOGIA

As primeiras reflexões críticas acerca do papel dos museus podem ser situadas no período após a Primeira Guerra Mundial (1914–1919). Diante da destruição de muitos acervos e do debate em torno das tentativas de reconstrução, tais espaços foram vistos como capazes despertar as emoções e a consciência da universalidade do gênio humano. Por meio deles era possível compreender outras culturas e, desse modo, desenvolver um ideal pacifista. Tal propósito esteve nas bases da criação do *Office International des Musées* (Agência Internacional dos Museus), criado em 1926, por intermédio da Sociedade das Nações.⁸ Abria-se para a difusão de informações técnicas para a gestão de

7 Cf. a esse respeito Candido, 2004; Jobim, 1999.

8 Sociedade das Nações, conhecida também por Liga das Nações, foi uma instituição criada em 1919 com o propósito de negociar os acordos de paz. Seu fracasso foi assinalado com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939–1945), acabando por ser substituída

museus (Museografia), políticas de cooperação internacional, intercâmbio de obras e exposições transnacionais. Nesse contexto nasce a revista *Museion* (1927), considerada por Marie Caillot a origem da Museologia, disciplina consolidada no pós-1945 (CAILLOT, 2011). Poulot também sugere que o momento assistiu a um rápido crescimento de uma literatura especializada, acompanhando o aumento da formação acadêmica. Ainda de acordo com o autor, se tal etapa, situada entre os anos de 1934 e 1976, fomentou um profícuo processo de “elaboração internacional”, os esforços para a “construção disciplinar da museologia” podem ser comparados a “tarefa de Sísifo” (POULOT, 2013, p. 129).

A virada da “nova museologia” ocorreu na década de 1970, em um movimento marcado pela interdisciplinaridade. Observa-se a atenção dispensada a aspectos até então negligenciados, como as dimensões políticas, sociais e filosóficas dos museus, para citar alguns exemplos. Nessa perspectiva, destacam-se as ações do Comitê Internacional de Museologia (*International Committee for Museology — ICOM*), fundado em 1976 por iniciativa do antropólogo e arqueólogo tcheco Jan Jelinek (1926–2004). Integrante do ICOM (Conselho Internacional de Museus), organização não-governamental vinculada a UNESCO, o Comitê tem promovido investigações sobre as atividades museológicas, além de fomentar pesquisas e análises teóricas sobre as diferentes formas de museus existentes no mundo.⁹ A instituição tem organizado simpósios anuais, bem como fomentado publicações na área, como a *ICOM Study Series*, revista anual lançada em 1983, que reúne colaborações em inglês, espanhol, português e francês. Um olhar para os temas do periódico revela a abertura do leque de reflexões ao longo de mais de três décadas de edição: a interface do museu com a discussões sobre identidade, memória, patrimônio

pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1946.

9 Mais informações sobre o ICOM podem ser consultadas no site da instituição: <<http://www.icom.museum/>>. Ver também o site do Comitê Brasileiro do ICOM: <<http://www.icom.org.br/>>.

imaterial, diversidade, meio ambiente, globalização, linguagens, território e sociedade, espaço e poder.¹⁰

O crescimento da “Nova Museologia” coincide com a reconfiguração do campo historiográfico ocorrido também na década de 1970. Na França, sob a égide da terceira geração dos *Annales*, observa-se uma mudança de foco ou, para usar a expressão criada por Le Roy Ladurie e notabilizada por Michel Vovelle, uma guinada “do porão ao sótão” (VOVELLE, 2004). Tratava-se de questionar os rígidos modelos que marcaram a geração anterior capitaneada por Fernand Braudel, procurando flexibilizar metodologias e atentando para fenômenos ainda pouco estudados pelos historiadores, como as religiosidades, a infância, a sexualidade, as mulheres, as festas, os rituais, os medos, entre outros. A pluralidade de abordagens, recortes e objetos de pesquisa, considerados pelo historiador François Dosse uma fragmentação excessiva, uma “História em migalhas”, demonstravam a preocupação com as particularidades culturais do passado e com as singularidades sociais. Tal perspectiva se materializou na trilogia organizada em 1974 por Jacques Le Goff e Pierre Nora, *História: Novos Problemas; Novas Abordagens; Novos Objetos*.

Os historiadores falavam em uma Nova História, religando as experiências de estudos da década de 1970 com as propostas dos fundadores dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre. No volume dedicado aos “novos objetos”, encontram-se estudos sobre o clima, as festas, o inconsciente, o corpo, os jovens, o cinema, a cozinha, a opinião pública e as mentalidades (VAINFAS, 1996, p. 9). Mas o silêncio sobre os museus como um “novo objeto” de investigação e problematização surpreende, a despeito de seus acervos serem cada vez mais usados como fontes documentais privilegiadas pelos historiadores. O interesse pelos estudos da cultura material — aproximação entre a História, a Arqueologia e a Antropologia —, colocava inevitavelmente o historiador no encontro das coleções museológicas. Apesar da crítica à obra de Braudel, o seu *Civilização material, economia e capitalismo*, colocou em um plano prioritário a História dos objetos, das ferramentas, os gestos do homem comum e de

10 Todo o acervo da revista *ICOFOM Study Series* encontra-se disponível no site <<http://network.icom.museum/icofom/publications/our-publications/>>.

seu cotidiano. Como não imaginar as salas de um museu ao ler o primoroso capítulo o “Pão de cada dia” (BRAUDEL, 1995)?

Somam-se aos enfoques dedicados à cultura material, a ampliação do interesse pelos estudos sobre o cotidiano e sobre as famílias das sociedades passadas, uma marca da década de 1980. Tal movimento pode ser avaliado, por exemplo, pelo *boom* editorial na área de História voltado para essa temática.¹¹ A coleção *História da vida privada*, obra em cinco volumes, publicada em 1985 sob a direção de Philippe Ariès e Georges Duby, foi uma das grandes expressões de tal movimento. Trabalho ambicioso, englobando estudos da Antiguidade até a década de 1980, reunia uma bela amostragem de historiadores e estudos possíveis em torno da vida privada que, naquele contexto, apresentava-se como um campo novo e carente de investigações. Textos saborosos, repletos de referências ainda pouco conhecidas dos historiadores, e uma rica iconografia — que não figura como mero acessório aos textos — foi recurso privilegiado para iluminar os olhos do leitor frente a amplitude do conceito de privacidade proposta pelos autores. As legendas que acompanhavam as imagens não deixavam dúvidas: os historiadores tinham feito as pazes com os museus. Pinturas, esculturas, mobiliário, utensílios domésticos, brinquedos, indumentária, artefatos bélicos, objetos religiosos, carruagens, instrumentos médico-cirúrgicos, entre outras referências, evidenciavam o uso intensivo dos museus europeus como arquivos documentais.

O surgimento de novos temas nos domínios da História, bem como o peso crescente da ênfase nas linhas de estudos sociais e culturais, repercutiram nos museus. Segundo Ulpiano T. Bezerra de Meneses, tais instituições passaram de ícones da nação entre os séculos XIX e XX para grandes expoentes da diversidade cultural no século XXI (2013, p. 59). Ana Carvalho, nessa mesma

11 Para uma amostragem desse interesse editorial voltado não apenas para os leitores especializados, mas também para o grande público, sugiro a leitura do texto “História das mentalidades e História culturas” de Ronaldo Vainfas na coletânea organizada por ele e Ciro Flamarion Cardoso, *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*, de 1997. Na mesma coleção de ensaios, ver também o capítulo de Mary del Priore, “História do cotidiano e da vida privada”.

perspectiva, toma como ponto de partida as orientações da UNESCO,¹² para afirmar o abandono da concepção de museu como portador de um discurso neutro para reconhecê-lo como um espaço de “negociação das diferenças” (CARVALHO, 2016, p. 8–12). José do Nascimento Jr. faz uma outra leitura, mas chega a conclusões parecidas, pois para ele o museu se coloca como um espaço privilegiado da *Res publica*, locus do interesse coletivo que abrange a noção de cultura como rede de significados, tal como sugere Clifford Geertz (NASCIMENTO JR., 2004, p. 11–12).

As análises acima mencionadas não deixam de encontrar ligações com a chamada crise das metanarrativas ou macromodelos explicativos, situados também a partir da década de 1970. Frente às discussões em torno dos limites da representação histórica e ao questionamento sobre as formas de conhecer o passado — afinal, a História só pode ser acessada por meio de um discurso científico? —, Roger Chartier identifica alguns deslocamentos importantes no domínio das práticas historiográficas: das estruturas para as redes; dos sistemas de posição para as situações vividas; e das normas coletivas para as estratégias singulares (CHARTIER, 1994). Mudanças que estiveram na base da crítica aos museus de História Nacional, cada vez mais considerados ícones da idealização do passado das nações e representantes dos ideais da burguesia. É nessa chave que se compreende as razões dos estudantes, nos protestos de Maio de 1968 na França, dizerem: “É preciso queimar o Louvre”, porque o museu era um “templo dos valores burgueses” (ULPIANO, 2009).

O DEBATE SOBRE A MEMÓRIA E AS NOVAS PERSPECTIVAS

O debate sobre os limites da representação histórica inclui um problema crucial: a discussão acerca da memória individual e da memória coletiva. No campo historiográfico, depois da Segunda Guerra Mundial e dos traumas resultantes da experiência do Holocausto, assiste-se a um movimento de re-

12 De acordo com a UNESCO a diversidade cultural define-se como “a multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram a sua expressão”. Cf. Carvalho, 2016.

memoração, tanto dos espaços físicos destruídos pelo conflito, quanto das lembranças dos horrores relatados pelos sobreviventes (MOTTA, 2012). Situando essa virada, Antoine Prost afirma que a História atual coloca-se mais aberta a refletir criticamente acerca da memória, o que chamou de “dever de memória”, ou seja, ao historiador cabe não recordar um acontecimento, mas explicá-lo: “é preferível que a humanidade se oriente em função de razões, e não de sentimentos” (PROST, 2008, p. 272). O investimento social na memória liga-se diretamente às disputas em torno das construções das identidades, aspecto que está presente tanto na criação de museus que contemplem tal perspectiva,¹³ quanto nas reflexões sobre o tema realizadas tanto por historiadores quanto por museólogos.

A Nova Museologia, referida anteriormente, nasceu contemporânea, portanto, do momento de resgate da memória como fonte documental pelos historiadores.¹⁴ Compreende-se, assim, como boa parte dos estudos concentra-se na relação entre História, museu e memória.¹⁵ E os caminhos possíveis

13 Os exemplos são inúmeros e cito alguns a título de exemplificação, como o *Memorial do Holocausto em Berlim*, modelo para iniciativas similares como nos Estados Unidos e no Brasil; *Museu da Imigração* em São Paulo, bem como seus congêneres por todo o Brasil; *Memorial da Resistência de São Paulo*, instalado em parte do edifício que abrigava o Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS); *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*, no Chile; *Museu Afro Brasil*, São Paulo; o *Museu da Maré*, no Rio de Janeiro.

14 Não custa relembrar que a relação íntima entre a História e a memória foi eclipsada pela escola metódica do século XIX, que considerava o documento escrito como a única forma de acesso ao “real” no passado.

15 Um bom leque de amostragem sobre a relação entre a História, a Museologia e a Memória pode ser localizado nas publicações dos Anais do Museu Paulista, <<http://www.mp.usp.br/publicacoes/anais-do-museu-paulista>>, e dos Anais do Museu Histórico Nacional, <<http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-anais.htm>>. Considerados referências fundamentais pelos estudiosos da área, tais periódicos retornaram na década de 1990, contemplando a proliferação dos estudos. Conferir também as a Biblioteca virtual do Museu Histórico Nacional, disponível no site da instituição: <<http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>>.

dessas discussões consideram tanto os museus como “lugares de memória”, na acepção de Pierre Nora, quanto as noções que a historiografia têm se utilizado mais recentemente, como a imaginação histórica e o conceito de representação.¹⁶ Cabe destacar a advertência de François Hartog, de não se enxergar a noção de “lugar de memória” como algo dado, mas sim considerando que esses lugares passam, em distintos contextos, por construções e reconstruções, elaborando e projetando distintas memórias (HARTOG, 2014).

Tal perspectiva aparece, inclusive, intimamente ligada com os estudos que relacionam museus e ensino de História. Os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam, entre os objetivos gerais da disciplina História para o ensino fundamental, que os alunos sejam capazes de “valorizar o patrimônio socio-cultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como elemento de fortalecimento da democracia” (BRASIL, 1998). Contemplar esse objetivo significa a ampla utilização dos “lugares de memória”: museus, arquivos, bibliotecas, entre outros, no processo educativo. Segundo José Ricardo Fernandes, essa dimensão é fundamental no desenvolvimento da sensibilidade dos educandos em torno da preservação dos bens culturais e do exercício da cidadania (FERNANDES, 1993). Ricardo Oriá, na mesma linha, defende que tais espaços devem ser compreendidos como acervos culturais de uma comunidade (ORÍ, 1997).¹⁷

Na perspectiva da memória, cumpre ainda refletir se museus são locais para a articulação entre memória e imaginação. Seus objetos, pinturas, esculturas, mobiliários, permitem ao público imaginar o passado, desprovido das preocupações que envolvem o fazer historiográfico. A imaginação não deve,

16 Cf. sobre o uso de categorias usadas pela historiografia contemporânea nas pesquisas museológicas, particularmente representação, regime de historicidade e cultura material, Julião, 2015. A articulação entre memória, imaginação e museus, pode ser apreciada em Oliveira, 2014.

17 A relação entre o tema da educação patrimonial e ensino de História tem interessado os estudiosos. Algumas referências podem ser lidas também em Arantes, 1984; Nascimento, s/d; Pacheco, 2010.

no entanto, ser compreendida apenas de forma literal, mas como percebeu Cecília Helena de Salles Oliveira:

[...] trata-se de refletir sobre a complexidade de um ambiente que, ao mesmo tempo, mediatiza e confere tangibilidade ao universo contraditório e multifacetado das representações por meio das quais os sujeitos históricos constroem sua vida, estabelecem relações com o tempo, projetam interpretações sobre seu próprio percurso e sobre a trajetória da nação à qual pertencem (OLIVEIRA, 2015, p. 83).

Imaginação que atravessa o próprio trabalho do historiador. Afinal, como não pensar o museu como “laboratório historiográfico”, tomando de empréstimo a expressão de Natalie Zemon Davis, nas quais não se produzem provas irrefutáveis, mas sim possibilidades históricas? Ulpiano T. Bezerra de Meneses, refletindo sobre a possibilidade de pensar os museus como laboratórios, responde que o museu não pode ser visto como síntese de uma “História Universal” ou de “Histórias Nacionais”. Mas, sob o ponto de vista metodológico, afirma:

Não sendo a História um conjunto a priori de noções, afirmações e informações — mas uma leitura em que ela mesma institui, em última instância, aquilo que pretende tornar inteligível — ensinar História só pode ser, obrigatoriamente, ensinar a fazer História. [...] Assim, numa mostra, supomos sobre a Revolução Constitucionalista de 1932, não se deveria procurar a “versão” mais correta” ou “adequada ao estado da disciplina”, pois isso será sempre feito melhor e com muito maior competência numa monografia. Antes, do museu espera-se que acompanhe como uma revolução se transforma em memória [...] como esta memória é multifacetada e socialmente localizada [...] Assim, porque não organizar duas exposições paralelas explorando o mesmo tipo de material, mas chegando a pontos divergentes? (MENESES, 2013, pp. 51–2)

As percepções de Davis e de Meneses estão presentes na proposta do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), departamento do Ministério da Cultura, que afirma em seu site que, longe de ser instituição que aprisiona o passado,

O museu é o lugar em que sensações, ideias e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano. Espaço fascinante onde se descobre e se aprende, nele se amplia o conhecimento e se aprofunda a consciência da identidade, da solidariedade e da partilha. Por meio dos museus, a vida social recupera a dimensão humana que se esvai na pressa da hora. As cidades encontram o espelho que lhes revele a face apagada no turbilhão do cotidiano. E cada pessoa acolhida por um museu acaba por saber mais de si mesma.

Se o Museu pareceu especializar-se na construção de percepções, que poderiam sugerir uma “memória fixa”, ou uma “História única”, a historiografia caminhou no sentido inverso, ao libertar-se pela relativização dos achados, da consciência da incompletude de dados, das impossibilidades de retorno ao “real” do passado. Como afirma Carlo Ginzburg: “reproduzir uma revolução, um arroteamento ou um movimento religioso é impossível, não só na prática mas em princípio, para uma disciplina que estuda fenômenos temporalmente irreversíveis, enquanto tais”. Afinal, conclui Ginzburg, o historiador, ao contrário de um juiz que precisa de provas, lida com possibilidades, sua narrativa encontra-se sempre permeada das expressões “provavelmente”, “é possível”, “pode-se presumir”, “talvez” (1989).

Os museus são espaços de distintas e múltiplas possibilidades: como admirar uma louça de porcelana Companhia das Índias e não cotejá-la com os documentos que informam sobre as reuniões e jantares diplomáticos de um determinado período?¹⁸ Ver fotografias de navios repletos de imigrantes e

18 Em tese de doutorado, analisei uma rica documentação sobre os banquetes oferecidos pelo ministro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho oferecia a rainha D. Maria I,

não pensar nas listas de entradas de estrangeiros presentes nos arquivos? Não considerar as distintas memórias presentes em nossa sociedade sobre Tiradentes, ao analisar o caso de sua forca que, pelo assédio dos visitantes ávidos em retirar pedacinhos para a confecção de relíquias, precisou ser retirada de uma exposição? Os salões dos museus, suas pinturas, objetos e representações diversas, configuram-se como um maná precioso ao pensar historiográfico.

A museologia, assim como a História, vêm crescendo e novos pontos de tangência surgem para reforçar ambos os campos. Seu objeto máximo — o museu em si — multiplicou-se em larga escala nas últimas décadas. Para que se tenha uma noção objetiva, a segunda edição do *Guia dos Museus do Brasil*, publicada no final dos anos de 1970, contabilizou a presença de 401 museus no país. Já em 2010, o IBRAM, localizou mais de 3 mil unidades museológicas (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, v.1, p. XVI). Pensar nesse vertiginoso aumento traz à tona o conjunto de discussões sobre a pluralidade cultural, a diversidade étnica, as desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira. Os avanços teórico-metodológicos já alcançados pela historiografia têm muito a contribuir com esse recente campo de estudos e pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANTES, A. A. (org). *Produzindo o passado: Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BANN, Stephan. *As invenções da história. Ensaio sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994.

no final do século XVIII. Percebo que o tema dos jantares diplomáticos podem ganhar reconstituições críticas a partir do cotejamento das fontes manuscritas com as peças dos museus. Cf. Santos, 2013.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV–XVIII. v. 1 As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia e História*. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista. Affonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

CAILLOT, Marie. *La revue Mousseion (1927–1946). Les musées et la coopération culturelle internationale*. Thèse pour le diplôme d’archiviste paléographe, École Nationale des Chartres, 2011. Disponível em: <<http://theses.enc.sorbonne.fr/2011/caillot#2>>. Acesso em: 30 out 2016.

CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2004

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Ana. “Diversidade Cultural: Da Periferia para o Coração dos Museus”. *Boletim ICOM Portugal*, s. III, n. 5, pp. 8–12, jan 2016. Disponível em: <https://issuu.com/icomportugal/docs/boletim_icom_portugal_iii_5_jan_201>. Acesso em: 15 out 2016.

CHARTIER, Roger. “A História hoje: Dúvidas, desafios, propostas”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, pp. 97–113, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1973/1112>>. Acesso em: 15 out 2016.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FRANCASTEL, Pierre. *Pintura e sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FALCON, Francisco C. “História e poder”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. pp. 61–89.

FERNANDES, J. R. O. “Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História”. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25–26, p. 265–76, set 1992/ago 1993.

GALLOP, Annabel Teh. “Duas Cartas Malaias de Thomas Raffles para o sultão de Achém, 1811”. *Afro-Ásia*, n. 44, pp. 249–80, 2011. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_44_ATGallop.pdf>. Acesso em: 30 out 2016.

GINZBURG, Carlo. “Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’, de Natalie Zemon Davis”. In: GINZBURG, Carlo *et al.* *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. pp. 179–202.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Vendo o passado: representação e escrita da história”. *Anais do Museu Paulista*. v. 15, n. 2, pp. 11-30, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 out 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142007000200002>.

GUSDORF, Georges. *Lavènement des sciences humaines au siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1973. Disponível: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/gusdorf_georges/sc_hum_pensee_occ_t_VI/sc_hum_pensee_occ_tome_VI.pdf>. Acesso em: 1 ago 2016.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. As culturas do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2010.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. “The ‘Art of Memory’ and Learning in the Museum”. *The International Journal of Museum Management and Curatorship*, n. 7, pp. 129–37, 1988.

JOBIM, José Luís (org). Introdução ao *Romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

JULIÃO, Letícia. “Museu, patrimônio e História: cruzamentos disciplinares”. In: XVI ENANCIB, *Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes*, 2015, João Pessoa, PB. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3135/1206>>. Acesso: 2 out 2016.

- MARAVALL, José Antonio. *A cultura do Barroco*. São Paulo: Edusp, 1997.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “A exposição museológica e o conhecimento histórico”. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. pp. 15–88.
- _____. “Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. *Revista Brasileira de História*. v. 23, n. 45, pp. 11–36, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>>. Acesso em: 10 out 2016.
- _____. “Para que serve um museu?”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/ulpiano-toledo-bezerra-de-meneses>>. Acesso em: 10 out 16.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História, Memória e Tempo Presente”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. pp. 21–36.
- NASCIMENTO, Evandro Cardoso do. *História, Patrimônio e Educação Escolar: Diálogos e Perspectivas*. s/d. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/1nascimento_artigo.pdf>. Acesso em: 5 out 2016.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. “Museus de História, produção de conhecimentos e comunicação: Questões para o debate”. *Museologia e Interdisciplinaridade*. v. IV, n. 7, pp.74–90, out–nov 2015.
- ORIÁ, Ricardo. “Memória e Ensino de História”. In: BITTENCOURT, Circe (org.) *O Saber Histórico em Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. “Educação, memória e patrimônio: Ações educativas em museu e o ensino de história”. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 60, p. 143–54, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a08v3060.pdf>>. Acesso em: 4 out 16.
- POMIAN, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs et curieux, Paris-Venise: XVI^e-XVIII^e siècle*. Paris: Galimard, 1987.
- _____. “Coleção”. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 1: Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. pp. 51–86.

_____. “Musée, nation, musée national”. *Le Débat*, n. 65, p. 166–175, mai–jun 1991.

PONTALIS, Jean-Bertrand Lefebvre. *Antes*. São Paulo: Primavera Editorial, 2013.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. “Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural”. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. pp. 159–70.

POULOT, Dominique. “Museu, nação, acervo”. In: BITTENCOURT, J. N.; BENCHETRIT, S.; TOSTES, V. (org.). *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. pp. 26–62.

_____. “Cultura, História, valores patrimoniais e museus”. *Varia história*. Belo Horizonte, v. 27, n. 46, pp. 471–80, dez 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752011000200004&lng=en&nrm=iso>. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752011000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 29 out 2016.

_____. *Museu e Museologia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RANKE, Leopold von. *História*. Org. de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Ed. Ática, 1979.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *O Palácio de Queluz e o mundo ultramarino. Circuitos ilustrados: Portugal, Brasil e Angola, 1796–1803*. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2013. 395 f. Tese (Doutorado em História).

SUANO, Marlene. *O que é museu?*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. “História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas”. *Anais do Museu Paulista*. n. ser, v.4, pp. 9–27, jan–dez 1996.

HISTÓRIA E MÚSICA

José D'Assunção Barros¹

HISTÓRIA E MÚSICA: RELAÇÕES POSSÍVEIS

História e Música partilham uma relação já bem antiga. Neste ensaio, em vista do espaço de reflexão disponível, abordarei apenas algumas das possibilidades dessa relação. Quero dizer, para início do trabalho, que temos aqui uma relação já bem intensa com referência a algumas de suas possibilidades de interações; mas que é ainda bem lacunar no que se refere a outras. Começarei por listar algumas das mais importantes formas de interação entre Música e História considerando que cada uma destas duas palavras pode ser abordada simultaneamente nos seus sentidos de *objeto* e de *campo de conhecimento*. Vale dizer: história pode significar tanto um objeto de estudo (o universo dos acontecimentos e processos históricos) como a disciplina que se dedica a produzir conhecimento envolvendo esse objeto ou universo de estudo (a disciplina História, propriamente dita). De igual maneira, temos a música (fenômeno sonoro e artístico) e a Música (disciplina que estuda a música e as manifestações musicais).²

1 José D'Assunção Barros é professor associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos cursos de graduação e pós-graduação em História, e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autor de 22 livros e de cerca de cem artigos. Possui doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense.

2 Neste ensaio, vou utilizar história em minúscula para me referir ao universo dos

Quero considerar alguns tipos de interação potencialmente inscritos na relação Música–História. (1) a música como objeto de estudo para a História (a História da Música, por exemplo); (2) a música como fonte histórica que pode ser utilizada pelos historiadores (isto é, os documentos sonoros e realizações musicais como fontes para que os historiadores possam estudar aspectos diversos da história, e não apenas, necessariamente, a história da música); (3) a música como meio possível para encaminhar representações da História (obras musicais tematizando a história como universo de acontecimentos, ou mesmo obras musicais que tomem para si a tarefa de falar sobre a História, agora entendida como campo de saber); (4), por fim, a Música como campo de saber ou de possibilidades que pode contribuir significativamente para uma renovação da própria História como disciplina ou campo de conhecimento. Existem ainda outras relações possíveis, como a História da disciplina Música (a História da Musicologia, ou a História da História da Música, por exemplo). E outras relações poderiam ser pensadas. A música tem sido usada, por exemplo, como recurso interessante para o ensino de História. As quatro formas de interação que selecionamos, todavia, já oferecem muito material para uma reflexão séria a ser compartilhada entre historiadores e musicólogos.

A música como objeto de estudo para a História

Este campo de interações é já bastante antigo entre os historiadores. Já vem de longa data o estudo da música como fenômeno histórico, e esse estudo tem sido realizado tanto por historiadores quanto por musicólogos, sem contar outros tipos de estudiosos como os jornalistas e eruditos em geral.³

acontecimentos e processos históricos; e História iniciada em maiúscula para me referir à disciplina que estuda a história. De modo análogo, utilizarei a palavra música, iniciada em minúscula, para designar o objeto música (o fenômeno musical, as realizações musicais, a música como forma de arte); e a palavra Música será utilizada para designar a disciplina universitária ou o campo de pesquisa que estuda a música.

3 Neste ensaio, denominarei “musicólogos” a todos os estudiosos de música que tiveram sua formação original no campo musical. Podem ser desde os instrumentistas que estudaram a história de seus instrumentos, dos seus praticantes e realizações; até os musicólogos propriamente ditos (aqueles que estudaram temáticas musicais diversas no

Quero me concentrar, por ora, nos desafios e dificuldades que se relacionam ao tratamento historiográfico da música como objeto de estudo, particularmente nos dias atuais.

É muito comum a História da Música realizada por musicólogos, músicos ou conhecedores de música, mas que não são necessariamente historiadores. E é igualmente comum o estudo da História da Música por historiadores que não são músicos ou que não possuem, pelo menos, algum conhecimento mínimo de música (teoria musical, por exemplo). No primeiro caso, temos o historiador da música que não conhece História; no segundo, temos o historiador da música que não conhece Música. Quero sustentar que a boa História da Música seria aquela realizada por um historiador que possua simultaneamente conhecimentos de História e de Música, não importa qual tenha sido a origem dessa conexão de conhecimentos (se originária de uma formação em História, de uma formação em Música, ou mesmo de conhecimentos adquiridos independentemente de um ensino específico nessas áreas).

A ausência de conhecimentos de Música em um historiador da música é não raro disfarçada, ou parece não produzir resultados indesejáveis muito gritantes, quando ele estuda um objeto que não é tanto a música, mas a letra de músicas. Esse raciocínio também é válido para o item que discutiremos mais adiante: o uso da música como fonte histórica. A questão pode ser colocada em termos simples. Como uma pequena parte da música produzida pelos homens se relaciona ao canto, nesses casos específicos a obra musical é também uma obra poética. O exemplo mais conhecido é o da música popular cantada, a qual traz junto de si, e integradamente, aquilo que chamamos de “letra”. Não é raro que estudiosos abordem historiograficamente, seja como objeto temático ou como fonte, aquilo que não é propriamente a música, mas sim a “letra” da música. Esse estudo é importante, e mesmo indispensável, mas não é completo. Se pretendo estudar a música como tema de pesquisa, devo considerar não apenas a dimensão poética das realizações musicais (das composições, por exemplo), mas sobretudo a dimensão propriamente musical das realizações musicais. Se, como historiador, considero apenas a “letra” de uma

âmbito de uma submodalidade da disciplina Música que é conhecida como Musicologia).

música, estou elaborando uma História da poesia cantada, e não propriamente uma História da Música.

Uma música (uma composição musical), independente de vir ou não integrada a uma dimensão poética, é uma forma de expressão artística que envolve aspectos diversos como forma, gênero musical, estilo, elementos variados de estética musical, ritmo, melodia, harmonia, timbre, instrumentação, performance, mediação através do intérprete, entre outros mais que poderiam ser citados. É aqui que reside a dificuldade maior do historiador da música que carece totalmente de uma formação musical. Não estou afirmando com isto que todos os estudiosos que desejem abordar a música como objeto ou fonte precisem ter a dupla formação de historiador e músico. Mas é certamente necessário que o historiador, quando não possui formação musical propriamente dita, avizinhe-se seriamente dos conhecimentos pertinentes a aspectos musicais como os que foram citados acima. É preciso compreender, pelo menos, o vocabulário e o sistema conceitual da Música.

A forma, por exemplo — uma instância que se relaciona a qualquer modalidade de expressão artística — é na música uma função do tempo de fruição da obra. Melhor dizendo, a forma musical é uma disposição, no tempo, dos diversos materiais musicais mobilizados pelo compositor e performatizados pelo intérprete. Dito de outro modo, a forma musical dá-se necessariamente no tempo, desenrola-se no tempo, transcorre, enfim, no tempo que assinala o período de execução e de audição da música. Ao contrário de uma pintura ou de uma escultura, objetos de arte nos quais a forma se apresenta de uma única vez ao seu espectador, uma composição musical oferece ao seu ouvinte uma forma que se manifesta através de uma sequência obrigatória no tempo. Nesse aspecto, a música é uma arte temporalizada, assim como o Cinema ou o Teatro, e também a Dança (que, aliás, não se faz sem música). O espectador de um filme ou de uma peça teatral, assim como o ouvinte de música, precisa acompanhar o espetáculo na ordem que lhe é apresentado pelos seus intérpretes. Tudo isso tem implicações que não podem ser ignoradas.

Vamos nos concentrar no caso da música. Na chamada forma ternária, por exemplo — apenas uma das inúmeras formas musicais disponíveis aos compositores de música — primeiro devemos ouvir a primeira parte, depois

a segunda, e depois um retorno modificado da primeira parte (a chamada forma ABA'). Na forma que ficou conhecida como forma-rondó — e que era típica tanto das sonatas do período clássico da música europeia na segunda metade do século XVIII, como dos choros brasileiros dos séculos XIX e XX, até os dias atuais — temos a presença marcante do chamado “refrão”. Trata-se de uma sessão de música que sempre retorna, exatamente a mesma ou de maneira modificada, e que vai se alternando com sessões de música inéditas de modo a configurar formas no padrão ABACADA (etc.).

Por que o conhecimento da forma é fundamental para o historiador? No refrão da forma-rondó, por exemplo, temos a sessão mais impactante, mais magnética da música. Um bom compositor de canções sabe que esta sessão reincidente da composição musical é aquela que tem de ser dotada de maior capacidade de envolver o ouvinte, de mobilizar a sua vontade de cantar junto, de projetar a voz do cantor ou da multidão que toma para si a performance da canção. Não é incomum que um compositor aproveite esse poder atrativo e mobilizador dos refrões musicais para encaminhar a mensagem que se quer fixar na mente do ouvinte. Frequentemente, compositores a serviço de forças políticas, ou da resistência a determinadas forças políticas, utilizaram a favor de suas causas o poder do refrão. Ocorre-me, por exemplo, entre tantos exemplos que poderiam ser citados, a célebre canção “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, composta para contribuir com a resistência à Ditadura Militar instalada no Brasil a partir de 1964. Quantas vezes não foi entoado, por homens e mulheres que queriam resistir ao golpe militar instalado, o célebre refrão “Vem, vamos embora/ que esperar não é saber/ quem sabe faz a hora/ não espera acontecer”. Encontramos o uso político do refrão desde a música medieval, nas cantigas satíricas dos trovadores de diversos países europeus, e também nos músicos islâmicos do mesmo período.

A questão que nos interessa nesse momento é que a análise da letra de uma música (a análise da poesia de um refrão, por exemplo) não é de modo nenhum suficiente para dar a entender o potencial dinamizador de uma composição musical, ou para mostrar o seu possível efeito sobre uma multidão. A análise de um fenômeno musical que se esgote no exame puro e simples de uma letra de música é incompleta, deixa escapar aspectos importantíssimos,

contorna a possibilidade de entrever os usos da dimensão musical e das instâncias performáticas para encaminhamento de uma certa mensagem ou com vistas à possibilidade de provocar determinadas reações no público.

Os limites desse ensaio não me permitirão discutir ou dar exemplos para todas as instâncias que constituem os aspectos mais propriamente musicais de uma composição. O ritmo, o tipo de escala utilizado, as configurações melódicas, a estética, o estilo, a presença ou não de harmonia, os instrumentos utilizados, há inúmeros aspectos que podem ou devem fazer parte do movimento analítico empreendido pelo historiador da música, tanto quando ele toma como objeto temático a música, como quando a utiliza como fonte para examinar aspectos variados da história, tais como a política, economia, cultura, vida cotidiana, entre outros.

A música como fonte histórica a ser trabalhada pelos historiadores

O problema da música como fonte, e também das fontes para estudo da música como objeto de análise, traz-nos aspectos importantes. De um lado, podemos considerar as diversas fontes que podem ser utilizadas para a compreensão da história da música. De outro lado, a própria música — uma realização musical ou uma composição — pode ser utilizada para a compreensão da história como um todo. No primeiro caso, devemos considerar que são fontes para o estudo da música materiais diversos, como os instrumentos, as partituras, as gravações, as práticas orais e rituais ligados à música, as iconografias que representam práticas e realizações musicais, os textos que falam de música, os prospectos de espetáculos musicais, as correspondências entre compositores ou interessados em música, entre inúmeros outros. No segundo caso, devemos considerar que a própria música — uma composição ou o registro de uma performance musical — pode ser fonte para a compreensão de aspectos históricos em geral. Através da fonte musical, podemos perceber estágios de desenvolvimentos tecnológicos, aspectos da cultura material, circunstâncias políticas, estruturas econômicas, padrões culturais, relações de gênero, transformações geracionais, processos de difusão. Muitos estudaram as relações entre Governo e Trabalho através da música do Período Vargas. Não há limites para os aspectos sociais que podem ser percebidos através da música. Em suma: através das fontes musicais, podemos estudar não somen-

te a música de uma dada sociedade (o que confluiria para uma história da música), mas também a própria sociedade como um todo, nos seus aspectos extramusicais. Nesse caso, em vez de uma História da música, teremos uma História através da música.

Outra questão que convém discutir é a relação entre os dois termos acima citados. Temos de um lado a música como fonte histórica; de outro lado, as fontes de diversos tipos que podem ser convocadas para a apreensão dessa música que, no fim das contas, poderá ser utilizada como fonte para a compreensão da história (seja da própria história da música, seja a história de todas as outras coisas). Esclareceremos melhor.

Dada a natureza da Música como arte performática ou recreativa — ou como arte que se produz no tempo, através da mediação de um intérprete — tem-se que uma música (uma composição musical executada por algum intérprete) não é um objeto de arte concreto, como é o caso de uma escultura ou de uma pintura, ou também de uma construção arquitetônica. Se quisermos olhar para um quadro famoso, podemos ir a um museu e contemplar diretamente a obra de arte que foi produzida, em certo momento histórico, por este ou por aquele pintor. As obras de artes visuais, uma vez produzidas pelos seus autores, adquirem uma materialidade no mundo e assim permanecem para sempre, a não ser que sejam destruídas por algum evento fortuito (e considerada a deterioração material que todo objeto físico terminará por sofrer depois de milhares de anos, a não ser que seja permanentemente conservado em condições adequadas). Sempre poderemos olhar diretamente para a *Mona Lisa* (1503), de Leonardo Da Vinci, se nos deslocarmos espacialmente para o Museu do Louvre — considerando, é claro, que nunca haja uma transferência dessa obra de arte para outro museu ou então a sua destruição. Podemos olhar diretamente, com nossos próprios olhos de hoje, para a famosa obra de arte pintada por um artista renascentista há mais de quinhentos anos. Ela está lá, em algum lugar do planeta. Uma vez produzida, uma pintura ou escultura se materializa como objeto transformado, e, a não ser que se danifique, essa realização artística estará sempre à disposição daqueles que quiserem ou puderem contemplá-la. A fruição de uma obra de arte pictórica não necessita de

mediadores entre o seu criador e o seu expectador. Olhamos para *Mona Lisa* tal como Leonardo da Vinci o pintou.

Com a Música, entretanto, não é assim. Uma música deve ser performatizada em um determinado período de tempo por um intérprete (um mediador entre o ouvinte e o ser humano que criou aquela obra musical pela primeira vez). Podemos dizer que a obra musical precisa ser “recriada” repetitivamente para que possamos ouvi-la. Há também outros mediadores dos quais já falaremos, além do músico que interpreta a obra. É o caso dos objetos que registram a música de alguma forma, seja através de sinais gráficos (como é o caso da partitura), seja através da reprodução de sua sonoridade através da tecnologia fonográfica (CDs, DVDs, reproduções através de arquivos de computador, gravações de programa de TV em mídias diversas). Há também a possibilidade de downloads de registros virtuais situados em nuvem ou na web. Por enquanto, todavia, falemos do intérprete.

A música precisa de um artista intermediário para existir. Nesse sentido, é uma arte interpretativa, performatizada. Ela também precisa de um período de tempo para se materializar através da execução da obra pelo intérprete. Este, por assim dizer, faz com que a música que um dia foi criada por um compositor reapareça durante o intervalo de tempo necessário para a sua execução e fruição. Depois disso, a música desaparece mais uma vez, e não está mais em nenhum lugar, até que a convoquemos mais uma vez para ser tocada por um artista e escutada por um ouvinte ou grupo de ouvintes (ou para ser reproduzida por meios tecnológicos, se for o caso).

Por tudo isso, afirmar que a própria música é a fonte histórica é só uma maneira de dizer. Ela é isso, mas não é só isso. Se uma música é fonte para o estudo da história (da história da música ou da história de aspectos diversos como a política, a economia, a cultura e tantos outros), é forçoso reconhecer que precisamos de outras fontes para atingir essa fonte musical que é incorpórea. Precisamos de fontes para acessar a música que foi um dia criada ou performatizada. Precisamos das partituras, CDs e outros meios de produção e gravação. E precisamos também de fontes diversas para compreender outros aspectos do mundo musical (correspondências, jornais, programas de espetá-

culos, críticas musicais, fotografias, além dos próprios instrumentos, que são objetos musicais que produzem música). Vamos falar um pouco dessas fontes.

As partituras, ao lado das gravações em tecnologias e mídias diversas, constituem as principais fontes para o historiador ou o musicólogo acessarem as inúmeras composições musicais que já foram criadas ao longo da história. Sua vantagem em relação às gravações é que essas últimas só existem a partir da passagem para o século XX. Portanto, se só contássemos com gravações em mídias diversas para acessar as composições musicais, teríamos de nos restringir ao período que se inicia com o século XX, com a sua introdução de inúmeras tecnologias e mídias que permitem registrar uma determinada música que foi performatizada em certo momento. Como atingir, contudo, os séculos anteriores, do XIX para trás? A partitura — e outras formas de registro musical através de algum tipo de escrita musical específica — permite precisamente alcançarmos composições musicais de períodos anteriores através dessa mediação que é o registro da composição em alguma forma de escrita musical. A desvantagem da partitura em relação às gravações, por outro lado, é que qualquer forma de registro de música através da grafia musical — por mais complexo que seja o sistema de escrita musical desenvolvido por alguma sociedade — será sempre limitada e impossibilitada de registrar todos os inúmeros aspectos que fazem parte da performance.

A partitura, é preciso compreender bem, é um recurso inventado pelos músicos para comunicar uma composição musical a outros músicos através de certas indicações. Mas não é possível, e nem mesmo desejável, dar todas as indicações que deveriam fazer parte da performance. O mais perfeito sistema de grafia musical conhecido é o que foi se aperfeiçoando na música ocidental a partir da Idade Média europeia até chegar aos dias de hoje. No princípio, havia um sistema de indicação de alturas musicais que apenas assinalava os efeitos de subida e descida de uma nota, a sua duração relativa e outros aspectos, mas de forma ainda demasiado vaga, que por isso deveria vir amparada por outras formas de transmissão da música. Era o chamado sistema gráfico dos “neumas”, que funcionou muito bem para a transmissão do repertório medieval do canto gregoriano, que era um enorme conjunto de composições musicais utilizadas pela Igreja católica, constantemente performatizado pelos

monges e músicos da Igreja em rituais e sacramentos diversos, no cotidiano de mosteiros para assinalar as suas diversas atividades, e assim por diante. Dessa forma, o sistema neumático podia se apoiar também em uma espécie de transmissão oral que se verificava na execução repetida dos cantos gregorianos em diversas oportunidades.⁴

Os músicos, contudo, precisaram aperfeiçoar a precisão do sistema de notação, tanto porque a música sacra foi se desenvolvendo e se tornando mais complexa, como porque também começa a surgir uma música profana com os trovadores medievais, a qual não podia contar com o suporte dos rituais para a sua permanente transmissão. Por isso, começou a ser desenvolvido um sistema de notação musical baseado em pautas capazes de assinalar com menor ou maior precisão aspectos diversos como a altura precisa de cada nota (aspectos melódicos), a duração de cada som (ritmo), a tonalidade da composição (sua escala ou modo), entre outros tantos. A consolidação da notação musical também tem a sua história. De uma pauta ainda rudimentar de uma ou duas linhas, logo surgiu a pauta de quatro linhas e, finalmente, consolidou-se a pauta de cinco linhas, que foi se desenvolvendo desde o período renascentista até o século XVIII e daí se firmou como um sistema bem eficaz para a comunicação de uma composição musical ao músico que deve executá-la. Na partitura do século XVIII, já podia ser assinalada a dinâmica da composição (variações de intensidade sonora que vão do piano ou fraco até o fortíssimo). Desenvolvem-se também sinais para modificar a acentuação das notas, e indicações para a sua ligação ou desligamento fraseológico.

Não será o caso de recuperarmos a história da grafia musical neste ensaio, mas o importante para a compreensão dos problemas que ora discutimos é que, com o registro de composições em partituras, um músico ou um historiador de hoje pode ter acesso a composições que de outro modo teriam se perdido no tempo. Se os músicos podem incluir em seu repertório composições que vão da Idade Média ao século XIX, isso se dá graças ao desenvolvimento e à prática da grafia musical, uma forma de escrita que gera as chamadas partituras. Embora a partitura não seja capaz de registrar todos os

4 Sobre a notação musical na Idade Média, ver Parrish, 1957.

aspectos que fazem parte de performance, ela indica os aspectos principais, e permite uma comunicação efetiva entre os músicos, mesmo de séculos distintos. Há variações significativas no uso das convenções da grafia musical no decurso dos séculos, é verdade, mas isto não impede a comunicação. De todo modo, os estudiosos de música conhecem bem essas variações e podem fazer as adaptações necessárias quando se trata de atualizar uma partitura de música ou de indicar, para os intérpretes, as variações nas convenções musicais. Além disso, os praticantes modernos de música antiga (músicos que têm em seus repertórios composições de períodos anteriores) costumam ser conhecedores dessas convenções.⁵

As fontes midiáticas de reprodução, obviamente, falam por si como o segundo grande conjunto de fontes capazes de colocar o historiador (e os músicos) em contato com as composições musicais. Quando utilizamos um aparelho de CD ou DVD, por exemplo, acessamos uma performance musical que foi realizada em certo momento. A mídia fonográfica transmite, na verdade, a composição mediada pela interpretação dos músicos que a performaram em determinado instante. Como já assinalamos, a música é uma daquelas formas de arte que necessita de um mediador (o intérprete) e que se realiza em uma determinada fração de tempo para depois desaparecer, podendo esse processo se reiniciar inúmeras vezes. O que o registro fonográfico faz é reproduzir mais uma vez, e tantas vezes quanto se queira, a performance musical que foi gravada em determinado momento.

A terceira fonte de acesso a composições de outras épocas, embora mais limitada, são os rituais. Quero dar o exemplo de uma composição musical de cerca de 3500 anos atrás. Provavelmente é a composição musical mais antiga da qual hoje podemos ter registro. Trata-se no hino para *A entrada do*

5 Thurston Dart, em seu ensaio *Interpretação da Música* (1960), registra estas palavras: “Um compositor do século XX usa a notação de acordo com as convenções de sua própria época; portanto, será difícil um intérprete do século XX compreendê-lo mal. Um compositor do século XVIII ou XVI, ou XIV, também usou a notação de acordo com as convenções de sua própria época — portanto, é bem possível que um intérprete do século XX compreenda a sua música de maneira totalmente equivocada devido a um

imperador no templo, da China Antiga. Essa composição foi criada em algum momento da Antiguidade Chinesa, para secundar um ritual que se verificava sempre que o imperador da China adentrava o templo para as suas práticas sacras. Esse ritual se perpetuou por 3500 anos, até o momento em que a monarquia chinesa foi substituída pela República, e logo depois pelo governo socialista de Mao Tsé-Tung. Os chineses antigos não desenvolveram um sistema de notação musical que tenha chegado até nós. No entanto, como a composição era performatizada inúmeras vezes, nos rituais em que o imperador entrava no templo, ela se transmitiu facilmente pelo tempo. Acresce que a música de rituais frequentemente precisa ser executada com grande precisão (e esse era o caso), pois se considera que qualquer erro pode prejudicar o ritual ou perturbar a ordem natural. Por isso, podemos ter a certeza de que essa composição que chegou até nós da China Antiga era exatamente a mesma, mesmo que não tenhamos a partitura dela, a qual só foi feita por musicólogos de períodos bem posteriores. O exemplo, enfim, mostra-nos que os historiadores, além das partituras e registros fonográficos, podem contar também com as fontes que se perpetuaram através da transmissão oral, especialmente quando esta está associada a uma prática ritualística que assegura que a composição original não tenha sido modificada.

Podemos dizer que essas três formas — a partitura, os registros fonográficos em tecnologias e mídias diversas, e a transmissão oral — constituem a tríade principal de fontes que permitem acessar composições musicais específicas, na sua integridade, e relativas aos diversos tempos históricos. São as fontes que trazem aos historiadores uma composição que foi um dia criada e performatizada inúmeras vezes. Destarte, existem outras fontes que, se não nos permitem acessar uma obra musical específica, permitem compreender um determinado sistema musical que produzia essas músicas. Se, por exemplo, tenho diante de mim uma flauta indígena, posso deduzir de tal instrumento o seu sistema de escalas musicais. Os instrumentos musicais são artefatos

conhecimento inadequado daquelas convenções, a maioria desde há muito obsoleta ou esquecida” (1990, p. 5). Para um estudo sobre os sistemas de convenções de cada época, ver Harnoncourt, 1988.

que concretizam um determinado sistema musical. Posso também ter acesso aos sistemas musicais através de tratados que foram escritos para explicá-los em sua própria época. Assim, se temos nenhum, ou quase nenhum, acesso a composições gregas específicas, temos pleno conhecimento do seu sistema musical, uma vez que os gregos produziram muitos tratados musicais e textos que falam sobre música.⁶

Há, além das fontes que nos trazem a música propriamente dita ou os sistemas musicais que as englobam, toda uma série de outras fontes que nos aproximam das práticas musicais como fenômenos socioculturais. Os prospectos de espetáculos, as críticas musicais, as notícias de jornais são alguns exemplos de fontes que, se não mostram a música especificamente, registram as práticas que se desenvolvem em torno delas. Há ainda toda uma sorte de fontes não textuais que proporcionam a possibilidade de compreender as práticas musicais. As fotografias e demais realizações iconográficas, por exemplo, podem trazer ao historiador instantâneos das diversas práticas que envolvem a música. Em certos casos, a iconografia pode mesmo ajudar a compreender o sistema musical. Imaginemos o desenho de uma prática musical na parede de uma pirâmide. Embora não nos tenha chegado do Egito nenhuma fonte que registre uma composição específica (uma partitura) ou que nos permita saber mais diretamente como era o sistema musical praticado pelos egípcios antigos, certas iconografias mostram músicos em ação. A posição dos dedos nos diversos instrumentos de cordas que deveriam soar juntos, conforme é retratado nos desenhos, pode favorecer reflexões sobre o modo de apresentação musical vigente (monodia ou polifonia, por exemplo). As fontes iconográficas, enfim, não devem de modo algum ser negligenciadas como caminhos significativos para a percepção das práticas e sistemas musicais.

De igual maneira, existem as fontes que nos dão acesso aos produtores de música e outros agentes que a viabilizam, sejam os próprios músicos (compo-

6 Foi recuperado um pequeno conjunto de músicas da Grécia Antiga, mas não é muito extenso. Deve-se ainda lembrar que havia também, entre os gregos, alguns sistemas de notação musical derivados das letras do alfabeto. Sua decifração, contudo, é difícil. Sobre a música grega, ver West, 1992 e Reinach, 2011.

sitores e intérpretes), ou toda uma outra série de agentes como os críticos, editores, produtores de espetáculos, empresários, censores, legisladores, professores, e mesmo os setores humanos que constituem o público que, na ponta final, consome música e nela interfere sob a forma de pressões diversas. Fontes variadas, como as correspondências, contratos, documentação legislativa, currículos escolares, entre tantas outras, falam de música mostrando tanto as práticas musicais quanto os agentes que giram em torno delas. O primeiro desses agentes, mas não certamente o único, é o músico, e é nesse sentido que podemos incorporar a indicação de Norbert Elias, de que é preciso “investigar a conexão entre a experiência e o destino do artista criador em sua sociedade, ou seja, entre esta sociedade e as obras produzidas pelo artista” (1996, p. 57).

Novas relações: a Música como meio de representação para a História e como meio de renovação para a História.

É muito conhecido, desde tempos antigos, o uso da música como meio de representação para a História. Os antigos gregos e romanos, assim como os artistas medievais, contaram histórias — ou mais propriamente narrativas relativas a processos históricos pretensamente ocorridos — através da música. As escolas de samba, no Brasil República, oferecem inúmeros exemplos de criações de narrativas historiográficas através dos sambas-enredo. Conjuntos de Rock também encaminharam composições com representações históricas. Trata-se, em todos os casos, de uma composição histórica mais ou menos livre, literária ou poética, que mais seria aparentada aos romances históricos livremente desenvolvidos que aos trabalhos de historiografia. Podemos nos perguntar se um dia os próprios historiadores não usarão a linguagem musical e seus recursos como caminhos para a expressão de sua escrita historiográfica. Tal empresa, obviamente, exigiria o concurso de dois campos de saber e de expressão: a Música como forma da expressão artística e linguagem, e a História como disciplina científica.

Estamos mais perto de outra interação interessante entre a Música dos músicos e a História dos historiadores: a possibilidade de utilizar conceitos e modos de imaginação típicos da Música para a renovação da História como campo de saber. Esse aspecto é particularmente fascinante. Se há muito os historiadores já estudam a música como objeto (a História da Música), e se já

há bastante tempo utilizam a música como fonte para a História (a História através da música), já é menos comum o uso da Música como interface interdisciplinar capaz de oferecer meios para a renovação da própria História como disciplina. Há um vasto caminho ainda, aqui, a ser percorrido. Será que certos conceitos típicos de Música (enquanto disciplina ou prática) não poderiam contribuir para oferecer à História novos modos de análise, novos recursos expressivos, novas aproximações teóricas? A imaginação musical, típica dos músicos, não poderia contribuir para renovar os modos de imaginação que já são típicos dos historiadores?

Já existem experiências nessa direção, diálogos interdisciplinares em movimento, conceitos compartilhados. Podemos por exemplo lançar mão do conceito de *polifonia* para nos referirmos a determinados tipos de fontes históricas, ou de expectativas que podem ser estabelecidas para tratamento de certas fontes históricas. A polifonia, na música, corresponde à sucessão simultânea de diversas vozes musicais, ou de diversas melodias que caminham juntas, estabelecendo contrapontos, diálogos, imitações, dialéticas de pergunta e resposta. A música Johann Sebastian Bach, compositor alemão da última fase do período barroco (primeira metade do século XVIII), oferece inúmeras realizações de construções polifônicas. Os conjuntos de choro no Brasil contemporâneo, nas suas realizações instrumentais, também elaboram a polifonia à sua maneira.

Para resumir, podemos dizer que a escrita polifônica seria aquela na qual a composição se desenvolve em várias vozes que se sobrepõem ao mesmo tempo, avançando paralelamente e interagindo umas com as outras para a realização de um resultado maior. Opostos disto são a *monodia* (escrita em uma única voz, como nos cantos gregorianos) e a *homofonia*, modo de apresentação musical no qual uma melodia na voz superior comanda o discurso musical apoiada em uma base harmônica estabelecida a partir de uma sucessão de acordes. É somente na polifonia autêntica que todas as vozes afirmam a sua identidade, sem que uma se sobreponha às outras em termos de importância. A polifonia, pode-se dizer, é uma trama musical composta de muitas vozes.

Linguistas como Mikhail Bakhtin utilizaram o conceito de polifonia fora do campo mais propriamente musical, aplicando-o à Literatura. Bakhtin vale-

-se da ideia de polifonia para se referir à escrita de Dostoiévski,⁷ mas também a estende a diversas outras criações no campo do Romance, argumentando que, nessa forma de escrever, o discurso autoral é contraposto a uma diversidade de vozes distintas que se afirmam enfaticamente, seja a partir dos diversos personagens, seja através de inserções narrativas que trazem outros discursos que não são o do autor do texto. A esse jogo de várias vozes que ora dialogam, ora se contrapõem ou se digladiam, ora se citam mutuamente, ora expressam diferentes discursos ligados a diferentes comunidades linguísticas, Bakhtin denominou Dialogismo. O chamado “romance polifônico”, para Bakhtin, seria aquele que, ao lado do narrador principal que conduz temporalmente o fio do discurso, afirmam-se diversas vozes ideológicas contraditórias (BAKHTIN, 2008, p. 208). A bem dizer, na polifonia literária autêntica não deveria existir uma voz que subordina as outras, o que seria uma “monologia” ou o equivalente a uma “homofonia musical”, mas sim um autêntico dialogismo que estabelece uma trama na qual as diversas vozes polemizam entre si, afirmando cada qual a sua visão de mundo.

A perspectiva da polifonia foi trazida para a História, a partir de Bakhtin, por autores como Carlo Ginzburg, entre muitos outros. Pode-se dizer, nesse caso, que um conceito originário da Música, mediado pelo campo da crítica literária, terminou por ser assimilado pela História de modo a produzir novas perspectivas teóricas e metodológicas. É a isso que me refiro quando digo que a última e mais fascinante possibilidade de interação entre Música e História se refere à possibilidade de que o campo musical forneça aos historiadores novos conceitos e mesmo modos de imaginação inéditos, capazes de renovar a História. O vocabulário musical passou também à metodologia da História. Chamamos de fontes polifônicas àquelas que apresentam um padrão mais intenso de dialogismo em decorrência da própria maneira como estão estruturadas, ou em função dos próprios objetivos que as materializaram. Podemos também chamá-las de “fontes dialógicas”, em atenção à contribuição de Bakhtin. De todo modo, a característica desse tipo de fontes é que a polifonia torna-se tangível. O historiador pode ler nelas uma trama formada por

7 A obra pioneira de Bakhtin sobre esta questão é o seu ensaio sobre Dostoiévski.

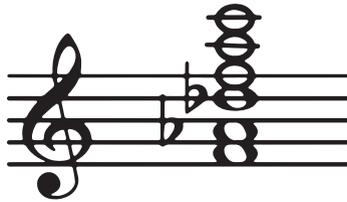
diversas vozes, da mesma maneira que o maestro tem sob seus olhos, ao ler a sua partitura, as diversas melodias encaminhadas pelos vários instrumentos da orquestra.

Fontes dialógicas por excelência, entre várias outras, são os processos criminais e processos inquisitoriais — que envolvem depoimentos de réus, testemunhas e acusadores, mas também a figura desses mediadores que são os delegados de polícia e os inquisidores, e também os advogados para o caso dos processos jurídicos modernos. Os processos também são, além de dialógicos, “fontes intensivas” — fontes que buscam apreender e dar a perceber muitos detalhes, particularmente os que passariam despercebidos ou aos quais em outra situação não se daria a devida importância. Por fim, os processos também apresentam um esforço significativo de compreender a fala de um outro, de dar a compreender essa fala, embora também envolvam a manipulação da fala.

Os micro-historiadores, por exemplo, têm desenvolvido uma habilidade quase musical de ler a polifonia nas fontes dialógicas. As diferentes versões dos acontecimentos que através delas se conflitam, as visões de mundo que os atores sociais encaminham uns contra os outros, as redes de rivalidades e solidariedades que daí emergem, as identidades e preconceitos, é todo este vasto e dialógico universo — não apenas capaz de elucidar as relações interindividuais, como também de esclarecer a respeito das relações de classe — o que se mostra como principal objeto de investigação para a análise micro-histórica que se torna possível a partir de fontes dialógicas como os processos criminais. A percepção polifônica, definitivamente, adentrou a metodologia histórica e os seus modos de expressão. Os historiadores, certamente, tiveram e ainda terão muito a aprender com os músicos.

Recentemente, discuti em uma obra específica (BARROS, 2011), e em alguns artigos, a possibilidade de trazer para os modos de elaborar a História um outro conceito muito importante para os músicos: o de acorde. O acorde, na teoria e na prática musical, pode ser entendido como um conjunto de notas musicais que soam juntas e assim produzem uma sonoridade compósita. De maneira simplificada, podemos dizer que o acorde é um som constituído de outros sons, cada um dos quais integra a sua identidade sonora. Deve se notar, ainda, que não são apenas os sons constituintes do acorde aquilo que

configura a sua identidade sonora, mas também as relações de cada um desses sons com cada um dos outros e com a totalidade que os integra. Um som interferido por um outro, e mediado por um terceiro, transforma-se na verdade em um fenômeno sonoro novo, de modo que podemos dizer que um acorde corresponde não apenas a uma combinação de sons, mas também a uma combinação de relações de sons que interagem reciprocamente.



Podemos visualizar através de uma pauta de cinco linhas, como a que foi acima desenhada, a representação de um acorde musical. Todavia, devemos sempre compreender que o acorde é um fenômeno sonoro, independente da representação que lhe atribuímos em uma folha de papel. A representação de acordes na pauta musical, e de melodias formadas por notas musicais em sucessão, foi apenas um recurso que os músicos inventaram para comunicar, uns aos outros, a música que deve ser executada. No caso do acordes, entretanto, deve-se entender que, na realidade musical, as notas não se manifestam uma por cima da outra, como a figura sugere, mas sim uma “por dentro” da outra. Um acorde é um som formado por vários sons que soam simultaneamente, uns interferindo nos outros e todos terminando por produzir algo novo. De fato, tal como bem sabem todos aqueles que praticam a música, não é possível, senão rudimentarmente, representar um fenômeno musical e sonoro: só podemos senti-lo. Só é possível perceber isso, essa realidade pungente que é o fenômeno sonoro, capaz de agregar simultaneamente realidades diversas que se presentificam em um único movimento, quando ouvimos ou tocamos música.

Se na teoria e na prática musical, o acorde pode ser de fato entendido como um conjunto de notas musicais que soam juntas e assim produzem uma sonoridade compósita, devo lembrar, adicionalmente, que a noção de acorde não aparece exclusivamente na música, embora aí tenha a sua ori-

gem. O conceito também fundamenta campos diversos da criação humana. Ele aparece, por exemplo, na Enologia — ciência e arte que estuda todos os aspectos envolvidos na produção e consumo do vinho. De igual maneira, a noção de acorde também está na base da arte da elaboração de perfumes, e nesse caso corresponde a uma mistura de cheiros que, combinados, equivalem à informação total captada pelo olfato humano. O acorde olfativo também é constituído de notas.⁸

Na Música — ou mais especificamente no sistema harmônico que se desenvolveu na história da música nas culturas ocidentais — o acorde costuma ser constituído por uma suposição de intervalos de terças que se estabelecem, do grave para o agudo, a partir da “nota fundamental”.⁹ Na figura trazida pela pauta, cada um daqueles pequenos círculos negros, que estão empilhados, corresponde a um som que poderia ter sido perfeitamente emitido de maneira isolada. No acorde, contudo, eles soam juntos: estão amarrados em um único momento, e por isso implicam um no outro formando uma identidade sonora nova. O acorde corresponde a uma simultaneidade de sons, a um feixe transversal de notas musicais que passam a interagir umas com as outras de modo a formar algo novo.

A minha ideia, que aqui reapresento como ilustração de como a teoria musical pode beneficiar interdisciplinarmente a teoria da História, foi a de

8 Basicamente, a combinatória de aromas com vistas à produção de um perfume trabalha com três grupos de notas: as “notas de fundo”, que são constituídas pelos fixadores que mantêm o perfume por mais tempo, fazendo-o perdurar por sete ou oito horas; as “notas de corpo” (ou “notas de coração”), constituídas por moléculas que perduram quatro ou cinco horas antes de se volatilizarem; e as “notas de topo” (ou “notas de cabeça”), responsável pelo primeiro impacto do perfume.

9 No sistema musical ocidental, lidamos habitualmente com escalas de sete sons, conforme o modelo “dó-ré-mi-fá-sol, lá, si”. Os intervalos de terças são aqueles em que saltamos a nota vizinha e encontramos a nota seguinte. Por exemplo: “dó-mi-sol”, “ré-fá-lá”, “mi-sol-si-ré”. Os músicos descobriram que, para a formação de acordes, a superposição de terças proporciona sonoridades particularmente agradáveis ao ouvido humano, pelo menos nos limites de nossa cultura musical.

incorporar a esse último campo de estudos essa poderosa imagem musical: o acorde. A proposta encaminhada é a de que, ao analisarmos um determinado pensamento autoral (na historiografia, na história das ideias, ou na história intelectual, por exemplo), seria possível falar com bastante adequação em acordes formados por diversos elementos. Um “acorde teórico”, ou um “acorde historiográfico”, é a metáfora a ser aqui utilizada para se falar em um grupo de aspectos e/ou linhas de influência que permitem definir a visão de mundo e a prática de determinado historiador ou filósofo. O mesmo recurso, aliás, pode ser empregado para o exame de pensadores ligados a qualquer campo de saber.

Tal proposta busca superar a prática tão comum de classificar autores em paradigmas ou correntes intelectuais, sempre de maneira simplória e como se esses paradigmas fossem enormes caixas nas quais poderiam ser encerrados definitivamente os diversos autores. A noção de “acorde teórico” (ou “acorde historiográfico”, se for o caso) nos permite restituir alguma complexidade à percepção sobre as especificidades de cada autor, de cada historiador, filósofo ou intelectual. Se enquadrar um autor no interior de um paradigma pode trazer o efeito de podar algumas de suas especificidades, ou de pôr a perder algumas de suas singularidades, já a utilização da noção de “acorde teórico” pretende enfrentar o desafio de recuperar um pouco dessa complexidade. Assim, um filósofo como Walter Benjamin já não é tão somente um materialista histórico (seu paradigma básico), mas também inúmeras outras coisas. Seu acorde teórico contém elementos diversos como a influência da Psicanálise, o estilo aforístico à maneira de Nietzsche, uma consciência trágica, uma perspectiva messiânica revolucionária, a recusa à ilusão de progresso, e tantas outras notas quantas possamos pensar de modo a capturar a sua complexidade. Tudo isto se junta ao materialismo histórico para a formação de uma identidade teórica extremamente complexa que é a de Walter Benjamin, para dar apenas um pequeno exemplo. Isso é um acorde: a complexidade representada por um combinado de notas que supera a simplicidade das meras caixas classificatórias.

Proponho, enfim, que utilizemos o conceito de acorde para renovar o modo de abordar a historiografia e as identidades teóricas. Isso seria investir

efetivamente no quarto tipo de interação que pode existir entre Música e História: a possibilidade de deixar que a Música atue na História interdisciplinarmente, fornecendo-lhe conceitos, vocabulários, modos de imaginação distintos daqueles que habitualmente são encaminhados pelos historiadores.

O modo de imaginação baseado no acorde também pode contribuir para visualizarmos identidades complexas, fora do universo autoral. Ao analisar realidades culturais diversificadas, os historiadores poderiam pensar em “acordes de identidades”. Um indivíduo nunca é uma coisa apenas: frequentemente ele corresponde a um entremeado de coisas que o definem, ou a um acorde identitário. Essa linha de analogias, todavia, merece um estudo à parte. Por ora, o objetivo desta última seção foi tão somente o de assinalar que Música pode não apenas a se relacionar com a História como objeto, fonte e meio de representação, mas também como caminho para a renovação da própria História como campo de saber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BARROS, José D’Assunção. *Acordes historiográficos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- DART, T. *Interpretação da Música*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ELIAS, N. *Mozart – sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- HARNONCOURT, Nikolaus. *O discurso dos sons*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- KRUMMEL, Donald William; SADIE, Stanley. *Music Printing and Publishing*. Nova York: Norton, 1990.
- PARRISH, Carl. *The Notation of Medieval Music*. Londres: Faber & Faber, 1957.
- REINACH, Théodore. *A música grega*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- WEST, Martin Litchfield. *Ancient Greck Music*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

HISTÓRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS POSSIBILIDADES DE INTERFACE E PESQUISA¹

Pedro Henrique Pedreira Campos²

A área de Relações Internacionais tem crescido muito no Brasil nas últimas décadas. No Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade) aplicado no ano de 2015, que só contabilizava cursos com alunas e alunos formados, foram avaliados um total de cem de graduação na área.³ O primeiro curso do país foi a da Universidade de Brasília (UnB), criado em 1974 e, desde sua fundação, foi uma graduação muito vinculada ao Ministério de Relações Exteriores. A especialização começou a se multiplicar com mais intensidade nos anos 1990, com o fim da Guerra Fria, o advento da internet, e das redes de televisão a cabo, com canais estrangeiros e outros de notícias com forte carga de informações internacionais, dentre outros aspectos.⁴

Da década de 2000 em diante, o crescimento da área foi ainda mais vertiginoso. Em plano internacional, os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos deram fôlego aos estudos e interesses sobre a área. No âmbito doméstico, o aumento da curiosidade sobre o tema aconteceu em boa medida graças à política externa inaugurada em 2003, que reforçou o papel da diplomacia, com mais vagas nos concursos do Itamará-

1 A produção deste artigo teve o apoio da Faperj e do CNPq.

2 Doutor em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Departamento de História e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

3 Dados retirados do portal eletrônico do Inep.

4 Sobre isso, ver Miyamoto, 2003.

ty, e angariou uma posição de maior peso para a política externa no Estado brasileiro, bem como buscou um maior protagonismo do Brasil no mundo.⁵

⁶ Nesse período, verificou-se um incremento do processo de internacionalização do país em diversos aspectos, com ampliação do comércio exterior, da presença de empresas estrangeiras no país, crescimento das multinacionais brasileiras no mundo, ampliação dos programas de cooperação internacional e das atividades das organizações não governamentais. Isso tudo criou um cenário favorável para o avanço da área de Relações Internacionais no país.

Em meio a esse contexto, proliferaram ainda mais as graduações em Relações Internacionais no país. Os cursos apresentam alta demanda de alunos interessados e diferentes perfis, alguns com maior ênfase em comércio exterior, outros mais em formação humanística, em política, dentre outras características e perfis. Em paralelo a isso, aumentaram, cresceram e se consolidaram os programas de pós-graduação. O primeiro mestrado na área foi implantado na UnB em 1984. Depois, vieram os da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os primeiros doutorados em Relações Internacionais do país foram criados na PUC-Rio, em 2001, e na UnB, em 2002.⁷

Relacionado a esse crescimento da pesquisa, multiplicaram também as revistas científicas da área.⁸ Assim, hoje, a área de Relações Internacionais é

5 Sobre a política externa do governo Inácio da Silva, pode-se acessar os textos do chanceler Celso Amorim, *Conversas com Jovens Diplomatas, Breves Narrativas Diplomáticas e Teerã, Ramala e Doha: memórias da política externa ativa e altiva*.

6 Já sobre a política externo do período, é possível acessar diversos trabalhos e livros que fazem um balanço, como, dentre outros: Freixo, 2011; Almeida, 2014; Alles, 2012; Amorim Neto, 2011; Barreto, 2012; Cruz, 2010; Marques, 2013; Vigevani; Cepaluni, 2011.

7 Os programas de Relações Internacionais são avaliados na área de Ciência Política e Relações Internacionais da Capes e os mais bem avaliados são o da UnB e da PUC-Rio, com nota 6 nos seus mestrado e doutorado. Sobre isso, ver Miyamoto, 1999, pp. 83–98.

8 Hoje há diversos periódicos na área de Relações Internacionais no país. Alguns dos mais tradicionais e qualificados são a *Revista Brasileira de Política Internacional* (UnB), *Política Externa* (USP) e *Contexto Internacional* (PUC-Rio).

consolidada no país, com diversos cursos de graduação, pós e revistas próprias, ganhando cada vez mais autonomia das outras áreas das Humanidades.

A formação da área de Relações Internacionais remonta ao período do entreguerras, quando, diante das atrocidades ocorridas no conflito mundial, o papel da diplomacia e das relações entre Estados, com a possibilidade de evitar novos embates internacionais, chamou a atenção e o interesse de pesquisadores, professores e agentes de Estado. Ao longo do século XX, a área teve a prevalência de estudos realizados em países anglo-saxões, com maior peso das reflexões travadas nos Estados Unidos. Ao longo da Guerra Fria, as Relações Internacionais foram uma área privilegiada nas universidades norte-americanas para a formação e capacitação de especialistas que poderiam fornecer dados e reflexões para subsidiar a formulação e a aplicação da política internacional do país.⁹

As Relações Internacionais constituem uma área disciplinar que se detém sobre a relação entre Estados e outros atores da cena internacional. Apesar da centralidade dos Estados, a área se dedica às ações e relações de atores como organizações intergovernamentais (ONU, Otan, Bird, OEA etc.), empresas multinacionais e organizações não governamentais. Esse é o objeto específico da disciplina Relações Internacionais. Há diversas matrizes teóricas aplicadas ao objeto da disciplina, que interpretam as relações entre estados e outras organizações internacionais, os chamados paradigmas das relações internacionais.¹⁰

HISTÓRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Como tentaremos mostrar ao longo deste texto, o estudo das relações internacionais pode ser uma ferramenta muito importante para o historiador e há

9 Mais sobre a trajetória das Relações Internacionais no século XX no livro *Relações Internacionais* de Williams Gonçalves, e no verbete “Relações Internacionais” no *Dicionário de Relações Internacionais*, 2010. pp. 244–6.

10 Para uma breve apresentações dos mesmos, ver, dentre outros: Rodrigues, 2009; Miyamoto *et al.*, 2000.

franca possibilidade de diálogo entre as duas disciplinas, sendo esse contato muito proveitoso e enriquecedor nas diversas pesquisas e análises. É especialmente relevante o estudo das Relações Internacionais para os autores que se dedicam a pesquisas circunscritas na chamada História contemporânea. Dessa forma, assim pontuou Geoffrey Barraclough:

Um dos fatos característicos da história contemporânea é que a história mundial e que as forças que lhe dão forma não podem ser compreendidas se não estivermos preparados para adotar perspectivas mundiais; isto significa não só a necessidade de suplementarmos nosso conceito convencional do passado recente, adicionando alguns capítulos sobre questões extra-europeias, mas de reexaminar e rever toda a estrutura de suposições e ideias preconcebidas em que se fundamentava esse conceito. Precisamente porque os ramos americano, africano, chinês, indiano e outros da história extra-europeia se interpõem no passado num diferente ângulo, eles se cruzam nas linhas tradicionais; e este fato, por si só, já provoca dúvidas sobre a propriedade dos velhos padrões, sugerindo a necessidade de um novo planejamento básico. (1964, p.10, grifo nosso)

Assim, o autor britânico chama a atenção para o fato de que quem estuda temas da História Contemporânea deve estar atento para o fato de que os fenômenos e processos ocorridos nesse período têm escala mundial. Dessa forma, o pesquisador atento a objetos desse período deve levar em conta as relações internacionais e os aspectos globais que as questões levantadas em sua pesquisa suscitam.

De forma similar, o marxismo muito contribuiu para os estudos de História e os nexos causais e relações que devem ser tecidas entre as distintas dimensões da realidade em qualquer pesquisa científica. Citando Pierre Vilar e seu famoso ensaio “História marxista, história em construção”, assim firmou Ciro Flamarion Cardoso:

Como exprime Pierre Vilar, a ‘*história total*’ não *consiste* na tarefa impossível de ‘dizer tudo sobre tudo’, mas ‘somente em *dizer aquilo de que a*

totalidade depende e aquilo que depende da totalidade’, coisa perfeitamente factível inclusive em um trabalho parcial e monográfico. A defesa da síntese histórica ou da História total é algo legítimo. Porém: ‘O caminho da História integral não consiste na anulação das disciplinas [históricas] especializadas, mas na sua consolidação’ (1979, p.14, grifo nosso).

Nessa passagem, referindo-se de fato à História da agricultura, Ciro Cardoso se utilizou da premissa da totalidade, advinda do materialismo histórico. Ele atenta para, apoiado em Pierre Vilar, como o exercício da totalidade na pesquisa passa pela relação estabelecida da parte com o todo, sem que necessariamente o pesquisador tenha que divagar sobre o contexto, aspectos gerais ou realizar uma digressão extensa sobre o cenário, mas apontando o que a parte depende do todo e o que o todo depende da parte.

Dessa forma, entendemos que esse princípio pode ser adequado e aplicável ao historiador que trabalha com História Contemporânea, com Relações Internacionais ou temas diversos. Em uma perspectiva totalizante, é necessário realizar a relação do seu objeto específico com questões mais amplas, com processos macro-históricos e, muitas vezes, com fenômenos mundiais e a constituição do sistema internacional no período. Assim, parece um erro metodológico não levar em conta esses nexos muitas vezes decisivos ou altamente relevantes para a compreensão de fenômenos específicos.

Para efeito de ilustração, citaremos um exemplo — um tanto quanto óbvio e básico — para demonstrar a importância do emprego da totalidade e da relação estabelecida com questões internacionais. Um estudo sobre o golpe de 1964, por exemplo, tem que levar em conta não apenas fatores de ordem doméstica — como o acirramento das tensões políticas, a crise do sistema populista, a ampliação das formas de organização e representação das classes subalternas no aparelho de Estado e a crise da República de 1946. Seria incompleto um estudo que se detivesse apenas nesses aspectos, sem levar em conta o contexto internacional da Guerra Fria, as repercussões da Revolução Cubana sobre a América Latina e sobre a política externa norte-americana para o continente, a ação e presença das empresas multinacionais dos Estados Unidos e de outros países aqui desde o pós-guerra (tendo em vista a Divisão

Internacional do Trabalho naquele contexto), bem como todas as ações do Departamento de Estado e de outras agências do Estado norte-americano no Brasil naquele momento¹¹.

Assim, o estudo das Relações Internacionais pode, em muitas ocasiões, constituir tarefa obrigatória para pesquisadores dedicados a determinados assuntos históricos, dadas as repercussões transnacionais do seu objeto de trabalho. Feitas essas ponderações, vejamos agora as diferentes possibilidades de encontro entre as disciplinas História e Relações Internacionais em pesquisas acadêmicas.

Apesar do advento relativamente recente da área no mundo e no Brasil, os estudos sobre as relações internacionais na História é bastante antiga e característica de um dos mais antigos temas de estudo e trabalho dos historiadores.¹² A chamada “História tradicional”, criticada por diversas vertentes historiográficas no século XX, tinha como objeto preferencial de estudos justamente os temas da política exterior e das relações entre Estados.

Essa História tradicional dedicada a temas das Relações Internacionais é também chamada de História diplomática. Segundo Marc Ferro, essa é uma História institucional, trata-se da história de uma instituição, que tenta justificar e legitimar a sua existência e características. No caso, a História diplomática é a História institucional do Estado na sua dimensão externa, privilegiando a luta travada por ele para proteger a nacionalidade dos inimigos que ameaçam a sua soberania.

11 A nosso ver, quem conseguiu articular de maneira cabal e sistemática a relação complexa desse contexto doméstico com o internacional no golpe de 1964 foi René Armand Dreifuss no livro *1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*. Sobre a relevância do contexto internacional para aquele episódio há, entre outros, também a notória contribuição de Luiz Alberto Moniz Bandeira no capítulo “O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional” no livro organizado por Caio Navarro de Toledo, *1964: Visões críticas do golpe; democracia e reformas no populismo*.

12 Quem chama a atenção para isso é Williams da Silva Gonçalves no texto “História das relações internacionais”.

A História diplomática firmou-se no século XIX, remetendo ao termo diploma, cuja etimologia remonta ao grego *diploum* (dobrar). Refere-se ao objeto em si, peça original gravada em uma placa dupla de bronze e que no Império romano era usado como passaporte para circulação de pessoas e também para documentos oficiais. No século XVII, a *res diplomática* se referia aos arquivos e diplomas (documentos oficiais escritos), sendo os letrados incumbidos de zelar por eles e informar às autoridades sobre outros povos. Assim, a História diplomática é uma história das relações do Estado com os outros povos contada com base em documentos oficiais e centrada em tratados e convenções, com um procedimento metodológico “positivista”, com exame dos documentos para estabelecer a verdade dos fatos.¹³

A Primeira Guerra Mundial aumentou em muito o interesse pela História diplomática, dando origem às primeiras obras desse tipo no Brasil. Essas também eram influenciadas pela gestão do Barão do Rio Branco à frente do Itamaraty (1902–1912). Autores como Heitor Lyra, Pandiá Calógeras, Hildebrando Acioly, José Carlos de Macedo Soares, Renato de Mendonça, Gilberto Amado, Américo Jacobina Lacombe, Hélio Viana, Teixeira Soares e Delgado de Carvalho são alguns dos expoentes dessa tendência no país, tendo produzido obras típicas da matéria no Brasil.¹⁴

A História diplomática foi amplamente rejeitada no século XX pelas novas vertentes historiográficas que vieram à tona logo na primeira metade do século. Seus objetos e métodos foram desprezados pelos integrantes do movimento dos *Annales* e pelo materialismo histórico. A crítica à História-narrativa, à História oficial, à excessiva ênfase sobre as relações entre Estados e História política encontraram na História diplomática o seu alvo principal de ataque.¹⁵ Mesmo assim, o tema das relações interestatais continuou a ser estu-

13 Gonçalves, 2007.

14 Gonçalves, 2007. A chamada História diplomática a que Williams Gonçalves se refere tem métodos e temática comuns ao que Guy Bourdê e Hervé Martins chamaram de “A escola metódica” no livro *As Escolas Históricas*. pp. 97–118.

15 Sobre essa crítica, ver, dentre outros, Burke, 1997.

dado, porém sob novas bases teóricas e pressupostos metodológicos, inclusive na França e com influência de Lucien Febvre e Marc Bloch.

A História das Relações Internacionais é um campo de estudos que se encontra justamente na interseção entre os campos das duas disciplinas. Partindo justamente da crítica à História diplomática, na França do entreguerras e do pós-Segunda Guerra, Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle foram alguns dos principais autores responsáveis pela criação dessa vertente da História, com nova perspectiva teórica e metodológica, superando seu objeto de crítica. A História das Relações Internacionais proposta pela chamada “escola francesa”, apesar de não negligenciar a iniciativa dos Estados, demanda a interpretação de influências geográficas, econômicas, culturais e ideológicas que condicionam as ações dos Estados em suas relações externas, o que Renouvin e Duroselle chamaram de *forças profundas*. Não há para a matéria uma verdade objetiva a ser estabelecida pelo historiador, mas sim uma interação do sujeito com o objeto — o historiador e os fatos internacionais — e o trabalho com hipóteses, a partir das quais se dará o trabalho científico e serão escolhidos os documentos, que devem ser interrogados, já que não possuem um único sentido. Assim, eles criticavam o procedimento “positivista” da História diplomática. Dessa forma, podemos perceber como a História das Relações Internacionais é influenciada pela reformulação dos estudos históricos nos anos 1950, época em que o materialismo histórico e o movimento dos *Annales* rejeitavam o estudo do tema.¹⁶

Renouvin lutou na Primeira Grande Guerra e, após o conflito, criou um laboratório e deu aulas na Sorbonne sobre História da guerra. Escreveu em 1934 um livro no qual distingue as decisões políticas das forças materiais e espirituais, que junto com os interesses econômicos e movimentos de ideias seriam as “forças profundas”. Entre 1954 e 1958, Renouvin publicou com outros dois historiadores o livro *Histoire des Relations Internationales*, com oito volumes, indo desde a Idade Média até 1945. Em 1964, Duroselle e Renouvin publicaram o livro *Introdução às Relações Internacionais*, traduzido

16 Gonçalves, 2007.

no Brasil em 1967,¹⁷ no qual são indicadas as forças profundas e reafirmados os Estados como elementos centrais das Relações Internacionais, mas ao lado de fatores geográficos, demográficos, econômicos etc.¹⁸

No Brasil, o primeiro difusor da História Das Relações Internacionais e dos pressupostos teóricos de Renouvin e Duroselle foi José Honório Rodrigues, historiador brasileiro que atuou na Escola Superior de Guerra (ESG) e lá assistiu ao confronto de ideias nos anos 1950 e 1960 entre San Tiago Dantas e Golbery do Couto e Silva. Dantas defendia um interesse nacional democrático, fruto dos anseios sociais, uma expressão da população através de seus canais de representação e participação, enquanto Golbery defendia uma política exterior conduzida pelas elites. Rodrigues defendeu a Política Externa Independente aplicada nos governos Jânio Quadros e João Goulart — do qual um dos ministros de Relações Exteriores foi justamente San Tiago Dantas — e defendeu o caráter democrático de sua elaboração.¹⁹ Ele produziu livros sobre as relações do Brasil com a África, em meio ao reforço das relações com o continente e as reações de setores da sociedade que defendiam a solidariedade com o colonialismo português.²⁰

Um dos autores que deu encaminhamento ao estudo da História Das Relações Internacionais no Brasil foi José Luiz Werneck da Silva. Na sua obra clássica sobre a política externa do Império brasileiro, o autor teceu considerações teóricas sobre o assunto e debateu as diferenças entre a História Diplomática e a História das Relações Internacionais. Reivindicando a orientação proposta por Renouvin e Duroselle, Werneck analisou a política externa do Império brasileiro como uma moeda de duas faces, por um lado submissa e dependente em relação à Inglaterra e, por outro, dominante e hegemônica em

17 Renouvin; Duroselle, 1967.

18 Gonçalves, 2007. Sobre o tema, ver também MARTINS, 2012, pp. 73–93.

19 Gonçalves, 2007.

20 Rodrigues, 1982 Do mesmo autor é o livro *Interesse Nacional e Política Externa*, de 1966.

relação aos países da Bacia do Prata - Argentina, Uruguai e Paraguai —, especialmente entre 1851 e 1876. Ele destaca que essas duas faces se relacionam²¹.

Fica evidente na análise de Werneck que ele assume não só as proposições da história das relações internacionais de Duroselle e Renouvin, como também incorpora algumas contribuições do materialismo histórico. Assim, a imagem da moeda de duas faces remete à dialética. Da mesma forma, no título do seu trabalho ele se refere à “política externa do sistema agroexportador”. Assim, ele parece também partir da premissa da totalidade, relacionando o sistema econômico-social que prevalecia no Brasil durante o Império à política exterior do Estado brasileiro implementada no mesmo período. Com isso, ele não se restringe exclusivamente à política, separando logicamente o econômico, o social e a diplomacia. No texto, ao rejeitar a História diplomática tradicional das relações oficiais, dos governos e diplomatas e defender a História Das Relações Internacionais francesa, o autor destaca que, segundo Renouvin e Duroselle, quem faz a política externa são os homens de Estado, porém esses interagem com as “forças profundas”, ou melhor, com as condições econômicas e sociais, psicológicas coletivas e individuais. Assim, indica que a História Das Relações Internacionais tem vários agentes e deve ser resultado de um esforço “inevitavelmente interdisciplinar”.²²

HISTÓRIA DA POLÍTICA EXTERNA

Uma das áreas em que mais houve avanços no Brasil como fruto do encontro entre as disciplinas de História e de Relações Internacionais foi a História da política externa brasileira. Muitas pesquisas foram realizadas nesse campo de estudo, com consolidados grupos de autores e escolas de análise, acúmulo de conhecimento e avanço no saber sobre o tema. Está claro que muito há ainda a se avançar e os acervos do Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) do Rio de Janeiro, que guarda a documentação diplomática brasileira produzida até 1960, e do de Brasília, que guarda o acervo produzido a partir desse período,

21 Silva, 2009, pp. 7–29.

22 Silva, 2009, pp. 7–29.

além de outros conjuntos documentais e fontes, ainda têm muito potencial de estudos. De qualquer forma, importantes pesquisas já foram e vêm sendo desenvolvidas nos polos mais importantes dessa área, como a UnB e a UFRGS, nas diversas instituições universitárias do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de outras unidades acadêmicas do país. Assim, consolidaram-se grupos de trabalho e ganharam notoriedade na área pesquisadores como Amado Cerro, José Flávio Sombra Saraiva, Antônio Carlos Lessa, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Paulo Vizentini, Henrique Altemani de Oliveira, Tullo Vigevani, Gerson Moura, Letícia Pinheiro, Williams Gonçalves, Adriano de Freixo, Bernardo Kocher e vários outros.

Dentro das Relações Internacionais, na subárea dos estudos sobre Política Externa, encontra-se um campo dedicado à Análise da Política Externa. Tendo menor diálogo com a História, esse campo tem grande influência da Ciência Política e do conhecimento produzido nos países anglo-saxões.²³ Não nos ateremos a essa área, mas sim ao terreno formado como fruto do encontro entre os campos de estudo da História e da Política Externa.

Letícia Pinheiro define o conceito de política externa da seguinte forma:

A política externa pode ser definida como o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos — tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais —, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Neste sentido, trata-se da conjugação dos interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder (2004, p.7, grifo nosso).

Essa compreensão do que significa a política externa nos ajuda a construir um entendimento sobre o que se pode depreender do conceito de His-

23 Uma leitura introdutória sobre o tema em português está disponível na obra Figueira, 2011.

tória da política externa. Se a política externa é o conjunto de ações e decisões de um ator em relação a atores externos, a História da política externa trata dessas políticas em perspectiva histórica, ao longo do tempo, levando em conta os cuidados que os historiadores devem dispor em relação à pesquisa, ou melhor, o cuidado com a historicidade, o trabalho com as fontes e a preocupação para evitar o anacronismo.

Avançando na discussão sobre a problematização da História da política externa, Williams Gonçalves chama a atenção para um cuidado que se deve ter quando se estuda a política exterior de um determinado Estado em um período específico. Ele afirma que quando se realiza um recorte para o estudo, é necessário que se conheçam bem as condicionante internacionais que pressionam e que limitam as ações do Estado e a sua política externa naquele período. Assim, a política externa de um Estado em um determinado contexto é sempre a política para um mundo e um sistema internacional específico. Da mesma forma, é necessário que se conheça também a correlação de forças internas, ou melhor, como se estruturam as forças políticas, sociais e econômicas no âmbito doméstico e no interior do aparelho de Estado.²⁴ A política externa de um Estado em um determinado momento histórico resulta justamente da relação complexa dessas variáveis internacionais e domésticas.

Assim, toda pesquisa que se dedica ao tema da História da política externa deve fazer um bom diagnóstico prévio da situação do sistema internacional naquele período específico, bem como compreender a dinâmica social e política doméstica, de modo a poder explicar o processo decisório na política externa. Sendo assim, uma das questões comuns que se formula quando se elabora uma projeto de pesquisa na área de História da política externa é sobre quem formula a política exterior do Estado naquele período, que classes sociais e frações de classe são decisivas no processo de determinação da agenda internacional do aparelho de Estado naquele momento, quem está pautando

24 Williams Gonçalves chamou atenção para tal procedimento metodológico nas pesquisas sobre política externa no seminário *A Política Externa Brasileira na Era Lula: Um balanço*, realizada na Universidade Federal Fluminense no mês de outubro de 2010. As apresentações realizadas nesse seminário resultaram no livro de Freixo, 2011.

a política exterior do Estado. E também é comum verificar perguntas para questionar em favor de quem a política externa está sendo exercida e quais são os grupos e setores sociais mais favorecidos pela ação externa do Estado naquele momento.

Essas questões muitas vezes foram problematizadas pelos autores que se dedicaram a essa temática. Assim, José Luiz Werneck da Silva assinalou:

No caso particular do tema que aqui se pretende desenvolver, a ‘história da política externa’, tratamos como algo mais específico. A história da política externa demanda uma explicação sobre que orientação um determinado governo de um determinado Estado tem a respeito de determinados governos de outros Estados, em determinadas conjunturas. [...]

[...] *Na prática, sempre se deve fazer a seguinte pergunta: quem formula e quem executa a política externa de um determinado governo?* Em princípio, na linha de Renouvin e de Duroselle, se diria: quem formula e quem executa são os Homens de Estado interagindo com as forças profundas, tais como as condições econômicas ou sociais e as condições psicológicas coletivas, sem esquecer os aspectos diferenciados da psicologia individual dos protagonistas.

Mas, hoje, sabemos que a resposta é mais complexa porque estas disciplinas - História da política externa assim como a História das relações internacionais - são disciplina que integram inevitavelmente outras. Quem não tiver noções eficazes de economia política, de ciência política, de sociologia política, de psicologia individual e social, sem falar de outras disciplinas, enfrentará um pouco de dificuldade para responder de imediato a esta pergunta - quem formula e quem executa a política externa de um determinado governo? Sabemos que determinados aspectos da política externa de um governo são formulados ou são habitualmente orientados por alguns grupos hegemônicos integrados no pacto social de poder, não obrigatoriamente por todos.

É uma ilusão pensar que todas as decisões de política externa são tomadas pela totalidade do bloco social de poder que sustenta um governo. Da mesma maneira sabemos que alguns aspectos da política externa sofrem mais a pressão de determinados *lobbies* que atuam mais em sentido inverso. Portanto, a resposta a essa pergunta é, hoje, muito complexa, porque a porosidade do Estado moderno é grande. Os grupos hegemônicos que sustentam as diretrizes básicas da política externa do governo podem não ter unanimidade a propósito da orientação a ser seguida em uma questão internacional (2009, pp. 15–6, grifo nosso).

Esse é um trecho bastante rico do texto de Werneck da Silva, pois nele o autor chama a atenção para a importância da contribuição das outras disciplinas acadêmicas para o estudo da História da política externa, bem como entende que uma das questões mais importantes nessa área é a resposta à questão de quem determina e quem executa a política externa. Por fim, destaca a restrição e especificidade desse ramo, no qual atuam certos interesses específicos que nem sempre correspondem à correlação de forças presentes em outras áreas do aparelho de Estado. Assim, figuram ali interesses empresariais e de outros tipos ligados à produção e ao comércio de exportação e importação, às empresas multinacionais, ao capital internacional e associado que atua no mercado doméstico, bem como a outros interesses relacionados a investimentos, crédito internacional, circulação de mercadorias e de capitais, além da imigração.

Em linha similar à praticada por Werneck da Silva, Paulo Vizentini chama a atenção para a importância de se questionar, nas pesquisas dedicadas ao tema da História da política externa, o processo decisório e como se dá a formulação da política externa. Ele indica em seu texto que:

A política exterior envolve aspectos mais determinados dentro do conjunto das relações internacionais. Ela enfoca a *orientação governamental* de determinado Estado a propósito de determinados governos e/ou Estados, ou ainda regiões, situações e estruturas, em conjunturas específicas. A interação, conflitiva ou cooperativa, das políticas externas deve ser considerada

como parte de um sistema mundial, constituindo então em seu conjunto a *política internacional*. [...]

Na análise da política externa, emergem duas questões de fundamental importância: em primeiro lugar, quem a formula e, em segundo, de que forma ela se articula com a política interna. Quanto ao primeiro aspecto, qualquer estudo empírico mais aprofundado demonstra que os rumos e as decisões de política externa, não são definidos pelo conjunto do bloco social de poder que dá suporte a um governo, mas por alguns setores hegemônicos nesse bloco. É preciso considerar que, graças à porosidade do Estado moderno, *lobbies* e grupos de interesse conseguem influir em determinadas áreas de política externa.

[...] Tal postura deve-se também a uma preocupação mais ampla: *em proveito de quem ela é formulada?* Tão e mais importante que os meandros e labirintos de determinadas lutas internas para formular a política exterior, talvez seja considerar o conjunto do projeto social e a sua articulação com a política externa, para determinar-se em que direção ela é conduzida.

Nesse contexto, é necessário frisar que a articulação entre a política externa e a interna constitui um elemento complexo e não linear. Trata-se de uma relação *dialética*, pois nem sempre existe uma afinidade formal absoluta e, de outro lado, as contradições que por vezes se apresentam entre os dois planos, encontram coerência numa dimensão mais ampla. A política externa resulta, *em última instância*, dos parâmetros da formação social que lhe dá origem, e da articulação complexa desta ao meio internacional (2004, p.15, grifos no original).

Nessa passagem, Vizentini coincide em visão com Werneck da Silva acerca da importância da indicação e análise de quem implementa a política externa nos estudos sobre o assunto e avança também na discussão acerca da complexa, contraditória e dialética relação entre política doméstica e internacional de um determinado Estado. Trata-se de outra temática sensível nos estudos sobre a História da política externa, tendo em vista a subsunção da

política exterior a projetos mais amplos em determinados momentos históricos. Assim, por exemplo, é patente o uso das relações exteriores no período do Estado Novo para a implementação de um projeto mais amplo e central da estratégia estatal implantado e que diz respeito à industrialização e à incorporação de parques fabris produtores de bens de capital no território brasileiro. Os acordos firmados com o governo norte-americano em torno da Segunda Guerra Mundial e da construção da usina siderúrgica de Volta Redonda são representativos disto e dessa relação da política externa com a estratégia estatal mais ampla desenvolvida naquele período histórico.²⁵

Somando-se às reflexões apresentadas por Werneck da Silva e Vizentini sobre os procedimentos teóricos e metodológicos no estudo da História da política externa, o também historiador João Fragoso dedicou dois artigos²⁶ ao assunto no início da década de 1980 e trouxe algumas contribuições interessantes. Discutindo a política externa brasileira durante a década de 1970 e toda a guinada para os países periféricos, com destaque para as nações africanas e do Oriente Médio, o autor afirma o seguinte:

[...] Afinal, será que é possível fazer uma ligação entre a estatização, apesar de todas as ressalvas que lhe venhamos a fazer, e a tentativa de ‘renegociação da dependência’ desenvolvida pela política externa brasileira?

Não podemos ainda afirmar, com a necessária segurança, que o grupo social gerado pelas estatais, ou melhor, por seu processo de reprodução ampliada do capital, quem forneceu o conteúdo teórico da atual política externa brasileira e quem, portanto, dirigiu as modificações da política africana em Brasília. [...]

Por último, acreditamos que as respostas para os problemas e questões formulados acima só serão possíveis mediante o estudo criterioso das classes e frações sociais presentes na sociedade brasileira e das suas influências no aparelho de Estado, entendendo-se este como sendo um bloco não

25 Para isto, ver as obras de Moura, 1980; 1991; 2012.

26 São eles “Notas sobre a política externa brasileira nos anos 50-70” e “As reformulações na política externa brasileira nos anos 70”.

monolítico. Pensamos que só deste modo poderemos superar uma fase meramente descritiva no estudo da política externa brasileira [...] (1981, pp. 49–50).

Nessa passagem, o autor faz uma interessante e importante crítica à maior parte dos estudos sobre a política externa brasileira, indicando como eles têm um caráter descritivo e narrativo, tendendo a, na maior parte dos casos, ter um propósito meramente classificatório. Além disso, indica como o estudo da política externa deve partir do estudo dos grupos sociais, classes e frações interessadas na política externa, articuladas na sociedade civil e no aparelho de Estado.

Consoante essa proposta apresentada pelo autor, nos propomos a finalizar este artigo apresentando uma possibilidade de abordagem para a História da política externa. Tendo em vista todas as questões levantadas e reflexões apresentadas a serem levadas em conta nos estudos sobre o assunto, usamos este espaço final do texto para indicar uma proposta de trabalho para o estudo da História da política externa brasileira.

A maior parte dos estudos dedicados ao tema da política externa, principalmente os tocados por autores da Ciência Política e das Relações Internacionais, parte de uma noção de Estado-sujeito, segundo a terminologia proposta por Nicos Poulantzas.²⁷ São autores de base realista ou idealista que entendem o Estado como possuidor um caráter homogêneo e advogando por um suposto e monolítico “interesse nacional”. A partir da reflexão apresentada por Antonio Gramsci do caráter do Estado,²⁸ podemos propor uma forma diferente de abordagem, coadunada com as citações apresentadas dos textos de Werneck da Silva, Vizentini e Fragoso.

Partindo a noção de Estado ampliado de Gramsci, entendendo o Estado como parte e fruto da sociedade e não separando-o desta, podemos propor

27 Essas reflexões de Poulantzas referidas neste trabalho estão apresentadas no livro *O Estado, o Poder e o Socialismo*.

28 Para as formulações de Antonio Gramsci sobre o Estado, ver os seus *Cadernos do Cárcere*, 2000.

um método para o estudo da História da política externa. Refletindo justamente a partir dessa concepção gramsciana de Estado integral – ou Estado como relação social, como indica Poulantzas —, Sonia Regina de Mendonça indicou um caminho metodológico para analisar o aparelho de Estado e as políticas estatais aplicando na forma de procedimento de pesquisa as formulações do pensador italiano. Assim ela assinalou:

Sabendo que tais interesses só terão força política uma vez que organizados e que tal organização — ou construção da vontade coletiva — tem como espaço os aparelhos privados de hegemonia, localizados junto à sociedade civil, temos como primeiro passo para o estudo de qualquer agência ou política estatal, o rastreamento das entidades de classe existentes no momento histórico focalizado, suas principais demandas ou pressões setoriais, assim como sua busca pelo aparelhamento de seus quadros junto a este ou aquele organismo do Estado, mesmo que isso se traduza na necessidade de criação de um novo órgão. Logo, vê-se que, *para chegarmos ao Estado em sentido estrito, é necessário partir do estudo da sociedade civil, e não o contrário*, como costumeiramente se tem feito (1998, p. 24, grifo nosso)

Assim, a autora apresenta nesse trecho do seu artigo uma orientação metodológica de como realizar o estudo do Estado e das políticas estatais. O estudo deve partir da sociedade civil, suas formas de organização, seus aparelhos privados de hegemonia e atuação junto à sociedade política. Em seguida, é estudado o Estado, as vinculações sociais dos agentes ali posicionados e as políticas aplicadas, realizando nexos com grupos sociais e organizações da sociedade civil.

Essas reflexões são válidas para sociedades de capitalismo avançado, em que a sociedade civil é madura — ou ocidental, como afirma Gramsci — e complexa, contando com numerosas e poderosas formas de organização e representação dos interesses das classes sociais e suas frações, os aparelhos privados de hegemonia. Sendo assim, ela propõe também um método para o estudo das políticas estatais:

Assim, para analisar o caso do Brasil, é preciso ir além da suposição corrente de que o Ministério da Fazenda identifique-se a um Ministro, ou que o Estado brasileiro seja o próprio presidente. Há que verificar-se, por exemplo, a que grupos organizados da sociedade civil estão eles ligados? Quais os interesses desses grupos? Quais os demais grupos da sociedade civil que possuem representantes, ainda que em posição não hegemônica, dentro de cada órgão? Somente assim será possível explicar o porque de determinada política pública e não outra; ou ainda o porque de duas políticas distintas superpostas, emanadas de órgãos do Estado distintos. (1998, pp. 22–3).

Nessa passagem, a autora desenvolve seu entender sobre o Estado ampliado como ferramenta metodológica, ou melhor, como instrumento para a aplicação em pesquisas empíricas.²⁹

Argumenta-se aqui que essas formulações parecem ser bastante cabíveis para o estudo da História da política exterior brasileira e de qualquer outro Estado em uma sociedade de capitalismo avançado. Há de se estudar os grupos sociais interessados na política externa, a forma como eles se organizam, seus aparelhos da sociedade civil, como eles atuam junto ao Estado estrito e junto à sociedade, em que medida eles se veem representados na sociedade política e em que medidas as políticas estatais implementadas correspondem aos seus interesses. Só assim as políticas aplicadas poderão ser compreendidas em seu caráter de classe e em seu conteúdo social. Entendemos que esse é um caminho promissor para os estudos no âmbito da História da política externa brasileira, fruto de um casamento afortunado entre as disciplinas de História e Relações Internacionais.³⁰

SITES CONSULTADOS

<<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 8 mar 2017.

29 Sobre isso, ver Mendonça, 2014.

30 Tentei desenvolver um pouco mais desse método e aplicá-lo de maneira preliminar no ensaio de minha autoria, “Empresários, ditadura e política externa brasileira” de 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLES, Leonardo Miguel. *a política externa do governo Lula: Da não intervenção à não indiferença*. Curitiba: Appris, 2012.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Nunca Antes na Diplomacia...: A política externa brasileira em tempos não convencionais*. Curitiba: Appris, 2014.
- AMORIM NETO, Octavio. *De Dutra a Lula: A condução e os determinantes da política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- AMORIM, Celso. *Breves Narrativas Diplomáticas*. São Paulo: Benvirá, 2013.
- _____. *Conversas com Jovens Diplomatas*. São Paulo: Benvirá, 2011.
- _____. *Teerã, Ramala e Doha: Memórias da política externa ativa e altiva*. São Paulo: Benvirá, 2015.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional”. In: Toledo, Caio Navarro de. *1964: Visões críticas do golpe; democracia e reformas no populismo*. Campinas: EdUnicamp, 2014. pp. 103–24.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. “I. Natureza da história contemporânea”. In: _____. *Introdução à História Contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d [1964].
- BARRETO, Fernando de Mello. *A política externa após a redemocratização. Tomo II: 2003–2010*. Brasília: Funag, 2012.
- BOURDÉ, Guy; MARTINS, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Europa-América, 1983.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-89): A revolução francesa da historiografia*. **São Paulo: Unesp, 1997.**
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “Empresários, ditadura e política externa brasileira”. *Continentes: Revista de Geografia*. v. 4, pp. 15–36, 2015.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *O Brasil no mundo: Ensaios de análise política e prospectiva*. São Paulo: EdUnesp, 2010.

- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FIGUEIRA, Ariane Roder. *Introdução à Análise de Política Externa*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FRAGOSO, João. “As reformulações na política externa brasileira nos anos 70”. *Estudos Afro-asiáticos*. n. 5. Rio de Janeiro: CEEA-UCAM, p. 41–53, 1981.
- _____. “Notas sobre a política externa brasileira nos anos 50–70”. *Estudos Afro-asiáticos*. n. 10. Rio de Janeiro: CEEA-UCAM, pp. 5–29, 1984.
- FREIXO, Adriano de *et al.* (org.). *A política externa brasileira na Era Lula: Um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. _____. “História das relações internacionais”. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva (org.). *História das Relações Internacionais: Teoria e processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. pp. 13–41.
- GONÇALVES, Williams da Silva; SILVA, Guilherme A. *Dicionário de Relações Internacionais*. 2ª ed. Barueri: Manole, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MARQUES, Moisés da Silva. *Quebra de protocolo: A política externa do governo Lula (2003–2010)*. São Paulo: Desatino, 2013.
- MARTINS, Estevão de Rezende. “História das relações internacionais”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. pp. 73–93.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. “Estado e sociedade”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: Pensar & fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório de Dimensões da História, 1998.
- _____. “O Estado ampliado como ferramenta metodológica”. *Marx e Marxismo*. v. 2, n. 2, jan–jul de 2014.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. “O estudo das Relações Internacionais no Brasil o estado da arte”. *Revista de Sociologia e Política*. n. 12. Curitiba: UFPR, 1999.
- _____. “O ensino das Relações Internacionais no Brasil: problemas e perspectivas”. *Revista de Sociologia e Política*. n. 20, pp. 103–14, 2003.

- MIYAMOTO, Shiguenoli *et al.* *Paradigmas das Relações Internacionais*. Ijuí: EdUnijuí, 2000.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. *Sucessos e Ilusões: Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1991.
- _____. *Relações Exteriores do Brasil (1939–1950): Mudança na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: Funag, 2012.
- PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967.
- RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *O que são as Relações Internacionais*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- RODRIGUES, José Honório. *Interesse Nacional e Política Externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *Brasil e África: Outro horizonte*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- SILVA, José Luiz Werneck da; GONÇALVES, Williams. *Relações Exteriores do Brasil I*. Petrópolis: Vozes, 2009. pp. 7–29.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. *A política externa brasileira: A busca pela autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: EdUnesp, 2011.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média*. 2ª ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.

HISTÓRIA E SOCIOLOGIA

Maria Letícia Corrêa¹

Neste capítulo, examino contribuições de historiadores que intervieram ativamente no debate epistemológico do campo das Ciências Humanas em período recente, apresentando-se como tributários, na História, das trocas disciplinares com a Sociologia. Da leitura desses debates emergem alguns temas centrais, como o da definição do estatuto científico em ambas as disciplinas e o da percepção dos constrangimentos a que estão submetidas as categorias de análise empregadas na abordagem do social.

Nesse breve panorama, revisitamos polêmicas conhecidas com o objetivo de apontar alguns encaminhamentos para o enfrentamento de dificuldades de ordem metodológica com que se deparam os historiadores quando se voltam à análise das funções e dos constrangimentos sociais a que estão submetidos os diversos discursos que tomam por objeto, ganhando destaque, para tanto, as intervenções de Pierre Bourdieu. Tais dificuldades podem se tornar especialmente notáveis em pesquisas que envolvem, por exemplo, a consulta às fontes como biografias e autobiografias ou nos textos de história intelectual, embora não lhes sejam exclusivas.

Nosso entendimento é que o diálogo interdisciplinar pode ser bastante útil quando se trata de escapar das armadilhas da análise de textos, assim

1 Professora de História do Brasil do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Rio de Janeiro e pesquisadora do INCT Rede Proprietas.

como para a consideração das implicações éticas e políticas desse trabalho² pela adesão a uma prática militante da Ciência Social.

História e Sociologia

Pode-se tomar como ponto de partida para as trocas disciplinares entre historiadores e sociólogos, ainda no início do século XX, as críticas do sociólogo, historiador e economista François Simiand à escola metódica da historiografia francesa. Simiand tinha por alvo a excessiva preocupação dos historiadores com a apresentação cronológica dos fatos políticos, que assumia em seu trabalho uma função denexo causal, e com o papel dos atores individuais no rumo dos acontecimentos. Inscrito no contexto da autonomização do campo da Sociologia como disciplina universitária,³ o famoso artigo de Simiand, “Método histórico e Ciência Social”, de 1903,⁴ referia-se aos conceitos e métodos da História, em sua relação com as chamadas Ciências Positivas, e tratava do modo de escrever da escola metódica, analisando os textos desses historiadores de um “ponto de vista historiográfico”.⁵ Comparando a Sociologia e a História, apontava o caráter indireto e mediado do método histórico — uma vez que não era possível, na maior parte dos casos, o acesso direto dos historiadores aos fatos estudados —, preconizando que sua atenção se voltasse aos fenômenos inconscientemente registrados, como os costumes, as representações coletivas, as crenças e práticas religiosas, as regras da moral e do direito e as demais manifestações da vida coletiva, que deveriam se sobre-

2 Voigt, 2015, p. 109–20.

3 Este texto prioriza o debate entre História e Sociologia campo intelectual francês, não se detendo, portanto, sobre suas implicações em outros países onde foi igualmente importante, como a Alemanha e os Estados Unidos. Também não são tratados os desenvolvimentos importantes da sociologia histórica em meados do século XX, representada por Norbert Elias e Charles Tilly, entre outros autores. Para esse objetivo, ver: Burke, 2015; Elias, 2005; Skocpol; Miskol, 2004.

4 O artigo de François Simiand foi publicado originalmente na *Revue de Synthèse Historique*, em 1903, sendo transcrito no número de janeiro/fevereiro de 1960 de *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*. Utilizo nas citações a edição brasileira, referida abaixo.

5 Nascimento, 2003, p. 11.

por à espontaneidade dos atores individuais valorizada na História política. Atribuindo um valor objetivo aos fatos sociais que ultrapassavam as ações e a intencionalidade dos indivíduos — na tradição da escola sociológica de Émile Durkheim —, Simiand indicava, por essa mesma especificidade, as condições para a afirmação de uma ciência do social.⁶

Para o autor, a disciplina histórica, para firmar-se como ciência, precisava se dedicar à aferição de regularidades e à comparação, dirigindo seu foco para a economia e a sociedade, sendo essa abertura, como é conhecido, a base programática da chamada “primeira geração” do movimento dos *Annales*.⁷ Lucien Febvre e Marc Bloch pretenderam sobrepor à História metódica uma concepção mais abrangente da disciplina, o que levaria à sua redefinição ao mesmo tempo como História-problema e como História total, face ao objetivo de abarcar todas as atividades humanas. Essa perspectiva fundava-se também, como o texto de Simiand, em uma ideia da Sociologia, fiel ao programa de Durkheim e Marcel Mauss, concebida como “o saber do mundo social” na sua tripla dimensão propriamente sociológica, relacionada às técnicas e conceitualizações; antropológica, relacionada às descrições; e histórica, em suas perspectivas.⁸

A seguir-se essa proposição, a História deixaria de se centrar na narrativa dos eventos, preocupando-se, a partir de então, com a análise das estruturas,⁹ termo que, como assinalado por Peter Burke, se tornaria frequente entre os historiadores franceses. Bloch, em especial, se manteve fortemente interessado na contribuição de Durkheim, enfatizando a abordagem das solidariedades sociais e das representações coletivas, e por seu compromisso com os estudos comparativos — “os únicos capazes de dissipar a miragem das

6 Idem, pp. 11–2.

7 Delacroix; Dosse; Garcia, 2003, p. 14.

8 Chartier, 2002, pp. 148–9.

9 Segundo Fernand Braudel, uma estrutura é “uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente” 1992, p. 49.

falsas causas locais”¹⁰ —, advogados também por François Simiand.¹¹ Mais tarde, com Fernand Braudel, houve a intenção de alçar a História ao papel de disciplina-chave das Ciências Humanas, por visar a totalidade. O próprio campo das Ciências Sociais passaria a se organizar a partir da História, cujos fundamentos se centravam na conceitualização da mudança e das temporalidades — restabelecendo-se, portanto, a tensão entre historiadores e cientistas sociais.¹²

Para Braudel, História e Sociologia mantinham-se próximas em primeiro lugar porque seus praticantes buscavam apreender a experiência humana como um todo. Exemplar desse esforço havia sido sua própria tese sobre *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*, editada pela primeira vez em 1949, que pretendia ser “uma História total lidando com Geografia, Sociologia e políticas, estrutura e eventos”.¹³ Nesse contexto, iniciativas conduzidas por Febvre e Braudel, como a criação da sexta seção da Escola Prática de Altos Estudos, no ano anterior, permitiriam uma experiência inédita, por promoverem um espaço para a interlocução entre historiadores, sociólogos e antropólogos, sem similar em outros países ou instituições.

No que se refere ao método, a geração de Braudel retomava a abordagem que, lembrando o que fora enunciado por Simiand no início do século XX, voltava-se à percepção de permanências, repetições, constâncias e constrangimentos da vida social, isto é, a uma História inconsciente ou “das formas inconscientes do social”.¹⁴ No final da década de 1950, por ocasião de debate de grande repercussão com o antropólogo Claude Lévi-Strauss, Braudel definiria as ferramentas teóricas que lhe permitiram refletir sobre os ritmos da mudan-

10 Bloch, 1998, p. 148.

11 Burke, *op. cit.*, p. 26.

12 Braudel, 1992, pp. 79–89. Mais tarde, na década de 1970, Paul Veyne definiria a História como o “inventário das diferenças”, caracterizado antes pela mudança, portanto pela impossibilidade da repetição, do que pela regularidade, rompendo com a perspectiva da primeira e da segunda geração dos *Annales*. Veyne, 1983.

13 Burke, *op. cit.*, p. 94.

14 Braudel, *op. cit.*, p. 60.

ça, a temporalidade e a longa duração, colaborando para o fortalecimento de uma História Social em que o segundo termo se contrapunha fortemente a uma determinada noção de “acontecimento”, associado ao contingente e ao imprevisível.¹⁵ Tomava-se para os historiadores, desse modo, aquilo que na tradição sociológica havia levado a desprezar o tempo curto e as ações individuais, deslocando para os primeiros a antiga desconfiança dos sociólogos com os eventos. Os *Annales* no tempo de Braudel conformaram, assim, a perspectiva teórica e metodológica segundo a qual os “acontecimentos” desvendam sua verdade apenas “em sua relação com uma estrutura que os ultrapassa”, pelo acesso às “camadas mais profundas” do social.¹⁶ Para Henrique Estrada Rodrigues, a perspectiva desenvolvida por Braudel contrastava com a da ciência que, “desde o século XIX, fazia do tempo curto — da revolução ou das ações individuais — o berço das ilusões modernas”¹⁷, com evidentes implicações políticas.

De modo geral, como apontado por Roger Chartier, a tendência dominante na historiografia francesa desde o advento dos *Annales* se baseou primordialmente no projeto de aplicação do paradigma estruturalista, “abertamente reivindicado ou implicitamente praticado”, dada a preocupação com a identificação de estruturas e relações independentes das percepções e das intenções dos indivíduos, separando-se radicalmente o objeto do conhecimento histórico propriamente e a consciência subjetiva dos atores.¹⁸ Quanto a esse aspecto, seria possível uma aproximação da perspectiva da historiografia francesa com o materialismo histórico.

15 Ver, principalmente, os artigos “História e ciências sociais: a longa duração”, publicado originalmente na seção *Débats et Combats* de *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, no número de outubro–dezembro de 1958, acima referido na edição brasileira; e “História e Sociologia”, editado como parte da Introdução do *Traité de Sociologie*, publicado sob a direção de Georges Gurvitch, entre 1958 e 1960, também presente na coletânea *Escritos sobre a História*, de 1992.

16 Rodrigues, 2009, p. 167.

17 *Idem*, p. 180.

18 Chartier, 1994, p. 98.

Foram essas duas vertentes o alvo da maior parte dos questionamentos que, sobretudo a partir da década de 1970, recolocaram novas demandas, em prol da valorização do indivíduo como construtor dos laços sociais ou que, de forma mais radical, levaram a uma reaproximação da História com o texto ficcional e a narrativa, iniciado na França por Paul Veyne e Paul Ricoeur e nos Estados Unidos por Hayden White.¹⁹

De todo modo, uma maior parte dos historiadores franceses que intervieram no debate epistemológico que se seguiu ao aparecimento dessas interpelações voltou-se contra o ponto de vista relativista, isto é, rejeitou a interpelação que recusava a pretensão de objetividade e de verdade ao conhecimento histórico. Nesse contexto, Roger Chartier, apoiando-se em Michel de Certeau, lembrava que a História produzia um corpo de enunciados pretendendo um estatuto de verdade — e, por isso, científico —, ressaltando os procedimentos de pesquisa e de escrita na disciplina e os usos cognitivos da narrativa. Também a proposição de Ricoeur sobre o realismo crítico do conhecimento histórico foi retomada por Chartier na defesa da capacidade da História de dar conta, de maneira científica, da realidade.²⁰

Importa, para os objetivos deste capítulo, registrar que, como resposta às objeções que se voltavam contra o estatuto científico da História, historiadores identificados aos *Annales* buscaram reafirmar a pertinência da disciplina ao campo das Ciências Sociais. Assim, no final dos anos 1980, a expressão “virada crítica” passou a ser utilizada para designar as novas tendências da pesquisa, impulsionadas notadamente pela revista segundo as grandes linhas apresentadas em dois editoriais-manifestos. Nesses, os editores, com a participação decisiva do então secretário da redação, Bernard Lepetit, declaravam-se fiéis àquilo que constituía o próprio objeto das Ciências Sociais, isto é, ao estudo da sociedade, recusando-se a privilegiar a análise do discurso “por ele mesmo”.²¹ Acolhiam desse modo algumas das principais objeções levantadas

19 Idem, pp. 99–100. Ver, principalmente, White, 1995.

20 Delacroix, 2003, p. 192.

21 “Histoire et sciences sociales. Um tournant critique?”, nos *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 1988, pp. 291–3; e “Histoire et sciences sociales: tentons l’expérience”, nos

contra a noção de longa duração, que teria levado frequentemente a que se ignorasse a mudança, e também à História quantitativa, pela prioridade conferida ao estudo de estruturas, em detrimentos das relações, e pelo emprego de classificações e categorias predefinidas e externas aos sujeitos. Para Lepetit, a “virada crítica” iniciava a cristalização de um novo paradigma, o da ação situada, tendo em vista redefinir uma História Social marcada, até então, pelo “esquecimento do ator”.²² A reafirmação do projeto interdisciplinar demandaria, por certo, um novo acordo em torno do conceito de História, estabelecido pelos editores dos *Annales* a partir do seu objeto, a temporalidade. Retomava-se, portanto, como uma continuidade, a reflexão iniciada por Fernand Braudel sobre a mudança histórica na década de 1950.²³

A retomada do diálogo entre História e Sociologia, no novo contexto, expressou-se pela apropriação e reelaboração, pelos historiadores, de instrumental teórico e metodológico que lhes permitiria a construção/desconstrução de categorias, representações e classificações sociais — afinal, a definição de categorias e classificações sócio-econômicas havia dado o tom da historiografia estruturalista, da qual buscavam se distanciar.²⁴ No início dos 1990, Jean-Claude Passeron enunciou uma nova proposição acerca do tipo de cientificidade das Ciências Sociais, que deveria ser considerado como distinto do das Ciências da Natureza, mobilizada por historiadores na defesa da autonomia epistemológica de sua disciplina.²⁵ No entendimento do sociólogo francês, uma vez que nas primeiras a experimentação era impossível — sendo seu saber mediado, para retornar às palavras de François Simiand — a comprovação empírica, nelas, se operava pela exemplificação. Em razão, também,

Annales. Économies, Sociétés, Civilisations, 1989, pp. 1317–23. Indicando o “retorno” crítico do programa interdisciplinar, o próprio título da revista passaria a expressá-lo diretamente no número de janeiro–fevereiro de 1994, quando foi modificado para *Annales. Histoire, Sciences Sociales*.

22 Delacroix, *op. cit.*, p. 192.

23 Noiriel, 1995. pp. 9–22.

24 Noiriel, *op. cit.*, pp. 151–2.

25 Ver, principalmente, Passeron, 1991.

da especificidade desse estatuto, os conceitos empregados nas Ciências Sociais eram, sempre, historicamente contextualizados.

Para Gerard Noiriel, em sua análise do contexto da “virada crítica” da historiografia francesa, a maneira mais segura de aproximar-se os pontos de vista entre os campos da História e da Sociologia consistiria em traduzir a linguagem de uma disciplina à outra, preservando-se suas especificidades e identidades e abandonando-se, definitivamente, a perspectiva da criação de uma linguagem comum expressa no projeto dos sociólogos durkheimianos do início do século XX, que marcara de forma bastante acentuada a primeira e a segunda geração dos *Annales*.²⁶ Caberia aos historiadores, entretanto, reconhecer a validade dos aportes da sociologia “compreensiva” que, desde os estudos de Max Weber, Maurice Halbwachs e Norbert Elias, lograra integrar a questão da subjetividade da produção do conhecimento ao seu campo de preocupações. Diante dessa *démarche*, ambas as disciplinas deveriam se voltar para as condições sociais de produção do próprio discurso científico. Assim, para Noiriel:

Os sociólogos podem ajudar os historiadores a melhor utilizar e controlar os conceitos que eles utilizam. Inversamente, os historiadores podem lembrar aos sociólogos que os conceitos mais gerais que eles propõem são abstrações incompletas, sempre referidas a coordenadas espaço-temporais. [...] podemos afirmar que se os sociólogos devem lembrar os historiadores que todo conhecimento necessita de uma distância mínima com o ‘senso comum’ e com os poderes vigentes, inversamente, os historiadores estão bem situados para lembrar aos sociólogos que nenhuma ciência pode escapar aos ‘constrangimentos puramente sociais’ (1996, pp. 170–1).

De outro modo, na História e na Sociologia os procedimentos para a construção do objeto de análise poderiam ser tomados como operações de

26 Noiriel, *op. cit.*, pp. 150–1.

comparação, segundo a perspectiva weberiana, a partir da “adoção de um ou mais pontos de vista sobre o objeto, como o resultado de vários cruzamentos”.²⁷ Na forma proposta por Pierre Bourdieu, poderia se considerar que os diferentes pontos de vista dos pesquisadores são, também, socialmente estruturados, de forma análoga às posições em disputa que eles ocupam no campo acadêmico.²⁸

PIERRE BOURDIEU E OS HISTORIADORES

As proposições de Pierre Bourdieu sobre a reprodução social e o mundo universitário, como não poderia deixar de ser, suscitaram polêmicas violentas, sobretudo por denunciarem as principais “ilusões” presentes no mundo acadêmico, como crença na prevalência do mérito e a ideia de liberdade ou livre arbítrio, e por desnudarem seus mecanismos de legitimação e consagração. Para o sociólogo, no entanto, o reconhecimento dos constrangimentos sociais e, por outro lado, dos espaços de ação dos indivíduos, no campo científico ou acadêmico, por desnaturalizar o seu discurso, era um passo importante na tarefa de desconstruir as visões da classe dominante, conformadoras da perspectiva “determinista” das classes dominadas. Para Bourdieu:

O problema do sociólogo é que pretende dizer coisas que ninguém quer saber, em particular quem o lê. E isto me faz duvidar da legitimidade de minha existência como sociólogo e da função do trabalho científico: é correto dizer o que ocorre realmente no mundo social? Resultaria possível viver em um mundo social que se conhece a si mesmo? Creio que sim. Creio que muitos sofrimentos, muitas misérias que seguem esquecidas pela grande lamentação marxista seriam extraordinariamente mitigadas, transformadas ou até anuladas se houvesse uma transparência, um conhecimento mais profundo do que é a cultura, do que é a religião, do que é o trabalho etc. (Bourdieu; Chartier, 2011, p. 42. Tradução nossa).

27 Werner; Zimmermann, 2006, p. 40.

28 Ver principalmente Bourdieu, 1990.

Quanto aos historiadores, Bourdieu os censurava por não questionarem as classificações sociais que empregavam em suas pesquisas, bem como sua tendência a universalizar categorias de análise que haviam resultado, sobretudo, de contextos, das lutas e da própria História.²⁹ Em entrevista com Roger Chartier, o sociólogo e o historiador concordavam naquilo que deveria constituir o objetivo comum de ambas as disciplinas, isto é, o estudo do processo histórico de constituição das categorias sociais, bem como do seu uso pelos indivíduos ao longo do tempo. Em meados dos anos 1990, a crítica de Bourdieu aos historiadores se tornou especialmente virulenta, com a denúncia, pelo sociólogo, da insuficiência teórica desses últimos,³⁰ face ao primado do político e do indivíduo e à “moda” da História nacional, representada por pesquisadores frequentes na grande mídia, como René Rémond.³¹ À interpelação contrária à via comemorativa se poderia responder, como o fez Noiriel, que poderia servir, também, à luta contra o totalitarismo, o racismo e a opressão.³²

Distintamente, a condição para uma ciência social militante — para que a sociologia pudesse se tornar um “esporte de combate” —, afastando-se do caráter conservador da corrente durkheimiana a que nos referimos, consistia, para Bourdieu, no esforço por demonstrar os mecanismos e o funcionamento do discurso ordinário sobre o mundo social, colocando em dúvida noções como a de liberdade. Uma das funções de sua disciplina seria, desse modo, produzir os instrumentos de “autodefesa” contra a manipulação simbólica, recusando o determinismo contido naquela visão.³³ Assim, o sociólogo francês relevava possuir:

[...] uma concepção bastante militante da ciência, o que não significa de modo algum uma visão “comprometida”. Creio que as ciências sociais, o saibam ou não, queiram ou não, respondem a perguntas extremamente

29 Coupez, 2010.

30 Bourdieu, 1995, pp. 108–22.

31 Bourdieu; Chartier, *op. cit.* e Coupez, *op. cit.*

32 Noiriel, *op. cit.*, p. 167.

33 Bourdieu; Chartier, *op. cit.*, p. 46.

importantes; ou ao menos as levantam e têm o dever de levantá-las melhor do que o que se propõe no mundo social ordinário. Por exemplo, melhor que no jornalismo, melhor que entre os ensaístas, melhor que no meio da falsa ciência (Bourdieu; Chartier, 2011, p. 24).

Em sua intervenção nos debates dos anos 1990, Roger Chartier lembrava que a principal contribuição da Sociologia contemporânea, representada sobretudo pela obra de Pierre Bourdieu, residia na possibilidade de assinalar as funções sociais cumpridas pelos sistemas simbólicos, na medida em que o pesquisador se preocupasse em conhecer os princípios que sustentam a eficácia dos símbolos e do discurso, conferindo-lhe um poder externo aos mesmos, propriamente político.³⁴ Superar a dicotomia entre a física social dos durkheimianos, que buscava reconstituir os laços, as dependências e as dominações que governavam as posições dos atores como dominantes ou dominados — e que fora marcante na vertente da História demográfica, social e econômica da tradição francesa dos *Annales*, ou na História estruturalista — e a fenomenologia social, ou seja, a História baseada na análise da linguagem dos atores e de suas percepções, dependeria da reflexão sobre o próprio discurso de cada disciplina.

Bourdieu teria contribuído desse modo para a definição de uma dimensão histórica de todas as Ciências Sociais — não unicamente a da História —, apontando a necessidade de desenvolver uma Sociologia genética das próprias categorias de análise, para que essas não fossem pensadas como universais ou invariáveis, ainda que fosse necessário ir além dos conceitos, trabalhar “com as suas perspectivas, com a ideia de um pensamento relacional e a repulsa à projeção universal de categorias historicamente definidas”.³⁵

Ademais, para cada tema ou objeto, caberia também aos historiadores “pensar ao mesmo tempo no espaço, no campo de coerção, de coações, de interdependências que não são percebidas pelos indivíduos”, localizando, “dentro dessa rede de coações um espaço para o que [Bourdieu] chamava ‘sentido

34 Miceli, 1987, p. X.

35 Bourdieu; Chartier, *op. cit.*, p. 139.

prático', ou estratégia, ou ajuste às situações — e que, inclusive, para indivíduos que têm as mesmas determinações sociais, não funciona de uma maneira homogênea".³⁶ Tal perspectiva permitiria aos historiadores uma abordagem mais complexa da "relação entre as determinações externas, a incorporação destas determinações e, finalmente, as ações", inscrevendo-se sua contribuição, com o conceito de classificação e de lutas de representação, por exemplo, na herança da sociologia de Mauss e de Durkheim. A retomada da categoria de representações coletivas, definida por esses autores — como a de "*habitus*", em Bourdieu — indica a incorporação do mundo social no indivíduo, a partir da sua "posição dentro deste mundo, como se as categorias mentais fossem resultado da incorporação das divisões sociais e definissem para cada indivíduo a maneira de classificar, falar ou atuar".³⁷ Ao mesmo tempo, o esforço de Bourdieu exprimia, como notado por Gerard Noiriel, "os princípios a partir dos quais a sociologia francesa desenvolveu, desde Durkheim, seu próprio 'paradigma'" — um conhecimento em permanente ruptura e conflito com a sociedade, "o conhecimento científico podendo surgir apenas desse enfrentamento".³⁸

Alinhando-se aos historiadores para os quais permanecia essencial o pertencimento da História às Ciências Sociais, Roger Chartier recusava, assim, a redução das práticas constitutivas do mundo social aos princípios que comandam os discursos. Do mesmo modo, sublinhava ser necessário "reconhecer que as realidades passadas só são acessíveis (maciçamente) através dos textos que pretendiam organizá-las". Não significava postular uma identidade entre a lógica letrada, logocêntrica e hermenêutica que governa a produção dos discursos (inclusive o da ciência) e a lógica prática que regula as condutas e as ações dos homens. Manter a distinção entre umas e outras seria o único meio de evitar "dar como princípio da prática dos agentes a teoria que se deve construir para explicar sua razão", segundo a fórmula de Pierre Bourdieu".³⁹

36 Idem, p. 15–2.

37 Idem, p. 152.

38 Noiriel, *op. cit.*, p. 166.

39 Chartier, *op. cit.*, p. 102.

HERANÇA, HISTÓRIA REIFICADA, HISTÓRICA INCORPORADA

Feitas tais considerações, torna-se possível indicar alguns aportes da Sociologia, sobretudo na contribuição de Pierre Bourdieu, bastante úteis para a explicitação das relações entre História e discurso, a que nos referimos no início deste capítulo.

Para enfrentar esse problema, parto de uma proposição de Paul Ricoeur, lembrada por Chartier, segundo a qual é em primeiro lugar como “herdeiros” que nós, pesquisadores, nos colocamos diante do passado, servindo-se o autor de uma noção de “herança” que pressupõe, de certa forma, que o passado se perpetua no presente, afetando-o. A percepção dessa herança nos obrigaria, de uma parte, a colocar no mesmo campo temporal o sujeito-historiador e o objeto da História, a partir da referência a um sistema de datação, na análise dos objetos, incluindo pelo menos três eventos — o início e o fim do período/objeto considerado, e o presente do historiador, que recebe a herança do tempo passado. De outra parte, seria necessário sublinhar o pertencimento do historiador e dos atores que ele estuda a um mesmo campo de práticas e experiências, comum e partilhado, razão pela qual se estabelece uma dependência do “fazer História” ao “fazer” dos agentes históricos registrado nas fontes. É essa mesma perspectiva que torna obrigatória a submissão à crítica, também, ao lado das fontes, dos textos dos historiadores, bem como das categorias de análise que empregam em seu trabalho.⁴⁰

Tendo em vista a necessária correspondência entre as representações expressas nas fontes e a própria historiografia, e visando encaminhar a problemática específica da análise de textos, pode-se recorrer às noções de “História reificada” e de “História incorporada” (*habitus*), definidas por Pierre Bourdieu.⁴¹ Assim, seria possível distinguir duas posturas principais e opostas no

40 Chartier, 1998, p. 17.

41 “Para escapar às alternativas mortais nas quais se encerrou a história ou a sociologia e que, tal como a oposição entre o acontecimento e a longa duração ou, noutra ordem, entre os “grandes homens” e as forças coletivas, as vontades singulares e os determinismos estruturais, assentam todas na distinção entre o individual e o social, identificado com o

quadro das orientações que lidam com os sistemas de fatos e representações comumente encobertos pelo conceito mais abrangente de cultura.⁴² Esta poderia ser definida tanto segundo sua qualidade de instrumento de comunicação e de conhecimento, responsável pela forma nodal de consenso — qual seja o acordo quanto ao significado do mundo, que Bourdieu definiu como “estrutura-estruturada” —, como pela consideração de que os sistemas simbólicos são em primeiro lugar instrumentos de poder, isto é, de legitimação da ordem vigente — ou, ainda segundo Bourdieu, “estruturas-estruturantes”.⁴³

Acolhendo a contribuição oferecida pela primeira postura, Bourdieu recusou, entretanto, o excessivo privilégio, contido nessa posição, ao exame dos modos pelos quais o agente/objeto analisado ordena a realidade que o envolve, assinalando também os riscos do “etnocentrismo” em que se coloca o pesquisador quando supõe uma coincidência entre a competência que mobiliza na sua percepção do discurso e da prática do agente/objeto (ou a fonte)

coletivo, basta observar que toda a ação histórica põe em presença dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*.” Bourdieu, 1989, p. 82.

42 Sigo em linhas gerais a apresentação de Sérgio Miceli para a coletânea de textos de Pierre Bourdieu publicada em português sob o título *A economia das trocas simbólicas*. Miceli, 1987, pp. VIII–X.

43 Para Bourdieu, “Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro”. Bourdieu, 2009, p. 87 (grifos do original).

e, de outra parte, a competência que o próprio agente aciona em seu discurso. No caso da História, a constatação teórica enfatizada pela perspectiva pós-moderna de que o saber do pesquisador não podia mais ser tomado como uma pura coincidência ou como uma equivalência entre o objeto e o discurso científico levou a uma valorização daquela primeira postura,⁴⁴ tendo sido essa a razão para a opção preferencial, em muitas pesquisas, pelas diversas técnicas de análises de textos e discursos, incluindo-se aí algumas vertentes ligadas aos projetos da História das ideias e dos intelectuais.⁴⁵

Quanto ao trabalho do historiador, caso seguissemos a advertência de Bourdieu, poderíamos imaginar que o risco, nesse caso, estaria contido na ilusão da coincidência ou possibilidade da apreensão direta do discurso das fontes, já que o privilégio do estudo do texto e do simbólico não resolve, por si, a problemática da objetividade/subjetividade no trabalho do cientista social/historiador.⁴⁶

Na perspectiva de Bourdieu, retoma-se a ênfase, acima indicada, na apreensão das funções sociais cumpridas pelos sistemas simbólicos, tornando-se necessário conhecer os princípios que sustentam a eficácia dos símbolos e

44 Chartier, *op. cit.*, p. 17.

45 Ver panorama apresentado em RIOUX; SIRINELLI, 1998.

46 Embora seguindo um percurso distinto do de Bourdieu para a consideração da questão da objetividade/subjetividade do conhecimento em Ciências Sociais, Carlo Ginzburg converge nessa direção, quando aponta, por exemplo, que a teoria pós-moderna partilha com a História dita “positivista” a mesma perspectiva acrítica e ingênua sobre as fontes. Para Ginzburg (2003): “É marcante como pós-modernistas, parecendo um tanto acríticos, adotaram a ingênua ideia positivista da inquestionável e objetiva fonte histórica, uma fonte que é capaz, de uma vez por todas, fincar-se como registro da verdade suprema. Os dias deste conceito há muito se foram. Mesmo assim, permanece o fato de ele continuar no ponto crucial do debate. Algumas pessoas parecem pensar que se é possível demonstrar que não existe uma fonte totalmente objetiva de conhecimento histórico, então todo conhecimento histórico é impossível. É evidente que isto não faz sentido. O que precisamos é de uma noção mais sutil de prova histórica.”

do discurso, conferindo um poder externo aos mesmos, propriamente político. A diferença principal dessa proposição, em relação ao privilégio à análise do texto, seria a recusa à tendência, nessa, de eliminar da interpretação tudo o que se refere à prática, como se as representações não fossem elas mesmas práticas também. Cumpriria ao pesquisador, portanto, integrar tais representações ao âmbito da significação completa do fenômeno a ser estudado.⁴⁷

Em pesquisas abarcando a análise de discursos, como nos estudos de história intelectual, envolvendo a leitura de biografias e autobiografias, entre outras memórias e autorrepresentações dos autores, seria pertinente lembrar os riscos advindos de uma possível persistência, na historiografia, das representações expressas nessas próprias fontes.

Para enfrentar tal dificuldade, é preciso ter em conta que um aspecto da luta pela imposição das versões da História e das visões de mundo — de que os diversos atores, como os historiadores, a partir de sua atividade no campo intelectual e no Estado, pretendem-se portadores — é que, para além de constituir a produção acadêmica propriamente dita, ela manifesta-se na sua participação em ações visando à constituição de memórias (acervos, arquivos, coleções de documentos) e nos atos comemorativos. Estes, seguindo-se a sugestão de sistema temporal de Paul Ricoeur, são contemporâneos do pesquisador, que se insere no mesmo campo temporal do objeto.

Caberia aos historiadores lembrar, com a sociologia de Bourdieu, que a constituição de memórias, como a escrita do texto acadêmico, é também resultado, como já indicado acima, da luta pelo controle sobre a *herança* dos diferentes grupos, comunidades ou classes do mundo social, na História, materializando-se nas fontes e textos voltados a um público mais amplo.⁴⁸

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc. “Para uma História comparada das sociedades europeias”. In: _____. *História e historiadores*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998. pp. 119–50.

47 Miceli, *op. cit.*, p. X.

48 Miceli, 2001, p. 352.

- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *El sociólogo y el historiador*. Madrid: Abada Editores, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. “Le mort saisit le vif. As relações entre a história reificada e a história incorporada.” In: _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. pp. 75–106.
- _____. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. “Sur les rapports entre la Sociologie et l’Histoire en Allemagne et en France. Entretien avec Luiz Raphael”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 106–7, mar. 1995, p. 108–22.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BURKE, Peter. *Sociology and History*. Abingdon: Routledge, 2015.
- CHARTIER, Roger. “A História hoje: Dúvidas, desafios, propostas”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97–113, 1994.
- _____. *Au bord de la falaise: L’Histoire entre certitudes et inquietude*. Paris: Albin Michel, 1998.
- _____. “Pierre Bourdieu e a História: debate com José Sérgio Leite Lopes”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, mar 2002, pp. 139–82.
- COUPEZ, Sebastian. “Le sociologue et l’historien”. *La Cliotèque*. 15 mai 2010, Disponível em: <<https://clio-cr.clionautes.org/le-sociologue-et-l-historien.html>>. Acesso em: 10 jul 2016.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. “L’historiographie française, une mise em perspective”. In: _____ (ed.). *Histoire et historiens em France depuis 1945*. Paris: ADFP, 2003. p. 9–15.
- DELACROIX, Christian. “L’Histoire entre doutes et renouvellements (les années 1908-1990).” In: DELACROIX, Christian, DOSSE, François e GARCIA, Patrick. (ed.). *Histoire et historiens em France depuis 1945*. Paris: ADFP, 2003. pp. 189–210.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- HISTOIRE ET SCIENCES SOCIALES. Um tournant critique? *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 43, n. 2, pp. 291–3, mar–abr 1988.
- HISTOIRE ET SCIENCES SOCIALES: tentons l’expérience. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 44, n. 6, nov–dez 1989, pp. 1317–23.

LEPETIT, Bernard. “Histoire des pratiques, pratique de l’Histoire”. In: _____. *Les formes de l’expérience. Une autre Histoire Sociale*. Paris: Albin Michel, 1995. pp. 9–22.

MICELI, Sergio. “Biografia e cooptação: o estado atual das fontes para a história social das elites no Brasil”. In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 345–56.

MICELI, Sérgio. “Introdução: a força do sentido”. In: BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987. pp. I–LXI.

NASCIMENTO, José Leonardo. “Apresentação”. In: SIMIAND, François. *Método histórico e ciência sócia*. Bauru: EDUSC, 2003. pp. 9–24.

NOIRIEL, Gérard. *Sur la “crise” de l’Histoire*. Paris: Bélin, 1996.

ON THE DARK SIDE of History. Carlo Ginzburg talks to Trygve Riiser Gundersen. *Eurozine*, 11 jul 2003. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/article/2003-07-11-ginzburg-en.html>>. Acesso em: 31 jul 2017.

PASSERON, Jean-Claude. *Le raisonnement sociologique: L’espace non poppérien du raisonnement naturel*. Paris: Nathan, 1991.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RODRIGUES, Henrique Estrada. “Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores”. *Revista Brasileira de História*, v. 29, n. 57, pp. 165–86, jun 2009.

SKOCPOL, Theda; MISKOL, Richard. “A imaginação histórica da Sociologia”. *Estudos de Sociologia*, v. 16, p. 7–29, 2004,.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças. História e Sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VOIGT, André Fabiano. “Há um giro ético-político na História?”. *Revista Expedições. Teoria da História e Historiografia*, v. 6, n. 1, p. 109–120, jan–jul 2015.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. “Beyond Comparison: Histoire Croisée and the Challenge of Reflexivity”. *History and Theory*, v. 45, n. 1, p. 40, fev 2006.

WHITE, Hayden. *Metahistória*. 2ª ed. São Paulo: EdUSP, 1995.

